



02.

2024

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA FICHA TÉCNICA

Editores

Júlio Barroso, UNIFESP
Liana de Paula, UNIFESP
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS
Melvina Araújo, UNIFESP
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP
Carolina Pulici, UNIFESP
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Duo Comunição

PARTICIPE DA CSR

Os editores podem ser contactados através do endereço eletrônico:

csr@unifesp.br



sumário

DOSSIÊ TRABALHO, CULTURA E POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

**Apresentação: Dossiê Trabalho, cultura e política no
início do século XXI** 06

Henrique Amorim; Márcio Moneta

**"O que é ser empreendedor para você?" Empreendedor-
rismo, informalidade e aspirações laborais no Brasil** 13

Thiago Brandão Peres

**Dinâmicas de competição e solidariedade entre
motoristas de aplicativos no Rio de Janeiro** 31

Cristina Teixeira Marins; Rafael Rezende

**Estados Unidos e China: reestruturação produtiva
e formas de resistência** 54

Iuri Tonelo; André Augusto de Paula Barbieri

ARTIGOS

**Da mediatização do sofrimento social à experiê-
ncia pública de injustiça testemunhos online de ca-
tadores de materiais recicláveis em torno da desa-
tivação do Aterro do Jóquei, no Distrito Federal** 81

Sayonara Leal

**A luta por reconhecimento dos entregadores de
aplicativo no Brasil** 111

Pedro Neiva

- A migração venezuelana no Brasil: redes sociais, relações territoriais e construção de lugar** 135
Emerson Santos; Tamires Maria Alves; Camilla Justo; Julia Freire

RESENHAS

- Limites da democracia: crise e reconfiguração da democracia brasileira** 159
Álex Kalil

Apresentação: Dossiê Trabalho, cultura e política no início do século XXI

Presentation: Dossier Labour, culture and politics at the beginning of the 21st century

Presentación: Dosier Trabajo, cultura y política a principios del siglo XXI

**Márcio
MONETA**

marciomoneta@gmail.com

Professor de Sociologia da
Universidade Federal de Per-
nambuco - UFPE

**Henrique
AMORIM**

hamorim@unifesp.br

Professor de Sociologia da Uni-
versidade Federal de São Paulo
– Unifesp

Dante das transformações na produção e acumulação capitalistas nas últimas décadas, o dossier que aqui apresentamos problematiza centralmente a relação entre trabalho, cultura e política neste início de século XXI. Inquirem-se as formas político-organizativas, bem como o substrato ou os sentidos de uma conflitividade a partir do trabalho e de corte classista. Adicionalmente, permeiam o dossier investigações que dão conta de valores, autopercepções e aspirações laborais e suas implicações para a ação coletiva de trabalhadoras e trabalhadores.

Palavras-Chave: trabalho; classe; cultura; política.

Considering the transformations in capitalist production and accumulation in the last decades, the dossier here presented deals centrally with the relationship between labour, culture and politics at the beginning of the 21st century. The political-organisational forms, as well as the stuff and the meanings of a labour-based, classist litigiousness are inquired. The dossier is additionally comprised of inquiries into labour values, self-perceptions and aspirations and their implications for collective action.

Keywords: labour; class; culture; politics.

Dadas las transformaciones en la producción y acumulación capitalistas en las últimas décadas, el dossier que presentamos aquí problematiza centralmente la relación entre trabajo, cultura y política a principios del siglo XXI. Se investigan las formas político-organizativas, así como el sustrato o los significados de un conflicto de base laboral y e clasista. Además, en el dossier también se incluyen investigaciones que abordan valores, autopercepciones y aspiraciones laborales y sus implicaciones para la acción colectiva de trabajadoras y trabajadores.

Palabras clave: Trabajo, clase, cultura, política.

Diante das transformações na produção e acumulação capitalistas nas últimas décadas, o dossier que aqui apresentamos problematiza centralmente a relação entre trabalho, cultura e política neste início de século XXI.

Nesse contexto, formas de dominação e exploração da classe trabalhadora são repostas e reorientadas. Constitui-se uma nova forma de trabalhar, precária, destituída de direitos trabalhistas e sociais, cuja subjetividade é interpelada por influxos ideológicos que acirram a competitividade e a concorrência no seio da classe trabalhadora. Trabalhadoras/es se distanciam, se isolam em suas residências, mais frequentemente tornadas locais de trabalho.

Algoritmos e tecnologias da informação prescrevem a atividade laboral e controlam o/a trabalhador/a individualizado/a, mas também os coletivos de trabalho – remotamente e em tempo real. A constituição da solidariedade de classe recobre-se de novas dificuldades.

Materializam-se novas experiências de classe e, nesse bojo, um novo quadro histórico de lutas e resistências políticas, que necessariamente precisam ser dimensionadas, esmiuçadas, analisadas. Assim, inquirrem-se aqui as formas político-organizativas, bem como o substrato ou os sentidos de uma conflitividade a partir do trabalho e de corte classista.

Adicionalmente, permeiam este dossier

investigações que dão conta de valores, autopercepções e aspirações laborais e suas implicações para a ação coletiva de trabalhadoras e trabalhadores.

Os textos que seguem foram coligidos por meio de uma chamada pública. Nesse sentido, a edição do dossier Trabalho, cultura e política no início de século XXI não teve por orientação qualquer busca por unidade teórica, inviável nessas circunstâncias. Destacamos, pois, a fortuna aportada pelos artigos selecionados: seus achados empíricos e suas contribuições analíticas. Em outras palavras, tais textos viabilizam a identificação de contornos mais precisos dos fenômenos sociais atinentes à temática do dossier, num movimento simultâneo de observação empírica de suas manifestações, por meio da análise de categorias, setores ou segmentos específicos da força de trabalho, e de busca de refinamento conceitual, na interlocução com um rol variado de perspectivas teórico-metodológicas, bem como a partir da contribuição de reflexões abrigadas em distintas áreas ou disciplinas que constituem as ciências sociais.

O que o empreendedorismo representa de novidade?

Há mais de uma década, Lima (2010) interrogava o surgimento de uma nova cultura do trabalho. Esse questionamento condensa, em certo sentido, as reflexões da

crítica sociológica ao estado de coisas do mundo do trabalho na virada para o século XXI, diante das transformações na firma capitalista, na gestão da produção e da força de trabalho, bem como nos mercados de trabalho. Há um elemento de especificidade nacional a acometer o Brasil: vem uma nova informalidade, ou um processo de informalidade (Cacciamali, 2000), resultante de uma onda global que se avulta na última década do século XX, se juntar a uma longa tradição laboral constitutiva do capitalismo periférico brasileiro ou mesmo latino-americano. Dito de outro modo, nessa nova cultura do trabalho há mais a ser observado do que seus elementos de novidade: há nela também um tanto de permanência.

Se, na primeira década do novo século, especialmente a partir de 2004, temos um interregno, uma retomada da ampliação dos postos de emprego formal no país,¹ a crise de 2015, agravada pelos eventos de 2016, representa um marco, a partir do qual o mercado de trabalho brasileiro volta a se deteriorar gravemente e chega a um quadro de drástica decomposição do emprego formal, com queda dos rendimentos do trabalho e extensão da subutilização da força de trabalho. Esse último período, assim, dá continuidade ao que se viu na década de 1990, com aprofundamento, mas também inovações – no que se destaca a chamada plataformação do trabalho (Krein, Giménez & Santos, 2018; Krein, Véras de Oliveira & Filgueiras, 2019; Amorim, Moreira Cardoso & Bridi, 2022).

É nesse contexto que a noção de empreendedorismo reaparece com dinamismo no debate sociológico. É termo corrente no debate contemporâneo e, de modo mais específico, anima e inspira investigações concernentes ao trabalho em suas configu-

rações atuais. Via de regra, essa temática é acionada com vistas à denúncia de estratégias de diluição do vínculo formal de emprego e de obscurecimento da relação capital-trabalho ou, mais simplesmente, do assalariamento. Amorim, Moda e Mevis (2021) recorrem ao conceito gramsciano de modo de vida para pensar o empreendedorismo como uma forma contemporânea de americanismo (Gramsci, 2001), como elemento de forjamento subjetivo de um novo sujeito trabalhador. E, desse modo, para além de artefato ideológico, estamos tratando de instrumento de gestão do trabalho, a suscitar formas renovadas de controle, como o autogerenciamento. A cruxada de degradação do arcabouço protetivo laboral encontrou um momento crucial na caracterização do emprego protegido como contendo em si um elemento de privilégio (Bezerra, 2012), ao passo que buscou transfigurar simbolicamente o trabalho por intermédio de palavras de ordem alusivas a noções como empregabilidade e, notadamente, empreendedorismo (Machado da Silva, 2002; Lima, 2010). É assim, portanto, que, também como dispositivo propriamente ideológico, o fenômeno em questão carece de ser abordado, em seu papel de insumo para práticas de convencimento, de persuasão e de produção de consenso.

Em razão do que expusemos, a relação entre empreendedorismo e informalidade apresentou-se desde o início como uma discussão de interesse para este dossiê, especialmente considerando a tradicional e longeva presença, nos mercados de trabalho dos países capitalistas latino-americanos, do engajamento massivo da força de trabalho em modalidades laborais distintas do assalariamento convencional (Oliveira, 2003; Moneta, 2017). É bastante

¹ É retomada porque o Brasil conheceu, entre as décadas de 1930 e 1980, uma expansão sustentada do mercado formal de trabalho (Guerra et al, 2007).

oportuna, portanto, a inclusão neste dossier do texto “*O que é ser empreendedor para você?": empreendedorismo, informalidade e aspirações laborais no Brasil*”, de autoria de Thiago Peres.

O artigo se utiliza de diferentes técnicas de pesquisa, com dados quantitativos e qualitativos. Por um lado, baseando-se em dados secundários, busca relacionar, para um determinado país, as taxas de empreendedorismo e de informalidade e conclui pela existência de correlação positiva entre os dois elementos – do que o Brasil, argumenta, seria “um caso exemplar”. São cruciais as implicações aí contidas no que diz respeito aos sentidos daquilo que se nomeia empreendedorismo, como resposta a um mercado de trabalho pouco estruturado (Colbari, 2015).

Por outro lado, fazendo uso de entrevistas como técnica de pesquisa, em outra escala de observação, o autor analisa duas trajetórias de vida de indivíduos que, durante parte de suas “erráticas” (Cardoso, 2019) trajetórias laborais, passaram a trabalhar por conta própria e/ou se tornaram proprietária(o) de pequenos empreendimentos. Emerge aqui um panorama bastante mais nuançado do engajamento de trabalhadoras/es em modalidades laborais como essas – se quisermos, um panorama bastante mais nuançado do processo de produção de consenso entre elas/es. Os sentidos atribuídos ao trabalho em meios próprios passam pelas aspirações de autonomia que uma ocupação nesses termos, sem subordinação a uma hierarquia patronal, pode deixar ensejar. É dado relevante, ainda, o rechaço da entrevistada e do entrevistado ao enquadramento como “empreendedor/a”, o que está em consonância com os achados empíricos presentes em literatura diversa, exposta no texto. Na trilha do que propõe Moneta (2017, 2022), a propósito de manifestações da vontade de trabalhar para si, trata-se seguramente de apreender, nas manifestações relativas ao “empreendedorismo”, os elementos de consentimento

à relação de assalariamento, mas também aqueles de negação – trata-se, em suma, de auscultar os parâmetros de legitimidade de que se reveste concretamente a dominação capitalista no país.

O trabalho plataformizado, por certo

O chamado trabalho plataformizado tem justificadamente recebido preocupada atenção nos estudos do trabalho, como, aliás, anunciou a seção anterior. Nessa seara, experiências diversas nas Américas e na Europa despertam o interesse pelo exame da ação coletiva. Mais detidamente, tem se instigado a pesquisa para observação, por um lado, de práticas reivindicativas, por meio de associações, sindicatos e outras formas organizativas, aí incluído o exemplo dos breques dos apps (Bridi, 2022); e, por outro, de ações como o cooperativismo de plataforma (Grohmann, 2022).

Todavia, outros elementos reclamam investigação. Mais detidamente, no segundo artigo, Dinâmicas de competição e solidariedade entre motoristas, de Cristina Teixeira Marins e Rafael Rezende Borges de Araujo, podemos encontrar exposto, no interior de grupos de motoristas que trabalham para plataformas digitais, por meio de aplicativos, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o estabelecimento de relações de liderança, calcadas na expertise laboral e na promessa de mentoria para o atingimento de retornos monetários mais promissores no exercício da atividade de transporte de passageiros.

A partir de investigação informada por literatura antropológica e sociológica, podemos observar largamente como a interação por meio de programas informacionais de redes sociais, em especial o Instagram, levou à construção de uma sociabilidade entre esses motoristas. O uso cotidiano das redes sociais, presente inclusive durante a execução das práticas laborais, é porta de entrada para o cultivo, no interior dos gru-

pos, de laços solidários, de apoio mútuo, de compartilhamento de informações e de pertencimento; e também de velada, mas “acirrada” competitividade quanto à performance no trabalho.

Os procedimentos de investigação adotados pela autora e pelo autor em sua observação etnográfica abrangem não apenas o acompanhamento sistemático de publicações em redes sociais, mas também a realização de entrevistas em profundidade e de grupos focais, além da observação quando na condição de passageira(o), no consumo do serviço plataformizado. Foi assim que puderam, ainda, coletar dados relativos às “percepções e aspirações” de tais trabalhadoras/es.

Elementos de convergência e de divergência entre Estados Unidos e China

Apesar da proeminência do caso brasileiro na argumentação aqui exposta, outras experiências são convocadas. O artigo de Iuri Tonelo e André Augusto de Paula Barbieri, Estados Unidos e China: Reestruturação produtiva e formas de resistência, apresenta valiosos panoramas para as duas principais economias globais. No texto, a partir de um conjunto vasto e diverso de dados secundários, oriundos de pesquisas de opinião e contagens oficiais, podemos visualizar as convergências e as especificidades que nos dois países caracterizam a organização do processo de produção nas mais diversas atividades econômicas, bem como a agitação laboral que se ergue em resposta.

O texto dá conta de um novo processo de reestruturação da produção capitalista “nos dois polos de tensão no tabuleiro internacional”. Trata-se, então, de mapear, em ambos os países, os caracteres tecnológicos e organizacionais da chamada indústria 4.0, bem como de um – outra vez presente aqui – capitalismo de plataforma. Setores os mais diversos são escrutinados. Uma contribui-

ção significativa do texto está no delineamento das condições laborais e do processo de trabalho na China, seja na indústria de transformação, de que o caso do setor de equipamentos eletrônicos de telefonia móvel é emblemático, seja do ponto de vista do trabalho plataformizado de transporte de mercadorias; os autores fornecem vasto rol de evidências e tornam, assim, convincente a identificação de convergências com a produção de mercadorias em nações indiscutivelmente capitalistas – como os Estados Unidos.

Simultaneamente, vemos delineada a organização de trabalhadoras/es em formas mais e menos convencionais de ação coletiva. Na China, um destaque é o movimento grevista na indústria de celulares Foxconn, e ainda na indústria automotiva e de vestuário. Já as/os trabalhadoras/es da empresa de entrega de alimentos Meituan têm no seu repertório de ações contestatórias a desconexão da plataforma em horários de intensa demanda.

Quanto à classe trabalhadora norte-americana, são reunidos significativos elementos que apontam para um reavivamento da ação sindical em setores de vasta tradição, como a indústria automotiva, sem que se descuide da emergência de novas organizações sindicais em setores tidos até então como um desafio à organização laboral, como o de serviços. Os dados exibidos pelos autores ganham ainda mais sentido se lidos contra o pano de fundo da vitoriosa greve liderada pelo United Auto Workers (UAW)² em 2023, a que se sucedeu o investimento massivo do sindicato em campanha de sindicalização de novas plantas fabris automotivas em estados do Sul³; e pela bem sucedida iniciativa do sindicato de trabalhadoras/es da cadeia de cafés Starbucks: a companhia, depois de vasta ofensiva antissindical, aceitou entrar em processo formal de negociação.

Em geral, é possível observar um ressurgimento das lutas sindicais nos Estados Unidos, num contexto mais vasto de intensi-

ficação de lutas sociais. Destaca-se, na última década, o levante paredista de categorias como professoras/es, enfermeiras/os e trabalhadoras/es da hotelaria, na esteira de uma renovada ação do movimento socialista norte-americano e, mais remotamente, do movimento Occupy Wall Street, além do Black Lives Matter, mencionado explicitamente no artigo. É oportuno aludir a como o debate contemporâneo do feminismo da reprodução social alarga as veredas analíticas que se apresentam às questões aqui enfrentadas, especialmente, pela observação de que tais lutas, inscritas numa maré de enfrentamento antineoliberal, devem igualmente ser vistas em seu sentido de lutas de reprodução social, conforme indica Cinzia Arruzza (Mirkinson, 2019). Simultaneamente, a atividade sindical no setor de

serviços – caso das/os empregadas/os na plataforma Amazon – nos permite meditar sobre a possibilidade de formas organizativas de ação classista consideradas em crise encontrarem hoje expressão em novos processos de formação de classe, a partir de um proletariado de serviços, e repercutirem em segmentos mais tradicionais do sindicalismo (Antunes, 2018; Blanc, 2024).

O panorama aqui exposto está longe de ser exaustivo, uma obviedade a essa altura. Com satisfação, o que vemos nesse conjunto de artigos é a conformação de um mapa bastante significativo, capaz de apontar caminhos pelo quais podem andar outras investigações concernentes às questões suscitadas pelo dossiê, diante do desafio de fazer jus a toda diversidade nelas contida.



Referências Bibliográficas

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Amorim, H., Moda, F., & Mevis, C. (2021). Empreendedorismo: Uma forma de americanismo contemporâneo? *Caderno CRH*, 34, e021018. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.36219>
- Amorim, H., Moreira Cardoso, A. C., & Bridi, M. A. (2022). Capitalismo industrial de plataforma: Externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, 35, e022021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956>
- Bezerra, G. A. das N. (2012). *O jogo pós-salarial: Questão social, redemocratiza-*
ção e *capitalismo móvel no Brasil* [Tese de doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15482/1/tese%20Gustavo%20Bezerra.pdf>
- Blanc, E. (2024). Worker-to-Worker Organizing Goes Viral. *New Labor Forum*, 33(1), 77–83. <https://doi.org/10.1177/10957960231220914>
- Bridi, M. A. (2022). Relatório de Pesquisa “Configurações do trabalho digital e ação coletiva no contexto pós-pandemia Covid-19: um estudo comparativo entre países latino-americanos”. UFPR.

² O nome oficial do sindicato é International Union, United Automobile, Aerospace and Agricultural Implement Workers of America.

³ A ofensiva desencadeada pela nova direção da entidade inclui ainda o chamado à coordenação entre diversos setores do movimento operário norte-americano para alinhamento dos vencimentos dos contratos de trabalho, com vistas a que as futuras negociações se deem sob o espectro da preparação de uma greve geral em maio de 2028.

- Cacciamali, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, (14), 153–174.
- Cardoso, A. M. (2019). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (2. ed.). Amazon.
- Colbari, A. de L. (2015). Do autoemprego ao microempreendedorismo individual: Desafios conceituais e empíricos. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(1), 169–193. <https://doi.org/10.9771/23172428rgs.v4i1.10909>
- Gramsci, A. (2001). Americanismo e forismo. In A. Gramsci, *Cadernos do cárcere* (vol. 4, pp. 241-282). Civilização Brasileira.
- Grohmann, R. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: Cooperativas e coletivos de entregadores. *MATRIZes*, 16(1). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>
- Krein, J. D., Gimenez, D. M., & Santos, A. L. dos (Orgs.). (2018). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Curt Nimuendajú.
- Krein, J. D., Véras de Oliveira, R., & Filgueiras, V. A. (Orgs.). (2019). *Reforma trabalhista no Brasil: Promessas e realidade*. Curt Nimuendajú. <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Livro-REMIR-v-site.pdf>
- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: Uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, 12(25), 158–198. <https://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/07.pdf>
- Machado da Silva, L. A. (2002). Da informalidade à empregabilidade (Reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*, 15(37), 81–109. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18603>
- Mirkinson, J. (2019, 13 de maio). How women are leading the class struggle. *Splinter*. <https://splinternews.com/how-women-are-leading-the-class-struggle-1834721678>
- Moneta, M. de A. V. (2017). *A vontade de trabalhar para si – Emprego e experiência de classe* [Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2017.1014586>
- Moneta, M. (2022). A vontade de trabalhar para si e o significado do assalariamento no Recife. *Revista da ABET*, 21(1), 5–32. <https://doi.org/10.61999/abet.1676-4439.2022v21n1.55443>
- Oliveira, F. de. (2003). Crítica à razão dualista. *O ornitorrinco*. Boitempo.

“O que é ser empreendedor para você?” — Empreendedorismo, informalidade e aspirações laborais no Brasil

“What does it mean to be an entrepreneur to you?” — Entrepreneurship, informality, and labor aspirations in Brazil

“Qué significa para usted ser un emprendedor?” — Emprendimiento, informalidad y aspiraciones laborales en Brasil

**Thiago Brandão
PERES**

thiagobrandaoperes@gmail.com

Pós-doutorando em Sociologia
no Instituto de Estudos Sociais e
Políticos - IESP-UERJ

13

O propósito do artigo é mostrar como o empreendedorismo intenciona traduzir trajetórias ocupacionais marcadas pela diáde vulnerabilidade e precariedade como uma denominação identitária relativamente positiva, muito embora, na prática, essa tradução não encontre correspondência. A hipótese geral é que o empreendedorismo tem forte correlação com o conjunto de atividades compreendidas como tipicamente informais. Com efeito, ciente de que o conceito em questão não pode ser resumido a um agregado meramente estatístico, ou à seleção ad hoc de atividades supostamente empreendedoras, mostra-se, por meio de pesquisa qualitativa, que o empreendedorismo (na ordem do discurso), ao espraiar-se pelo tecido social, vinculou-se a determinados valores comunitários, como confiança, reciprocidade e cooperação.

Palavras-Chave: trabalho, empreendedorismo, informalidade, vulnerabilidade social, aspirações laborais.

The purpose of the article is to demonstrate how entrepreneurship translates vulnerable and precarious occupational trajectories as a relatively positive identity denomination. The general hypothesis is that entrepreneurship correlates with informality in the labor market. In fact, it is understood that the concept in question cannot be reduced as a simple statistical aggregate, or as an ad hoc selection of economic activities. Therefore, qualitative research shows that entrepreneurship (in the order of discourse), as it spreads through labor society in general, is linked to certain community values such as trust, reciprocity and cooperation.

Keywords: work, entrepreneurship, informality, social vulnerability, labor aspirations.

El propósito del artículo es demostrar cómo el emprendimiento intenta traducir trayectorias ocupacionales marcadas por la vulnerabilidad y la precariedad en una denominación identitaria relativamente positiva. La hipótesis general es que el emprendimiento tiene una fuerte correlación con el conjunto de actividades consideradas típicamente informales. En efecto, consciente de que el concepto en cuestión no puede reducirse a un mero agregado estadístico, o a la selección ad hoc de actividades supuestamente emprendedoras, se muestra, a través de la investigación cualitativa, que el emprendimiento (en el orden del discurso), al extenderse por el tejido social, se ha vinculado a determinados valores comunitarios, como la confianza, la reciprocidad y la cooperación.

Palabras clave: trabajo, emprendimiento, informalidad, vulnerabilidad social, aspiraciones laborales.

Introdução

De acordo com os dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 2019, aproximadamente oito em cada dez brasileiros concordaram com a afirmação de que iniciar um novo negócio é uma opção de carreira desejável¹. Essa elevada proporção de pessoas com relativa propensão para empreender (a média mundial no período é de 65,5%) encontra razão de ser, em larga medida, no fato de o trabalho assalariado e protegido nunca ter se generalizado no Brasil. E, ainda que parcelas da população o tenham experienciado, as posições assalariadas são, em boa medida, marcadas pela diáde da precariedade e vulnerabilidade social (observada pela baixa remuneração e/ou parcial ou não observância de leis trabalhistas). Nesse contexto, não surpreende que ampla maioria da população alimente projetos ou aspirações de viver por conta própria. Em outras palavras, premidos pela necessidade de obtenção de renda, precisam construir suas oportunidades de trabalho, e empreender

figura como uma forma significativamente viável de inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, enquanto tal, o empreendedorismo (e seu agente, o empreendedor) não deve ser entendido como uma categoria analítica naturalizada, homogênea e atemporal que pode ser simplesmente “encaixada” de modo acrítico para classificar pessoas que buscam meios de vida por conta-própria e inserem-se em posições informais na estrutura de oportunidades no Brasil. Tampouco se resume a um agregado meramente estatístico de atividades ocupacionais, ou à seleção ad hoc de atividades e circunstâncias supostamente “empreendedoras”.

Para dar conta dessa problemática, este artigo é composto por três partes distintas e complementares para além desta introdução. Na primeira, vemos como o empreendedorismo introduz-se nos círculos científico-universitários e, após décadas permanecendo restrito a eles, é catapultado para a ordem do dia pela forte reorientação político-econômica pró-mercado do

¹ Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/005791/2022 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo SEI 01300. 008811/2022-51. Aproveito a oportunidade para agradecer aos pareceristas anônimos da revista por todas as críticas e sugestões.

começo dos anos 1980. Na segunda parte, verificamos a relação entre empreendedorismo e informalidade por meio de análise estatística. A finalidade é mostrar como, em sociedades profundamente informais, a responsabilização individual que o empreendedorismo apregoa já é parte constitutiva da rotina dos trabalhadores que precisam criar as suas próprias oportunidades de renda. Por último, por meio de pesquisa qualitativa, abordamos a autopercepção (quando identificam e avaliam a si mesmas e aos outros como empreendedores) e os múltiplos sentidos atribuídos ao empreendedorismo por meio da análise de duas trajetórias ocupacionais “exemplares”, com o propósito de mostrar que os valores e práticas informadas pelo neoliberalismo e transmitidos como empreendedorismo por meio dos discursos empresariais e correlatos não são incorporados docilmente e acriticamente pelas pessoas no curso da vida cotidiana.

O empreendedorismo como categoria analítica e o desenvolvimento do campo de pesquisas

De acordo com Hoselitz (1951), as primeiras menções ao termo empreendedor datam do início do século XV no curso do desenvolvimento do léxico econômico francês e referenciavam o indivíduo responsável por realizar contratos com o governo para a construção de grandes obras arquitetônicas. A partir de meados do século XVIII, com a divisão progressiva do trabalho observada no aumento da especialização de atividades ligadas à elaboração técnica, científica, artística e à execução de empreendimentos urbanístico, a palavra empreendedor associa-se, gradualmente, a determinados profissionais, particularmente engenheiros e arquitetos e, avant la lettre, empreiteiros.

Entretanto, há relativo consenso de que é apenas com Schumpeter (1983) que o empreendedorismo (e seu agente, o empreendedor) assume estatuto científico como

um conceito bem definido e que se relaciona com outros conceitos (desenvolvimento econômico, crescimento econômico, inovação, risco etc.) no interior de uma teoria, a qual obedece a critérios científicos mínimos, como metodologia, validade e delimitação do objeto (Block, Fisch, & Praag, 2016; Hébert & Link, 2006; McClelland, 1961; entre tantos outros. No Brasil, conferir Vale, 2014).

Em linhas gerais, tal fato se explica porque Schumpeter foi o primeiro intelectual a desenvolver uma teoria econômica que confere centralidade ao empreendedor; e, especialmente, pela elaboração da hipótese de pesquisa que nortearia sobremaneira o vindouro campo de pesquisas sobre o tema: a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento econômico e o número total de empreendedores de um determinado país (observaremos essa relação em detalhe mais adiante). Além das significativas contribuições teóricas, o economista austríaco também é reconhecido pelo seu empenho institucional para promover o empreendedorismo como um campo de pesquisas legítimo. Não à toa, em 1932, fundou o Research Centre for Entrepreneurial History, primeira instituição científica dedicada exclusivamente ao tema.

A julgar pela magnitude que o campo de pesquisa sobre empreendedorismo possui atualmente, poderíamos supor que, a partir dos anos 1930, o volume de investigações teria crescido em escala geométrica. Não foi o caso. Na verdade, o referido tema de pesquisas permaneceu bastante marginal – o primeiro curso sobre empreendedorismo foi realizado apenas em 1947 e, fora do campus da Harvard University (na qual Schumpeter lecionava), somente em 1953, na New York University.

Vejamos alguns números. Katz (2003) mostra que, em 1970, os Estados Unidos da América (EUA) possuíam apenas dezesseis disciplinas acadêmicas sobre empreendedorismo. Cinco anos depois, o país contabilizava cento e quatro disciplinas espalhadas

por todo o território nacional. Contudo, após a relevância social e política que o tema adquiriu, principalmente a partir de 1982, o número de disciplinas saltou para trezentos e quinze, incluindo as oferecidas em pós-graduação. Uma década depois, já nos anos 1990, os EUA contabilizavam cinquenta e dois cursos de graduação e, nos anos 2000, “emergiu [nos EUA] uma infraestrutura composta por mais de 2200 cursos em mais de 1600 escolas, 277 cátedras, 44 periódicos acadêmicos especializados (em língua inglesa), e mais de 100 centros de pesquisa” (Katz, 2023, p. 284).

Em termos bibliométricos, Meyer et al. (2014) contabilizam que, no início dos anos 1980, o campo de pesquisa sobre empreendedorismo evoluiu, de uma pequena área acadêmica, com menos de cem artigos publicados, para um campo pujante com mais de mil artigos ao final da década seguinte. Desde então, o ritmo continuou aumentando consideravelmente, e, até 2012, último ano da pesquisa, crescia sob uma taxa média anual de 12,1%, contando mais de cinco mil artigos publicados apenas nos países de língua inglesa, especialmente EUA, Reino Unido e Canadá.

Mediante o exposto, uma pergunta se faz fundamental: como o empreendedorismo adquiriu tamanha notoriedade e se espalhou para o tecido social para além do seu lócus original (centros de pesquisa e instituições acadêmicas em geral)?

1 – A compatibilidade entre o empreendedorismo e os valores propostos pela razão neoliberal

Como acentuam Dardot e Laval (2013), a década de 1980 foi marcada pelo triunfo do neoliberalismo – uma orientação político-econômica pró-mercado que se apresentou e consolidou como uma resposta à crise econômica e social do regime fordista. Em linhas gerais, o neoliberalismo atacou diretamente a regulamentação macroeconômi-

ca de orientação keynesiana, os sistemas tributários progressivos, a seguridade social; impôs novos métodos de gestão pública espelhados no setor privado; enfatizou as responsabilidades pessoais dos indivíduos, suas famílias e comunidades na promoção do seu bem-estar futuro (a responsabilização individual); além de atacar duramente os direitos trabalhistas e as instituições de representação dos trabalhadores (sindicatos, movimentos sociais e partidos).

Entretanto, tendemos a concordar com Bourdieu (1998) que o neoliberalismo não surgiu no final dos anos 1970 com a dupla Thatcher/Reagan, posto que foi longamente maturado por uma elite intelectual (políticos, jornalistas, formadores de opinião etc.) que dispunha de largo espaço dedicado à propagação das ideias e valores neoliberais nos grandes jornais, televisão, rádio e outros veículos de comunicação – cuja consequência mais profunda foi dar ao neoliberalismo uma aparência de inevitabilidade. Nesse sentido, a dupla seria uma espécie de encarnação (governamental) de “ideias que já pairavam no ar”. E, entre essas ideias, estava o entendimento do empreendedorismo como a solução para a questão do aumento do desemprego no período de crise do fordismo.

De acordo com Peres (2020), o neoliberalismo engendrou uma verdadeira “febre empreendedora” (p. 94) – uma percepção geral de que somente um volume significativo de empreendedores poderia gerar empregos em uma escala suficiente para suprir as necessidades de uma sociedade que assistia a uma evidente diminuição da sua força de trabalho industrial. E, por força dessa percepção, empreendedorismo se constituiu como um ponto de apoio normativo, tanto pelas justificações gerais que apregoa (inovação, geração de empregos, crescimento econômico, por exemplo), quanto pelas virtudes individuais aventureiras, as quais alimentam o imaginário social de que todos os indivíduos têm igualdade de condições, e o sucesso (profissional e

financeiro) depende única e exclusivamente do esforço individual. Um exemplo é o modo pelo qual o empreendedorismo explica que desempregados e desalentados são, sobretudo, sujeitos que deveriam descobrir seus espíritos empresariais intrínsecos para se tornarem empregáveis.

Mercado de trabalho e a responsabilização individual

Como vimos acima, a partir do final dos anos 1970, a emergência (e posterior hegemonia) de uma forte reorientação político-econômica pró-mercado catapultou o empreendedorismo para a "ordem do dia". E isso ocorreu, em linhas gerais, porque os pressupostos mínimos que orbitam o conceito (inovação, risco, mérito, competitividade etc.) eram perfeitamente compatíveis com os valores e ideais pregados pela racionalidade neoliberal, em especial a responsabilização individual sobre objetivos coletivos por excelência (seguridade social e direitos trabalhistas).

Entretanto, quando dedicamos atenção para as estruturas elementares que compõem uma ordem socioeconômica profundamente desigual como a latino-americana, vemos que, em larga medida, a responsabilização individual já é parte significativa da rotina das pessoas que precisam criar cotidianamente as próprias oportunidades de obtenção de meios de vida, além da de seus familiares. De acordo com os dados do GEM, em 2012, nove em cada dez brasileiros afirmaram que "iniciar um novo negócio é uma opção de carreira desejável". Sete anos depois, a proporção de brasileiros que concordam com essa afirmação reduziu para 75%, mas ainda se manteve acima da média mundial no período (61%).

Como argumenta Cardoso (2016), a "escolha" por vias próprias e criativas, voluntárias ou compulsórias, é elemento central das oportunidades de vida no Brasil e na América Latina. Em outras palavras, a es-

trutura socioeconômica latino-americana é incapaz de fornecer posições assalariadas e protegidas a todos, no que é de se esperar, portanto, pela "naturalidade" de projetos e aspirações de viver por conta própria. Sendo assim, não surpreende que a ampla maioria dos brasileiros concorde com a supramencionada afirmação. Dois termos utilizados pelo autor merecem maior atenção, ambos grafados acima entre aspas: "escolha" e "naturalidade".

A oferta de empregos de um determinado país pode ser entendida como o resultado do agregado de decisões empresariais e governamentais, de modo que a única opção de homens e mulheres, salvo raras exceções, é localizar, no interior da estrutura de oportunidades, os empregos que correspondam às suas expectativas – "qualificações, aspirações, desejos, necessidades e urgências" (Cardoso, 2016, p. 326, tradução nossa). Segundo esse ponto de vista, portanto, a oferta de oportunidades de trabalho é exógena para a ampla maioria das pessoas. Observando de outra perspectiva, contudo, aqueles e aquelas que buscam oportunidades de trabalho e de renda nem sempre se condicionarão às posições ofertadas pela ordem social e econômica da qual fazem parte – ordem essa percebida como um conjunto de oportunidades e restrições de acesso a posições dentro de sua estrutura – e, portanto, não se circunscreverão apenas às possibilidades de inserção social criadas exogenamente. É nesse sentido que o termo "escolha" está entre aspas, pois devemos entendê-lo como o resultado da fricção entre as expectativas das pessoas e o que é, de fato, ofertado pela estrutura social e econômica.

O ponto central é que, na América Latina, e no Brasil em especial, o trabalho assalariado e protegido nunca se generalizou, e, ainda que uma parcela significativa da população o tenha experienciado, as posições assalariadas são, em boa medida, marcadas pela precariedade (baixa remuneração

e/ou parcial ou não observância das leis trabalhistas, por exemplo). Isso explica o porquê da “naturalidade” (o segundo termo) de projetos e aspirações de viver por conta-própria no Brasil. Isto é, premidos pela necessidade, precisam construir oportunidades de trabalho e renda, e o trabalho informal e/ou autônomo figuram entre as formas de inserção possíveis. E a “naturalidade” explica também, por conseguinte, o porquê de parte das posições assalariadas não corresponderem às expectativas (desejos, aspirações e demandas) de todas e todos que buscam meios de vida em uma ordem socioeconômica desigual e mercantilizada.

Em razão do exposto, poderíamos supor alguma correspondência entre empreendedorismo e informalidade? Quer dizer, nos países com maiores taxas de informalidade do mercado de trabalho, encontrariamos maiores taxas de empreendedorismo (em uma relação diretamente proporcional)? E em caso positivo, haveria alguma diferença se considerarmos um conjunto de países relativamente mais rico e outro conjunto relativamente mais pobre?

1 – A relação entre informalidade e empreendedorismo

Para verificar a hipótese acima, nos inspiramos no desenho metodológico propos-

to por Lecuna (2014), o qual desenvolve uma regressão linear para analisar a relação entre desigualdade de renda e taxa de empreendedorismo de um determinado país². No caso desta investigação, propõe-se uma regressão linear na qual o empreendedorismo é a variável dependente, e a informalidade, a variável independente.

Para construir a variável dependente utilizamos os dados disponíveis pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM)³. A referida instituição disponibiliza diferentes bases de dados relacionadas ao empreendedorismo; porém, para esta pesquisa, nos concentraremos particularmente na base derivada do Adult Population Survey (APS). O Survey é endereçado à população adulta entre 18 e 64 anos (Reynolds, 2022) e aplicado por meio de parceria com institutos, universidades e organizações nacionais dos cerca de cem países participantes – no Brasil, a pesquisa é realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). A população total entrevistada é selecionada por meio de amostra probabilística de acordo com o método de amostragem de múltiplos estágios⁴, estratificado segundo o tamanho da população (95% de confiança).

Em geral, as investigações que concentram seus esforços na base de dados do

² Como resultado, encontra mostra uma relação linear positiva entre a desigualdade de renda (medida pelo índice de Gini) e a proporção de empreendedores. Ou seja, quanto mais desigual o país, maior é a quantidade de empreendedores encontrada.

³ A partir dos anos 1990 diferentes instituições (públicas e privadas) orientaram esforços para desenvolver bases de dados sobre empreendedorismo que permitissem fazer comparações entre países de modo consistente. Entre as mais conhecidas e importantes no mundo estão o International Business and Entrepreneurship (IBE); o World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES); o Comparative Entrepreneurship Data for International Analysis (COMPENDIA); além daquela produzida pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que utilizamos porque possui a maior série histórica (2001-2023), entre as bases mencionadas.

⁴ Importante mencionar que o tamanho da amostra contempla a proporção da população de cada estado em relação à população total do Brasil e as residências visitadas foram escolhidas aleatoriamente segundo os setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para saber mais, consultar Onozato, Bastos Junior, Greco e Souza (2020).

GEM utilizam a taxa conhecida como Total Early-Stage Entrepreneurial Activity (TEA) (ou, em tradução livre, “Atividade Empresarial Total em Estágio Inicial”) para mensuração do empreendedorismo, como pode ser verificado em Georgiou (2009), Apetrei, Sánchez-García e Sapena (2019), além do influente artigo de Van Stel, Carree e Thurik (2005). A definição da TEA compreende a proporção de indivíduos, entre dezoito e sessenta e quatro anos, que têm um negócio por, no máximo, três anos e meio. Após esse período, a proporção recebe o nome de Established Business Ownership (EBO) (em tradução livre, “Proprietário de Negócio Consolidado”). Para efeitos da variável dependente, optamos por adotar como a taxa de empreendedorismo de um determinado país o resultado obtido pela soma da TEA e da EBO, pois, como Fontenele (2010), nosso objetivo é analisar o número total de empreendedores, independentemente do tempo de existência da referida atividade empresarial.

Para a variável independente, por sua vez, utilizamos o indicador *proporção de informalidade do mercado de trabalho*, obtido a partir de sua disponibilidade na base de dados fornecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente da série harmonizada entre países. Isso quer dizer que, embora a forma de captura e estimativa dos dados sobre a proporção de informais de cada país varie sensivelmente (*labor surveys, household surveys etc.*), eles estão adequadamente harmonizados e, portanto,

habilitados para estabelecer comparações.

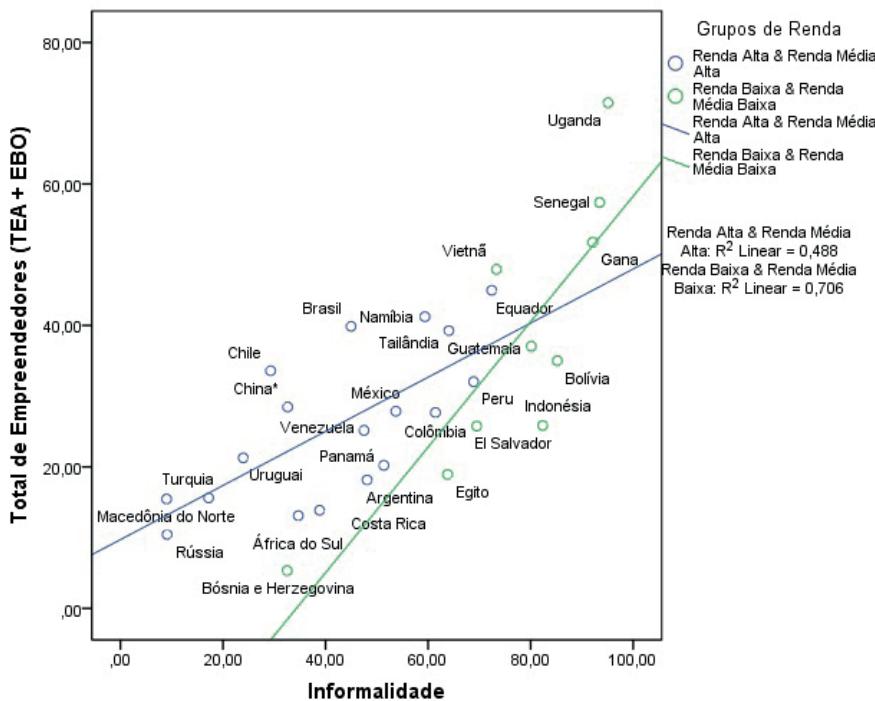
Com efeito, para compor a amostra observaram-se os critérios de disponibilidade no banco de dados do GEM e no banco de dados da OIT, para o mesmo ano. Depois, organizamos os vinte e oito países em dois “grupos de renda”, seguindo a classificação⁵ do Banco Mundial, a saber, (i) Renda Baixa e Renda Média Baixa e (ii) Renda Alta e Renda Média Alta. Ambas obedecem a classificação do país no ano observado⁶. Como resultado, a amostra obteve o conjunto de vinte e oito países, dos quais cinco se situam na África (21%) e na Ásia (21%), três na Europa (11%) e quatorze na América Latina (48%); dez países, 38% do total, pertencem ao grupo (i), e dezoito, ou 62%, ocupam o conjunto (ii).

O resultado da regressão linear revela que a informalidade correlaciona positivamente com o total de empreendedores dos países selecionados. Ou seja, de fato, o aumento observado da informalidade encontra um correspondente aumento das taxas de empreendedorismo, exatamente como apontam as considerações de Cardoso (2016) acerca do mercado de trabalho latino-americano. Entretanto, a correlação é relativamente forte no grupo Renda Baixa e Renda Média Baixa (coeficiente de determinação em 0,706) e pouco menos que moderada no conjunto composto pelos países de Renda Alta e Renda Média Alta (0,488). Com efeito, os resultados nos permitem sugerir que, em países relativamente mais pobres, as pes-

⁵ O Banco Mundial classifica os países em quatro grupos econômicos, High, Upper-middle, Lower-Middle e Low Income, a partir da estimativa do tamanho de suas economias seguindo o critério de Produto Interno Bruto per capita (US\$) calculado pelo que denominam Atlas method (para saber mais, conferir <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378832-what-is-the-world-bank-atlas-method>). Estamos plenamente cientes de que as classificações do Banco Mundial não obedecem apenas a critérios técnicos, sendo largamente influenciadas por interesses privados de grupos de investimentos e motivações políticas, tal como demonstra Pereira (2022).

⁶ Por exemplo, em 2017, a Argentina era considerada High Income (ou Alta Renda) na classificação do Banco Mundial. Entretanto, como os dados de informalidade e empreendedorismo na Argentina são relativos ao ano de 2018, usa-se a classificação para o ano de 2018, no caso, Upper-middle Income, ou Renda Média Alta.

Gráfico 1. Relação entre empreendedorismo e informalidade segundo grupos de renda



Fonte: Microdados do Global Entrepreneurship Monitor. Estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vários anos. Elaboração própria.

Source: Microdata from the Global Entrepreneurship Monitor. Estimates from the International Labour Organization (ILO). Various years.

soas são notadamente mais pressionadas pela necessidade de criar as próprias condições de oportunidade de trabalho e renda (as quais são, em geral, informais).

A taxa de empreendedorismo, portanto, possui uma forte relação com mercados de trabalho marcados pela diáde precariedade/vulnerabilidade. E o Brasil é, de fato, um caso exemplar: o relatório executivo do GEM mostrou que, nos anos 2000, o país ocupou o posto de economia com a maior proporção de empreendedores no mundo (Reynolds et al., 2001). Contudo, essa constatação vai na direção oposta da hipótese schumpeteriana (mencionada na primeira parte), a qual afirma que o empreendedorismo, por suas características imanentes, promoveria o desenvolvimento

econômico de um determinado país. Ou, dito de outra forma, de fato há uma relação diretamente proporcional entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico quando a amostra é composta apenas por países relativamente mais ricos. É o caso de Apetrei, Sánchez-García e Sapena (2019) que investigaram a capacidade do empreendedorismo de promover a prosperidade – a partir de amostra composta por quarenta e dois países (todos pertencentes à OCDE) – e concluíram que a atividade empreendedora (TEA) correlaciona positivamente com a redução da desigualdade e da pobreza. Georgiou (2009) encontra resultados semelhantes: efetivamente, o empreendedorismo está associado a menor desigualdade de renda (Gini). A amostra,

porém, é composta por Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido. Não à toa que Van Stel, Carree e Thurik (2005), a partir de um conjunto de trinta e seis países diversos, em termos de renda, tenham observado que a TEA possui efeito positivo sobre o crescimento econômico nos países relativamente mais ricos, e um efeito negativo nos países relativamente mais pobres. É nesse sentido que Baumol (1990) sugere o termo "empreendedorismo improdutivo". É pelo mesmo caminho que Larroulet e Couyoumdjian (2009) falam em "paradoxo latino-americano" (elevada proporção de empreendedores, baixos percentuais de inovação, produtividade e crescimento econômico).

O ponto é que a relação diretamente proporcional entre empreendedorismo, informalidade e riqueza de um país (medido aqui pelo PIB) contradiz em muito a hipótese schumpeteriana de que o empreendedorismo promove desenvolvimento econômico (tal como abordamos no começo do artigo); e que, em larga medida, foi necessário requalificar o conceito a partir das locuções adjetivas "por oportunidade" e "por necessidade" (Acs & Amorós, 2008; Angulo-Guerrero, Pérez-Moreno, & Abad-Guerrero, 2017; Margolis, 2014; Rubach, Bradley, & Kluck, 2015; Williams, 2007), o primeiro representando o modelo típico de empreendedor dos países mais ricos, e o segundo característico dos países mais pobres.

O sujeito neoliberal por exceléncia? Aspirações laborais e a constituição de uma autopercepção positiva

Não precisa muito para vermos como o empreendedorismo, na ordem do discurso, "caiu como uma luva" em sociedades profundamente desiguais, assim como se ajusta perfeitamente a mercados de tra-

lho marcados pela informalidade. Primeiro, e mais evidente, por conta da mencionada "naturalidade" das aspirações de se viver por conta própria. Em boa medida, portanto, é tarefa cognitivamente simples interpretar os trabalhadores por conta-própria (informais ou não) como empreendedores.

Segundo, o neoliberalismo, como uma orientação político-econômica fortemente pró-mercado, foi relativamente bem-sucedido em espalhar seus valores e sua racionalidade. De maneira mais ampla, podemos dizer que, a partir do conceito de empreendedorismo, o neoliberalismo (i) fornece novas lentes para reinterpretar o nosso passado, ao imputar um suposto "espírito" capitalista original aos trabalhadores pobres e marginalizados que buscam obter meios de vida em uma ordem socioeconômica desigual e mercantilizada; (ii) explica e justifica o parco acesso a "boas" posições na estrutura de oportunidades ao ensejar uma "promoção cognitiva" do status social de determinadas inserções ocupacionais, principalmente aquelas que têm na precariedade e vulnerabilidade seus elementos estruturantes; (iii) produz consenso em torno da necessidade de adoção do receituário neoliberal. Ou seja, persuade o imaginário social de que os acordos coletivos, duramente conquistados, estabelecidos em lei e estabilizados nas instituições – os quais poderiam proporcionar uma relativa segurança socioeconômica (Standing, 1999) – são, na verdade, obstáculos ao mérito individual.

Por último, e associadas aos dois argumentos anteriores, estão as consequências sociais do que a literatura convencionou denominar "empresário de si mesmo" (Foucault, 2008; mais recentemente Nicoli & Paltrinieri, 2019; no Brasil, conferir Silva, 2002; Leite & Melo, 2008). Há relativo consenso de que uma de suas características fundamentais é a reconstituição de uma cultura do trabalho que valoriza o risco e a insegurança por meio da individualização e subjetivação dos controles que organizam

a vida social. É nesse sentido que o empreendedorismo adquire força para ensejar uma valência positiva às inserções ocupacionais relativamente “ruins” (mal remuneradas, total ou parcialmente desprovidas de acesso a direitos trabalhistas mínimos, por exemplo).

Nesse contexto, portanto, considerar-se “empreendedor” é também uma forma de construir, organizar e refletir uma autoimagem positiva sobre si mesmo e sobre os outros, geralmente associada à ênfase no esforço pessoal (trabalhar incansavelmente), à valorização da experiência “prática” em detrimento do conhecimento dito universitário, à exaltação do enfrentamento a dificuldades e celebração da resiliência, e outros valores correlatos. Dentro desse contexto, não seria exagerado afirmar que o empreendedor pode perfeitamente ser definido como o sujeito neoliberal por excelência, a encarnação perfeita para um mundo em que as necessidades do mercado são generalizadas e apresentadas como universais para a sociedade.

Entretanto, enfatizamos o “geralmente”, porque a constituição de uma identidade, por óbvio, não é processo inexorável de incorporação acrítica de valores e práticas. É justamente a eficácia desse discurso que nos propomos a perscrutar a partir das trajetórias de vida de Estevão e Tereza (particularmente, suas origem familiar e trajetória ocupacional).

1 – A efetivação de possibilidades objetivas: trajetórias exemplares

Se levarmos em consideração tudo o que foi dito até aqui, poderíamos ter a impressão de que o engajamento no capitalismo pelo empreendedorismo é um processo inexorável e, desse modo, todos os trabalhadores e trabalhadoras que obtêm meios de vida em uma ordem socioeconômica profundamente desigual e informal estariam predestinados, em maior ou

menor grau, a se autoperceberem e serem identificados como empreendedores.

Contudo, acreditar que esse engajamento é inevitável é confundir, em larga medida, o “efeito de teoria” (Bourdieu, 2008, p. 161) com a enunciação do profeta (Bourdieu, 2007). O primeiro trata de um efeito notadamente político que consiste em fazer ver uma realidade que não existe em absoluto. Por seu turno, a enunciação é um discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que enuncia (a coisa anunciada, no caso, “somos todos empreendedores”) no próprio ato de enunciação, e cuja eficácia é proporcional à crença que seus apóstolos depositam no enunciador. E é exatamente essa eficácia que nos propomos a investigar a partir das trajetórias de Estevão e Tereza (nomes fictícios).

Realizadas no Rio de Janeiro, as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado dividido em dois blocos. O primeiro, mais extenso, é relativo à origem familiar e trajetória ocupacional. O segundo continha questões que procuravam apreender a percepção de ambos acerca do empreendedorismo. Para as entrevistas, exploramos a disposição metodológica desenvolvida por Cardoso (2019), que permite compreender trajetórias individuais pela sua exemplaridade, quer dizer, como expressão da diversidade de possibilidades (inscritas em termos de probabilidade, portanto). Importante mencionar que a exemplaridade, por um lado, não se traduz em uma representatividade estatística (ou seja, relacionada à frequência com que determinados eventos ocorrem). Por outro, ela é representativa como “a efetivação de possibilidades objetivas, por meio ou como resultado dos investimentos subjetivos de seus personagens em sua própria trajetória de vida” (Cardoso, p. 326). Consequentemente, a exemplaridade, enquanto efetivação de possibilidades (pois permitida e delimitada pela fricção entre agência individual e/ou familiar e fatores exógenos a ela), atua

como um modelo ou projeto que mobiliza expectativas, desejos e aspirações de outros indivíduos e famílias. Ou seja, ao menos potencialmente, a exemplaridade de uma trajetória atualiza o horizonte de possibilidades e expectativas (positivas ou negativas) de outras trajetórias. Ou, nas palavras do autor, "são trajetórias de brasileiros atualizando o horizonte de oportunidades aberto aos brasileiros. Logo, exemplares desse horizonte" (Cardoso, p. 327).

Nesse sentido, a rejeição ou celebração da autoimagem do empreendedor, inde-

pendentemente da sua forma de inserção na estrutura de oportunidades (seja assalariamento, trabalho por conta própria ou empreendimento familiar, sejam formais ou informais), não é apenas possível, pois de fato ocorreu em sua singularidade, como é exemplar, porque expressa e enseja (novamente, em probabilidade) a mesma rejeição ou celebração de (e para) outras pessoas.

Por último, uma síntese cronológica das trajetórias de Estevão e Tereza (listando os acontecimentos relativamente mais significativos) pode ser conferida nos quadros abaixo.

Quadro 1. Breve Cronologia da trajetória de Estevão

- 1971** - Nascimento de Estevão no Rio de Janeiro, capital, bairro Vila Isabel. Na época, seu pai era "anotador" do jogo do bicho e a mãe, doméstica.
- 1985** - Começa o namoro entre Estevão e sua atual esposa.
- 1988** - Contrariando os desejos do pai, que gostaria o filho se mantivesse estudando, Estevão emprega-se em um escritório de contabilidade como *office-boy* (trabalhador sem carteira assinada).
- 1989** - Casa com Suelen.
- 1990** - Entra na secretaria de educação do Rio de Janeiro por meio de concurso público (exigência de primeiro grau).
- 1992** - Pede exoneração para trabalhar no laboratório de empresa privada de fotografia. Operador de máquina de impressão de fotografias com carteira assinada.
- 1997** - Nascimento do primeiro filho.
- 2002** - Pede demissão para tornar-se fotógrafo e filmador profissional (conta-própria sem contribuição para a previdência social).
- 2005** - Trabalha como cerimonialista, com carteira assinada, no restaurante de empresa privada de organização de eventos. Seu cunhado era um dos sócios. Continua atuando como fotógrafo.
- 2007** - Nascimento do segundo filho.
- 2009** - Encerra definitivamente as atividades de fotógrafo e filmagem.
- 2011** - Encerra atividades de cerimonialista para abrir empresa de bufê. Empresa familiar sem CNPJ.
- 2014** - Declara falência da empresa de bufê. Consegue trabalho em novo restaurante. Gerente de restaurante com carteira assinada.
- 2016** - O restaurante que trabalha decreta falência.
- 2017** - Abre um pequeno restaurante com sócios.
- 2018** - Vende sua parte na sociedade e abre seu próprio restaurante.

Fonte: Entrevista realizada pelo autor. Elaboração própria.

Source: Interview conducted by the author.

Quadro 2. Breve Cronologia da trajetória de Tereza

- 1970** - Nascimento de Tereza em Teófilo Otoni (MG). O pai era pedreiro e a mãe lava-deira e passadeira.
- 1977-78** - Abandono paterno.
- 1980** - Primeira experiência de trabalho fora da casa da mãe. Doméstica e cuidadora de criança na residência da tia, atendente e faxineira no restaurante dela. Relatos de agressão e assédio verbal. .
- 1984** - Emprego no Rio de Janeiro, como doméstica, acompanhando a conhecida de sua mãe que morava na capital do Estado.
- 1988** - Primeiro emprego sem agenciamento materno. Empregada doméstica no bairro de Jacarepaguá (RJ) sem carteira assinada .
- 1990** - Empregada doméstica com carteira assinada no bairro do Méier (RJ). Observando a própria trajetória, narra que neste período já manifestava insatisfação com o fato de que apenas o emprego doméstico lhe fosse apresentado como possibilidade de inserção ocupacional.
- 1996** - Faxineira com carteira assinada em fábrica de produtos de limpeza.
- 1997** - Casa-se com Alexandre. Nascimento da primeira filha.
- 2000-01** - A fábrica decreta falência. Com o dinheiro da rescisão do contrato de trabalho compra um imóvel próprio em Nova Iguaçú (RJ). Tereza declara que ficou desempregada durante nove anos. Entretanto, conta que realizou trabalhos esporádicos ("biscate") a fim de complementar a pensão paga pelo ex-marido.
- 2002** - Nascimento do segundo filho.
- 2010** - Empregada doméstica com carteira assinada no bairro da Glória.
- 2015** - Vende sua residência. Compra um estabelecimento comercial para vender roupas e bijuterias (o qual empregou a filha mais velha). Vai morar em uma ocupação urbana em Nova Iguaçú (RJ).
- 2016** - Tereza obtém um apartamento subsidiado pelo programa federal "Minha casa, Minha vida".
- 2017** - A crise econômica a obriga a fechar as portas do seu estabelecimento.

Fonte: Entrevista realizada pelo autor. Elaboração própria.

Source: Interview conducted by the author.

2 - As trajetórias exemplares de Estevão e Tereza

O resultado das entrevistas⁷ com Estevão e Tereza (e suas respectivas famílias) nos permitem ver como o assalariamento, o trabalho por conta-própria e o empreendimento individual ou familiar, sejam

formais ou informais, não são alternativas excludentes na busca pela obtenção de meios de vida. Muito jovem, Estevão decidiu se contrapor aos anseios familiares, e recusou a possibilidade de investimento educacional posterior ao ensino médio que sua família prometia. Seu desejo, aos dezoito anos, era obter renda "pelas próprias

⁷ Os trechos entre aspas e sem referência autor(a)/ano correspondem a expressões e frases ditas pelos entrevistados.

mãos" para se casar. No caso de Tereza, o abandono paterno precipitou a sua dispersão e a dos seus irmãos dos cuidados maternos, inserindo-os, prematuramente, no mercado de trabalho como trabalhadores domésticos e/ou trabalhadores familiares auxiliares. Aos nove anos, se viu obrigada a evadir da escola para trabalhar e garantir a própria sobrevivência e colaborar com a de sua família. Para ambos, a informalidade se apresentou como a forma de inserção ocupacional que atendia suas necessidades e expectativas quando completaram a maioridade.

Em seguida, houve um ajustamento das suas expectativas. Por meio do contato com outras empregadas domésticas, aos 19 anos, Tereza "descobriu" a carteira de trabalho (e os direitos associados), constatou que seu salário era inferior ao delas (ou seja, em certa medida, ao praticado no mercado); além disso, não o recebia com regularidade e integralmente (parte era pago diretamente à mãe). Foram necessários seis anos para que, na competição com outras pessoas que procuravam trabalho, se inserisse formalmente no mercado de trabalho. Por outro lado, Estevão mobilizou o investimento educacional progresso e dirigiu suas energias para pleitear uma inserção ocupacional no funcionalismo público, a qual, de fato, se efetivou com um dos concursos prestados.

Em linhas gerais, podemos ver, em ambos os casos, como as múltiplas formas de inserção ocupacional se efetivaram mediante a *fricção* entre (i) o contexto de oferta de trabalho e renda em um determinado lugar e período, no caso, o Estado do Rio de Janeiro em meados da virada do segundo milênio (oportunidades geradas *exogenamente*, portanto); e (ii) os seus desejos, necessidades e projetos ou, em uma palavra, expectativas (nesse sentido, criadas *endogenamente*), largamente informadas pelos vínculos sociais que estabeleceram ao longo da vida.

No caso de Estevão, para acessar as "boas" oportunidades de renda (os contratos de bufê de pequeno porte) ofertadas pelo contexto de pujança econômica no Rio de Janeiro, foi preciso mais uma vez retornar à informalidade, porém na posição de empregador. A informalidade, por outro lado, traçava um limite que, nas suas palavras, o impedia de "alçar voos mais altos". O retorno à formalidade pelo assalariamento com carteira assinada ocorreu mais uma vez, por meio dos vínculos sociais que estabelecerá. Mas a mobilização desse recurso, aos quarenta e sete anos, casado, pai de dois filhos e apenas com o ensino médio, não era suficiente para manter a renda de outrora, nem obter melhores oportunidades. Ante o destino, que julgou inevitável, de ver sua renda cair novamente (vide a falência do negócio em sociedade) decidiu lançar-se novamente para ter o próprio negócio.

Para Tereza, encontrar pessoas que ocupavam posição semelhante à sua no espaço social também lhe permitiu efetivar parte das suas expectativas. A migração para a cidade do Rio de Janeiro lhe permitiu acesso a oportunidades que, provavelmente, não teria, caso permanecesse na sua cidade natal. Porém, a restrita rede de contatos que estabelecerá, o fato de não ter residência na cidade, a evasão escolar precoce e o fato de ser mulher e negra limitaram, em muito, o seu horizonte de possibilidades. Descontando o tempo de trabalho na fábrica, até os quarenta anos e à revelia das suas aspirações, Tereza acumulou cerca de vinte e cinco anos trabalhando como empregada doméstica, formal ou informalmente (ou formal *no papel* e, em certa medida, *informal na prática*, pois seus direitos não eram integralmente cumpridos, principalmente o direito à folga), com um empregador regular ou intermittentemente em várias casas, durante o período de "desemprego". Por fim, Tereza decidiu vender a residência que construiu

ao longo dos anos a fim de obter capital para comprar um estabelecimento comercial e inserir-se no mercado como empregadora (ainda que informal). Foi com essa solução que Tereza pretendeu impulsivar-se para se desprender do *piso pegajoso*⁸ (que a mantinha relativamente immobilizada na estrutura de oportunidades) e tornar-se “empreendedora”. E o que isso queria dizer exatamente?

Quando responde à pergunta “o que é ser empreendedora para você?”⁹, Tereza afirma a alegria da autonomia e a preocupação com o futuro dos filhos. Raros foram os momentos em que, relembrando sua trajetória, disse orgulhar-se de um feito. Quando enfatizamos sua determinação e perseverança em face de dificuldades, minimizou suas façanhas e conquistas. Há uma exceção, entretanto. Orgulha-se de ter vendido a casa para comprar o estabelecimento comercial, orgulha-se do preço por que a vendeu e da coragem que teve. Desse modo, faz todo o sentido, portanto, que associe a *valência positiva* do empreendedorismo com a autonomia, “É ser cabeça. É não ter ninguém mandando em você”, pois “ser empreendedora” significou romper com os desígnios que a mantinham presa ao trabalho doméstico.

Por outro lado, para Estevão, “ser empreendedor” mobilizou sentidos da formalização e gestão racional do negócio, que o permitiram deixar no passado a imagem de “aventureiro de fundo de quintal”

– como se autointitulou –, e o acesso a direitos previdenciários que o dispositivo do Microempreendedor Individual (MEI) lhe proporcionava. Entender-se como empreendedor também esteve associado à solução de um problema familiar frequente, qual seja, o apaziguamento de “conflitos de autoridade” nos empreendimentos familiares (Lautier, 2013, p. 210), no caso, entre Estevão, sua esposa e filhos. Tendo em vista que seu núcleo familiar se envolveu intensamente nos processos de trabalho do seu negócio, frequentemente Estevão não conseguia distinguir as relações familiares das relações de trabalho.

Em outras palavras, ainda que a força discursiva do empreendedorismo seja inquestionável, ela não é irresistível. Nesse sentido, Estevão permaneceu, ao menos à primeira vista, relativamente imune aos valores e representações que o empreendedorismo apregoa. E, para Tereza, pouco importa se é ou não empreendedora (“eu não ligo pra isso”), pois o que interessava realmente era a efetivação de seu projeto de viver por conta própria.

E ambos não estão sozinhos nessa rejeição/indiferença. Ao analisar discursos das camadas populares acerca do empreendedorismo, Cruz Junior (2019) identifica uma “assimilação híbrida” (p. 181) do termo, na medida em que as pessoas tendem a valorizar e celebrar certos elementos (como a autonomia) enquanto rejeitam outros, inclusive a própria identificação como empre-

⁸ Faz-se uso da imagem do “piso pegajoso” (no original, *sticky floor*) com certa liberdade, pois geralmente alude à persistente diferença salarial entre homens e mulheres conforme se “desce” para os estratos mais baixos da remuneração pelo trabalho (Fernandez, 2019). Aqui, tomamos a imagem pelo sentido da sobre-representação feminina no emprego doméstico, e a presença de outras clivagens (como raça/cor e etnia, escolaridade, idade etc.) que contribuem para torná-lo mais “pegajoso”.

⁹ Essa pergunta do roteiro inspira-se na pergunta de Menezes (2004, p. 168) “quem é Santo Antônio para você?”. A autora elabora com a intenção de compreender a representação social que Santo Antônio possuía no contexto de um convento específico do centro da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da pergunta era abrir uma relativa margem para interpretação pessoal sobre o Santo, objetivo esse que se aproxima metodologicamente dos nossos, qual seja, investigar a representação do empreendedorismo para Tereza e Estevão.

endedor. "São pessoas que preferem ser chamadas pela sua ocupação, ou que identificam que os verdadeiros empreendedores seriam aqueles 'representados na televisão'" (p. 156). Araújo Silva (2017) destaca a ação dos gestores de políticas públicas e as pessoas que buscam meios de vida em uma sociedade marcadamente desigual. A autora mostra como as pessoas classificadas como empreendedoras "de cima para baixo" rejeitam essa identificação, e a mobilizam apenas para ter acesso a crédito ou segurança social. Colbari (2014) vai além e sugere que está em curso uma ressignificação do discurso do empreendedorismo, que o desloca do imperativo do individualismo para, em alguma medida, aproximá-lo das estratégias coletivas e dos valores cooperativos e comunitários.

Considerações finais

Como podemos ver anteriormente, das suas origens no incipiente léxico econômico francês no século XV a seu desenvolvimento como categoria analítica, o empreendedorismo introduziu-se nos círculos acadêmicos e, por décadas, permaneceu restrito a ele (como objeto de pesquisa). Porém, o neoliberalismo e sua forte orientação político-econômica pró-mercado, no começo dos anos 1980, colocou o empreendedorismo na "ordem do dia". Primeiramente, porque seus pressupostos mínimos eram perfeitamente compatíveis com os valores e ideais pregados pela guinada político-econômica em direção ao livre-mercado (em especial a responsabilização individual); em segundo lugar, porque esses mesmos pressupostos assentavam-se em considerações de ordem científica, portanto, supostamente isentos de conteúdos ideológicos e motivações morais. Essas duas razões permitiram que o conceito transbordasse do círculo científico-universitário e passasse a informar a classe política, formuladores de políticas

públicas e os meios de comunicação em geral, a ponto de espalhar-se pelo tecido social por seu (suposto) potencial de gerar empregos e promover o crescimento econômico.

Consequentemente, o termo sedimentou a percepção geral de que ser empreendedor é ser portador de uma identidade celebrável. Quer dizer, o empreendedorismo ressignificou profundamente o status social de determinadas inserções ocupacionais, principalmente as mais precárias e vulneráveis, pois permite traduzir as trajetórias tipicamente marcadas pela díade vulnerabilidade-precariedade como relativamente positivas (o que, além de benéfico, é vantajoso, algo próximo a ser "promovido" a um cargo mais alto, ainda que apenas cognitivamente), muito embora, na prática, essa tradução não encontre correspondência na revisão da precariedade e vulnerabilidade estrutural dessas formas sociais do trabalho.

E por isso as trajetórias de Estevão e Tereza se mostraram tão reveladoras. Elas nos disseram que, apesar da força discursiva do empreendedorismo ser inquestionável, ela não é irresistível, pois está inscrita nos termos da probabilidade. Desse modo, o empreendedorismo pode assumir contornos e significados próprios, não necessariamente vinculados à razão neoliberal. A percepção de ambos mostrou que o empreendedorismo, para eles, está comprometido com outros critérios, e nos apresentou os múltiplos sentidos atribuídos ao empreendedorismo pelas pessoas no curso de sua vida quando, por força da alteridade, identificam, avaliam e atualizam a si mesmas e aos outros como empreendedores. No caso de Estevão e Tereza, os critérios que estabeleceram para si são a autonomia, a preocupação com o futuro (ocupacional) dos filhos, a formalização e gestão racional do negócio, compondo uma espécie de anverso do que prega a razão neoliberal (e a lógica

da responsabilização individual), quais sejam, o acesso à seguridade social (previdência e saúde) e a inserção ocupacional com carteira assinada – ambos objetivos coletivos por excelência.

Além disso, é preciso dizer que o empreendedorismo, ao espalhar-se amplamente no tecido social (na ordem do discurso), “tropeça” nos valores comunitários historicamente constituídos, como a confiança, a reciprocidade e a cooperação. Vemos a produção paulatina de uma miríade de adjetivos que acompanham o termo, e que, em alguns aspectos, requalificam (criticando e ressignificando) sua razão neoliberal, tais como “empreendedorismo negro” (ou “afroempreendedoris-

mo”), “empreendedorismo feminino”, “social” (em algumas vertentes mais críticas), “ético”, “popular”, entre outros. Em larga medida, Estevão e Tereza têm ciência de que vivem em uma ordem socioeconômica fortemente desigual e mercantilizada, e que o empreendedorismo não se apresenta como uma solução adequada para enfrentá-la. Ao menos, essa é uma interpretação possível quando da resposta de ambos quando perguntados se gostariam que seus filhos também fossem empreendedores, respectivamente: “eu prefiro que não sejam, e que eles trabalhem como empregados, porque isso vai ser uma sucessão de decepções ao longo do tempo”, e “eu gostaria que ela estudasse primeiro”.



Referências Bibliográficas

- 28
- Acs, Z. J., & Amorós, J. E. (2008). Entrepreneurship and competitiveness dynamics in Latin America. *Small Business Economics*, 31(3), 305–322. <https://doi.org/10.1007/s11187-008-9133-y>
 - Angulo-Guerrero, M. J., Pérez-Moreno, S., & Abad-Guerrero, I. M. (2017). How economic freedom affects opportunity and necessity entrepreneurship in the OECD countries. *Journal of Business Research*, 73, 30–37. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.11.017>
 - Apetrei, A., Sánchez-García, J. L., & Sápeña, J. (2019). The controversial link between entrepreneurial activity and inequality. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 15, 485–502. <https://doi.org/10.1007/s11365-019-00560-1>
 - Baumol, W. J. (1990). Entrepreneurship: Productive, unproductive, and destructive. *Journal of Political Economy*, 98(5), 893–921. <https://delong.typepad.com/baumol-1990-entrepreneurship.pdf>
 - Block, J. H., Fisch, C. O., & van Praag, M. (2016). The Schumpeterian entrepre- neur: A review of the empirical evidence on the antecedents, behaviour and consequences of innovative entrepreneurship. *Industry and Innovation*, 24(1), 61–95. <https://doi.org/10.1080/13662716.2016.1216397>
 - Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Zahar.
 - Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico* (11a ed.). Bertrand Brasil.
 - Bourdieu, P. (2008). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (9a ed.). Papirus.
 - Cardoso, A. M. (2016). Informality and public policies to overcome it: The case of Brazil. *Sociologia & Antropologia*, 6(2), 321–349. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v622>
 - Cardoso, A. M. (2019). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (2a ed.). Amazon.
 - Colbari, A. L. (2014). Empreendedorismo e capital social no discurso institucional do Sebrae. *Revista Simbiótica*, 1(6),

- 1–25. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/8076>
- Cruz Junior, B. G. (2019). *A empresa de si mesmo: A assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares brasileiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do ABC].
 - Dardot, P., & Laval, C. (2013). *The new way of the world: On neoliberal society*. Verso.
 - Fernandez, B. P. M. (2019). Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: Por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 26(1), 79–103.
 - Fontenele, R. E. S. (2010). Empreendedorismo, competitividade e crescimento econômico: Evidências empíricas. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(6), 1094–1112. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000700007>
 - Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France* (1978–1979). Martins Fontes. (Coleção Tópicos).
 - Georgiou, M. N. (2009). Entrepreneurship reduces income inequality. *SSRN*, 1–10. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1485704>
 - Hébert, R. F., & Link, A. N. (2006). The entrepreneur as innovator. *The Journal of Technology Transfer*, 31, 589–597. <https://doi.org/10.1007/s10961-006-9060-5>
 - Hoselitz, B. F. (1951). The early history of entrepreneurial theory. *Explorations in Entrepreneurial History*, 3(4), 193–220.
 - Katz, J. A. (2003). The chronology and intellectual trajectory of American entrepreneurship education: 1876–1999. *Journal of Business Venturing*, 18(2), 283–300. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(02\)00098-8](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(02)00098-8)
 - Larroulet, C., & Couyoumdjian, J. P. (2009). Entrepreneurship and growth: A Latin American paradox?. *Independent Review*, 14(1), 81–100.
 - Lautier, B. (2013). Sociologie de l'emploi, informalité des relations de travail et stratégies familiales en Amérique latine. *Cahiers du Genre*, 55(2), 199–217. <https://doi.org/10.3917/cdg.055.0199>
 - Lecuna, A. (2014). High income inequality as a structural factor in entrepreneurial activity. *Journal of Technology Management & Innovation*, 9(1), 13–26. <https://doi.org/10.4067/S0718-27242014000100002>
 - Leite, E. S., & MELO, N. M. (2008). Uma nova noção de empresário: A naturalização do “empreendedor”. *Revista de Sociologia e Política*, 16(31), 35–47. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200005>
 - Margolis, D. (2014). By choice and by necessity: Entrepreneurship and self-employment in the developing world. *The European Journal of Development Research*, 26(4), 419–436. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2014.25>
 - McClelland, D. (1961). *The achieving society*. D. Van Nostrand.
 - Menezes, R. (2004). *A dinâmica do sagrado: Rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
 - Meyer, M., Libaers, D., Thijs, B., Grant, K., Glänelz, W., & Debackere, K. (2014). Origin and emergence of entrepreneurship as a research field. *Scientometrics*, 98, 473–485. <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1021-9>
 - Nicoli, M., & Paltrinieri, L. (2019). “It’s still day one”. El tránsito del empresario de sí mismo a la start-up existencial. *RECERCA. Revista de Pensament & Anàlisi*, 24(1). <https://doi.org/10.6035/Recerca.2019.24.1.3>
 - Onozato, E., Bastos Junior, P. A., Greco, S. M. S. S., & Souza, V. L. (2020). *Global entrepreneurship monitor: Empreendedorismo no Brasil – 2019*. IBPQ.
 - Pereira, J. M. M. (2022). *O Banco Mundial no Brasil* (1990–2020). Appris.
 - Peres, T. B. (2020). *Do fervor à febre: Empreendedorismo, suas origens e representações* [Tese de doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
 - Reynolds, P. D. (2001). *Global entrepre-*

neurship monitor: 2000 Executive Report. Relatório Técnico. Ewing Marion Kauffman Foundation.

- Reynolds, P. D. (2022). Global entrepreneurship monitor: Adult population survey data set, 1998-2017. *Inter-university Consortium for Political and Social Research*, 20320. <https://doi.org/10.3886/ICPSR20320.v6>
- Rubach, M. J., Bradley, D., & Kluck, N. (2015). Necessity entrepreneurship: A Latin American study. *International Journal of Entrepreneurship*, 19.
- Schumpeter, J. A. (1983). *The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle*. Transaction Publishers.
- Silva, L. A. M. (2002). Da informalidade à empregabilidade (Reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*, 15(37), 81-109. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18603>
- Silva, M. C. A. (2017). *Obras, casas e contas: Uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro* [Tese de doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

tuto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

- Standing, G. (1999). *Global labour flexibility: Seeking distributive justice*. Macmillan.
- Vale, G. M. V. (2014). Empreendedor: Origens, concepções teóricas, dispersão e integração. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(6), 874-891. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141244>
- van Stel, A., Carree, M., & Thurik, R. (2005). The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. *Small Business Economics*, 24(3), 311-321. <https://doi.org/10.1007/s11187-005-1996-6>
- Williams, C. C. (2007). Entrepreneurs operating in the informal economy: Necessity or opportunity driven?. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, 20(3), 309-319. <https://doi.org/10.1080/08276331.2007.10593402>

Dinâmicas de competição e solidariedade entre motoristas de aplicativos no Rio de Janeiro

Competition and solidarity dynamics among app drivers in Rio de Janeiro

Dinámicas de competencia y solidaridad entre conductores de aplicaciones en Río de Janeiro

**Cristina Teixeira
MARINS**

ctmarins@gmail.com

Pesquisadora no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP-UERJ

**Rafael
REZENDE**

brozrezende@gmail.com

Mestre e doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP-UERJ

O principal objetivo deste artigo é descrever usos que motoristas cujo trabalho é mediado por aplicativos e que atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro fazem de plataformas de redes sociais, de troca de mensagens e de compartilhamento de vídeos, atentando para suas implicações políticas. A fim de atingir esse propósito, analisamos dados empíricos construídos entre os anos de 2021 e 2022 e que incluem notas de observação etnográfica, entrevistas em profundidade e grupos focais. Nas diversas etapas da pesquisa, os dados de campo indicaram que as plataformas digitais permeiam de forma muito significativa o cotidiano dos motoristas. O uso intensivo dessas novas mídias estabelece novas hierarquias profissionais, molda visões de mundo, experiências e percepções políticas dos trabalhadores. Neste artigo procuramos descrever, em especial, como a popularização das plataformas de redes sociais criou um espaço em que trabalhadores autônomos se organizam em grupos nas quais a competição e a solidariedade convivem e assumem contornos particulares.

Palavras-Chave: *plataformas digitais; transformações no trabalho; redes sociais; motoristas de aplicativos.*

The main objective of this article is to describe how drivers, whose work is mediated by apps and who operate in the metropolitan region of Rio de Janeiro, use social media platforms, messaging apps, and video-sharing platforms, paying attention to their political implications. To achieve this goal, we analyzed empirical data collected between 2021 and 2022, which includes ethnographic observation notes, in-depth interviews, and focus groups. Throughout various stages of the research, the field data indicated that digital platforms significantly permeate the daily lives of the drivers. The intensive use of these new media establishes new professional hierarchies, shapes workers' worldviews, experiences, and political perceptions. In this article, we aim to describe, in particular, how the popularization of social media platforms has created a space where self-employed workers organize themselves into groups in which competition and solidarity co-exist and take on particular forms.

Keywords: *digital platforms; labour transformations; social media; app drivers.*

El objetivo principal de este artículo es describir los usos que los conductores cuyo oficio está mediado por apps y que trabajan en la región metropolitana de Río de Janeiro hacen de las plataformas de redes sociales, mensajería y videos compartidos, analizando sus implicaciones políticas. Para ello, analizamos datos empíricos recopilados entre 2021 y 2022, incluyendo notas de observación etnográfica, entrevistas en profundidad y grupos focales. En las distintas etapas de la investigación, los datos de campo indicaron que las plataformas digitales permean la vida cotidiana de los conductores. El uso intensivo de estos nuevos medios establece nuevas jerarquías profesionales, moldea las visiones del mundo, las experiencias y las percepciones políticas de los trabajadores. En este artículo, tratamos de describir, en particular, cómo la popularización de las plataformas de medios sociales ha creado un espacio en el que los trabajadores autónomos se organizan en grupos en los que la competencia y la solidaridad coexisten y adquieren contornos particulares.

Palabras clave: *opresión; resistencia; pensamiento feminista negro*

Introdução

Ocupando uma proporção substancial da vida humana em diferentes agrupamentos sociais e abrangendo atividades voltadas à subsistência material, à satisfação de desejos de luxo ou status ou ainda como forma de representação cultural, demonstração de poder ou fé religiosa (Komlosy, 2018), o tema do trabalho foi central para o desenvolvimento do pensamento

social. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os fundadores da sociologia observavam o trabalho assalariado como forma de exploração tendencialmente hegemônica (Marx, 2013), a divisão social do trabalho como elemento fulcral para a formação das sociedades modernas (Durkheim, 2004) e a afinidade entre uma determinada ética religiosa e a formação do capitalismo (Weber, 2004). Já no século XXI, as transformações no mundo do

trabalho decorrentes do desenvolvimento de novas tecnologias passaram a receber a atenção crescente de diversos pesquisadores, em múltiplos campos de estudo. Com o desenvolvimento de pesquisas preocupadas com os efeitos de mudanças tecnológicas sobre mercados de trabalho, foi observado o uso de uma nova nomenclatura, que surge para dar conta do fenômeno e inclui expressões como “trabalho digital”, “força de trabalho sob demanda”, “trabalho por clique” e “trabalho imaterial” (Huws, 2019). Ao final da segunda década dos anos 2000, a literatura acadêmica apresenta um panorama complexo e ancorado empiricamente no chamado “trabalho de plataforma” (Vallas & Schor, 2020). Também no Brasil, os efeitos da assim chamada plataformaização na vida de trabalhadores passou a receber maior atenção de estudiosos nos últimos anos. Utilizando instrumentos teóricos da sociologia marxista e dialogando com a noção de “precariado” (Standing, 2014), uma parcela dos estudos dedicados ao tema tem consistentemente chamado atenção para os processos de deterioração das condições de trabalho e de corrosão dos direitos trabalhistas no país (Antunes, 2020; Braga, 2015). Na mesma direção, estudos sobre motoristas e entregadores brasileiros cujo trabalho é mediado por aplicativos vêm analisando o fenômeno denominado “uberização”, definido como novo tipo de controle e gerenciamento do trabalho que remete à dimensão conflitante da relação entre capital e trabalho (Abilio, 2019).

Considerando o processo de acentuada transformação do mundo do trabalho, não

surpreende que no século XXI a reestruturação produtiva tenha impactado também a organização dos trabalhadores e as suas relações, conforme vêm argumentando numerosos cientistas sociais. Ao menos desde o início do século XX, acompanhando uma tendência global, os sindicatos tornaram-se a forma hegemônica de organização dos trabalhadores no chamado mundo ocidental e também no Brasil (Dias, 1962). Como bem descreveu Werneck Vianna (1999), a forma sindicato atravessou diferentes momentos históricos do Estado brasileiro e do capitalismo, tendo antagonizado com uma nascente burguesia-industrial paladina da ortodoxia liberal durante a República Velha, se tornado corporativista após a revolução de 1930 e, após 1945, integrado um quadro que articulava liberalismo político e corporativismo sindical.

Durante todo o século XX, os sindicatos passaram por maiores ou menores mudanças, mas jamais deixaram de ser a forma hegemônica de organização dos trabalhadores. Nos anos 1970, com o surgimento da oposição sindical metalúrgica e do novo sindicalismo no ABC paulista, foi registrada a ruptura com o modo corporativista de organização até então vigente e, ainda durante a ditadura militar, um sindicalismo basista e autônomo constituía sujeitos políticos por meio das lutas (Sader, 1988). Fundamental para a redemocratização do Brasil após duas décadas de ditadura, o movimento sindical teve que enfrentar um cenário de confluência entre neoliberalismo e democracia (Dagnino, 2004). Em tal cenário, foi observado um processo de enfraquecimen-

to do sindicalismo como instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira (Boito Júnior, 1999).

Os dados que originam este artigo se inscrevem em um projeto de pesquisa que busca produzir conhecimento sobre populações periféricas atuantes no mercado de trabalho não assalariado, incluindo trabalho por conta própria, informal e autônomo¹. Esta investigação toma como objeto as mudanças que tecnologias digitais provocam no trabalho e sua imbricação com subjetividades políticas de trabalhadores atuantes nas periferias, não apenas no setor de transporte, mas também de produção e comércio de alimentos, cuidados, saúde e beleza, entre outros. O principal objetivo da pesquisa é compreender as práticas e percepções de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo a forma como percebem a evolução das condições de trabalho e de vida nos últimos anos, como forjam suas percepções políticas, quais são suas perspectivas em relação ao futuro e como novas formas de organização coletiva emergem no contexto atual.

Tendo em mente o processo de enfraquecimento do sindicalismo ao longo das

últimas décadas², focalizamos, neste artigo, as formas alternativas de organização de trabalhadores que surgem com o fenômeno da plataformização. Em particular, nosso interesse de pesquisa recai sobre motoristas que atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro e cujo trabalho é mediado por aplicativos. Posto que, como já notado por pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, a plataformização do trabalho vai além do tipo de plataforma representada por empresas especializadas em transporte de passageiros (Braga & Silva, 2022), procuramos observar um aspecto ainda pouco explorado na literatura, a saber, as novas formas de organização e hierarquia que emergem com o uso disseminado das redes sociais. Nesse sentido, buscamos argumentar que, a despeito de nossos interlocutores não integrarem (e, em muitos casos, recusarem) tipos clássicos de organização classista, como os sindicatos, muitos deles podem ser considerados ativos politicamente ao se reorganizam em novas disposições hierárquicas forjadas pela utilização das plataformas de redes sociais que, simultaneamente, atuam como elementos de coesão e fragmentação dos trabalhadores.

¹ Agradecemos ao Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo financiamento e fornecimento da infraestrutura necessária para a realização desta pesquisa. A escrita do artigo também não seria possível sem o suporte de outras agências nas etapas de desenvolvimento e análise da pesquisa. Somos gratos, portanto, pelos apoios da Fundação CoppeTec, do CNPq e da Faperj (SEI-260003/005791/2022 / SEI CNPq No 01300.008811/2022-5).

² Não assumimos aqui uma visão fatalista sobre os sindicados, como parece ocorrer em algumas interpretações sobre a crise do sindicalismo no Brasil. Nesse sentido, nos fiamos no argumento de Cardoso (2003), que aponta para a perda da capacidade dos sindicatos de articulação de identidades políticas e ações coletivas, sem, no entanto, decretar sua morte e negar a possibilidade de um dia voltarem a ter a centralidade de outrora.

O Brasil é um dos maiores mercados consumidores de plataformas digitais de redes sociais do mundo. Um levantamento da consultoria App Annie entre usuários brasileiros indica que a população é recordista em tempo de utilização do aparelho celular, ultrapassando as 5 horas diárias. Segundo dados da consultoria Statista, a audiência da rede Instagram no país – plataforma que teve centralidade em nossa pesquisa – é a terceira maior do mundo (perde apenas para Estados Unidos e Índia) com quase 115 milhões de usuários no Brasil em 2021³. Apesar dos números superlativos, as investigações sobre a relação entre uso de plataformas de redes sociais e trabalho no Brasil são ainda incipientes. Entender os usos que motoristas fazem dos aplicativos para além daqueles que mediam a relação com os passageiros, tais como em plataformas de redes sociais, de trocas de mensagens e de compartilhamento de vídeos, estava, assim, no centro de nosso interesse. Buscamos, dessa forma, compreender de que maneira as redes sociais propiciam a formação de estruturas que apresentam permanência temporal, formas de competição e solidariedade, produção de demandas coletivas e novas hierarquias.

As primeiras décadas do século XXI foram de persistência das desigualdades históricas, recrudescimento da ação sindical e diminuição do acesso às proteções tra-

lhistas conquistadas no século XX. Como vamos demonstrar neste artigo, o advento e a popularização das plataformas de redes sociais criaram um espaço não livre de hierarquias, em que trabalhadores autônomos procuram rotas de fuga do individualismo radical em redes próprias nas quais a competição e a solidariedade convivem e assumem contornos particulares.

O artigo está dividido em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção trata dos aspectos metodológicos da pesquisa que dá origem a este texto. Na segunda, procuramos descrever os usos que os trabalhadores que integram nosso universo de pesquisa fazem das redes sociais. Em seguida, analisamos as hierarquias, bem como as relações de solidariedade e competição inauguradas por esses usos para, finalmente, descrevermos as formas de organização emergentes, numa tentativa de apreender os princípios estruturais das relações entre motoristas de aplicativo cujo trabalho “na pista” se entrelaça a atividades que se dão nas redes sociais.

Antes de seguir com o artigo, porém, cabe uma observação em relação à terminologia nele empregada. Ao longo do texto, utilizamos as expressões “plataformas de redes sociais” ou, em sua forma reduzida, “redes sociais”, em referência à ideia de que englobam tanto as infraestruturas tec-

³ Fontes: Relatórios “Statista Mobile social media worldwide”; “AppAnnie State of Mobile 2022” e “Panorama Mobile Time/Opinion Box”. Dez. 2021.

nológicas que permitem interações entre usuários quanto o modelo de negócios que rege seu funcionamento (Helmond, 2015; Van Dijck & Poell, 2018). Estamos cientes da existência, sobretudo no campo dos estudos da comunicação, de trabalhos que conferem significados distintos às duas expressões (ver, por exemplo, Recuero, 2017), mas optamos por utilizá-las de modo intercambiável (e, portanto, simplificado) com o objetivo de conferir maior fluidez à leitura. Já o termo “aplicativo”, sua abreviação em língua inglesa, app, e expressões que as contêm (por exemplo, “motorista de aplicativo” e “trabalho por aplicativo”) são fartamente utilizados por nossos interlocutores no campo de pesquisa. Neste artigo, essas expressões são reproduzidas, menos por seu teor propriamente analítico do que como categorias êmicas.

Notas metodológicas

Os dados empíricos que dão origem a este artigo foram construídos entre os anos de 2021 e 2022, a partir da combinação de técnicas de pesquisa que incluíram observação etnográfica, acompanhamento sistemático de redes sociais, realização de entrevistas em profundidade e grupos focais. Ainda que tenhamos lançado mão de instrumentos de investigação tradicionalmente associados a diversos campos das ciências sociais, a pesquisa como um todo seguiu o princípio etnográfico. Como tal, buscamos articular múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores (tomando cuidado de não apartar atividades laborais

de outros aspectos da vida cotidiana, tais como relações familiares, redes de relações diversas e atividades de lazer), procuramos acessar as percepções e aspirações dos trabalhadores tanto em seus aspectos materiais quanto simbólicos e, finalmente, mais que validar ou invalidar hipóteses, buscamos realizar a pesquisa considerando sempre a possibilidade de reformulação de questões com base em dados construídos ao longo da investigação. Ainda seguindo a tradição etnográfica, optamos por utilizar nomes fictícios e alterar elementos pontuais que pudessem revelar a identidade de nossos interlocutores.

O método de observação e interação com os interlocutores de pesquisa antropológica por intermédio de plataformas de redes sociais, incluindo suas potencialidades e limitações, já foi previamente problematizado por uma das autoras deste artigo (Marins, 2020). Contudo, nos parece importante mencionar que, neste contexto de pesquisa específico, o uso da rede social Instagram cumpriu um papel particularmente importante, uma vez que permitiu nosso acesso a um número considerável de motoristas que, por meio de contas dedicadas a suas atividades, veiculavam um volume importante de conteúdo audiovisual que registrava o cotidiano de seu trabalho. As funcionalidades do Instagram nos permitiram estabelecer interlocução direta com os motoristas, por períodos que puderam se estender pela duração da realização da pesquisa.

O trabalho de acompanhamento sistemático das redes sociais produziu efeitos importantes também na elaboração dos

roteiros utilizados nas entrevistas em profundidade, bem como dos grupos focais. A partir da leitura das postagens feitas pelos motoristas, os pesquisadores puderam se familiarizar com aspectos do trabalho até então desconhecidos por eles, incluindo o funcionamento dos diferentes aplicativos que intermedeiam o acesso aos passageiros, as mudanças consecutivas nas regras das empresas e a existência de um léxico relacionado a essa modalidade particular de trabalho. O Instagram também foi utilizado pelos pesquisadores para recrutamento de entrevistados, muito embora as entrevistas em profundidade também tenham sido realizadas com motoristas recrutados por outros meios (por exemplo, redes de relações vicinais).

Ao todo foram entrevistados treze motoristas que atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro, em conversas pessoais ou mediadas por aplicativos de videoconferência. Todas as entrevistas foram registradas com o auxílio do gravador, e o material de áudio foi analisado pelos autores do artigo posteriormente. Já os grupos focais ocorreram na sede do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e foram registradas em áudio e vídeo para posterior análise. Os dezenove participantes foram divididos por idade em dois grupos, sendo o primeiro com motoristas de 36 a 50 anos de idade e o segundo, de 18 a 35. A amostra contemplou a população votante residente na região metropolitana do Rio de Janeiro com renda familiar mensal entre dois e cinco salários mínimos.

A seleção dos interlocutores de pes-

quisa, incluindo os entrevistados, seguiu o desenho amostral dos grupos focais em termos de idade e local de moradia. Ainda que a pesquisa seja baseada em metodologia qualitativa e não lide com uma amostra representativa em termos estatísticos, nos preocupamos com a proporcionalidade do universo estudado em termos de gênero e, por essa razão, nossos interlocutores são predominantemente do sexo masculino.

Finalmente, vale registrar ainda que, ao material de pesquisa resultante da observação online, das entrevistas e dos grupos focais, somaram-se notas tomadas pelos pesquisadores a partir das interações com os motoristas enquanto passageiros, e das experiências enquanto transeuntes e motoristas. Essas observações, não raro, nos permitiram relativizar e nuanciar discursos e práticas aprendidas no decorrer da pesquisa, o que aparecerá mais adiante neste artigo, na seção de análise.

O uso das redes sociais por trabalhadores: diálogo com a literatura

São vários os artigos publicados recentemente que enfatizaram o papel positivo da utilização das plataformas de redes sociais por trabalhadores. No Brasil, o conjunto de manifestações conhecido como “Breque dos Apps” originou análises particularmente eloquentes nesse sentido. Textos como os de Desgranges e Ribeiro (2021) ou, ainda, de Luna e Oliveira (2022), tratam do uso de redes sociais por entregadores como ferramenta de

denúncia e reivindicação. Piaia, Matos, Almeida, Dienstbach e Barboza (2021), também tratando das paralisações, afirma que “as formas de organização, coordenação e ação política engendradas nos ambientes digitais [em especial, no Twitter] definiram os principais focos de debate e a visibilidade do movimento” (p. 59). Já Santos, Kerber e Rissi (2022), analisando postagens realizadas por um grupo de motoristas, afirmam que grupos nas redes sociais formam “um ambiente de compartilhamento da inteligência plural e pactos para encontrar soluções dos problemas advindos da experiência no trabalho” (p. 118).

O potencial das redes sociais para fortalecer formas de ação coletiva dos trabalhadores em diversas partes do mundo está bastante presente na literatura em língua inglesa. Em livro que busca examinar novas formas de resistência e organização de trabalhadores da assim chamada “gig economy” (Vallas & Schor, 2020), Woodcock (2021) afirma que as redes sociais têm contribuído, no contexto internacional, para o desenvolvimento de “subjetividades de trabalhadores coletivos (collective workers subjectivities)” (p. 88). Já Bulut e Yeşilyurt (2023), ao examinar movimentos grevistas de entregadores na Turquia, argumentam que os usos ordinários das redes sociais pelos entregadores são “armas do gig” (weapons of the gig), permitindo que sejam vistos como sujeitos políticos que demandam liberdade.

Em artigo que reflete sobre trabalhadores africanos sem contrato fixo de tra-

lho que exercem remotamente atividades nas áreas de desenvolvimento de software, indústrias criativas, tradução, vendas, marketing e serviços profissionais, Anwar e Graham (2020) afirmam que as redes sociais são instrumentos-chave para mobilizar trabalhadores e desenvolver consciência voltada para ação coletiva. Enquanto Howcroft e Bergvall-Kåreborn (2019) destacam como as redes sociais têm sido utilizadas por trabalhadores das chamadas plataformas de microtrabalho (Braz, 2021) para o compartilhamento de informação sobre empregadores indesejados, trabalhos como os de Yu, Treré e Bonini (2022) destacam o papel positivo das redes sociais para entregadores chineses que estabelecem, a partir delas, redes de solidariedade.

Se são numerosos os trabalhos que destacam o papel das plataformas de redes sociais para a criação de solidariedade, identidades coletivas e mobilizações que, para seus autores, podem ser o embrião de novos movimentos sindicais e outras formas de ação trabalhista já conhecidas (Maffie, 2020), há ainda espaço para refletir sobre os efeitos de seus usos considerando que as plataformas de redes sociais não são neutras (Van Dijck & Poell, 2013). Ou, ainda, como chamou atenção Grohmann (2021, p. 174), é preciso “não ‘romantizar’ o papel das plataformas em relação a organização de trabalhadores, no sentido de entender as contradições de uma ‘comunicação horizontal’ e a dependência de recursos materiais e de infraestrutura”.

Nesse sentido, ainda que sejam escassos os textos que destacam os limites do uso das redes para a ação coletiva de trabalhadores, encontramos trabalhos como os de Nowak e Santana (2022), que chamam atenção para esse aspecto ao refletir sobre as experiências de organização de caminhoneiros e entregadores brasileiros. É isso que fazem também Soriano e Cabañas (2020) ao analisar as relações travadas em grupos de Facebook por freelancers filipinos.

Para Soriano e Cabañas, embora a rede social cumpra o papel de fornecer alguma base para a formação de identidade dos trabalhadores, esses se veem enredados em numerosos desafios que o trabalho digital impõe para a organização coletiva tradicional. A fim de dar conta das contradições de seu campo de pesquisa, os autores propõem a categoria “solidariedades empreendedoras”. A análise desses autores, que, em grande medida, também se aplica ao material empírico de nossa pesquisa, aponta que, se os coletivos forjados nas redes sociais, por um lado, estabelecem redes de apoio mútuo, essas mesmas solidariedades minam o potencial de ocorrência de mudanças estruturais que melhorem as condições de trabalho.

Uso de redes sociais por trabalhadores no campo de pesquisa

Nas diversas etapas da pesquisa, incluindo os grupos focais, entrevistas e conversas informais entre pesquisadores e motoristas, os dados de campo

indicaram que as plataformas de redes sociais permeiam de forma muito significativa o cotidiano dos trabalhadores. Em seus depoimentos, nossos interlocutores reiteraram que participar e/ou acompanhar grupos no WhatsApp é prática corrente entre eles. Mapeamos ainda a existência de diversos grupos dedicados ao tema do trabalho no setor de transportes de passageiros mediado por aplicativos no Facebook, o que também foi anotado por Bessa (2021). Assistimos, durante os meses de realização da pesquisa, a multiplicação de canais sobre o trabalho de motoristas na plataforma de vídeos Youtube. Naturalmente, o grau de engajamento com as redes sociais e o impacto que elas exercem no dia-a-dia dos trabalhadores varia substancialmente entre indivíduos. Entretanto, notamos que também os motoristas que declaravam evitar o uso das redes se mostravam familiarizados com elas, sendo capazes de direcionar-lhes críticas bem fundamentadas, citando figuras proeminentes daquele universo ou fazendo menção a conteúdos “virais”.

Se durante a pesquisa encontramos pontualmente trabalhadores que pareciam ter contato com as redes relativamente esparso, por outro lado, as interações com nossos interlocutores revelaram que o conteúdo que circulava nas redes sociais se emaranhava de modo mais intensivo à atividade de conduzir passageiros do que supúnhamos no início da pesquisa. O trabalho de campo revelou que as plataformas de redes sociais organizam os tra-

balhadores em coletividades que, embora fluidas, se mostraram também eficientes em forjar novas hierarquias e aspirações, como argumentaremos adiante. Por meio das redes, se constroem e se renovam relações de solidariedade e competição, sistemas de crença e de identificação. Posto de outro modo, as plataformas digitais operam como componente fundamental de produção de subjetividade coletiva (Domingues, 2017, 2002), animando o caráter plural das identidades profissionais e produzindo um deslocamento substancial em relação a formas tradicionais de organização de trabalhadores. Nesse sentido, nosso encontro com Samuel, motorista de 35 anos de idade, há 5 anos trabalhando com aplicativos, nos parece reveladora.

Samuel nasceu em Braz de Pina, bairro da zona norte carioca, onde reside em apartamento próprio, comprado quando ainda tinha emprego assalariado. Casado e pai de dois filhos pequenos, Samuel contou que decidiu baixar o aplicativo da Uber quando ainda estava empregado, ambicionando complementar a própria renda e, assim, permitir que sua esposa se dedicasse inteiramente ao trabalho de cuidado dos filhos e da casa. Ainda segundo seu relato, após perder o emprego em 2017, Samuel passou a ter o trabalho de motorista autônomo como único meio de subsistência. Já em janeiro de 2022, quando concedeu entrevista para esta pesquisa, Samuel afirmava que aproximadamente metade de sua renda derivava de atividades outras que não as corridas realizadas por intermédio do

aplicativo, embora fossem ligadas a elas.

Quando este artigo foi escrito, o perfil de Samuel no Instagram exibia no espaço que de praxe é destinado à fotografia do dono da página pessoal no aplicativo o logo da marca que criou e usa em seus projetos. No campo destinado aos dados biográficos do usuário, além do texto “motorista de app no Rio de Janeiro”, constava que Samuel era “líder” de um grupo de motoristas que fundou, o Heavy Drivers, além de host de um podcast homônimo. Ainda que Samuel tenha falado com eloquência sobre o Heavy Drivers, foi ao longo dos meses de acompanhamento das atividades dele e de outros grupos semelhantes no Instagram, bem como de circulação pelas ruas do Rio de Janeiro, que pudemos compreender a estrutura daquele tipo de organização e seu alcance naquele universo de trabalho.

Das atividades que garantem a remuneração de Samuel, a mais visível para quem acompanha a rotina nas plataformas de redes sociais é a mentoria – categoria muito disseminada no campo que diz respeito a um serviço voltado a outros motoristas, em geral iniciantes, mas não exclusivamente. Com base nos inúmeros posts que acompanhamos ao longo de aproximadamente um ano de trabalho de campo, podemos definir a mentoria como uma espécie de programa de treinamento por meio do qual Samuel compartilha com outros motoristas do Rio de Janeiro, mediante o pagamento de inscrição, o “saber fazer” (Guedes, 1997) proveniente da acumulação de experiência práti-

ca como um motorista Uber Black⁴. Segundo anunciado nas redes, a mentoria Heavy Drivers abrangia temas como padrões de demanda e preço em diferentes horários e regiões da cidade e o uso de aplicativos que auxiliam no trabalho, tais como Zello e Rebu⁵. Assim como ocorria em outros programas organizados por diferentes motoristas, Samuel alegava que, por meio da mentoria, seus alunos tinham acesso a estratégias que, se postas em prática, proporcionariam maiores ganhos financeiros com as corridas mediadas por aplicativo. Com a conclusão do curso, os alunos recebem um diploma e participam de cerimônia de formatura – em geral um almoço com a turma realizado no meio da semana, finalizado com um ritual no qual os automóveis, alinhados no estacionamento, recebem um adesivo com a marca Heavy Drivers, colado pelas mãos do próprio Samuel.

Mais do que um simples curso, a mentoria poderia significar a porta de entrada para uma comunidade construída e administrada por Samuel. Ser um heavy driver, ou “da família Heavy Drivers”, se traduz, entre outras coisas, na aceitação

no grupo de motoristas “formados” existente no aplicativo WhatsApp – um espaço ativo de troca de informações e solidariedade mediadas por Samuel. O líder do grupo ainda promove eventos periódicos que funcionam como espaços de sociabilidade que congregam seus alunos, ex-alunos e, eventualmente, familiares. Quase sempre almoços ou churrascos, os eventos podem marcar formaturas ou outras datas comemorativas, mas não necessariamente.

Ainda que não saibamos ao certo o quanto rende em termos monetários cada uma das atividades desempenhadas por Samuel, nos parece razoável supor que, ao menos potencialmente, os eventos podem ser mais uma forma de obter lucro financeiro ou benefícios, tais como refeições oferecidas pelos estabelecimentos escolhidos. Por outro lado, sabemos que o trabalho junto aos motoristas que integram o Heavy Drivers também rende a Samuel, além do valor recebido pela inscrição nas mentorias (turmas são abertas quase mensalmente), uma série de descontos em produtos e serviços para seu veículo em troca de propaganda nas

⁴ Uber Black é uma categoria de motorista definida pela própria empresa Uber e que, segundo nossos interlocutores, corresponde à categoria mais elevada dos motoristas que utilizam o aplicativo. Para que um motorista se enquadre nessa categoria, seu automóvel precisa atender certos requisitos da empresa (há especificações sobre modelo e ano de fabricação, por exemplo), além de ser bem avaliado pelos usuários do aplicativo. Como contrapartida, os motoristas Black, ao menos supostamente, são mais bem remunerados que os demais por corrida.

⁵ Respectivamente, uma ferramenta que funciona como rádio de comunicação e por meio da qual grupos de motoristas conversam com facilidade enquanto dirigem; e um aplicativo que aponta em que áreas da cidade o motorista encontrará corridas mais lucrativas.

redes sociais⁶. Além dessas formas de monetizar as atividades junto a outros motoristas, com o decorrer da pesquisa também acompanhamos o surgimento de uma conta no Instagram intitulada loja Heavy Drivers, dedicada à exibição dos produtos que Samuel comercializa com sua marca: bonés, aromatizadores, camisas e canecas.

Em nosso campo de pesquisa, Samuel não era o único interlocutor que exercia o trabalho paralelo de construção de reputação nas redes (Marins, 2018) interessando nas possibilidades de ganhos materiais e simbólicos⁷ que se apresentavam aos motoristas que acumulam seguidores nas redes sociais. Com efeito, entre os trabalhadores que acompanhamos de forma sistemática, pelo menos uma dezena correspondia ao que um ramo da literatura acadêmica dedicada ao estudo de novas mídias digitais convencionou cha-

mar de micro ou médio influenciador (Boerman, 2020)⁸, definidos pelo tamanho da audiência que são capazes de atingir. No momento em que redigimos este artigo, o Instagram sinalizava que Samuel tinha pouco mais de 10 mil seguidores, um número que, embora fosse considerado alto por nossos interlocutores, ainda estava distante dos 59 mil acumulados pelo motorista com maior número de seguidores na cidade do Rio de Janeiro, segundo nosso levantamento⁹.

A aparição da figura dos motoristas que constroem carreiras paralelas nas redes sociais não é propriamente novidade, tampouco fenômeno restrito ao contexto brasileiro. Alex Rosenblat, por exemplo, registrou, no contexto norte-americano, a existência de “motoristas que converteram suas experiências ao volante em uma forma de expertise” (Rosenblat, 2018, p. 83, tradução nossa) administrando, à épo-

⁶ Além de administrar grupos no WhatsApp e Telegram, Samuel possui um canal no YouTube e disponibiliza listas de músicas no Spotify. O motorista também veicula em suas redes um link direto para a seção de cadastramento no aplicativo da Uber dirigido a potenciais motoristas, onde se lê “dirija pelo app da Uber. Você escolhe quando quer ganhar dinheiro”. Isso, supomos, acaba convertido em rendimentos, uma vez que a empresa anuncia recompensas de até R\$1800 por indicação. Fonte: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/campanha-indique-e-ganhe-em-2022/>. Acesso em 10 set. 2022.

⁷ Além dos rendimentos materiais (tais como descontos em serviços, bônus por indicação das plataformas e participação remunerada em peças de publicidade) que a posição de destaque nas redes sociais poderia render, os ganhos de ordem simbólica pareciam desempenhar papel crucial para esse projeto. Nas redes e também em conversas com os pesquisadores, os motoristas empenhados em fazer crescer sua base de seguidores mencionavam com ênfase e constância o tema do reconhecimento entre os pares. Receber mensagens de colegas de profissão demonstrando gratidão por dicas recebidas e ser identificado por motoristas desconhecidos no trânsito da cidade parecia ser incentivo poderoso para que motoristas mantivessem ativas suas redes sociais.

⁸ Segundo essa literatura, micro influenciadores (*micro-influencers*, no texto original) acumulam de algumas centenas a 10 mil seguidores. Já os influenciadores médios (*meso-influencers*) são aqueles cuja audiência se situa dentro de um largo intervalo, que vai dos 10 mil a um milhão de seguidores.

⁹ Em segundo lugar, estava o perfil de um motorista que associava sua marca pessoal à da principal concorrente da Uber no país, a 99. Não raro, esse motorista protagonizava peças publicitárias da empresa.

ca de sua pesquisa, fóruns de discussão online e grupos de Facebook, além de escrever blogs. Também Chan analisou “um novo elenco de autoproclamados experts” (p. 3, tradução nossa) especializado em oferecer dicas para que outros motoristas se tornem bem-sucedidos (Chan, 2019). Por outro lado, não encontramos, na literatura sobre motoristas de aplicativo, reflexão sobre o modo como as redes sociais conformam novas hierarquias profissionais e facultam o surgimento de novas formas de organização dos trabalhadores, que não as formas de organização coletivas tradicionais. Neste artigo, procuramos demonstrar como novas formas de organização se retroalimentam nas redes sociais e fora delas, contrastando marcadamente com o modelo de organização sindical que, conforme amplamente apontado pela literatura no campo da sociologia e da história social, constituiu a forma hegemônica de organização dos trabalhadores durante todo o século XX.

Enquanto diversos autores empenhados em compreender o crescente universo dos trabalhadores inseridos na chamada “economia de plataforma” tratam dos esforços de sindicalização dos trabalhadores, movimentos grevistas e cooperativismo (Abilio, Grohmann, & Weiss, 2021; Cant, 2020; Cini, Maccarrone, & Tassinari, 2022; Wells, Attoh, & Cullen, 2021), nosso trabalho de campo revelou que a interação entre motoristas atravessada por plataformas digitais de redes sociais produz novas formas de solidariedade e competição entre os trabalhadores, e dá origem a organi-

zações cuja estrutura e conteúdo rompem com a tradição de movimentos trabalhistas já registrados pela historiografia.

Um dos elementos constitutivos dessas formas alternativas de organização consiste em um esquema de classificação hierárquica particular ao universo estudado, como indicam os dados de nossa pesquisa de campo. A referida hierarquização diverge frontalmente da ideia de que uma comunicação mediada por redes sociais é constituída por uma “horizontalidade dialógica” (Lima & Silva, 2011) ou possibilita a prefiguração de uma sociedade que se auto-produz e auto-administra (Juris, 2008). O que notamos é a existência de uma estrutura transversal singular, produto da superação dialética da horizontalidade e verticalidade. Como veremos nas próximas linhas, nessa estrutura, os sujeitos têm posições claras e a coexistência entre competição e solidariedade é regra.

Hierarquia, solidariedade e competição mediadas por redes sociais

“Aqui só tem jogador caro” foi a frase escolhida por Vinícius para legendar a foto de um almoço de confraternização ocorrido em janeiro de 2023, no bairro de Botafogo, na Zona Sul carioca. Na imagem, oito homens sorridentes em torno de uma longa mesa de plástico, chaves de automóveis e celulares ao lado dos pratos vazios ao fim da refeição. Todos os rostos eram familiares aos pesquisadores, posto que àquela altura já estávamos acostumados a vê-los no

feed do Instagram e, no caso de alguns deles, também em vídeos no YouTube. A referência tomada de empréstimo por Vinícius do universo do futebol para nomear uma elite de jogadores que recebem salários milionários de seus clubes faz par com outras expressões que sinalizam o prestígio de alguns motoristas naquele universo empírico, tais como “feras”, “brabos”, “mestres”, “patente alta”. É justamente o reconhecimento, pelos pares, da posição elevada que ocupam no grupo que concede a esses motoristas a possibilidade de oferecer mentorias e exercer outras atividades que transformam os colegas em mercado consumidor potencial. Com efeito, na literatura sobre trabalhadores digitais identificamos um conceito que nos ajuda a entender essa posição de destaque entre os motoristas. É o que Soriano e Panaglian (2019) chamam de “*skill makers*”: uma categoria analítica que se aplica a uma elite de trabalhadores que se tornou bem-sucedida num determinado campo de atuação profissional e, posteriormente, passou a realizar trabalho de treinamento de outros trabalhadores.

O mais importante marcador de distinção entre os motoristas são os ganhos junto aos aplicativos das empresas de transporte. Eventualmente, o consumo de bens e serviços¹⁰ cumpria o papel de sinalizar a capacidade de certos motoristas de “fazer dinheiro”. Por vezes, os motoristas tam-

bém acionavam as categorias formuladas pelas próprias plataformas de transporte (tais como os títulos Motorista Diamante ou Uber Black) como signo de distinção. Mas, não por acaso, no cotidiano da pesquisa, nos deparávamos diariamente com dezenas, talvez centenas de posts que exibiam a captura das telas com os valores dos ganhos com as corridas realizadas por meio da Uber e da 99. Essas imagens, às quais nossos interlocutores se referiam simplesmente como prints, funcionariam como provas da suposta capacidade de certos motoristas “fazer dinheiro” ou “fazer papel”. Essa capacidade estaria ligada a dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto diz respeito à habilidade de determinados motoristas de compreender e (ou mesmo burlar, em alguns casos) os aplicativos das empresas de transporte e operá-las com eficiência. Era isso que nossos interlocutores sintetizavam com a expressão “estratégia”, categoria nativa que indicava a ideia vastamente disseminada no campo de que “para ganhar dinheiro é preciso saber trabalhar”. O segundo aspecto coloca em jogo a dinâmica da relação simbólica entre a persistência e a desistência, já muito bem analisada por Carriço (2016) em sua tese sobre o trabalho em padarias. Assim como no contexto etnográfico analisado por esse autor, os motoristas operam valorização do esforço individual diante dos obstáculos

¹⁰ Nesse sentido, modelo e ano do automóvel eram marcadores evidentes de distinção. Além disso, aquisições de bens e serviços (presentes dados aos filhos ou viagens, por exemplo) cumpriam este papel.

encontrados no cotidiano do trabalho.

Tanto as “estratégias” para lidar com os algoritmos opacos de plataformas como a Uber e a 99 quanto o suporte emocional (e por vezes material) para tolerar as longas jornadas e riscos¹¹ implicados no trabalho circulam nas redes sociais digitais cotidianamente, contribuindo para irrigar o volume massivo de conteúdo que diariamente passa pela infraestrutura das redes para, ao fim e ao cabo, ser capitalizado por grandes corporações por trás das mídias sociais, tais como a Meta (conglomerado que gerencia o Facebook, o Instagram e o WhatsApp) e a Alphabet Inc. (proprietária do YouTube). E, se dentro dessa nova lógica de mercado, parte do trabalho realizado online é convertida em rendimentos para os motoristas que ocupam posição de destaque na hierarquia dos trabalhadores, a maior parcela de nossos interlocutores parecia utilizar as redes sociais por outras razões. Por um lado, por meio das redes, os motoristas tinham acesso a informações que, ao menos supostamente, aumentariam suas chances de obter ganhos financeiros como motoristas de aplicativo¹². Igualmente importante, nossos interlocutores consistentemente chamavam nossa atenção para o papel que

cumprem as plataformas de redes sociais em produzir laços de solidariedade entre os motoristas.

Lucas, residente na Baixada Fluminense de 26 anos de idade que transporta passageiros há três anos, falou com eloquência sobre a socialização com outros motoristas. Na entrevista que concedeu disse fazer parte de quatro grupos de WhatsApp, pois ali “a gente vai se ajudando, passa algum informe da cidade, engarrafamento...”.

Sobre a relação com um motorista que se enquadra na categoria de skill maker já apresentada nesta seção, o discurso de Lucas demonstra como as relações iniciadas por intermédio das redes sociais se espraiam para a “pista”, além de indicar como as organizações de trabalhadores cumprem a função de produzir um imaginário de sucesso e mobilidade aos motoristas:

Eu aprendi com ele, ele é meu professor, ele é meu teacher [risos]... Eu conheci ele no Instagram, né? Aí eu via que ele fazia valores assim surreais, entendeu? Por exemplo, em 24 horas rodadas o cara fazia mil reais bruto, entendeu? Aí eu falei, pô, se ele faz, eu também faço! Aí comecei a chamar ele no direct, trocamos contato... Aí ele me colocou no grupo [de WhatsApp] dele... Então é um incentivando o outro o tempo todo. E que que a gente faz? Tá no mesmo

¹¹ Entre os riscos envolvidos no trabalho como motoristas de aplicativos, os assaltos eram os que apareciam com maior recorrência. Com efeito, era raro no trabalho de campo se deparar com motoristas que jamais tinham enfrentado situações de assalto, muitas das quais incorriam em prejuízos financeiros muito significativos ou ainda situações de violência que deixavam marcas (físicas e psicológicas) importantes.

¹² Cabe ressaltar que, no campo de pesquisa, inúmeros trabalhadores disseram ser não só possível, mas extremamente comum, que um motorista tenha prejuízos apesar de trabalhar muito. Embora as demonstrações de insatisfação com as taxas aplicadas pelas plataformas sejam frequentes, para a maior parte dos motoristas ouvidos por nós cabe ao indivíduo buscar os meios de “aprender a ganhar dinheiro”, em lugar de ter prejuízo, ou “trocar papel” (essa última expressão significando zerar a conta).

horário, por exemplo, quando a gente roda à noite, tipo entre meia-noite e uma hora da manhã... a gente para lá, a gente troca ideia, a gente conversa, a gente resenha um pouco também, né? Que é legal ter essa amizade, é mais pela amizade.

Ainda sobre as interações que passam pelas redes sociais e sobre as redes de sociabilidade que ali se formam, vale a pena mencionar a conversa informal com um motorista que afirmava que seus turnos de trabalho raramente duravam menos de doze horas. Diante da reação da pesquisadora-passageira que perguntava a respeito do cansaço e dos riscos de se envolver em acidentes, o motorista relativizou, observando que, uma vez que as doze horas não eram inteiras passadas ao volante, a jornada não era tão exaustiva quanto poderia parecer. Segundo indicava em seu depoimento, a posse de um aparelho celular conectado à internet era o que borrrava as fronteiras entre trabalho e lazer, mesmo nos períodos em que o motorista se encontrava à espera de corridas. Fazendo alusão a um emprego anterior no comércio, ele contou que podia jogar conversa fora no WhatsApp, se informar e assistir a vídeos pelo YouTube, algo que outros postos de trabalho não

permitiriam. Isso faria com que as longas horas de trabalho se tornassem “mais leve”, para recuperar uma expressão utilizada pelo motorista.

De fato, observando o dia-a-dia nas redes e nas ruas da cidade, ficava evidente que ao menos uma parcela dos motoristas de aplicativo usava o smartphone para passar o tempo, além de criar e manter laços de amizade com colegas de profissão. A intensidade com que nossos interlocutores de pesquisa postavam sobre sua rotina nas redes nos pareceu, num primeiro momento, surpreendente: mesmo com acesso apenas a uma parcela das atividades online dos trabalhadores¹³, podíamos acompanhar desde o momento que eles começavam e paravam de dirigir¹⁴, as pausas para lanches e refeições¹⁵ e, nos raros dias de folga e nas datas festivas, também os registros do ambiente doméstico e familiar. Além disso, muito frequente nas redes, em especial no Instagram, eram os registros da manutenção dos automóveis: troca de óleo ou de peças e paradas para abastecer ou lavar o carro, por exemplo, eram exibidas pelos donos ou arrendatários do automóvel.

Mais do que sociabilidade, porém, para

¹³ Uma vez que optamos por não integrar grupos de WhatsApp ou Telegram.

¹⁴ Diversos motoristas que acompanhamos tinham por hábito anunciar no Instagram o início e o encerramento do expediente, usando o recurso de relógio dos stories para exibir os horários.

¹⁵ Incluindo as quentinhas consumidas dentro do carro, a indicação de PFs em diferentes regiões da cidade, o café e, importante sinalizador das condições de trabalho dos motoristas, muito frequentemente era registrado o consumo de energéticos, bebidas com elevado teor de cafeína.

compreender os vínculos que se estabelecem via redes sociais, é fundamental observar a formação de redes de apoio mútuo e proteção entre motoristas. Ao longo dos meses de pesquisa de campo, não foram poucas as intercorrências que testemunhamos: acidentes de trânsito, assaltos, panes diversas ou mesmo problemas de saúde que impediam os motoristas de trabalhar e, portanto, os privavam de seu meio de subsistência. Em situações assim, os relacionamentos iniciados e nutridos por meio das mídias sociais serviam como suporte tanto material quanto emocional. Um exemplo disso foi uma situação em que um dos motoristas do Heavy Drivers se envolveu em um acidente de trânsito em uma região considerada perigosa, e, liderado por Samuel, um grupo de mais de uma dezena de motoristas se dirigiu ao local em poucos minutos a fim de prestar auxílio. Com efeito, as demonstrações de solidariedade que testemunhamos ou de que tivemos notícia ao longo da pesquisa foram tão numerosas quanto variadas. Elas incluíam alertas sobre regiões da cidade em que o trânsito estava particularmente engarrafado, trocas de experiência em relação ao funcionamento opaco dos aplicativos de transporte, dicas de estabelecimentos comerciais (mecânicos, lanchonetes,

postos de gasolina). Em certos casos, as redes sociais eram usadas para o socorro de motoristas em apuros financeiros. Foi o que vimos ocorrer, por exemplo, no caso de um motorista que, após um assalto, foi ajudado pelos pares por meio de uma “vaquinha” amplamente divulgada pelo Instagram. Assistimos ainda ao caso de um motorista que rifou um relógio para financiar o conserto de seu carro avariado em um acidente de trânsito. Se reconhecidos como pertencentes a um grupo, a exemplo do Heavy Drivers, então a rede de solidariedade parecia mais coesa, portanto, inclusive, sinais diacríticos de tal pertencimento. É o que estava em jogo na exibição dos adesivos com as logomarcas dos grupos¹⁶.

Mas, se verificamos a criação e manutenção de laços de solidariedade entre motoristas, também constatamos que as plataformas de redes sociais animam formas acirradas de competição. Embora mais velada do que a solidariedade, a competição se revelou, em especial, nas entrevistas, quando os motoristas conversavam em particular com os pesquisadores, por meio da fofoca, que, como muito bem analisaram Elias e Scotson (1994), expõe crenças e normas coletivas, cumprindo a função de demarcar pertencimentos, reforçar e questionar posições hierár-

¹⁶ Os adesivos são numerados e alguns recebem a inscrição “VIP”, indicando uma preocupação com a singularidade e o estabelecimento de uma hierarquia também entre os integrantes do grupo, que pode seguir o critério de ordem de adesão.

quicas, avalizar ou censurar a operação de determinados grupos e a postura de seus respectivos líderes. Isso nos pareceu evidente, por exemplo, na fala de um entrevistado que reprovava a atitude de um colega que teria comprado seguidores no Instagram. O trabalho de campo online também revelou pontualmente tensões entre os motoristas, sendo a “treta” a categoria êmica utilizada para se referir à competição, algumas vezes acompanhada de hostilidade entre os pares.

Formas de organização alternativas entre motoristas de aplicativo

Se, conforme argumentamos neste artigo, o uso intensivo de redes sociais por motoristas fez emergir novas hierarquias, modalidades de solidariedade e competição, também nos questionávamos sobre padrões de funcionamento dessas formas alternativas de organização dos motoristas de aplicativo. Buscando inspiração no clássico trabalho da antropologia sobre as instituições políticas nuer (Evans-Pritchard, 1987), apresentamos, a seguir, um esboço dos princípios que estruturam as relações entre motoristas de aplicativo cujo trabalho “na pista” é combinado com atividades nas mídias sociais.

Nesse sentido, o primeiro aspecto que destacamos é a porosidade de grupos como o Heavy Drivers. Fazer parte de um desses grupos não implicava, em absoluto, o pertencimento exclusivo a um só coletivo. Pelo contrário, nos deparamos ao longo do trabalho de campo com diversos motoris-

tas que sinalizavam pertencimento simultâneo a múltiplos grupos, sem que isso implicasse necessariamente constrangimentos. Vale sublinhar, aliás, que vários dos líderes dos grupos que observamos interagiam entre si diariamente pelas redes, além de inúmeras vezes se unirem em projetos comuns, tais como lives, podcasts e eventos voltados a motoristas, com organização e participação conjuntas.

Outra característica digna de nota diz respeito à variedade dos grupos, em termos de formato e alcance. Alguns deles, a exemplo daquele que escolhemos descrever com mais detalhes neste artigo, possuem maior alcance, coexistindo em diversas plataformas de redes sociais, gerando rendimentos a seu fundador e sendo reconhecidos inclusive por motoristas que não se consideram membros. Outros grupos, de menor alcance, frequentemente existem apenas no WhatsApp, o que não quer dizer, contudo, que não reproduzam o senso de identidade e pertencimento dos grupos maiores.

De todo modo, independentemente do tamanho e alcance dos grupos de motoristas cujo vínculo é produzido e mantido por intermédio das redes sociais, parece prevalecer nos grupos a existência do que Bourdieu (2012) chamou de campo. O conceito de campo cumpre a função de pensar no sistema de organização dos grupos de trabalhadores que conformam nosso objeto de estudo por seu caráter fragmentado, mas também pelas relações de poder existentes dentro do campo. Tratam-se, afinal, de organizações independentes en-

tre si, com seus próprios códigos e normas de funcionamento, determinados por seus fundadores¹⁷. O modo como os membros do grupo interagem resulta, em grande medida, das decisões tomadas por seus líderes que estimulam ou desencorajam determinados comportamentos. Também são centralizadas as deliberações de uso das logomarcas que estampam adesivos e demais recursos que marcam o pertencimento dos integrantes dos grupos, assim como cabe aos líderes dos grupos decidir sobre o direito de explorar comercialmente as marcas que criaram.

Além disso, a fragmentação das redes de trabalhadores em estruturas independentes as torna dinâmicas e adaptáveis, cabendo a seus líderes distribuir privilégios no interior do grupo e reorganizar seu funcionamento, já que eles detêm o poder de decisão e a última palavra. Como figuras de autoridade sobre determinado campo, os líderes reúnem em torno de si trabalhadores que têm com ele certas obrigações. Assim, interagir com as postagens nas redes sociais e divulgar depoimentos sobre aprendizados (de preferência, indicando um incremento de remuneração ligado a seu pertencimento ao grupo) são algumas das ações esperadas. Os líderes dos grupos, por sua vez, também têm obrigações com os integrantes, notada-

mente as de cuidado, seja respondendo a dúvidas, fornecendo conselhos e recomendações, ou coordenando ações de resposta diante de emergências.

Considerações finais

Neste artigo, focalizamos dinâmicas de competição e solidariedade entre motoristas que atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro cujo trabalho é mediado por aplicativos. Baseados em dados de uma pesquisa que combina observação etnográfica, realização de entrevistas em profundidade e grupos focais, procuramos compreender os usos de aplicativos de redes sociais por parte dos trabalhadores, e seus efeitos sobre o modo como se organizam. Os dados da pesquisa apontam para a emergência de formas alternativas de organização dos trabalhadores cuja estrutura e conteúdo rompem com a tradição de movimentos trabalhistas já registrados pela historiografia.

Ainda que tenhamos, como diversos autores citados neste artigo, identificado em nossa pesquisa o papel privilegiado das redes sociais em criar relações de solidariedade entre trabalhadores, nossos dados empíricos também apontam nelas uma dimensão hiperindividualizante que

¹⁶ Operando uma distinção em relação a organizações similares àquela que fundou, Samuel enfatizou em entrevista concedida ao pesquisador que seu grupo no WhatsApp era “muito organizado, ao contrário da maioria”. Segundo ele, no grupo do Heavy Driver era interditado certos tipos de conteúdo, como mensagens de teor pornográfico e humorístico. Já Natan, motorista de aplicativos há dois anos e residente da Baixada Fluminense, contou à pesquisadora que o grupo ao qual pertencia pregava “disciplina militar” e seu líder cobrava dele um número de horas míнимas trabalhadas como pré-requisito para participação.

acompanha a arquitetura das redes observadas. É isso, a nosso ver, que revelam trajetórias como as de Samuel que, ao construir para si uma posição de liderança no grupo que formou em torno de si, organiza fluxos de cooperação, ao mesmo tempo que obtém para si uma série de vantagens materiais e simbólicas.

Ao longo da pesquisa, procuramos entender de que maneira as formas alternativas de organização dos trabalhadores descritas neste artigo estão relacionadas com a articulação de ações coletivas. Um dos diálogos entre pesquisadores e motoristas ocorrido durante a realização de um grupo focal nos forneceu pistas nessa direção. Na ocasião, quando perguntados sobre uma paralisação de motoristas algumas semanas antes, todos os participantes demonstraram ter conhecimento da ação e, de forma consensual, legitimaram a paralisação. “Quem organizou a paralisação?”, questionamos. Mais uma vez, a resposta para a pergunta foi homogênea: nenhum dos participantes sabia responder ao certo, embora todos tivessem afirmado que tomaram conhecimento pelo WhatsApp.

Se as respostas de nossos interlocutores de pesquisa não nos permitiam tirar conclusões definitivas sobre as consequências da popularização das redes sociais

para as ações coletivas, elas pareciam evidenciar, contudo, que os grupos formados nas redes produziram um elemento fundamental para qualquer forma de mobilização, a saber, a confiança entre os membros. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar, as interações criaram formas de desconfiança expressas, por exemplo, nas acusações dirigidas a motoristas que organizavam atos políticos, supostamente com a motivação oculta de “ganhar visibilidade nas redes”.

Embora os dados da pesquisa indiquem que o uso de múltiplas plataformas digitais de redes sociais ajuda a moldar as visões de mundo, experiências e percepções políticas dos trabalhadores que integram o universo de pesquisa, nos concentrarmos aqui em descrever as formas de organização emergentes. Ainda que não sejamos capazes de estimar com precisão o alcance do uso das redes sociais pela vasta mão-de-obra ocupada no setor de transporte de passageiros no Rio de Janeiro, nossos dados sugerem que esses trabalhadores fazem um uso intensivo delas. Um possível desdobramento do artigo, portanto, seria a realização de pesquisas quantitativas, a fim de medir o alcance das organizações que descrevemos no universo mais amplo dos motoristas cujo trabalho é mediado por aplicativos.



Referências Bibliográficas

- Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 1-11. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abilio, L. C., Grohmann, R., & Weiss, H. C. (2021). Struggles of delivery workers in Brazil: Working conditions and collective organization during the pandemic. *Journal of Labor and Society*, 24(4), 598-616. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10012>
- Antunes, R. (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.
- Anwar, M. A., & Graham, M. (2020). Hidden transcripts of the gig economy: Labour agency and the new art of resistance among African gig workers. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52(7), 1269-1291. <https://doi.org/10.1177/0308518X19894584>
- Bessa, A. C. (2021). O perfil do motorista de aplicativo no Brasil. *MovimentAção*, 8(14), 24-43. <https://doi.org/10.30612/mvt.v8i14.14406>
- Boerman, S. C. (2020) The effects of the standardized Instagram disclosure for micro- and meso-influencers. *Computers in Human Behavior*, 103, 199-207. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.09.015>
- Boito Júnior, A. (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (16 ed.). Bertrand Brasil.
- Braga, R. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. Alameda.
- Braga, R., & SILVA, D. (2022). Os sentidos do uberismo: Trabalho plataformizado, informalidade e formas de resistência na cidade de São Paulo. *Política & Trabalho*, (56), 118-135.
- Braz, M. V. (2021). Heteromação e microtrabalho no Brasil. *Sociologias*, 23(57), 134-172. <https://doi.org/10.1590/15174522-111017>
- Bulut, E., & YESILYURT, A. (2023). Delivery workers' visibility struggles: Weapons of the gig, (extra)ordinary social media, and strikes. *Convergence*, 30(1). <https://doi.org/10.1177/13548565231188415>
- Cant, C. (2020). *Riding for Deliveroo: Resistance in the new economy*. Polity.
- Cardoso, A. M. (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (1a ed.). Boitempo Editorial (Coleção Mundo do Trabalho).
- Carriço, A. (2016). *Chapa quente: Perspectivas etnográficas sobre o trabalho em padarias* [Tese de doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Chan, N. K. (2019) "Becoming an expert in driving for Uber": Uber driver/bloggers' performance of expertise and self-presentation on YouTube. *New Media & Society*, 21(9), 2048-2067. <https://doi.org/10.1177/1461444819837736>
- Cini, L., Maccarrone, V., & Tassinari, A. (2022). With or without U(nions)? Understanding the diversity of gig workers' organizing practices in Italy and the UK. *European Journal of Industrial Relations*, 28(3), 341-362. <https://doi.org/10.1177/09596801211052531>
- Dagnino, E. (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, 3(5), 139-164.
- Desgranges, N., & Ribeiro, W. (2021). Narrativas em rede: O Breque dos Apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais. *MovimentAção*, 8(14), 189-208. <https://doi.org/10.30612/mvt.v8i14.15024>
- Dias, E. (1962). *História das Lutas Sociais no Brasil*. Edaglit.
- Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, 14(1), 67-89. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000100004>
- Domingues, J. M. (2017). Subjetividad colectiva: Un concepto, una teoría. *Cuadernos de Teoría Social*, 3(6), 38-48. <https://doi.org/10.32995/0719-64232017v3n6-51>
- Durkheim, É. (1999). *Da divisão do trabalho social* (2a ed.). Martins Fontes.
- Elias, N., & Scotson, J. L. (1994). *The established and the outsiders: A so-*

- ciological enquiry into community problems (2a ed.). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446222126>
- Evans-Pritchard, E. E. (1987). *The Nuer: A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotc people*. Oxford University Press.
 - Grohmann, R. (2021). Trabalho digital: O papel organizador da comunicação. *Comunicação Mídia e Consumo*, 18(51), 166-185.
 - Guedes, S. L. (1997). *Jogo de corpo: Um estudo de construção social de trabalhadores*. Editora da Universidade Federal Fluminense.
 - Helmond, A. (2015). The Platformization of the web: Making web data platform ready. *Social Media + Society*, 1(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177/2056305115603080>
 - Howcroft, D., & Bergvall-Kåreborn, B. (2019). A typology of crowdwork platforms. *Work, Employment and Society*, 33(1), 21-38. <https://doi.org/10.1177/0950017018760136>
 - Huws, U. (2019). *Labour in contemporary capitalism: What next?* Palgrave Macmillan
 - Juris, J. S. (2008). *Networking futures: The movements against corporate globalization*. Duke University Press.
 - Komlosy, A. (2018). *Work: The last 1,000 years*. Verso.
 - Lima, I. B., & Silva, N. F. (2011) Segmentação, esfera pública virtual e horizontalidade dialógica da comunicação nas redes sociais. *Revista Fragmentos de Cultura*, 20(2), 191-206.
 - Luna, N. T. C., & Oliveira, A. S. M. (2022). Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. *Revista Katálysis*, 25(1), 73-82. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82588>
 - Maffie, M. D. (2020). The role of digital communities in organizing gig workers. *Industrial Relations*, 59(1), 123-149. <https://doi.org/10.1111/irel.12251>
 - Marins, C. T. (2018). *Entre palcos e flashes: Reflexão etnográfica sobre trabalho, construção de reputação e circuitos de consagração de fotógrafos de casamento*. [Tese de doutorado, Instituto de

Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense].

- Marins, C. T. (2020). Internet e trabalho de campo antropológico: Dois relatos etnográficos. *Ponto Urbe*, 27. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9067>
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: O processo de produção do capital* (31a ed., vol. 1). Civilização Brasileira.
- Nowak, J., & Santana, M. (2022) Social media and collective action in Brazil: The experience of truck drivers and delivery workers. *Socialism and Democracy*, 36(1-2), 116-136. <https://doi.org/10.1080/08854300.2023.2201996>
- Piaia, V., Matos, E., Almeida, S., Dienstbach, D., & Barboza, P. (2021) "Breque dos apps": Uma análise temporal de comunidades e influenciadores no debate público online no Twitter. *Comunicação e sociedade*, 39, 57-81. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).2855](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2855)
- Recuero, R. (2017). *Introdução à análise de redes sociais online*. Edufba.
- Rosenblat, A. (2018). *Uberland: How algorithms are rewriting the rules of work*. University of California Press.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Paz e Terra.
- Santos, J. J., Kerber, G. B., & Rissi, V. (2022). "Estamos sendo submetidos a uma escravidão disfarçada": Análise de relatos de motoristas de aplicativo à luz da psicodinâmica do trabalho. *PSI UNISC*, 6(2), 107-123. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v6i2.17330>
- Soriano, C. R. R., & Cabañas, J. V. A. (2020). Entrepreneurial solidarities: Social media collectives and Filipino digital platform workers. *Social Media + Society*, 6(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177/2056305120926484>
- Soriano, C. R. R., & Panaligan, J. H. C. (2019, 6 de maio). Skill-makers in the platform economy: Transacting digital labour. *MediArXiv*. <https://doi.org/10.33767/osf.io/z4wun>
- Standing, G. (2014). *The precariat: the new dangerous class*. Bloomsbury.

- Vallas, S., & Schor, J. B. (2020). What do platforms do? Understanding the gig economy. *Annual Review of Sociology*, 46(1), 273-294. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-121919-054857>
- van Dijck, J., & Poell, T. (2013) Understanding Social Media Logic. *Media and Communication*, 1(1), 2-14. <https://doi.org/10.12924/mac2013.01010002>
- van Dijck, J., & Poell, T. (2018). Social media platforms and education. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell, *The SAGE handbook of social media* (pp. 579–591). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781473984066>
- Weber, F. (2009). *Le travail à-côté: une ethnographie des perceptions*. Éditions de l'Ecole des hautes études en sciences sociales).
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Companhia das Letras.
- Wells, K. J., Attoh, K., & Cullen, D. (2021). “Just-in-place” labor: Driver organizing in the Uber workplace. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53(2), 315-331. <https://doi.org/10.1177/0308518X20949266>
- Werneck Vianna, L. (1999). *Liberalismo e sindicato no Brasil* (4a.ed.). Editora UFMG.
- Woodcock, J. (2021). *The fight against platform capitalism: An inquiry into the global struggles of the gig economy*. University of Westminster Press.
- Yu, Z., Treré, E., & Bonini, T. (2022). The emergence of algorithmic solidarity: Unveiling mutual aid practices and resistance among Chinese delivery workers. *Media International Australia*, 183(1), 107-123. <https://doi.org/10.1177/1329878X221074793>

Estados Unidos e China: reestruturação produtiva e formas de resistência

United States and China: productive restructuring and forms of resistance

Estados Unidos y China: reestructuración productiva y formas de resistencia

**Iuri
TONELO**

iuri.tonelo@ufpe.br

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com pós-doutorado na USP e UFPE

**André Augusto de
Paula BARBIERI**

andreasbarbieri@gmail.com

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

O artigo busca analisar o fenômeno da reestruturação produtiva em curso à luz da análise da principal potência internacional, os Estados Unidos, e da forte potência emergente no mundo oriental, a China. Parte-se da compreensão de que a crise financeira de 2008 deu lugar a mudanças econômicas a partir da Grande Recessão e a novas disputas geopolíticas, o que tem levado a novas configurações no mundo do trabalho. Dessa forma, o artigo analisa como a reestruturação produtiva tem se desenvolvido nos dois países, tanto pelo ponto de vista da implementação da indústria 4.0 e da plataformaização do trabalho, quanto pela compreensão das formas de resistência a ambos, incluindo novos fenômenos de sindicalização e de antagonização à intensificação do trabalho, como o Quiet Quitting e Great Resignation, a ligação com pautas de opressão (como o movimento Black Lives Matter) a partir do movimento operário e o aumento do número de greves na manufatura e na indústria de serviços. A partir disso, buscamos mostrar as dificuldades para a estabilização dessas formas de estruturação produtiva – incompatíveis com a harmonização social – cujo curso vai depender, em grande parte, da atuação do movimento operário nesses dois países.

Palavras-Chave: *uberização; indústria 4.0; reestruturação produtiva; China; Estados Unidos.*

The article seeks to analyze the phenomenon of ongoing productive restructuring in the light of the main international power, the United States, and the strong emerging power in the Eastern world, China. It starts from the understanding that the 2008 financial crisis gave rise to economic changes based on the great recession and new geopolitical disputes, which have also led to new configurations in the world of work. In this way, the article analyses how productive restructuring has developed in both countries, both from the point of view of the implementation of industry 4.0 and the platformization of work. By understanding the forms of resistance in both countries, including new phenomena of unionization, the antagonism to the intensification of work, such as quiet quitting and great resignation, the link with agendas of oppression (such as movements like Black Lives Matter) from the workers' movement and the increase in strikes, in manufacturing and in the service industry. From this, we seek to show the difficulties in stabilizing these forms of productive structuring - incompatible with social harmonization - whose course will largely depend on the actions of the workers' movement in these two countries.

Keywords: *uberization; industry 4.0; productive restructuring; China; United States.*

El artículo pretende analizar el fenómeno de la reestructuración productiva en curso a la luz de la principal potencia internacional, Estados Unidos, y de la fuerte potencia emergente en el mundo oriental, China. Parte del entendimiento de que la crisis financiera de 2008 dio lugar a cambios económicos basados en la gran recesión y en nuevas disputas geopolíticas, que también han dado lugar a nuevas configuraciones en el mundo del trabajo. De esta forma, el artículo analiza cómo se ha desarrollado la reestructuración productiva en ambos países, tanto desde el punto de vista de la implantación de la Industria 4.0 y la plataformización del trabajo, como entendiendo las formas de resistencia en ambos países, incluyendo nuevos fenómenos de sindicalización, el antagonismo a la intensificación del trabajo, como el quiet quitting y great resignation, la vinculación con agendas de opresión (como movimientos como Black Lives Matter) desde el movimiento obrero y el aumento de las huelgas en la industria manufacturera y en la industria de servicios. A partir de esto, buscamos mostrar las dificultades para estabilizar estas formas de reestructuración productiva - incompatibles con la armonización social - cuyo curso dependerá en gran medida de las acciones del movimiento obrero en estos dos países.

Palabras clave: *uberización; industria 4.0; reestructuración productiva; China; Estados Unidos*

Sem dúvida, o jovem trabalhador montado em uma bicicleta para fazer entregas nas principais metrópoles e cidades do mundo tem sido uma das imagens mais expressivas dos novos fenômenos e transformações no mundo do trabalho contemporâneo. O número de estudos

sobre o tema da chamada *uberização do trabalho* tem crescido, mas também é possível estabelecer uma linha de continuidade com transformações passadas. Muitos investigadores e estudiosos do trabalho têm se detido, há décadas, nas transformações que vêm ocorrendo na esfera dos serviços,

buscando compreender as novas expressões, por exemplo, nos trabalhos de escritório, como inaugurou Braverman nos anos 1970 (Braverman, 1987). De lá para cá, uma série de tentativas foi feita – em muitas das quais a sociologia brasileira é parte ativa – para compreender as novas emergências do mundo do trabalho, com estudos do *cibertariado*, como definiu Ursula Huws (2018), do *infoproletariado*, como definiram Antunes e Braga (2009) ou o *precariado*¹, como fez Guy Standing (2013).

Para pensar a morfologia do trabalho nos dias de hoje, é importante notar as mudanças significativas na dinâmica internacional do capitalismo, que, a nosso ver, estão localizadas estruturalmente nas consequências da crise de 2008 e na Grande Recessão (uma das maiores da história do capitalismo), e tem levado a um reordenamento econômico, geopolítico e financeiro no mundo (Duménil & Lévy, 2014), com planos econômicos de austeridade, reformas trabalhistas e previdenciárias, novas figuras jurídicas e modalidades de trabalho, novas inserções tecnológicas.

Dentro dessa compreensão, neste artigo, nossa proposta é buscar fazer apontamentos sobre a nova estruturação, tomando não o tabuleiro internacional de conjunto ou a própria experiência europeia – que foi um laboratório inicial a

partir da recessão de 2009 (e estudo em outras elaborações) – mas analisando os últimos desenvolvimentos e conflitos em curso a partir da competição entre Estados Unidos e China. Dessa forma, buscaremos apontar os traços gerais sobre a reestruturação produtiva em curso nos dois polos de tensão no tabuleiro internacional. Em seguida, buscaremos analisar como tem sido a resistência do movimento operário industrial e dos novos setores “uberizados” e “amazonificados” a esse movimento, de forma a compreender que, mais que um processo consolidado de reestruturação produtiva, o que temos visto é uma disputa aberta, cujos desdobramentos nos dois países podem ser, também levando em conta a classe trabalhadora, de significativa importância para o curso do mundo.

Aspectos gerais da reestruturação produtiva em curso

O fenômeno mais estudado das transformações no mundo do trabalho é o chamado capitalismo de plataforma (Grohmann, 2020) ou a uberização do trabalho (Abilio, 2020), que é uma das expressões mais agudas e expressivas da precarização na esfera laboral. O desafio é perceber essa nova realidade não como um fato isolado, mas como produto de uma transformação

¹ Ao nosso ver, com o equívoco de considerá-la como uma “nova classe perigosa”, e não como parte precarizada da classe trabalhadora.

na dinâmica geral do capital.

Para compreender isso, em primeiro lugar é necessário analisar que em todas as reestruturações produtivas precedentes, no fordismo, no toyotismo e mesmo na acumulação flexível, as mudanças no interior do processo de rotação do capital nas fábricas tiveram consequências que extrapolaram o lócus da planta fabril e permearam outras dimensões da esfera do trabalho. Um estudo sobre esse tema, por exemplo, está na clássica análise de Antonio Gramsci, quando reflete sobre a relação entre o fordismo e o americanismo, em seus *Cadernos do Cárcere* (Gramsci, 2001, p. 252). Embora nasça de uma transformação nas fábricas japonesas, é possível dizer o mesmo em relação ao toyotismo, que pode levar em conta processos de reorganização laboral, como o Kan Ban (Antunes, 2008), cujas consequências, como reestruturação produtiva, extrapolaram a dimensão fabril e invadiram distintas dimensões laborais, especialmente as conectadas à “lógica” geral do *just-in-time*, aplicada a outras esferas do capital, como o comércio ou os serviços. No caso da acumulação flexível, Harvey (2011) argumenta que

envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 2011, p. 140).

Nesse sentido, a dinâmica da pro-

dução fabril disseminada por distintas regiões do mundo a partir do processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996, 2005) tinha como marca uma configuração integrada da produção internacional, que operava pela combinação entre complexos ultratecnológicos (como o Vale do Silício) e a exploração desenfreada de mais-valia absoluta em mineração, produção, montagem, transporte etc. das mercadorias produzidas.

Tendo essa abordagem como importante para se decifrar o significado mais amplo das reestruturações produtivas e sua ligação com a dinâmica internacional do capital em seus contextos, o principal problema que devemos ter em mente ao analisar essas novas modalidades é que, a partir da crise de 2008, essa dinâmica de expansão da globalização neoliberal entrou em crise e deu lugar a tensões geopolíticas, retóricas nacionalistas e protecionistas, e acirramento dos blocos econômicos. Isso afeta não só, conjunturalmente, a dinâmica do comércio (a partir das guerras comerciais) mas também deu origem a novos fenômenos políticos, como a extrema-direita trumpista, assim como a fenômenos no terreno militar, como a Guerra da Ucrânia. No fundo desses processos, está um novo reordenamento da produção de valor, em que as grandes transnacionais e os Estados nacionais calculam parcimoniosamente os riscos de implementação de plantas fabris ou outros processos da cadeia de valor no estrangeiro.

Em paralelo ao acirramento dessas disputas, a corrida tecnológica nos marcos da chamada (de forma propagandista) “quarta revolução industrial” (Schwab, 2016) tem feito os países colocarem a atenção em planejamentos industriais próprios. Tal foi o contexto, no pós-recessão de 2009, do anúncio na Alemanha da “Indústria 4.0” e a inserção de tecnologias de inteligência artificial (IA) na produção, a partir de “big data” e “internet das coisas” (internet of things), no ramo da IA chamado de *machine learning*. É pouco observado, mas a transformação na dinâmica industrial anterior (da acumulação flexível, em que pese que não se reverte, naturalmente, toda a tendência anterior) recebeu uma resposta que também começou no interior da fábrica, com a indústria 4.0.

Ainda no início da década, vale mencionar, começavam a se implementar mecanismos de burla trabalhista a partir da economia de plataformas. Assim, por exemplo, as *share economies* (economias de compartilhamento), que vinham acompanhadas de um discurso ecológico e de compartilhamento de bens de consumo, terminaram sendo uma das “janelas” para se driblar a legislação trabalhista em novas modalidades laborais (Slee, 2017). Assim também as experiências das “*gig economies*” (economias de bico) (Gandini, 2019; Graham & Anwar, 2019) e da modalidade de “*crowdwork*”, ambas provando ser capazes, a partir da internet, de ampliar o alcance da terceirização e da fragmentação do trabalho por tarefas.

Ainda dentro das transformações laborais dos últimos anos, a inserção de tecnologias da indústria 4.0 também pode ser analisada do ponto de vista dos serviços, num processo que poderíamos chamar de industrialização dos serviços (Santos, 2013) nas grandes empresas de logística e transporte, como a Amazon, resultando numa espécie de “amazonificação do trabalho”, que, em síntese, reflete as novas formas 4.0 de controle do trabalho aplicadas à logística e ao capital comercial/de transporte/financeiro.

Assim, se nós tomarmos um contexto como o da Europa na Grande Recessão, com planos de austeridade, reformas trabalhistas e previdenciárias – e, não menos importante, o grande fluxo de migração depois das guerras civis no mundo árabe, como na Síria – podemos encontrar uma força de trabalho propícia aos testes laboratoriais da precarização, com as novas modalidades de trabalho em curso. O fato é que o grande significado da reestruturação produtiva atual parte das tecnologias implementadas nas fábricas no pós-2008, com a Alemanha na vanguarda, com a indústria 4.0 (Arias & Pinto, 2023). Tendo essa experiência sido bem sucedida, unificou-se a inteligência artificial com as condições sociais do contexto pós-crise, os mecanismos de burla laboral e a inserção de plataformas, de modo que estamos diante de alguns determinantes do processo de *plataformização do trabalho*, ou *uberização*. Novamente,

como nas outras reestruturações produtivas, a uberização nasce da fábrica e extrapola para demais esferas da sociedade, com outros setores do capital e do trabalho e um conjunto de dimensões ideológicas, marca dos nossos tempos, em que volta a aparecer o discurso do “fim do trabalho”, agora em função da inteligência artificial.

Com essas observações colocadas em torno do fenômeno da reestruturação produtiva, nos cabe também notar que a capacidade de inserção de IA no mundo do trabalho encontra limites objetivos em tempos de crise, tanto pelos baixos investimentos e produtividade laboral, como também por fatores subjetivos. Desde as elaborações de Karl Marx, podemos estimar como a lei do valor se interpõe como obstáculo entre o sonho de inserção da inteligência artificial nas mais distintas esferas laborais, gerando fenômenos de precarização e desemprego, e a capacidade do capital de destruir os grandes centros nevrálgicos da produção internacional. A centralidade do trabalho humano em ação para a extração de excedente produtivo se reconfirma em escala ampliada, impedindo o anseio do capital e seu modo de acumulação de substituir o labor humano por máquinas. Mas, para além disso, a luta de classes se apresenta como um inibidor da magnificação do mundo maquinico por sobre o trabalho. Esse fator indispensável na história das relações entre classes antagonicas revela que não estamos ainda diante de uma reestruturação consolida-

da que tenha conseguido generalizar o uso das plataformas nas mais diferentes esferas dos serviços públicos, burlando completamente a legislação trabalhista. Dito em outros termos, não existe uma “uberização generalizada”, ou mesmo um movimento reverso do capitalismo de plataforma para invadir as plantas fabris. Vimos uma ofensiva enorme que encontrou resistência no movimento operário, e para compreender esse jogo de forças nos cabe observar como esse processo tem sido implementado e quais resistências têm surgido nos dois polos da disputa geopolítica mundial da atualidade: os Estados Unidos e a China.

Estados Unidos: uma nova tendência à sindicalização em meio à reestruturação produtiva?

59

Tendo foco na análise dos Estados Unidos pós-2008, nos parece pertinente apontar quão fundamental foi a tendência anterior (anos do auge do “consenso de Washington”) para o país. Tomando a reflexão que fizemos sobre o neoliberalismo a partir dos Estados Unidos, notamos que se tratou de uma tendência de reconcentração do poder em torno da elite burguesa financeira dominante (Duménil & Lévy, 2014), que passou por um processo de concentração de capital (tendo em vista o contexto de hiperfinanceirização), e cuja expressão “morfológica”, do ponto de vista das cadeias de valor, foi a deslocalização da produção, que teve como

resultado o fato de que “de 1992 a 2012 a proporção do valor agregado real na manufatura produzida pelas economias industriais desenvolvidas caiu de 82% para 65%, e o crescimento mais rápido foi produzido no leste da Ásia” (Moody, 2017, tradução nossa). Descrevemos esse movimento a partir da categoria de David Harvey de acumulação flexível.

O que consideramos uma nova tendência é a combinação entre um movimento de natureza centrípeta em relação à produção industrial – ou seja, uma reversão da tendência de deslocalização industrial – e um movimento de tentativa de expansão da fragmentação interna e precarização dos setores comercial e de serviços, como parte da nova reestruturação produtiva. Kim Moody observou esse movimento do seguinte modo:

Recentemente, uma tendência no sentido da “restituição” da manufatura se consolidou, enquanto a deslocalização diminuiu, de modo que em 2014 os trabalhos relocalizados mais os resultantes do investimento estrangeiro direto cresceram em sessenta mil, superando os trabalhos deslocalizados estimativamente em dez mil. As razões dessas tendências se encontram no rápido aumento dos salários e os altos níveis de atividade de greve na China, assim como o lento e incerto tráfego de carga oceânica que com frequência interrompe o sistema de produção e entrega a tempo. Entre os que recentemente estavam recuperando a produção se encontram

grandes empresas como Ford, GE, Caterpillar, NCR e Boeing. (Moody, 2017, tradução nossa).

Em paralelo a esse momento no período pós-Grande Recessão de 2008, se dava o laboratório da precarização da nova reestruturação produtiva. Analisando o percurso cronológico, podemos perceber que os ajustes fiscais, planos de austeridade e reformas trabalhistas foram implementados na Europa desde 2009, mas também se expressaram na recessão norte-americana, acompanhadas das inovações da *gig economy, share economy* e *crowdwork*. Esses dois processos não podem ser separados. A título de exemplo, são amplamente debatidos os mecanismos de burla laboral utilizados pela Uber nesse contexto, mas é menos notado que a empresa surgiu em 2009, com o primeiro aplicativo lançado em 2010 e sua expansão para Londres em 2012, ou seja, imediatamente após à crise.

É importante notar, nos casos de EUA e Europa, que a análise desse processo também deve estar muito imbricada com os fatores étnicos (e os processos de resistência que daí derivam). Nesse sentido, vale mencionar o aceleração das migrações e, subsequentemente, uma mudança na composição étnica da classe trabalhadora nos grandes centros produtivos das potências (no

² <https://www.nytimes.com/interactive/2020/07/03/us/george-floyd-protests-crowd-size.html>.

caso dos EUA, com forte peso da migração latino-americana) (Basso & Perocco, 2016). Isso deve ser levado em conta para compreendermos a relação entre o movimento operário e os temas de opressão, uma vez que na década de 2010 vimos movimentos de enorme relevância internacional que permearam a realidade norte-americana.

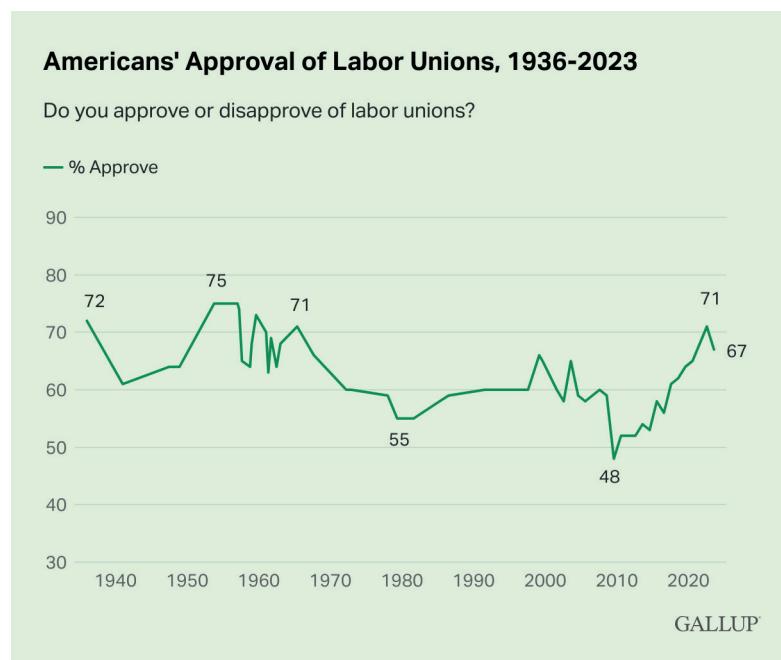
Um dos movimentos de maior destaque na realidade norte-americana, denotando grande impacto na classe trabalhadora, foi o Black Lives Matter. Sendo uma das mais expressivas manifestações de rua da história dos Estados Unidos², colocou em evidência a violência estrutural do Estado contra a população negra. Com manifestações de protesto que alcançaram dimensão territorial nacional, fortaleceu o fenômeno da identidade negra naquele país (com consequências internacionais, inclusive no Brasil) e, ao mesmo tempo, empoderou setores da juventude trabalhadora negra e latina, junto a feministas e LGBTQIAP+. As evidências da conexão entre a resistência da população

negra e a resistência operária estão no fato, embora pouco destacado, de que, junto ao Black Lives Matter, ocorreu uma onda de greves nos Estados Unidos, sublinhando o tema da violência policial com a reivindicação da saída de policiais dos sindicatos operários, dado o nível de questionamento da instituição no interior da sociedade civil norte-americana³. Outros movimentos tiveram destaque e geraram importantes impactos: basta citar a *primavera feminista* (Cochrane, 2013), que tem como expressão emblemática nos EUA a estátua “fearless girl” no distrito financeiro de Manhattan e as transformações na reflexão sobre sexualidade nos meios da juventude – ambos com consequências na transformação na consciência de setores da juventude trabalhadora, como veremos adiante.

Focando nos últimos anos, os eventos que se seguiram ao período pós-pandemia nos Estados Unidos (a partir de 2020) indicam uma transformação mais profunda na subjetividade dos trabalhadores jovens norte-america-

³ Segundo pesquisa Mike Elk, do PayDay Report, ocorreram em um período de três semanas mais de 500 greves e paralisações que combinavam demandas específicas das categorias com o repúdio aberto à violência policial. A mais importante delas foi protagonizada pelos portuários, que paralisaram nada menos de 29 portos em toda a Costa Oeste (de San Francisco a Seattle, de Oakland a Portland), organizada pelo International Longshore and Warehouse Union (ILWU), sindicato fundado em 1937 com longa tradição de combate à polícia e ao racismo. Portuários em Baltimore, e trabalhadores da imprensa de Pittsburgh paralisaram trabalhos contra a violência policial. No estado de Washington houve mais de 250 paralisações operárias no setor público. Os metalúrgicos organizados na United Auto Workers (UAW) pressionaram a direção sindical a manifestar-se contra a polícia, enquanto paralisavam 8 minutos e 46 segundos da produção (tempo por que Floyd teve o joelho de Derek Chauvin em seu pescoço) nas fábricas das principais automotrices.

Gráfico 1. Aprovação dos sindicatos nos Estados Unidos, 1936-2023



Fonte: Gallup. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/398303/approval-labor-unions-highest-point-1965.aspx>.

nos. Em um país em que a taxa de sindicalização é muito baixa e decresce continuamente desde o auge do neoliberalismo, dados recentes apontam tendências que, embrionariamente, podem indicar um sentido oposto – se percebermos esses dados além da análise estatística superficial, mas englobando as tendências ideológicas do país. Isso porque, do ponto de vista objetivo, segundo registros do Bureau of Labor Statistics (US Department of Labor), em 2022 os Estados Unidos apresentavam uma taxa de sindicalização de 33,1% no setor público e 6% no setor privado, o que gera uma taxa geral de 10,3%, uma das menores já registradas na série histórica desde 1983, quando a taxa era de 20,1% (Bureau of Labor Statistics, 2023). Analisando apenas esses dados,

a impressão que temos é de contínua queda da sindicalização.

Entretanto, na contramão desses dados, a opinião pública norte-americana favorável aos sindicatos é a maior desde a década de 1960, chegando a quase 70% da população, como vemos na tabela abaixo. Essa taxa de aprovação sindical, que alcançou o ápice durante os protestos do Black Lives Matter, assemelha-se ao grau de aquiescência à organização sindical durante as mobilizações por direitos civis e contra a Guerra do Vietnã.

Além disso, vem aumentando na população norte-americana o anseio pelo aumento da influência dos sindicatos, com 43% indicando essa preferência, o maior número em toda a série histórica desde 1999:

Gráfico 2. A influência dos sindicatos segundo a preferência dos norte-americanos



Fonte: Gallup. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/510281/unions-strengthening.aspx>.

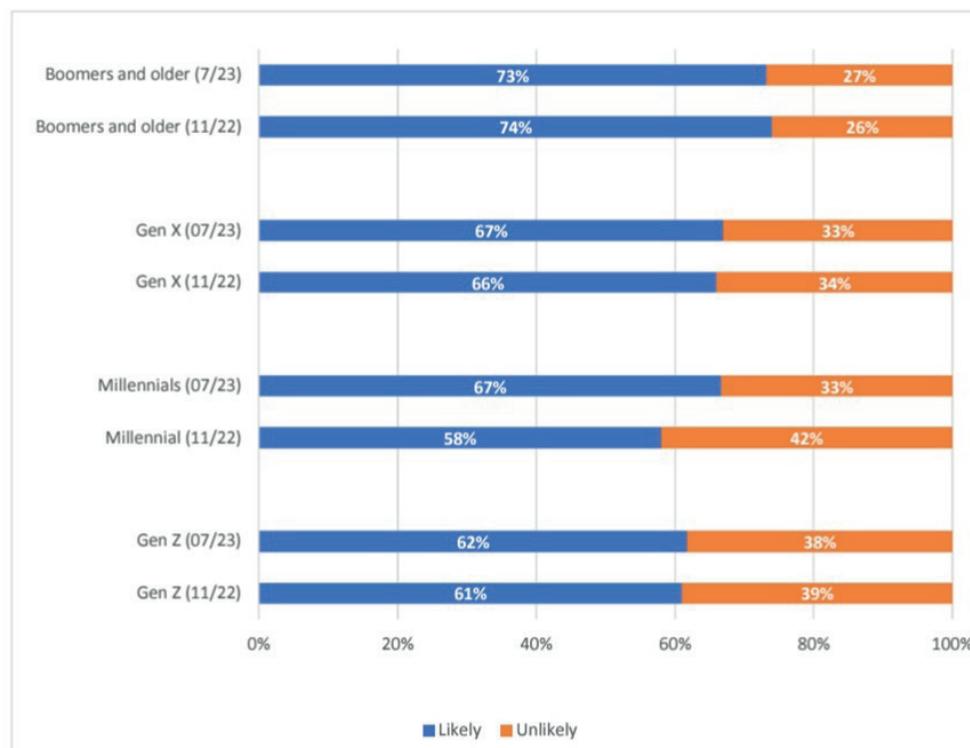
Essa modificação na opinião pública ainda não se reverte em aumento concreto da taxa de sindicalização por motivos vinculados à própria estrutura repressiva do tecido empresarial, que se serve sistematicamente das mais aberrantes campanhas antissindicais (como chantagens e ameaças aos trabalhadores que querem se sindicalizar), e pela política de contenção das burocracias, que atuam em sintonia com o Partido Democrata e o Partido Republicano contra a adesão maciça de trabalhadores aos sindicatos. Vale

ainda notar que as atuais greves operárias nos Estados Unidos, como a da UAW no setor automotriz, ou a greve dos roteiristas e atores de Hollywood, demonstraram apoio à sindicalização⁴.

Assim, embora ainda não se expressem mais acentuadamente no aumento da taxa de sindicalização – que, em alguns casos, demoram meses ou anos para se formalizar –, nos parece possível apontar para a hipótese de que estamos diante de uma tendência histórica de reversão da antipatia popular contra os sin-

⁴ Grandes estrelas do cinema mundial, durante a greve em Hollywood, se posicionarem claramente a favor dos sindicatos. Indagada se era favorável à greve dos atores e roteiristas, Margot Robbie, estrela do filme *Barbie*, respondeu: “Sim, absolutamente. Sou muito a favor de todos os sindicatos e faço parte do SAG [Screen Actors Guild – sindicato que representa os atores dos EUA]. Eu absolutamente apoio”.

Tabela 1. Diferenças geracionais na probabilidade de apoio a uma forma de capitalismo como melhor sistema econômico para os Estados Unidos



Fonte: Center for Study of Capitalism, da Wake Forest University. Disponível em: <https://capitalism.wfu.edu/wp-content/uploads/2023/08/CapitalismSatisfactionBarometer08.23Final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

dicatos gerada artificialmente pela classe dominante norte-americana. Cresce o interesse de parcela significativa dos norte-americanos na existência e influência das organizações sindicais no interior da sociedade.

O impulso tem sido percebido no país em especial entre jovens trabalhadores, o que fez surgir nas redes sociais e entre grandes meios jornalísticos a expressão “geração U”, referência à palavra union (sindicato) (Harris, 2022). O movimento, embora ainda embrionário, pode ser estudado em sua relação com os processos de identidade negra nos EUA, uma

vez que um dado interessante é que, ainda segundo o relatório do Bureau of Labor Statistics, “entre os maiores grupos étnico-raciais, os trabalhadores negros continuaram a exibir uma maior taxa de sindicalização em 2022 (11,6%) que os trabalhadores brancos (10%), os trabalhadores asiáticos (8,3%) e os trabalhadores hispânicos (8,8%)”⁵. Isso também se expressa num novo ambiente ideológico: por um lado, a consolidação dos movimentos de extrema direita que, ligados à figura de Donald Trump, opõem-se aos direitos da população negra e sua organização no movimento operário (oposição

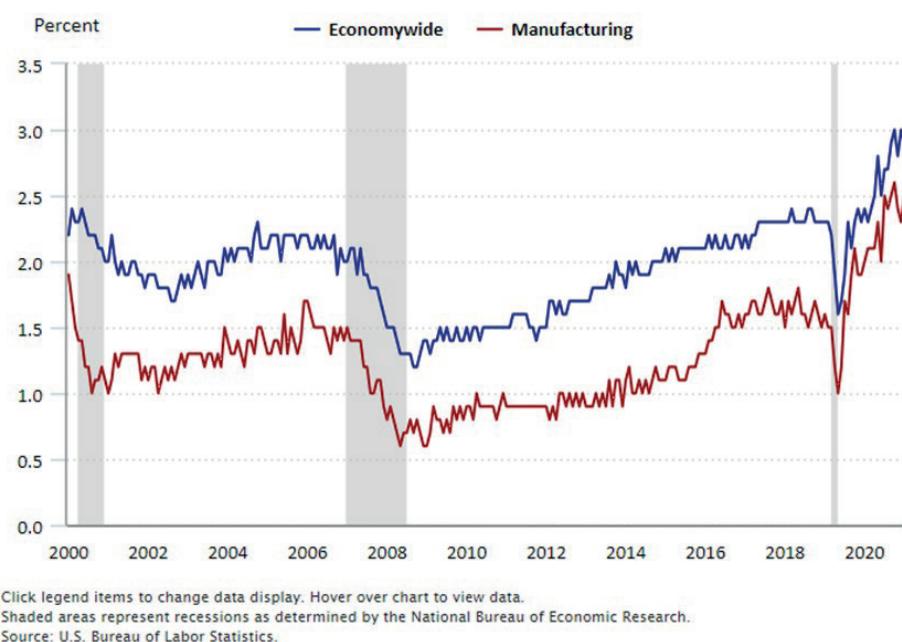
estimulada pela sistemática campanha anti-sindical de grandes empresas como Amazon, Tesla, Starbucks etc.); por outro lado, uma juventude que busca respostas por fora das alternativas do establishment bipartidário norte-americano, que exibe desconfiança em relação ao capitalismo e simpatia pela ideia do socialismo.

No relatório apontado, de 2023, podemos sublinhar que quase 40% da geração Z nos Estados Unidos – aquela nascida entre a segunda metade da década de 1990 e o início de 2010, ou seja, que desperta para a vida consciente pós-crise do Lehman Brothers - diz não apoiar o capitalismo como melhor sistema econômico, um dado significativo. Essa tendência vem acompanhada, como dissemos, de um interesse cada vez maior pelo socialismo na faixa etária entre 18 e 24 anos (a despeito da natureza vaga e difusa da concepção sobre o socialismo). Tal ambiente ideológico, que estimula a crítica “anticapitalista” da dinâmica de espoliação laboral, ganha forma particular em movimentos do mun-

do do trabalho como o Great Resignation e o Quiet Quitting. O primeiro se refere a uma expressão aguda da precarização em determinados nichos de trabalho, respondida por meio da renúncia ao emprego, na medida em que os trabalhadores se recusam a aceitar as condições (desumanas) impostas – fenômeno que afetou a Europa, e a própria China (como veremos abaixo). A título de exemplo, nos Estados Unidos, entre setembro e outubro de 2021, mais de 8,5 milhões de norte-americanos pediram demissão mesmo sem gozar de imediata alternativa de remuneração, segundo dados do Departamento de Trabalho. Com isso, a porcentagem de trabalhadores que deixaram seus empregos de modo voluntário atingiu a máxima histórica de 3% nos últimos meses⁶. O auge desse processo não pode ser dissociado do período da pandemia, mas é possível identificar uma tendência que extrapola esse período, já que, conforme o gráfico abaixo, o aumento teve origem no período anterior, e parece seguir:

⁵ Bureau of Labor Statistics. Unions members – 2022. U.S. Department of labor. January 19, 2023. Disponível em: <https://www.bls.gov/news.release/pdf/union2.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁶ “Pouco mais de um ano após o início da pandemia de COVID-19, economistas e outros observadores tomaram nota de uma taxa crescente de abandono do emprego, medida pelo programa Job Openings and Labor Turnover Survey (JOLTS) do Bureau of Labor Statistics (BLS) dos EUA. O JOLTS registrou uma taxa de abandono do emprego corrigida de sazonalidade de 2,4% no segundo mês de existência do programa (janeiro de 2001) e, embora este nível tenha sido igualado noutras ocasiões, só foi ultrapassado em março de 2021, quando a taxa de abandono do emprego atingiu 2,5%. Este novo recorde foi rapidamente ultrapassado em abril de 2021, quando a taxa de abandono se situou em 2,8%; o recorde atual é de 3,0%, atingido pela primeira vez em novembro de 2021 e igualado em dezembro de 2021. O aumento da taxa de demissão foi chamado de “Grande Demissão”, com muitos artigos na imprensa popular especulando sobre por que os indivíduos se tornaram mais dispostos a deixar seus empregadores atuais. O fato de que a taxa de participação da força de trabalho permanece abaixo de seu alto pré-pandemia sugere que alguns dos que deixaram seus empregos encontraram novos empregos e outros saíram da força de trabalho” (Bureau of Labor Statistics, 2022).

*Gráfico 3. Taxa de desistência, na manufatura e na economia como um todo, 2000-2021***Chart 1. Economywide and manufacturing quit rates, 2000–21**

Fonte: US Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/mlr/2022/article/the-great-resignation-in-perspective.htm>.

No segundo processo, o chamado Quiet Quitting (“desistência silenciosa”), os trabalhadores não aceitam fazer mais do que o estritamente básico exigido por sua função, negando-se a realizar esforços adicionais exigidos pelas chefias (horas extras, home office etc.). O resultado, em muitos casos, consiste em um choque com a chefia, diante da indisposição a ceder à chantagem de corporações indiferentes ao futuro dos trabalhadores e ocupadas apenas com o próprio lucro – o que leva também a uma relação “desengajada” com a carreira, desiludida com perspectivas de mobilidade social (Formica & Sfodera, 2022).

Embora não sejam fenômenos de or-

ganização e consciência desenvolvida, o Great Resignation e o Quiet Quitting são sintomáticos da crise da ideologia do empreendedorismo e da exploração intensiva, numa sociedade organizada pelo desrespeito pelo futuro e pelos direitos trabalhistas. Alguns artigos têm buscado refletir esse fenômeno em termos mais amplos da classe trabalhadora norte-americana. Segundo Formica e Sfodera (2022, p. 900, tradução nossa):

Os desistentes silenciosos [quiet quitters], portanto, são descomprometidos com o trabalho e não pretendem ir além do seu dever. Pelo menos 50% da força de trabalho dos EUA é representada por desistentes silenciosos e, no segundo trimestre de 2022, a proporção de funcionários engajados e ativa-

mente desengajados era de 1,8 para 1, com 32% engajados e 18%ativamente desengajados. Com base em dados longitudinais recolhidos pela Gallup, é o nível de envolvimento mais baixo da última década (Harter, 2022). As gerações mais representadas por desistentes silenciosos são a Geração Z e os Millennials mais jovens.

Novamente, é o ambiente ideológico surgido nos Estados Unidos um dos traços mais cativantes do fenômeno, pois permeia os próprios processos laborais. No que concerne ao problema da organização sindical, é importante notar os dois sentidos presentes no caso norte-americano. Entre os setores mais novos, como parte da nova morfologia da classe, que poderíamos identificar como o “novo proletariado de serviços”, uberizados e amazonificados, existe a novidade da batalha para a construção dos primeiros sindicatos em grandes empresas norte-americanas. Talvez a batalha mais emblemática nesse sentido tenha sido diante da luta no armazém da Amazon em Staten Island, estado de Nova York, que resultou na aprovação em 2022 da formação do Sindicato dos Trabalhadores da Amazon (ALU, acrônimo de Amazon Labor Union). O processo foi de claro confrontamento a um dos principais bilionários do mundo, Jeff Bezos, e durou

anos. Resolveu-se em 2022, quando os trabalhadores conseguiram conquistar seu primeiro sindicato, momento no qual um dos jovens sindicalistas disse: “Queremos agradecer a Jeff Bezos porque, enquanto ele estava no espaço, nós estávamos organizando um sindicato”⁷.

Estamos diante de um processo inicial, mas seu significado simbólico talvez tenha consequências maiores. Uma delas é o encontro do sindicalismo com as demandas anti-opressão da juventude. Além da manifestação de rechaço ao racismo e ao machismo, vimos também a convergência de segmentos da classe trabalhadora com as lutas LGBTQIAP+, com um exemplo notável no caso da Starbucks, em que jovens LGBTQIAP+ foram os impulsores diretos da sindicalização, obrigando meios de imprensa como o renomado Washington Post a afirmar que trabalhadoras mulheres e pessoas não-binárias estão encabeçando a campanha de sindicalização na multinacional⁸. Outro exemplo foi o caso da greve da Disney, também em 2022, em que trabalhadores paralisaram as atividades para exigir que o CEO da empresa se posicionasse contra um projeto de lei conservador intitulado “Don’t say gay” (Não diga gay), restringindo debates de

⁷ <https://www.businessinsider.com/amazons-labor-organizer-popped-champagne-thanked-bezos-2022-4>

⁸ Washinton Post. “More Starbucks stores want to unionize. These women and nonbinary workers are leading the push”. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2022/03/04/starbucks-employees-unionizing/>.

gênero nas escolas – momento em que os trabalhadores colocaram em choque a empresa que dizia disseminar ideias de igualdade de gênero mas, na prática, não se posicionava contra o projeto⁹.

Mas isso não vem se expressando apenas entre setores mais jovens: a greve das automobilísticas de 2023 é um exemplo muito sintomático. Uma greve histórica percorreu o setor automotriz norte-americano, afetando três grandes montadoras, General Motors, Ford e Stellantis (fabricantes de carros como Jeep, Chrysler e outros). A greve durou 7 semanas e se estima que afetou a acumulação das empresas em mais de US\$4 bilhões, tendo como resultado uma expressiva vitória dos trabalhadores¹⁰, com reajustes imediatos de 11% que podem chegar a 25% nos próximos anos e, o principal, com um reajuste inicial de 70% para novos trabalhadores. Isso significa uma recomposição salarial que reverte tendência histórica das últimas quatro décadas de neoliberalismo, e aponta-se que um dos possíveis efeitos seja a renovação do interesse pela sindicalização, e alguns jornais falam em “efeito de contágio” para outras montadoras.

Em suma, a situação dos Estados Unidos é ilustrativa do significado da disputa entre capital e trabalho no contexto da

nova reestruturação produtiva. Por um lado, vemos que nos últimos anos o país foi laboratório de novas tendências de precarização laboral, com o capitalismo de plataforma, a “uberização” e a “amazonificação” do trabalho. Ao mesmo tempo, foi palco de movimentos sociais como o Black Lives Matter, com todo seu significado e influência, e tem visto protagonismo e greves entre artistas e nos setores tradicionais e de serviços, com aumento do apoio da população. Ademais, podemos estar diante de uma mudança da tendência histórica de perda da influência dos sindicatos, com novas petições e pedidos de sindicalização, e uma nova disposição da sociedade em relação a isso.

Reestruturação na China: harmonia social no país da precarização laboral?

Com as novas condições abertas pela crise mundial em 2008, a China de Xi Jinping foi obrigada a se adaptar aos novos tempos da competitividade entre potências e aos menores espaços para cooperação comercial internacional. Essa adaptação passou pelo distanciamento dos paradigmas industriais estabelecidos pela primeira onda de reestruturação

⁹ <https://www.usatoday.com/story/travel/experience/america/theme-parks/2022/03/22/disney-employee-walkout-dont-say-gay/7118426001/>

¹⁰ <https://uaw.org/uaw-members-ratify-historic-contracts-ford-gm-stellantis/>

produtiva realizada na República Popular da China, que coincidiu com a restauração do modo de produção capitalista e a eliminação da economia planificada burocraticamente pelo Partido Comunista, embora esse permanecesse no poder. Essa primeira reestruturação produtiva se caracterizou pela dependência do trabalho intensivo, não ou semiqualificado, de reduzida remuneração salarial e baixa agregação de valor, num contexto industrial estimulado pela demanda externa de mercadorias. Mediante a privatização das pequenas e médias empresas estatais e a realização de joint-ventures com empresas de capital estrangeiro (particularmente de Hong Kong, Taiwan e Macau, mas também de capital ocidental), a indústria chinesa criou grandes bolsões produtivos orientados à exportação em detrimento do mercado interno, que permaneceu com capacidade latente devido aos baixos salários (Hung, 2015).

Com o modelo de indústria manufatureira orientada à exportação, surgido

após a grande reestruturação produtiva oriunda da restauração capitalista ao final da década de 1990, a República Popular da China acumulou um massivo quantum de riqueza. O PIB anual da China cresceu, nas últimas três décadas, a uma média anual de 9,8%, suas exportações contabilizaram crescimento anual de 12,4% durante os anos 90, e 20% na década de 2000 (Zhu, Lan, & He, 2017). Os trabalhadores urbanos foram despojados dos direitos sociais adquiridos com a economia planificada no sistema do danwei (a “tigela de ferro de arroz”, que fornecia emprego vitalício e uma rede de benefícios sociais ligados à unidade socialista da produção urbana), e passaram a ser submetidos a contratos de trabalho determinados, sem direitos, com baixos salários, por longas horas de trabalho, nas indústrias costeiras fomentadas por capital estrangeiro¹¹. Esse modelo de acumulação capitalista reposicionou o gigante asiático no centro da produção industrial global, e transformou

¹¹ Entre 1994 e 1995, o PCCh encenou duas séries de legislações que desarticularam o velho sistema socialista da indústria estatal e abriram caminho para a liberalização do mercado de trabalho. A Lei Empresarial de 1994 regia que todas as empresas até então dirigidas pelo Estado passavam a ser liberalizadas, atuando como corporações acionárias cujo objetivo estava orientado à obtenção do máximo lucro. A partir daí, o Estado ficava desincumbido do ônus financeiro de todos os benefícios sociais anteriormente ligados à estrutura fabril urbana (o danwei, em que educação, moradia, previdência e saúde eram gratuitos), cujos custos eram transferidos para a responsabilidade das famílias, individualmente. Muitas pequenas e médias empresas estatais foram privatizadas e entregues a custo baixo para os administradores fabris, todos quadros políticos com amplas conexões no interior da burocracia do Partido Comunista Chinês. Já segundo a Lei Trabalhista, de 1995, os trabalhadores urbanos que gozavam no sistema danwei de empregos vitalícios e hereditários aos descendentes imediatos eram coagidos a terminar sua relação empregatícia com as empresas estatais. Uma vez finalizada a velha relação, que abrigava direitos e benefícios, esses trabalhadores se submetiam a novos contratos de trabalho, que não ofereciam a estabilidade e benefícios anteriores (Ruckus, 2021).

a China na “fábrica do mundo”, sendo a indústria de aparelhos eletrônicos um símbolo emblemático dessa fase produtiva, altamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

A partir da crise econômica mundial de 2008, entretanto, esse modelo já não podia subsistir. A redução da demanda externa e a depressão do comércio internacional obrigaram o governo chinês a reorientar seu esquema produtivo, a fim de reduzir sua exposição econômica ao mercado estrangeiro. Ademais, o crescimento da média salarial e a escassez de força de trabalho na região costeira desafiavam o velho padrão produtivo intensivo. Esses problemas exigiram do Partido Comunista um plano político reordenador, que buscava abandonar a dependência exclusiva no modelo exportador de manufaturas com baixo valor agregado. Uma segunda reestruturação produtiva na China se deu nesse contexto. Ela teve como característica a substituição da ênfase produtiva de baixo valor agregado para o estímulo da produção de alta tecnologia; a substituição do perfil localmente concentrado da produção por um esquema produtivo voltado à disputa de nichos de acumulação capitalista global com as grandes potências; e a substituição da ênfase na orientação exportadora pelo atendimento cada vez maior do mercado interno.

Essa segunda reestruturação produtiva está ligada ao início da era Xi Jinping, em 2013. Sua administração, que alcançou um inédito terceiro mandato no 20º

Congresso do Partido Comunista Chinês em outubro de 2022, está marcada pelo intenso estímulo ao desenvolvimento endógeno de alta tecnologia e pela subordinação dos avanços econômicos às considerações de segurança nacional. Tais mudanças podem ser identificadas geograficamente, na medida em que a integração produtiva chinesa passa por um processo de nacionalização marcante. Novos centros industriais, vinculados à produção de semicondutores, inteligência artificial, processamento de big data e software industrial estão migrando de cidades “emblema” da primeira reestruturação produtiva na costa oriental – como Guangzhou, Shenzhen e Hangzhou – para cidades no interior do país, como Chengdu, Chongqing e Zhuzhou. Esse processo de renacionalização produtiva de alto valor agregado se beneficia das políticas do governo central sobre a liberalização dos fatores produtivos rurais, em especial dos direitos de uso e de aluguel da terra. A liberalização da terra segundo os termos de competição de mercado possui relação direta com a estrutura produtiva (Yang, Liu, & Liu, 2023), na medida em que as políticas de favorecimento do capital na China facilitam a aquisição fundiária por parte de grandes investidores privados nos ramos da tecnologia e do agronegócio, com maior acesso às terras arrancadas dos camponeses por despossessão e mecanismos de competição.

O estímulo ao desenvolvimento de alta tecnologia – sintetizado no *Made in Chi-*

na 2025¹² – implica mudanças drásticas na conformação do trabalho. A força de trabalho exigida pelo esforço tecnológico da nova reestruturação produtiva chinesa impõe maior qualificação do trabalho, e por vezes especialização altamente sofisticada (Ernst, 2016). Há um impacto direto da robotização da produção por sobre os trabalhadores com menor qualificação (Borjas & Freeman, 2019; Acemoglu & Restrepo, 2019); entretanto, sendo o trabalho humano insubstituível para a valorização do capital e determinante para o funcionamento da lei do valor, o fenômeno observável nessa etapa produtiva chinesa é o da adaptação da força de trabalho ao mundo digital. O conhecimento computacional e de tecnologia digital incrementou a exigência da qualificação laboral, e alocou o trabalho especialmente na juventude. No próspero setor tecnológico chinês, simbolizado pelas gigantes de internet Alibaba, Tencent e Huawei, jovens trabalhadores devotam sua maior qualificação laboral a ritmos de trabalho intensos. O emblema dessa nova cultura de exploração do trabalho no setor da tecnologia é o sistema laboral 996: das nove horas da manhã às nove horas da noite, seis dias por sema-

na. A nova reestruturação produtiva abriu ampla margem de desenvolvimento para as empresas de plataforma, particularmente as especializadas em entregas, como a Meituan ou Ele.me, e de carona, como a Didi Chuxing.

A incorporação da tecnologia digital no processo produtivo e na indústria de serviços, na China como no mundo, resultou não na alegada “substituição do trabalho humano por máquinas”, mas em maior uso do trabalho humano sob condições modeladas à nova fase de extração do mais-valor. Ademais, resultou não na suavização, mas na precarização do trabalho humano (Antunes, 2023). No caso da China, não apenas a nova classe proprietária, mas também o Estado, comandado pelo Partido Comunista Chinês, são impulsionadores da precarização das condições de vida dos trabalhadores (Lee, 2018), nas duas fases da reestruturação produtiva¹³. O caso dos entregadores é instrutivo. Essa categoria do mundo digital padece de baixíssimos salários, mesmo se comparados com os trabalhadores migrantes rurais, que trabalham na manufatura. A média da jornada laboral de um entregador chinês ultrapassa as 13 horas diárias, como

¹² O Made in China 2025 é o plano-insígnia de Xi Jinping, que busca colocar a China na liderança de setores como robótica, semicondutores, biotecnologia, baterias para veículos elétricos etc.

¹³ “Um erro conceitual comum é considerar que o trabalho informal e precário é causado, ou definido, pela ausência de regulamentação estatal. O oposto é verdadeiro na China, onde o Estado é central na estruturação e reprodução da precarização do trabalho, através de leis e políticas públicas” (Lee, 2019, p. 67).

mostra Hui Yu (2018) em *The Destiny of Web Platform Workers in China: Employees, Nothing or a “Third Option”?*. Não há definição de hora extra – na medida em que os entregadores são obrigados a fazer o maior número de horas possível para sobreviver. Assim, surge um regime de exploração semelhante ao “salário por peça”, considerado por Marx como uma forma sofisticada de elevar a intensidade do trabalho e impor o prolongamento da jornada, na forma de cotas de salário por entrega realizada. A resultante é a intensificação do trabalho e a extensão da jornada, aprisionando o trabalhador na penúria salarial.

Na indústria digital, vemos a exploração do trabalho em termos da uberização da classe trabalhadora chinesa. A economia de plataforma se tornou um flagelo no estatuto da precariedade laboral dentro da República Popular. Hui Yu (2018) apresenta a relação sombria que a economia de plataforma estabelece com a zona exportadora, a utilização de mecanismos de punição e penalização contra “trabalhadores ineficazes”, com castigos não mais corporais, mas financeiros e trabalhistas. Como nas fábricas, a maior parte dos trabalhadores é de migrantes rurais, que não conseguiram emprego na indústria, ou que dela foram dispensados. Segundo Chen (2018), há na China, como no mundo, um grande processo em que os algoritmos e o big data se superpõem ao padrão de exploração capitalista que vimos em sua etapa neoliberal, controlando a vida

dos trabalhadores. Há uma espécie de “autoritarismo legal descentralizado” na China (Chen, 2018), em que cada província estabelece sua própria regulamentação digital, impedindo a unificação das demandas dos trabalhadores de plataforma a nível nacional. Essa descentralização das regras faz com que os trabalhadores de plataforma permaneçam sem direitos trabalhistas básicos, já que a relação entre empresa e funcionário continua basicamente desregulamentada, tornando os capitalistas digitais legalmente dispensados de qualquer responsabilidade pelas condições de trabalho de seus funcionários.

Representando um terço (quase 300 milhões de pessoas) da força global de trabalho na China, os trabalhadores migrantes se deparam na paisagem dos aplicativos com a fauna de direitos escassos já conhecida: pífias condições de trabalho, instabilidade empregatícia, baixos salários, falta de benefícios sociais. Todas essas características compõem um quadro multifacetado sobre a exploração digital e a mediação impalpável dos algoritmos, portentos de uma era de “servidão digital” (Antunes, 2018), aprofundando em nova escala a precarização do trabalho.

A uberização revela distintas facetas da precarização do trabalho e da superexploração, que podem ser examinadas no setor de serviços digitais. No ramo das caronas, podemos enxergar o conteúdo precário do trabalho na China numa modalidade mais perversa. Uma

pesquisa de Julie Yujie Chen sobre a empresa de caronas Didi Chuxing revelou parâmetros de degradação física do trabalho que atestam correlatos na Europa e na América. Utilizando grupos de motoristas registrados na plataforma de mensagens WeChat, Chen revelou que:

Uma maioria dos motoristas (77%) tem entre 31 e 50 anos de idade, enquanto 16% se encontra abaixo dos 30 anos. Ao redor de 4% dos respondentes eram mulheres, o que aponta a alta desproporção na distribuição de gênero nesse setor. A metade dos motoristas disse trabalhar entre 10 e 12 horas por dia, e 10% disse trabalhar mais de 14 horas por dia. A esmagadora maioria (93%) dos motoristas recebia menos de 5000 iuanes (US\$730) por mês [...] Segundo 40% dos motoristas, mais da metade dos seus ingressos vai para o bolso da plataforma Didi, na qualidade de tarifas de licenciamento [...] 40% dos motoristas afirmou ter tido queda em sua renda assim que começou a trabalhar com aplicativos, e mais da metade deles (56.8%) afirmou ter sentido maior estresse funcional. Embora um em cada dois motoristas não tenha visto aumento de jornada, a outra metade afirmou ter tido aumento significativo de horas de trabalho (Chen, 2018, s/p).

Mimi Zou, em seu trabalho *The regulatory challenges of “uberization” in*

China: Classifying ride-hailing drivers (2017), conduz a resultados semelhantes aos constatados por Chen, abordando a dificuldade do reconhecimento de relações trabalhistas entre plataformas de carona e motoristas. Já no governo de Xi Jinping, Zou reúne os resultados, entre 2013-2016, dos julgamentos sobre processos trabalhistas movidos por motoristas contra as empresas de aplicativo para terem sua relação trabalhista reconhecida. Apesar da ampla documentação capaz de evidenciar a relação de assalariamento entre empresário e funcionário, os tribunais chineses concedem ganho de causa às empresas de plataforma, um retrato dos íntimos elos entre o Partido Comunista e o decisivo setor privado nacional¹⁴.

Hui Yu (2018) estabelece marcos importantes para a compreensão da exploração do trabalho dos entregadores na China. Em seu trabalho já mencionado, *The destiny of web platform workers in China: Employees, nothing or a “third option”?*, podemos verificar alguns traços

¹⁴ “Selecionei doze casos publicados que constituem um padrão típico das reivindicações relevantes envolvendo empresas [de plataforma] e motoristas. Os casos foram definidos entre 2013-2016 nos tribunais locais de Pequim (7), Xangai (3), Guangzhou (1), e Hangzhou (1). Essas localidades estão entre as cidades mais populosas da China, e em que os consumidores do serviço de carona tendem a estar concentrados [...] Nos tribunais, em cada um desses casos, a empresa recebeu a razão contra os querelantes. Os tribunais utilizaram as definições de vínculo empregatício constantes na regulamentação do Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social. Algumas considerações fundamentais foram: os querelantes tinham a ‘última palavra’ em aceitar ou não o pedido dos clientes; podiam controlar quando e onde trabalhavam ou repousavam; a função da empresa era disponibilizar uma plataforma virtual que fornecesse informação sobre os pedidos dos clientes, serviço pelo qual cobrava uma taxa de 20% das viagens; não havia pagamentos salariais por parte da empresa aos motoristas; não havia um local de trabalho físico, e o uniforme juntamente com o distintivo com o nome da empresa não eram provas suficientes de vínculo empregatício” (Zou, 2017, p. 278, tradução nossa).

das condições de trabalho dos chamados “delivery buddies”, os entregadores de aplicativo, que no Brasil atendem empresas como iFood, Rappi e Uber Eats. A faceta diabólica do capitalismo é sentida em toda a sua crueldade no salário por peça. Se os trabalhadores da Didi Chuxing precisam fazer 16 ou 17 horas de trabalho para conseguir poucas centenas de iuanes por dia, os entregadores de plataforma na China podem perfazer uma jornada estafante semelhante e, no final do mês, dever dinheiro às empresas digitais.

Não é incomum que um entregador [na China] trabalhe 12 horas ou mais todos os dias (das 10h às 0h). Comparado ao trabalho de um motorista da Didi Chuxing, os entregadores se encontram numa situação muito pior. Eles precisam completar o seu trabalho, independentemente das condições climáticas. No verão, os entregadores sofrem altas temperaturas (37°C a 42°C) enquanto entregam comida, sem qualquer subsídio garantido pela legislação trabalhista chinesa. No inverno, precisam entregar comida em estradas congeladas. Frequentemente assistimos os entregadores cairem no gelo e se levantarem, sem nenhum atendimento médico a seus ferimentos, em função do tempo apertado para a entrega. Além disso, ainda correm o risco de sofrer acidentes devido à alta velocidade com que têm de realizar as entregas (Yu, 2018, p. 96, tradução nossa).

Mas é nas penalizações, não apenas com bloqueios, mas com deduções salariais reais, que os entregadores chineses se deparam com os efeitos mais funestos da reestruturação produtiva da uberização. Segundo Yu, os entregadores não possuem qualquer liberdade para rejeitar uma entrega caso ela esteja na rota de sua entrega anterior. Cada violação das

regras da empresa digital é precificada: atraso de entrega – 5 iuanes a cada 10 minutos; discussão com o cliente – 50 iuanes; avaliação negativa – 300 iuanes por avaliação; falta de capacete – 500 iuanes; clicar o botão de “finalizar corrida” antes da entrega – 1000 iuanes (Yu, 2018). Depois que as penalidades são pagas à empresa digital, frequentemente o salário mensal do entregador termina sendo negativo.

Esse perverso mecanismo de controle pelo algoritmo, que auxilia a superexploração das gigantes capitalistas digitais, tem em si aspectos que recendem à servidão (Antunes, 2020). Se o salário por peça (ou por entrega realizada, no contexto da uberização) impulsiona o emprego mais intenso da força de trabalho e o prolongamento da jornada para incrementar o salário mensal (Marx, 2013, p. 625), nas condições da reestruturação uberizada do trabalho, essa dinâmica nos recoloca nos umbrais da superexploração laboral vista nas fábricas de suor chinesas da década de 1990. Ademais, o sistema de punições se torna meio eficaz de disciplinar o corpo e toda a conduta laboral do trabalhador, literalmente entregue nas mãos dos capitalistas digitais.

A segunda reestruturação produtiva na China, como dissemos, foi impulsionada sob a égide da administração Xi Jinping, caracterizada por menor crescimento médio da economia, declínio de indústrias tradicionais na manufatura e na mineração, acelerado crescimento da indústria de serviços e incremento na utilização de

trabalho flexível e precário por parte do capital. Isso levou a uma mudança na natureza e na escala dos protestos operários, que obedece ao crescimento do peso dos serviços na economia. Geoffrey Crothall (2019) argumenta que na era Xi Jinping houve uma descentralização geográfica dos protestos operários, que diminuíram relativamente na região do Delta do Rio Pérola, em Guangdong – centro doativismo laboral na primeira reestruturação produtiva – para assumirem uma base mais nacionalizada. Essa descentralização dos protestos antes concentrados em Guangdong se relaciona com o fechamento de muitas fábricas de manufatura de baixo custo em função da crise do comércio global (e a relocalização produtiva para outros países), combinado com o crescimento dos segmentos no setor terciário da economia. Longe de significar a menor importância da manufatura e da indústria na luta de classes chinesa, implica a complexificação da economia, em que os serviços urbanos (transporte, saúde, educação), as plataformas digitais e as empresas de tecnologia da informática começam a deixar sua marca com mais ênfase nos protestos.

Em 2022, milhares de trabalhadores da Foxconn, na maior fábrica de iPhone do mundo, localizada em Zhengzhou, na província de Henan, entraram em greve em função do atraso no pagamento dos bônus de final de ano. Essa greve emblemática teve o componente político do rechaço às medidas restritivas da Covid-zero de Xi Jinping, que obrigavam

os trabalhadores a ficarem trancados em fábricas, que se tornavam viveiros de transmissão do coronavírus. O governo central derrubou a política da Covid-zero, que havia sido ratificada no 20º Congresso do PCCh um mês antes. Até agosto de 2023 foram registradas pelo menos 130 greves em fábricas, mais do que o triplo do número registrado em todo o ano de 2022, de acordo com dados compilados pelo China Labour Bulletin. Esses protestos estão concentrados na indústria eletrônica orientada para a exportação, no setor de vestuário, no de brinquedos e no automotriz. Os trabalhadores protestam contra salários e benefícios não pagos, bem como contra as demissões. Também na construção civil, em vista da crise imobiliária na China, trabalhadores protestam contra atrasos salariais nas províncias de Hunan, Shandong e Guangdong, contra incorporadoras como a Evergrande. Assim, o crescimento do peso relativo do setor de serviços diante dos setores tradicionais da indústria e da construção – segundo o Banco Mundial (2023), 54,6% do PIB da China foi de responsabilidade do setor terciário – não significou ausência de resistências laborais nesses segmentos da economia.

No setor de serviços essa resistência começa a buscar um perfil próprio, não tendo as mesmas condições de sindicalização que na indústria tradicional. Apesar da alta taxa de sindicalização na China – que alcança 44% dos trabalhadores – a Federação Sindical Nacional não busca defender os direitos dos trabalhadores,

mas moderar os conflitos em favor dos empresários e exercer o controle político do PCCh, o que afeta distintas categorias. No caso dos entregadores, mesmo nessas condições, a sindicalização é baixa, o que os obriga a criar novas formas de comunicação para as atividades de protesto. Em abril de 2023, centenas de entregadores da Meituan, uma das duas principais plataformas de entrega de alimentos da China, entraram em greve em Xangai, na Mongólia Interior e em Shanwei, cidade da província de Guangdong, devido a salários baixos e ao fato de serem pressionados a dirigir em condições perigosas. Essas paralisações e protestos são organizados por meio de métodos não convencionais, como os próprios aplicativos e as redes sociais dos trabalhadores, como o WeChat. Em algumas oportunidades, os entregadores organizam “mini greves”, ficando offline nos horários de pico de utilização de determinado aplicativo, prejudicando a plataforma digital que faz a intermediação da prestação do serviço.

Para além dos protestos dos trabalhadores da manufatura e da indústria de serviços, a juventude chinesa também expressa seu descontentamento diante da desaceleração econômica e da falta de

emprego. A taxa de desemprego urbano entre jovens de 18 e 24 anos atinge 20% na China, e aqueles que deixam a universidade com um diploma terminam não encontrando emprego ou têm de aceitar condições de trabalho inferiores nos setores tradicionais da produção. Essa combinação de fatores desatou a fúria de uma geração que desconfia da propaganda de ascensão social por meio do trabalho duro, e se rebela contra a ideologia da competição implacável imposta pelo sistema educacional governamental. Uma das expressões dessa insatisfação entre os jovens é o movimento *tang ping* – que significa literalmente “ficar deitado” –, que ganhou força desde a pandemia do coronavírus, referindo-se à ideia de que as pessoas não devem trabalhar demasiado e, em vez disso, devem contentar-se com realizações mais fáceis de alcançar.

O movimento iniciou-se em março de 2019 como forma de repúdio, em um processo de organização espontânea dos trabalhadores do setor tecnológico, ao sistema 996, visto como um acinte para o enriquecimento dos capitalistas e do Estado, com muitos prejuízos físicos e mentais para os trabalhadores¹⁵, e foi considerado por alguns autores como uma novida-

¹⁵ Em março de 2019 surgiu a página 996.UTI, na plataforma digital Github (ligada à Google), em que os trabalhadores do setor tecnológico expunham as misérias da vida nas grandes empresas digitais (Alibaba, Tencent, Baidu, Huawei, etc.). O nome da página se refere ao ritmo de trabalho das 9 horas da manhã às 9 horas da noite, por seis dias na semana, que pode levar os trabalhadores à unidade de terapia intensiva. Rapidamente se tornou uma das principais tendências em toda a China.

de importante em termos de organização operária na China (Lin, 2020). Uma variante dessa expressão é o *bai lan* – que significa “deixar apodrecer” – um movimento que prega a antítese da estafa laboral: deve-se fazer simplesmente o básico, nada mais que o objetivamente necessário, abandonando qualquer injunção de horas extras ou dedicação extenuante no ofício, a fim de utilizar o restante do tempo para desfrutar das preferências pessoais nos distintos campos da vida (esporte, arte, lazer em geral). Trata-se de um reflexo de outras expressões de resistência juvenil no mundo, com características similares ao *Quiet Quitting* nos Estados Unidos. Todas essas formas de resistência juvenil preocupam o governo, que enfrenta uma situação de baixo crescimento econômico e estagnação demográfica, pois pode ter um impacto direto na produção de riqueza nacional.

Esse quadro, apenas uma síntese a grandes traços das tendências na luta de classes, revela que a reestruturação produtiva na China é inseparável da resistência dos trabalhadores contra os malefícios da precarização do trabalho e da vida, tanto na manufatura quanto na nova indústria de serviços. A competição econômica, tecnológica e militar da China com os Estados Unidos não pode ser examinada sem considerar o impacto das resistências sociais atuantes.

Notas conclusivas

O que queríamos apontar nesse artigo, em primeiro lugar, era o significado dos

efeitos da crise de 2008 com seus impactos em distintas esferas e, como não podia ser diferente, na esfera laboral. O fato é que o nível de implementação tecnológica em distintas áreas do trabalho, sobretudo em processos de controle mediados pela inteligência artificial, que resultam da experiência da indústria 4.0 e se expressam na esfera dos serviços com a uberização do trabalho, ganha feições de tendência internacional, tendo expressão tanto nas potências quanto nos países da periferia do capitalismo, do Ocidente ao Oriente.

Ao mesmo tempo, os efeitos dessa nova estruturação produtiva pós-2008 se conectam com realidades distintas quando analisamos países como Estados Unidos e China. No primeiro, por apresentar, como na Europa, todas as feições de um fenômeno de precarização laboral proveniente da iniciativa do capital internacional, ao descarregar a crise financeira sobre as costas da classe trabalhadora, pensando os incrementos tecnológicos em função do resgate de sua rentabilidade, acumulação e exploração laboral. No caso chinês, embora a lógica de acumulação nas grandes empresas seja a mesma, buscamos destacar que o *estatuto da precariedade laboral era já intenso nas décadas de 1990 e 2000*, uma processualidade precarizante impulsionada pelo Partido Comunista Chinês em conúbio com o forte setor privado, na esteira da restauração capitalista, responsável por rebaixar o valor da força de trabalho internacionalmente. Isso faz com que esse processo não seja sentido exatamente

como uma degradação das condições de trabalho, ao menos se comparado com um processo similar nos Estados Unidos, já que na China o padrão de origem das relações trabalhistas era demasiado baixo, um ativo hoje aproveitado pela burocracia do Partido Comunista Chinês para implementar aceleradamente a nova estruturação produtiva.

O fato é que, partindo de tabuleiros econômico e sociais distintos, há uma convergência, no que concerne à implementação de mecanismos de controle do trabalho mediados pelas tecnologias 4.0 e pela plataformização de segmentos da exploração capitalista. Justamente por isso, processos de resistência, como a desistência silenciosa e a renúncia ao trabalho, tem expressão em ambos países, contra os efeitos políticos e sociais da nova estruturação e da ideologia do empreendedorismo.

Também vimos que a classe trabalhadora de ambos os países têm dado demonstrações de resistência não apenas entre os setores mais jovens, mas também no proletariado tradicional fabril. As greves operárias na China e os protestos em torno dos direitos de sindicalização nos Estados Unidos podem apontar para um caminho distinto à expectativa dominante de estabilização social.

Analizar esses dois países nos parece fundamental, já que há uma disputa em curso para saber se o trabalho sob demanda, o capitalismo de plataforma e o controle do trabalho mediado pelas inteligências artificiais irá se generalizar, ou se essas tendências serão antagonizadas por um forte movimento de organização sindical e política dos trabalhadores. Nesse choque, a classe trabalhadora dos dois países poderá ter um peso considerável nos rumos do processo, em âmbito internacional.



Referências Bibliográficas

- Abilio, L. C. (2020). Uberização: A era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98), 111–126. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3498.008>
- Acemoglu, D., & Restrepo, P. (2019). Automation and new tasks: How technology displaces and reinstates labor. *Journal of Economic Perspectives*, 33(2), 3–30. <https://doi.org/10.1257/jep.33.2.3>
- Antunes, R. (2008). *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez.
- Antunes, R. (2018) *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Antunes, R. (2023). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. Boitempo
- Antunes, R., & Braga, R. (Orgs.). (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. Boitempo.
- Arias, A. & Pinto, G. (2023). A indústria 4.0: a inteligência artificial a serviço da precarização no complexo industrial da Jeep de Goiana (PE). In Antunes, R. (Org.), *Icebergs à deriva* (pp. 131-148). Boitempo.

- Banco Mundial. (2023). Services, value added (% of GDP) China. <https://data.worldbank.org/indicator/NV.SRV.TOTL.ZS?locations=CN>.
- Basso, P., & Perocco, F. (2016). *Gli immigrati in Europa: diseguaglianze, razzismo, lotte*. FrancoAngeli.
- Borjas, G. J., & Freeman, R. B. (2019). From immigrants to robots: The changing locus of substitutes for workers. *RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, 5(5), 22–42. <https://doi.org/10.7758/RSF.2019.5.5.02>
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Livros Técnicos e Científicos.
- Bureau of Labor Statistics. (2022, 20 de junho). The Great Resignation in perspective. *Monthly Labor Review*. <https://www.bls.gov/opub/mlr/2022/article/the-great-resignation-in-perspective.htm>
- Bureau of Labor Statistics. (2023). Union members – 2023. <https://www.bls.gov/news.release/pdf/union2.pdf>
- Chen, J. Y. (2018). Platform economies: The boss's old and new clothes. In I. FRANCESCHINI & N. LOUBERE (Orgs.), *Dog Days: Made in China yearbook* (pp. 122–125). ANU Press. <http://doi.org/10.22459/MIC.04.2019.18>
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xama.
- Chesnais, F. (2005). *A finança mundializada*. Boitempo.
- Cochrane, K. (2013). The fourth wave of feminism: Meet the rebel women. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women>
- Duménil, G., & Lévy, D. (2014). *A crise do neoliberalismo*. Boitempo.
- Ernst, D. (2016). Advanced manufacturing and China's future for jobs. *East-West Center Working Papers. Innovation and Economic Growth Series*. <https://www.eastwestcenter.org/publications/advanced-manufacturing-and-chinas-future-jobs#>
- Formica, S., & Sfodera, F. (2022). The great resignation and quiet quitting paradigm shifts: An overview of current situation and future research directions. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 31(8), 899–907. <https://doi.org/10.1080/19368623.2022.2136601>
- Gandini, A. (2019). Labour process theory and the gig economy. *Human Relations*, 72(6), 1039–1056. <https://doi.org/10.1177/0018726718790002>
- Graham, M., & Anwar, M. A. (2019). The global gig economy: towards a planetary labour market? *First Monday*, 24(4). <https://doi.org/10.5210/fm.v24i4.9913>
- Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere* (5a ed., vol. 4). Civilização Brasileira.
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 22(1), 106–122. <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/12188>
- Harris, Alex. (2022, 4 de março). Starbucks se desdobra com um movimento de sindicalização em massa. *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2022/03/04/starbucks-employees-unionizing/>
- Harvey, D. (2011). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (21a ed.). Loyola
- Hung, H. (2015). *The China Boom: Why China Will Not Rule the World*. Columbia University Press
- Huws, U. (2018). *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Editora Unicamp
- Lee, Ching Kwan (2018). The Social Question as the Struggle over Precarity: The Case of China. In Breman, J., Harris, K., Lee, C. K., & van der Linden, M. (Eds.), *The Social Question in the Twenty-First Century*

(pp. 23-39). University of California Press

- Lin, K. (2020). Tech worker organizing in China: A new model for workers battling a repressive state. *New Labor Forum*, 29(2), 52–59. <https://doi.org/10.1177/1095796020916201>
- Marx, K. (2013). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Boitempo.
- Moody, K. (2017). *On new terrain: How capital is reshaping the battleground of class war*. Haymarket Books.
- Ruckus, R. (2021). *The communist road to capitalism: How unrest and containment have pushed China's (r)evolution since 1949*. PM Press.
- Santos, V. O. (2013). *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx*. Expressão Popular
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. Edipro.
- Slee, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. Elefante.
- Standing, G. (2013). O precariado: A nova classe perigosa. Autêntica.
- Yang, J., Liu, C., & Liu, K. (2023). Land marketization and industrial restructuring in China. *Land Use Policy*, 131, 106737. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.106737>
- Yu, H. (2018). The destiny of web platform workers in China: Employees, nothing or a “third option”? *Japan Labor Issues*, 2(8), 92–100. <https://www.jil.go.jp/english/jli/documents/2018/008-00.pdf>
- Zhu, S., Lan, T., & He, C. (2017). New generation, new path: Industrial restructuring led by China's “notorious” Fuerdai Generation. *The China Review*, 17(3), 1–30. <http://www.jstor.org/stable/44371796>
- Zou, M. (2017). The regulatory challenges of “uberization” in China: Classifying ride-hailing drivers. *International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations*, 33(2), 269–294. https://turinschool.eu/files/turinschool/Zou_ride-hailing_drivers.pdf

Da mediatização do sofrimento social à experiência pública de injustiça: testemunhos online de catadores de materiais recicláveis em torno da desativação do Aterro do Jóquei, no Distrito Federal

From the mediatization of social suffering to the public experience of injustice: online testimonies of waste pickers around the decommissioning of the Jóquei Landfill in the Federal District, Brazil

De la mediatización del sufrimiento social a la vivencia pública de la injusticia: testimonios online de recicladores en torno al desmantelamiento del Vertedero de Jóquei, en el Distrito Federal, Brasil

**Sayonara
LEAL**

sayoleal@gmail.com

Professora do Departamento
de Sociologia da Universidade
de Brasília - UnB

81

A Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos no Brasil determina que rejeitos orgânicos e sólidos tenham disposição final ambientalmente adequada e ordena a desativação de lixões a céu aberto no país. O descarte de resíduos em aterros precariamente controlados, conhecidos como lixões, constituem um sério problema socioambiental que atinge 59% dos municípios brasileiros. Mas, apesar de se traduzirem em espaços de duplo registro moral: fonte de riscos sanitários e de injustiças sociais, os lixões se constituem em lócus de “trabalho sujo” para milhares de catadores de materiais recicláveis e, neste sentido, suas desativações provocam incertezas para a subsistência desses trabalhadores. Nossa pesquisa trata de coletores de resíduos sólidos, no Distrito Federal, confrontados ao momento crítico dos movimentos pela interdição da atividade de catação no Aterro do Jóquei, o chamado “Lixão da Estrutural”, na Cidade Estrutural. Os catadores criticam as condições de fechamento do aterro sem haver garantias de compensações pelo serviço insalubre de coleta seletiva que prestam à sociedade. Com base na análise sociológica do discurso de testemunhos desses trabalhadores sobre sua situação problemática, em protestos coletivos no espaço público e em vídeos gravados e publicados na rede social Facebook, discutimos a mediatização do seu sofrimento social enquanto

micro prática discursiva de demanda por justiça social. Trata-se de um ato de superação de injustiças hermenêuticas que constituem uma verdadeira infrapolítica de visibilidade de “atores vulneráveis” como parte significativa da estratégia de mobilização social em torno da solução do problema público da inclusão socioprodutiva dessa categoria socioprofissional na economia circular local da reciclagem.

Palavras-Chave: *Sofrimento social, catadores de materiais recicláveis, testemunhos, rede social digital, lixão.*

Brazil's National Solid Waste Treatment Policy stipulates that organic and solid waste must be disposed of in an environmentally appropriate manner and orders the decommissioning of open dumps in the country. The disposal of waste in precariously controlled landfills, known as dumps, is a serious socio-environmental problem that affects 59% of Brazilian municipalities. However, despite being spaces with a double moral record: a source of health risks and social injustices, dumps are a place of “dirty work” for thousands of waste pickers and, in this sense, their decommissioning causes uncertainty for these workers' livelihoods. Our research deals with solid waste collectors in the Federal District, faced with the critical moment of the movements to ban waste picking at the Jóquei Landfill, the so-called “Lixão da Estrutural”, in Cidade Estrutural. The waste pickers are criticizing the conditions under which the landfill is being closed without any guarantee of compensation for the unhealthy selective collection service they provide to society. Based on the sociological analysis of the discourse of these workers' testimonies about their problematic situation, collective protests in the public space and videos recorded and published on the social network Facebook, we discuss the mediatization of their social suffering as a micro discursive practice of demand for social justice. It is an act of overcoming hermeneutic injustices that constitute a true infra politics of visibility for “vulnerable actors” as a significant part of the social mobilization strategy around solving the public problem of the socio-productive inclusion of this socio-professional category in the local circular economy of recycling.

Keywords: *Social suffering, waste pickers, testimonies, digital social network, dumpsite.*

La Política Nacional de Tratamiento de Residuos Sólidos de Brasil estipula que los residuos orgánicos y sólidos deben eliminarse de forma ambientalmente adecuada y ordena el desmantelamiento de los vertederos a cielo abierto del país. La eliminación de residuos en vertederos precariamente controlados, conocidos como basurales, es un grave problema socioambiental que afecta al 59% de los municipios brasileños. Pero, a pesar de ser espacios con un doble registro moral: fuente de riesgos para la salud y de injusticias sociales, los vertederos son un lugar de «trabajo sucio» para miles de recicladores y, en este sentido, su desmantelamiento provoca incertidumbre para el sustento de estos trabajadores. Nuestra investigación trata sobre los recolectores de residuos sólidos en el Distrito Federal, enfrentados al momento crítico de los movimientos para prohibir las actividades de reciclaje en el Vertedero Jockey, el llamado «Lixão da Estrutural», en Cidade Estrutural. Los recicladores critican las condiciones en las que se está cerrando el vertedero sin ninguna garantía de compensación por el insalubre servicio de recogida selectiva que prestan a la sociedad. A partir del análisis sociológico del discurso de los testimonios de estos trabajadores sobre su problemática situación, de las protestas colectivas en el espacio público y de los videos grabados y publicados en la red social Facebook, discutimos la mediatisación de su sufrimiento social como una práctica micro discursiva de demanda de justicia social. Se trata de un acto de superación de injusticias hermenéuticas que constituye una verdadera infrapolítica de visibilidad de los «actores vulnerables» como parte significativa de la estrategia de movilización social en torno a la resolución del problema público de la inclusión socioprodutiva de esta categoría socioprofesional en la economía circular local del reciclaje.

Palabras clave: *Sufrimiento social, recicladores, testimonios, red social digital, vertedero.*

Introdução

Este texto joga luz sobre a função epistêmica do testemunho de “atores vulneráveis” em contexto de mobilização social ao proporcionar novos conhecimentos e perspectivas acerca de problemas sociais que os afligem. As lutas sociais não só produzem visões contra-hegemônicas sobre a realidade (social), mas também desenvolvem métodos inovadores de investigação política que têm sido capazes de desafiar “formas exemplares” consagradas de prática democrática.

Este artigo visa desenvolver o relato de um caso ilustrativo de ato testemunhal como um tipo de inovação político-cognitiva que oportuniza a superação das desvantagens epistêmicas que grupos oprimidos experimentam, remetendo ao que Miranda Fricker (2017) chama de fenômeno de “marginalização hermenêutica”. Postulamos que o testemunho constitui prática epistêmica fundamental enquanto recurso comunicativo que participa da construção da experiência coletiva do sofrimento social com potencial de informar a mobilização social. Trata-se de um processo de aprendizagem coletiva que ocorre em “clima hermenêutico inclusivo” (Zamora, 2017) capaz de induzir à confiança epistêmica necessária para se contrapor ao que se considera injusto. Assim, apresentamos um caso de demonstração de capacidade hermenêutica e testemunhal de catadores de material reciclável, em estado emocional de sofrimento, em função das incertezas sobre a continuidade de sua subsistência devido à desativação de um aterro

de dejetos a céu aberto, na Cidade Estrutural, no Distrito Federal, onde realizavam o “trabalho sujo” da triagem do lixo seco.

A interdição da atividade da catação de resíduos (orgânicos e sólidos) em aterros sanitários semicontrolados no Brasil decorre da aplicação da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos no país (Lei nº 12.305, 2010), e apresenta duas medidas fundamentais. Ela determina que rejeitos de todos os tipos tenham disposição final ambientalmente adequada, contando com a prática da coleta seletiva para destinação de materiais reaproveitáveis para a reciclagem, prevendo também a inclusão socioprodutiva de coletores de resíduos sólidos na economia circular via cooperativismo popular, e ordena a desativação dos chamados lixões (aterros a céu aberto) no país. Esses trabalhadores se notabilizaram na cena pública de implementação da política nacional de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal ao criticarem as condições de negociação com o poder público local acerca do encerramento de sua atuação laboral no lixão sem garantias de compensação pelo serviço insalubre prestado à sociedade, lançando mão de dispositivos de comunicação e protestação social. Os catadores deram vazão a experimentações democráticas em redes sociais digitais como estratégia de publicização de seu sofrimento social devido à situação problemática que enfrentavam, robustecendo, assim, a racionalidade da sua própria mobilização social em busca de um compromisso com o governo distrital para solução do problema público da inclusão

socioprodutiva da categoria na economia da reciclagem da região.

O foco de nossa análise está na adoção do testemunho autoral do sofrimento social desses trabalhadores em reuniões presenciais com agentes públicos (Defensoria e Ministério Públicos), na frente do Aterro do Jóquei, para o exercício interpretativo de suas experiências laborais no lixão como injustas e em vídeos gravados no próprio lixão, veiculados em rede social virtual, denunciando as suas condições de trabalho e incertezas sobre a reparação oferecida pelo governo distrital em função de seus serviços prestados como agentes fundamentais da coleta seletiva na capital do país.

Com a prática testemunhal da experiência catadora em um lixão na mídia social Facebook, pudemos constatar o ato conjuntivo epistêmico e político-comunicativo desses trabalhadores da reciclagem quando, de um lado, se deslocam de um estado primário sensível de indignação para outro secundário, refletido em apresentação de provas e argumentos, executando assim algo muito próximo ao que Louis Quéré (2012, 2021), inspirado na teoria das emoções de John Dewey (1894), conceitua como “trabalho das emoções”. E, de outro, observamos a estratégia de política de comunicação de publicidade de longo alcance da palavra catadora ao utilizarem uma das principais redes sociais online no Brasil.

A etapa do sofrimento de segunda ordem se apresenta como primordial para a rationalização da denúncia epistêmica (desconsideração de suas críticas pelo governo distrital na condução da PNRS) e de injus-

tiças sociais (escassez de renda, déficit de coletiva seletiva e insalubridade no local de trabalho) às quais se veem submetidos. Dos testemunhos individuais do sofrimento causado pelos movimentos em torno da desativação do Lixão da Estrutural advém um bem comum, resíduos recicláveis “para todos” e infraestrutura socioeconômica para sua comercialização fora do aterro.

O sofrimento social pode ser considerado registro afetivo propedêutico à crítica dirigida à(s) sua(s) causa(s) e a seus efeitos na vida de quem sofre. Nesse sentido, podemos vislumbrar um potencial de acionamento de reflexividade e agência quando o sofrimento leva à experiência de injustiça percebida como tal pelo ator social que evidencia o rompimento ou a fragilização de lastros normativos nos quais se amparavam a ordem normal de sua rotina e vivências. Assim, a experiência de injustiça social começa no “sentir” e se faz pela articulação entre sofrimento, indignação e situação pragmática designada como problemática. Disso decorrem possibilidades de formulação coletiva de problemas públicos, e sua veiculação em arenas de visibilidade e simbolização (interpretação). Mas certas minorias não detêm os meios simbólicos que lhes permitiriam articular as experiências de sofrimento de seus membros de forma adequada a seus fins interpretativos e normativos (Zamora, 2015, 2017, 2019). Os membros dessas minorias carecem dos meios simbólicos para tornar suas experiências compreensíveis e aceitáveis, tanto para eles mesmos quanto para o resto da sociedade, o que se traduz em uma forte barreira a lutas por reconheci-

mento (Honneth, 2003).

A escassez de espaços de simbolização, como as arenas do jornalismo, do legislativo ou do judiciário, leva a uma exclusão sistemática dessas minorias oprimidas dos lugares de produção simbólica, o que Fricker (2017) denominaria de “injustiça hermenêutica”¹. Nesse sentido, as mídias sociais digitais constituem espaços alternativos de expressão e aparição de sujeitos minoritários que não cumpriam as condições normativas da ética do discurso da esfera pública habermasiana, oportunizando um lócus de engendramento de uma política de visibilidade em torno do reconhecimento de lutas sociais cujo potencial permite uma “quase-interação mediatizada” capaz de criar “intimidade não recíproca à distância” (Thompson, 2005) com públicos possíveis e implicações nas relações complexas e mutáveis entre visibilidade e poder político. Nesses espaços, no entanto, também se desdobram disputas semânticas em torno da gramática dos conflitos sociais. Pelo número de usuários, as redes sociais da internet, ao darem publicidade a problemas sociais, também publicizam omissões dos poderes públicos em relação a injustiças e reivindicações de grupos sociais.

Entendemos que levar a sério a descrição do sofrimento vivido em narrativas testemu-

nhais de quem sofre pode contribuir para tirar grupos sociais subalternizados da invisibilidade e a atribuir aos indivíduos a capacidade de reivindicar e de agir coletivamente para transformar as condições de sua existência. Nesse sentido, “a questão do testemunho está ligada a duas outras questões: àquelas de sofrimento e verdade. As demandas do testemunho nunca se impõem tão fortemente como quando o sofrimento está em jogo” (Boltanski, 2015, p. 147). Ao operarem em regime de justiça e de justificação (Boltanski, 2000), os testemunhos dão prova de sua verdade quando expõem designações do que seria justo e injusto em relação à situação problemática que ajudam a denunciar para torná-la inaceitável (Boltanski, 2009).

A proposta deste artigo é, justamente, levar a sério problematizações produzidas por trabalhadores da reciclagem em suas avaliações sobre a justeza de sua situação de vida em um aterro sanitário semicontrolado, enfatizando a distinção analítica das categorias de sofrimento social e testemunho em relação a todo o processo de protesto coletivo visibilizado.

Embora saibamos que o sofrimento, em seus efeitos psicossociais induzidos pela violência, pela pobreza e exclusão, pode isolar os indivíduos em sua dor e inibir ações protestatórias (Renault, 2008), procuramos compreender como um ator coletivo conse-

¹ Fricker (2017) discute dois tipos de injustiça epistêmica: a testemunhal e a hermenêutica. A primeira ocorre quando os preconceitos levam um ouvinte recorrentemente, de forma estrutural-sistêmática, a diminuir a credibilidade dos julgamentos e críticas de um emissor/enunciador; já a segunda corresponde a uma fase anterior em que a falta de recursos interpretativos coletivos dificulta que um sujeito compreenda suas próprias experiências, dificultando a denúncia pública de injustiças.

gue publicizar suas vulnerabilidades, suas demandas e sua “identidade” grupal, testemunhando sobre a situação social por ele veiculada e adquirindo visibilidade para si e para um público mais amplo. Trata-se do problema da politização tanto do sofrimento social (Herzog, 2018) como da experiência de injustiça social (e simbólica) vivenciada por “públicos frágeis”, subalternizados, (Scott, 2003) em um quadro de lutas por reconhecimento social que requer capacidade e espaços para formulação de críticas, no sentido de convertê-las em demandas e ação coletiva (Honneth, 2007, 2018; Renault, 2004).

Do ponto de vista metodológico, podemos ver claramente como as abordagens da sociologia pragmática da crítica (Boltanski & Thevenot, 2020), dos problemas públicos (Gusfield, 2014; Cefai, 2017a, 2017b) e da análise sociológica do discurso (Herzog, 2011; Ruiz, 2009) nos permitiram dar conta do percurso lógico do deslocamento do sofrimento social para a experiência pública de injustiça de um grupo subalternizado. Isso nos forneceu chaves para uma analítica de mobilizações sociais em seus objetivos contestatórios ao lançarmos um olhar mais atento ao experimentalismo dos catadores quando estes se beneficiam de recursos democráticos para fazer política, como a ocupação do espaço público em passeatas e os usos das tecnologias da informação e da comunicação.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, discutimos em que medida o sofrimento social pode ser entendido como âncora de uma “pedagogia emancipatória”, no seio de uma teoria da crítica

imanente em que o subalterno se notabiliza como crítico social. No item seguinte tratamos da capacidade de conversão do sofrimento em crítica social com potencial mobilizador, tendo como pano de fundo empírico protestações de catadores em torno do fechamento do Lixão da Estrutural. Na terceira parte destacamos a capacidade de mediatação do sofrimento social, a partir da prática epistêmica do testemunho daqueles trabalhadores da reciclagem, em espaços online e offline, para mobilização de seus pares. E, finalmente, empreendemos uma analítica do discurso catador, veiculado no aplicativo Facebook, apontando para o paradoxo da política ambiental do fechamento dos lixões sem garantia de coleta seletiva e inclusão socioprodutiva em cooperativas de triagem e reciclagem de materiais reutilizáveis.

A pesquisa detectou algumas tendências centrais que vêm moldando experiências de formulação de problemas públicos na contemporaneidade, as quais dizem respeito ao envolvimento de atores vulneráveis no debate sobre suas soluções. Trata-se de evidenciar a função epistêmica de pessoas que sofrem, pois, essas fornecem novas perspectivas na arena pública sobre enfrentamentos de situações problemáticas que as afigem.

Sofrimento social de “atores vulneráveis” como âncora de uma “pedagogia emancipatória”

As pessoas sofrem por diversos motivos, em diferentes situações consideradas problemáticas e/ou desestabilizantes. Independentemente das expectativas normativas

em relação às instituições sociais, sofrer é condição humana fundamental. Mas o que interessa, do ponto de vista sociológico, é interrogar: por que se sofre? Quais as causas de um sofrimento? O sofrimento social decorre do descompasso entre reivindicações normativas e constatação ou vivência do real ou, nos termos de Boltanski (2009), dos descompassos entre realidade (instituições, normas, regras) e mundo social (cotidiano das pessoas). Conectam-se, assim, realidade psicológica, sofrimento e um elemento social (Renault, 2004). Mas, qual sofrimento está contido na ideia de sofrimento social? Por exemplo, dizer que eu sofro significa que houve um julgamento sobre uma realidade da qual tínhamos uma consciência, mas que foi alterada engendrando uma outra ciência de uma situação considerada sofrível. O sofrimento aqui é visto como o motor da crítica e da mudança social. Herzog (2018, p. 8, tradução própria) esclarece que “Ao entender a evitação do sofrimento como a evitação do reconhecimento errôneo, fica claro que o sofrimento de segunda ordem não é uma norma, mas sim uma multiplicidade de normas que mudam historicamente, trata-se do sofrimento produzido quando essas normas não são realizadas”.

Se o sofrimento é sistêmico e tem caráter propedêutico a protestações coletivas, como ele se torna um elemento de crítica social? Honneth (2013) explica que desde Adorno o humano se desumaniza em função das relações sociais existentes e suas assimetrias de poder. Para entender esse processo, Adorno sugere ancorar o conhecimento nas experiências que agitam as

normas que regem a vida e as formas cognitivas, ou seja, a experiência da crise e do sofrimento humano: “dar voz ao sofrimento é uma condição de toda verdade”, ou seja, o sofrimento é indício de fenômenos sociais, pois o indivíduo experimenta o sofrimento subjetivamente a partir da mediação da objetividade das condições sociais. Em termos adornianos, a “sociedade se torna perceptível quando dói”. O sofrimento não seria uma base conceitual para o conhecimento, mas uma experiência corporal que constitui o próprio conceito de ser humano.

Mas, para uma “pedagogia emancipatória”, não é necessário apenas sofrer. É preciso haver a passagem do “mero” sofrimento para uma versão refletida do objeto que faz a pessoa sofrer. Renault (2008) tipifica duas variações de sofrimento (normal e anormal). O tipo normal seria o sofrimento integrado à vida, que, de tão rotinizado, parece ser suportável. Já o modo anormal diz respeito ao sofrimento que se torna insuportável, tornando muito difíceis as relações consigo mesmo e o mundo, pois esse sofrimento tem caráter incapacitante.

Podemos falar também de sofrimento de primeira e segunda ordens (Herzog, 2018). Aqui, o sofrimento primário está ligado a fenômenos que não precisam necessariamente ser percebidos em termos de sofrimento. Já o sofrimento secundário revela-se quando há a percepção do sofrimento por quem sofre. Assim, o sofrimento social, como sofrimento de segunda ordem, ou sofrimento por desrespeito (negação de reconhecimento), depende de como um fenômeno específico de primeira ordem é percebido.

...o sofrimento social como fenômeno de segunda ordem não é um ponto de partida original, autêntico ou natural, mas está sempre relacionado ao quadro normativo socialmente aceito em um contexto sócio-histórico específico. Isso também significa que, embora estejamos falando do sofrimento como uma âncora pré-científica, empírica e moral para a crítica, o sofrimento social não é pré-social ou pré-discursivo. Ele está inserido em um mundo social de construção (discursiva) de reivindicações normativas (Herzog, 2018, p. 9).

A crítica imanente pautada no sofrimento social refere-se apenas à diferença entre reivindicação e realidade. Ou seja, somente aquelas ações sociais que contradizem expectativas normativas produzem sofrimento social. Essas, como enfatiza Honneth (2007), podem encarnar formas ideologizadas de perceber determinadas situações criticáveis² e, inclusive, contrariar princípios democráticos de convívio social amparados em pluralismos, diversidades e diferenças.

Ao tratarmos de expectativas normativas frustradas, acreditamos que elas estão em conexão direta com um “campo de experiências”, tal como nos lembra Koselleck (2006), “não há um sem o outro”. Da experiência é possível tomar expectativas e experimentações para se alcançar a reversibilidade da situação que se apresenta como intolerável. Isso requer a passagem do sofrimento social

para a experiência de injustiça social, que, por sua vez, exige certa reflexividade. Trata-se de uma supervalorização das experiências subjetivas dos sujeitos como instrumento fundamental para lutas por reconhecimento, mesmo quando nos questionamos sobre a capacidade crítica de atores sociais subalternizados em situações coercitivas.

Celikates (2012), observa o problema da desigualdade entre atores sociais, em termos de seu acesso desigual à crítica, ao discutir a tese de Boltanski e Thévenot (2020) sobre os regimes de justificação operados pelas pessoas em função de suas capacidades de criticar. No entanto, constrangimentos estruturais, por um lado, não necessariamente impedem a capacidade crítica do ator social, se a tomarmos como pressuposto teórico ou premissa metodológica e não como um objeto de estudo (Campos, 2016). Mas, por outro, posições sociais desprestigiadas e desfavorecidas, inclusive hermeneuticamente, poderiam dificultar a “formalização da crítica”, enquanto dispositivo, “um construto de elementos (objetos) capazes de operacionalizar algo. . . como uma ferramenta, formada por peças.” (Werneck & Loretto, 2019, p. 351) cuja efetivação, a partir de um conjunto de manifestações de insatisfação, desgosto, frustração, define uma situação como crítica.

² Trata-se da “ideologia de reconhecimento” e “ideologia do desrespeito”. Na primeira modalidade, temos uma situação em que deveríamos esperar sofrimento, mas esse não é percebido como desrespeito pelo ator social, ou é racionalizado por algo como uma “falsa consciência”. A segunda forma refere-se a situações de causas de sofrimento que não encontram eco em padrões normativos legítimos e legais em democracias, como é o caso de pessoas brancas sentirem-se prejudicadas por ações afirmativas que “privilegiariam” pessoas não-brancas (Honneth, 2007).

Assim, a concepção de capacidade crítica pode nos servir heuristicamente se a concebemos não como um fato de competência sociolinguística dada, mas em termos de seus efeitos possíveis e verificáveis na performance da ação, como em cenas de protesto (coletivo) envolvendo atores vulneráveis.

O campo semântico para definir vulnerabilidade é vasto e pluridisciplinar, mas podemos esclarecer que a abordagem da vulnerabilidade evocada aqui não se refere à essência de indivíduos socialmente desfavorecidos, mas à situação, episódica ou renitente, em que pessoas atestam incapacidade de se desvincilar de inquietações, constrangimentos ou riscos (sociais, ecológicos, sanitários, físicos) que comprometem sua liberdade, inclusive de escolha e, por isso, estão vulneráveis. Da mesma forma, a vulnerabilidade das condições de vida das pessoas em estado de pobreza e precariedades não pode se confundir com a sua capacidade discursiva para falar da própria situação (Tourette-Turgis & Thievenaz, 2012). Nesses termos,

o falante vulnerável tem um ponto de vista sobre as suas condições de existência, produz um discurso particularmente sobre si mesmo e exerce o poder de agir para resistir à pobreza e à dominação; as designações que lhe são atribuídas geralmente vêm de fora, de uma fragmentação lexical e empírica resultante do discurso das políticas de assistência social ou do trabalho dos pesquisadores, e não do seu ponto de vista, do seu discurso e do seu poder de agir; os investigadores correm o risco de investir a sua posição social, ideológica e política no seu trabalho em oradores vulneráveis (atores fracos, subproletários ou subalternos) (Paveau, 2017, p. 143).

Dito de outra forma, nos termos de Medina (2012), pessoas marginalizadas têm acesso privilegiado ao conhecimento social porque tendem a desenvolver uma “lucidez subversiva” a partir da qual “é provável que detectem e resolvam pontos cegos e desenvolvam novas formas de lucidez capaz de enriquecer a cognição social” (p. 45). Pessoas pertencentes a grupos oprimidos tendem a acessar uma condição de “metalucidez”, entendida como a capacidade de reconhecer os limites das formas dominantes de ver e de os verbalizar.

Na próxima seção trataremos do caso empírico da reação dos trabalhadores informais da coleta seletiva do DF confrontados à desativação do Lixão da Estrutural, restituindo a capacidade interpretativa do falante vulnerável. Atestamos que a experiência lúcida de sofrimento produz novos pontos de vista que permitem tanto iniciar lutas sociais como revelar a dimensão propriamente cognitiva dessas.

Capacidade de conversão do sofrimento em crítica social mobilizadora: protestações de catadores do Lixão da Estrutural

Os movimentos em torno do fechamento do Aterro do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, datam dos anos 1990, quando órgãos do poder público, como a Defensoria Pública, Ministério Público e governo distrital, discutiam as condições intoleráveis de insalubridade do trabalho dos catadores de resíduos sólidos no Aterro do Jóquei, na cidade da Estrutural, no Distrito Federal, e os efeitos ambientais provocados

pela decomposição dos rejeitos orgânicos ali depositados, resultando em substâncias tóxicas e poluentes como o chorume. Trata-se, assim, de um quadro de duplo registro moral de injustiças: social e ambiental. Mas somente a partir de 2010, com a criação da Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos (PNTRS), as ações públicas para a desativação dos lixões no país ganharam, de fato, fôlego e regulamentação, prevendo a inclusão socioprodutiva dos catadores em cooperativas de triagem de resíduos sólidos e reciclagem (Lei nº 12.305, 2010).

O Lixão da Estrutural, no qual atuavam cerca de 3.000 catadores, foi desativado em janeiro de 2018, mas nossa pesquisa de campo ocorreu entre 2016 e 2019, tendo como objeto de investigação os atos de resistência produzidos pelos trabalhadores da reciclagem diante de um sistema de compensação social acionado pelo poder público para protegê-los das injustiças diante da desativação do aterro, onde exerciam a modalidade de “trabalho sujo”, em contato direto com resíduos produzidos pela sociedade.

O dispositivo de compensação proposto pelo poder público pela interdição da catação no aterro se traduzia, basicamente, em uma renda mínima (na época, 350 reais por pessoa) paga durante a transição do lixão para galpões de triagem; formação em educação ambiental e gestão de empresas sociais de reciclagem (Procatador); inserção em cooperativas de tratamento de resíduos

sólidos e contratação desses catadores cooperados pelo GDF para coleta e triagem de materiais recicláveis. No entanto, os trabalhadores da catação destacavam o problema do déficit de coleta seletiva nas regiões administrativas do DF e a insuficiência do valor da bolsa para sua subsistência e das garantias de inclusão socioprodutiva: “sem resíduo seco coletado pelo governo a gente não tem como trabalhar nos galpões”, “Bolsa não é renda para catador”, “Lixão fechado quando o último catador for incluído”, vociferavam os catadores em audiência pública com o governo distrital, no Palácio do Buriti³, em tratativas de negociação com o poder público local acerca das condições de fechamento do aterro.

Na pesquisa, verificamos, em mini mobilizações no espaço público, dentro e fora do Lixão da Estrutural, em vídeos gravados e veiculados em redes sociais digitais, as reações dos catadores àquilo que julgavam insuficiente como reparação para atender às suas necessidades existenciais e materiais. Além disso, contestavam o fato de haver limites de vagas nos galpões de triagem para a incorporação de todos os catadores cooperados.

Observamos que os catadores não se posicionavam, necessariamente, contra o encerramento de suas atividades no lixão, “Não somos contra o fechamento do lixão”, mas “os galpões são tão desumanos como o lixão”, porque “lá só vai ter rejeito,

³ Terceiro encontro dos catadores atuantes no Lixão da Estrutural com o governador Rodrigo Rollemberg, 2/10/2017.

sem coleta seletiva". No entanto, sinalizaram posições ambíguas em relação à questão ambiental quando se tratava de suas experiências laborais e de sociabilidades nesse espaço, pois, ao mesmo tempo em que admitiram que a vida no aterro causava danos indeléveis e de consequência direta em suas vidas (sobretudo de saúde), argumentavam que o lixão era sua principal fonte "segura" de renda, da qual "não se envergonhavam", e lugar onde construíram, ao longo dos anos, vínculos sociais de caráter eletivo (Paugam, 2017).

Tais representações do aterro da Cidade Estrutural dialogam com o trabalho de Lima (2018, 2023), sobre sua pesquisa no Jardim Gramacho, no RJ, constatando que "Ao contrário do imaginário em torno dos lixões, que imputa a esses espaços sentidos negativos relacionados à miséria, à exclusão social e à marginalidade, o aterro de Jardim Gramacho se apresentava para os catadores como um local caracterizado menos pela escassez e mais pela fartura" (2018, p. 156). Nesse caso, reconhecer o caráter polissêmico do que chamamos lixão implica admitir a inexistência de um problema social a priori, para os catadores, e de uma nova interpretação de velhas questões sociais que agora se constituem em problema para um público que se pergunta sobre a justeza da adoção de medidas socioambientais para proteção da "natureza", sem garantia de seus direitos sociais.

Enfocamos, assim, como as incertezas engendradas pelo fechamento do aterro a céu aberto no DF levam à configuração de uma situação problemática a partir da qual

esses trabalhadores formulam um problema público (a insuficiência da reparação pela desativação do Aterro do Jóquei), demonstrando suas capacidades de symbolizar experiências de injustiça social, fundamentalmente a partir da linguagem do testemunho, que levaram a ações coletivas em reação ao aparato que visava expiar uma situação de precariedade material e desrespeito.

A experiência, nesse sentido, é ponto de partida da reflexão, porque potencialmente produz consciência e conhecimento e possibilita a produção de uma experiência modificada, o que torna visível nosso interesse pelo conceito de (in)capacidade de criticar e agir. Trata-se não de uma capacidade que decorreria da responsabilidade do ator, como indivíduo, ser capaz de formular e expressar crítica, mas do que torna possível, limitante ou constrangedor, no ambiente social dos atores, a mobilização de críticas, criação de cenas de ação e de dispositivos de resistência e mobilização, explorando quais elementos de seu meio podem torná-los incapazes de criticar e agir (Leal, 2019).

Renault (2004) lembra das dificuldades que podemos encontrar para transformar uma experiência de injustiça em demandas políticas coletivas e o quanto essas podem levar a um forte ressentimento em relação à política institucionalizada⁴. No entanto, no caso dos catadores mobilizados levados em consideração neste estudo, a experiência de injustiça instrui um modelo de crítica social capaz de descrever o sofrimento social, assumindo uma forma política.

Então, nos chamou a atenção a maneira de vivenciar a injustiça social no caso dos catadores e sua capacidade de traduzi-las em imagens e sons (vídeos), como engendramento de um dispositivo de denúncia pública, sensibilização e mobilização coletiva.

Interessamo-nos, assim, pela passagem do sofrimento de primeira ordem (sofrimentos suportáveis pelos catadores na labuta no lixão) para o de segunda ordem (sofrimento insuportável causado pelo fechamento iminente do aterro), quando os catadores demonstram capacidade de conversão do sofrimento em crítica social mobilizadora, impulsionados pela busca de reconhecimento de seus direitos como cidadãos, aliando “política da piedade” a “política da justiça” (Boltanski, 1993).

Honneth⁵ exprime uma promissora construção teórico-metodológica para pensarmos em uma pedagogia da emancipação a partir de registros afetivos como o sentimento de indignação proveniente do sofrimento enquanto fonte motivacional, moralmente mediada, de descontentamento e resistência social (Honneth, 2003), capaz de, consequentemente, estimular indivíduos para a entrada em grupos políticos e movimentos contestatórios. Isso porque, para Honneth (2018), as experiências morais se inflamam devido ao dano daquilo que podemos obser-

var como as expectativas morais dos sujeitos desenvolvidas durante a socialização individual, ou seja, ferimentos no “moral point of view” das pessoas (Honneth, 2018). Assim, nos interessamos pela possibilidade de encontrar um elemento imanente à própria realidade social dos catadores mobilizados em torno do problema do fechamento do lixão que dá sustentação não só à crítica teórica, mas representa em si um momento de possível transcendência intramundana, ou, em outros termos, um potencial de provocar mudanças e a emancipação desses trabalhadores, sem desprezar o trabalho reflexivo e intelectual do crítico teórico (Honneth, 2018; Celikates, 2012).

Em Honneth, não apenas localizamos o elemento pré-científico de emancipação nos sentimentos de desrespeito social, mas também, a partir de uma perspectiva voltada para o conflito, nos reencontramos com o pressuposto da Teoria Crítica segundo o qual dentro de uma sociedade já existem elementos que possibilitam críticas práticos-morais. Essas podem ser operadas pelas pessoas que sofrem e se tornam críticas da realidade institucional ancoradas no sofrimento anormal ou de segunda ordem.

Mas a capacidade de conversão do sofrimento social em crítica social mobilizadora reabre o debate sobre a capacidade deli-

⁴ Renault (2017) ainda adverte que os movimentos sociais que alimentam o populismo autoritário ou formas antropolíticas de protesto são formas de luta contra a experiência de desprezo social que, por meio de uma restauração religiosa da autoestima, fornecem uma ilustração às vezes trágica.

⁵ Honneth (2013) observa que as lutas em repúdio à negação de reconhecimento (reificação) se sustentam em apoios normativos para elaboração do conteúdo da demanda de estima social que visa a compensação de desapontamentos em larga escala em uma esfera de ação por meio de reparação do desrespeito, muitas vezes em outra esfera.

berativa e de justificação dos atores sociais sofrendo uma injustiça. Isso porque as desigualdades sociais, como sabemos, levam também a desigualdades de capacidade, gerando uma estratificação em que aqueles que são categorizados como pobres, desprovidos de recursos considerados relevantes para se fazer o que se quer, estão privados de direitos e liberdades das quais dispõem os outros. Disso decorre a importância de atentarmos para formas silenciosas (Scott, 2003) ou inovadoras de práticas epistêmicas críticas de atores vulnerabilizados (Fricker, 2017), uma vez que cada um é “potencialmente capaz” mesmo com o pouco que se oferece, em termos de chances de acesso a bens e serviços, porque esses conferem, revelam e atualizam capacidades (Genard, 2007). Nessa direção, as capacidades aparecem em dois registros pragmáticos conexos: como potencialidades às vezes frágeis, mas sempre mobilizáveis e diversificadas segundo os indivíduos e as situações (Genard & Cantelli, 2008) e enquanto poder facultado ao ator associado a competências, em termos de saberes (práticos e teóricos) (Boltanski, 2000). Para além da concepção seniana da liberdade de escolha (Sen, 2008), transitamos entre múltiplas formas de capacidades práticas engajadas ao nível da ação significativa, da qual a fala articulada é também uma das figuras essenciais (Breviglieri, 2008).

Nesse sentido, identificamos no quadro de nossa pesquisa o testemunho como recurso epistêmico e comunicativo mobilizado pelos catadores para alcançar objetivos do movimento local de trabalhadores da re-

ciclagem popular como demonstração de suas capacidades crítica e organizacional, superando injustiças epistêmicas e sociais e revelando disposições subjetivas não necessariamente asseguradas a todos pelos direitos de cidadania (Autora, 2019).

O testemunho se converte, assim, como um método para protestação social, uma vez que se traduz em experimentação política capaz de superar desvantagens epistêmicas de grupos sociais vulneráveis que sofrem “marginalização hermenêutica” (Fricker, 2007). Trata-se de enfrentar “patologias culturais” (Zamora, 2017) como a exclusão midiática de sujeitos de direito, vistas como obstruções experienciais que comprometem a publicidade discursiva de “atores frágeis”, dificultando, no sentido político, o “tornar ou tornar-se”, o “fazer ou fazer-se” público (Cefai, 2019).

93

Da mediatização do sofrimento social à experiência pública de injustiça: o uso do testemunho para mobilização dos catadores do Aterro do Jóquei

As políticas de tratamento dos resíduos sólidos no Brasil que levam à desativação dos lixões para atividades da catação e fortalecem a política da reciclagem popular mediante uma lógica inclusiva dos catadores preveem um compromisso⁶ entre razão sanitária, ecológica e econômica; entre justiça social e ambiental. Isso significa estabelecer convenções para orientar o estabelecimento de um acordo justificável do ponto de vista cívico-democrático com a definição

de um certo bem comum (Boltanski & Thevenot, 2020) que se refere, no caso analisado aqui, à articulação entre justiça ambiental e justiça social. Nesses termos, firmar um compromisso (Nachi, 2004) requer a suspensão, mesmo que episódica, de conflitos para viabilização de um acordo que leve a sério a complexidade moral e política dos danos causados ao meio ambiente, à saúde pública aliados a questões sociais. Embora a legitimidade da ação pública de suprimir os lixões esteja assentada em uma moral sanitária e ecológica, segundo diretrizes globais de mitigação de danos ambientais, com o fechamento dos aterros a céu aberto, o envolvimento dos catadores no debate sobre sua inclusão social na economia de tratamento e comercialização de resíduos sólidos se torna incontornável para qualquer compromisso justo com agentes da coleta seletiva popular.

Neste artigo, destacamos como o testemunho de atores sociais que sofrem e denunciam causas e consequências de seu sofrimento contribui para a melhoria da qualidade epistêmica dos processos decisórios democráticos. Nesse sentido, o testemunho das pessoas que sofrem cumpre uma função epistêmica ao fornecer novas perspectivas para o debate sobre soluções de problemas públicos que as afligem.

Cotejamos e analisamos dados audio-

visuais relacionados ao fechamento do Aterro do Jóquei com base na identificação de momentos críticos para os coletores de materiais recicláveis. Acessamos vídeos apoiados em imagens e palavras faladas, gravadas com uso de celular e disponibilizadas na rede social Facebook, particularmente na página de uma liderança do movimento distrital de trabalhadores da coleta seletiva, a qual identificamos, no sentido blumeriano, como “agitador” das mobilizações sociais (Blumer, 1939), enquanto difusor da “inquietação social”: o ex-catador Daniel⁷. Antes e depois da desativação do Lixão da Estrutural, grupos de catadores mobilizaram técnicas narrativas que possibilitaram a partilha de experiências individuais e o desenvolvimento de uma atitude que definimos como “experimentalista”, assumindo também a forma de uma prática epistêmica, os testemunhos.

Acessamos, ao todo, 15 vídeos feitos por e com catadores da Estrutural, no período entre 2014 e 2018. Esse material nos chamou atenção enquanto evidência audiovisual convincente de atividades expressivas de narrativas autorais usadas em pesquisas das ciências sociais (Loizos, 2008; Rose, 2008). Observamos conceitos e fatos narrados pelos catadores nas modalidades discursivas de testemunho e denúncia pública

⁶ “Trata-se, então, de estudar a possibilidade de se chegar a acordos justificáveis sob os imperativos e constrangimentos de uma pluralidade de princípios de concórdia disponíveis, sem escapar à dificuldade, reconhecendo um relativismo dos valores e atribuindo esses princípios a pessoas ou grupos de pessoas preenchidos por eles exclusivamente” (Boltanski & Thevenot, 2020, p. 340).

⁷ Esta página foi selecionada porque serviu como canal de exibições de vídeos produzidos pelos e com catadores de materiais recicláveis, a maioria feita no lócus de sua atividade laboral.

de injustiças das quais se sentiam vítimas. Buscamos regularidades e padrões evidentes de marcadores de situações problemáticas para esses trabalhadores (fome, desemprego, violência).

Ao exercerem a modalidade do “expressivismo do self” (Allard & Vandenberghe, 2003), os catadores exprimem publicamente um sofrimento enquanto trabalho afetivo-epistêmico porque é revelador da capacidade de traduzir sentimentos morais (ódio, indignação, ressentimento) em conceitos e expressões semióticas. O expressivismo veiculado em uma mídia significa o momento de articulação progressiva de uma situação indeterminada que se torna aqui particularmente evidente, pois, nas práticas do testemunho, não se trata apenas de tornar os fatos visíveis ao público, mas também de lhes dar novo significado, ou seja, de articular as situações vividas e apresentar, conjuntamente, a partir dos relatos das vítimas, categorias capazes de dar conta do sofrimento nessas situações sociais. O testemunho mostra, assim, o modo como uma prática epistêmica também é expressiva, estética e emocional (Zamora, 2019, p. 97).

As atitudes testemunhais tornam visíveis eventos traumáticos e lhes confere valor normativo, utilizando recursos expressivos à disposição das vítimas diretas e indiretas de injustiças (Diaz, 2012). As “formas de testemunho” (Dodier & Barbot, 2018) podem revelar as justificativas nos relatos de experiências negativas de pessoas envolvidas em problemas públicos, evidenciando o que consideram justo ou injusto e o que deve ser feito para mitigar e/ou reparar aflições e prejuízos

causados por medida judicial, como o fechamento de um aterro onde pessoas trabalham para o sustento individual e da família.

Entendemos o ato de testemunhar como mecanismo de comprometimento/engajamento de um indivíduo perante seus semelhantes diante de uma causa. Testemunhar é um ato cognitivo-afetivo que se apoia no sofrimento e na realidade de sua verdade (Boltanski, 2015). Nesses termos, o testemunho diz respeito à demonstração do caráter real do sofrimento daqueles que sofrem, contribuindo, a partir de provas existenciais e epistemicamente localizadas, para a robustez do conhecimento sobre uma situação-problema.

Atos testemunhais viabilizam a articulação de uma perspectiva comum sobre os fatos e sua avaliação normativa configura uma prática epistêmica. No trabalho de Diaz (2012), o testemunho coloca em prática o storytelling; as pessoas que sofreram “contam histórias” na esfera pública. Trata-se de uma habilidade de comunicação capaz de neutralizar os efeitos da exclusão política, pois permite que aqueles que não estão inseridos na esfera pública política habermasiana se expressem publicamente e contribuam substancialmente para a discussão de problemas públicos. Do ponto de vista dos benefícios epistêmicos relacionados ao testemunho, acreditamos que ele mostra como a narratividade promove formas de cooperação epistêmica particularmente interessantes para articular a verdade da experiência negativa compartilhada dos efeitos previstos para os catadores com o fechamento do Aterro.

A narratividade de experiências negati-

vas é uma forma de prática epistêmica com duplo potencial contra-hegemônico, se referindo, por um lado, à capacidade de gerar perspectivas questionadoras das relações de poder, e, por outro, à capacidade de “socializar” a prática política, reforçando o papel da intersubjetividade na formação dos objetivos individuais.

Em sociedades tecnologizadas como as nossas, a visibilidade se torna uma exigência política em torno da qual os atores individuais e coletivos entram em confronto (Voirol, 2005). A visibilidade social de atividades exercidas pelos indivíduos é operada diferentemente segundo gênero, classe e grupo social a que pertencem. No caso dos catadores, a publicação dos vídeos nas redes sociais colocou à disposição de diferentes públicos cenas do cotidiano de um trabalho sujo, invisibilizado, repugnado socialmente. Com a visibilidade mediatisada pelas redes sociais, “Os intervenientes têm agora acesso ao conhecimento de eventos offshore quase que instantaneamente. Atores e eventos tornam-se visíveis para outros fora dos espaços imediatos de interação” (Voirol, 2005, p. 15). Nesse sentido, o uso das redes sociais digitais pode servir como instrumento de divulgação de narrativas descentradas, em relação a relatos oficiais, porque articula experiências de sofrimento social e expectativas de direitos a partir de discursos autorais e identitários.

A ocupação da esfera pública digital por “públicos frágeis” enquanto grupos oprimidos, normalmente submetidos a injustiças hermenêuticas, oportuniza a constituição de “espaços de confiança cognitiva”, em

que pessoas que sofrem injustiças epistêmicas (Fricker, 2017) podem expressar legitimamente suas preocupações, seus sofrimentos e, em geral, sua perspectiva (Zamora, 2019). Participar de um lócus de confiança cognitiva facilitaria a livre troca de experiências individuais, uma vez que os grupos mobilizados podem ser capazes de gerar novos recursos simbólicos que superam as lacunas existentes no recurso hermenêutico compartilhado (Zamora, 2017). Fricker (2017) considera ser essa a condição necessária para a formação de recursos hermenêuticos, os quais habilitam a palavra de indivíduos, em geral alvo de preconceitos, combatendo, assim, “injustiças epistêmicas testemunhais e hermenêuticas”, pois leva grupos minoritários a reagirem a dispositivos tidos como injustos e opressores, desde que acompanhada de operações de investigação coletiva levadas a cabo pelos reclamantes. Isso permite que testemunhos emitidos por grupos historicamente desprovidos de poder social alterem a forma e o conteúdo do debate público, fazendo uso, de forma narrativa, da prova experiencial como comprobatória da “verdade” de uma situação.

Veicular no Facebook imagens do corpo do catador transitando entre resíduos secos e orgânicos, respirando a fetidez da insalubridade no lixão, é recurso que corrobora para a credibilidade epistêmica da denúncia. Trata-se, fundamentalmente, de provas irrefutáveis da resignação desse indivíduo ao trabalho sujo, tão estigmatizado e precário quanto necessário para sua sobrevivência e para o conjunto de uma

sociedade cujo aparato de coleta seletiva e limpeza urbana é falho.

Os testemunhos de sofrimento social, revestidos de crítica, na rede social digital conformam um tipo de prática epistêmica que deriva, a nosso ver, do poder de desreificação da comunicação. Podemos apenas formular aqui a ideia de que as tecnologias digitais possibilitam operações investigativas voltadas para a descrição e avaliação normativa de situações problemáticas de sofrimento social, já que “as práticas epistêmicas são um motor de inovação e cooperação política, o que contribui para o aprofundamento da democracia” (Zamora, 2019, p. 101).

O testemunho do catador na rede social Facebook e o paradoxo da política nacional de fechamento dos lixões

A midiatização do testemunho do sofrimento social experimentado pelos catadores com a desativação dos aterros a céu aberto no país é reveladora de uma prática epistêmica promissora de ocupação da esfera pública (digital) que contribui para a força do movimento social enquanto uma “comunidade de investigação” que busca soluções para seus problemas.

A prática testemunhal observada se traduziu em dispositivo de organização da mobilização catadora em torno do problema público do fechamento do lixão, em dois registros fundamentais: o da autoapropriação coletiva de recursos interpretativos para elaboração da experiência de injustiça social e o da autoidentificação

como agente ambiental cujo trabalho sujo é socialmente relevante.

No primeiro caso, destacamos dois momentos cruciais de autocompreensão coletiva em que a partilha do sofrimento social ocorreu a partir do trabalho emotivo da indignação em reuniões públicas nos arredores do Aterro do Jóquei com diferentes atores sociais (ONGs, agentes públicos) para tomada de consciência da injustiça, em um “clima hermenêutico inclusivo” (Zamora, 2017). Disso decorreu a capacidade hermenêutica associada ao que Zamora (2017) chama de “confiança epistêmica”, na qual se observou a relação do catador com a própria experiência e a de seus semelhantes, reforçando mutuamente suas autopercepções como conhecedor e intérprete de seu mundo social. Nessa etapa de consolidação do problema público, os catadores aprendem a ver a realidade social mais como recurso e menos como obstáculo da ação, ou seja, a indignação coletiva se torna gatilho afetivo para manifestações públicas de reivindicações via testemunhos publicizados no espaço físico e em vídeos gravados e veiculados na internet, aumentando, assim, a pressão sobre o governo distrital para a negociação em busca de uma solução do problema.

No segundo registro, tomados, assim, por um sentimento identitário, os catadores manifestaram suas críticas quando confrontados pelas incongruências entre política pública, condições de efetivação do dispositivo de compensação e direitos humanos. Trata-se da problematização do equilíbrio entre direitos sociais e proteção

socioambiental na condução da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do acionamento da capacidade desses trabalhadores em se constituírem como um público afetado pelas falhas de negociação com o poder público acerca das condições de fechamento do lixão e da continuidade de suas experiências como agentes da coleta seletiva em cooperativas.

A percepção paradoxal do trabalhador da reciclagem popular e a maneira como ele/ela pode ser visto forma a base da fenomenologia do “ser catador”, que se constrói e se reforça no discurso sobre si, em uma narratividade que recobre uma lógica de autoformação em uma situação pragmaticamente crítica de crise. Consciente de sua própria historicidade, o catador se vê ao perceber seus pares da catação, pois “toda identidade se constitui progressivamente graças a um trabalho discursivo pelo qual o indivíduo vem a se dotar de uma representação unitária e coerente de si” (Martuccelli, 2002, p. 367). O trabalho narrativo sobre si em testemunhos autorais se faz, nos termos de Ricoeur (2014), entre ipsité (coerência) e a mesmice (permanência), uma vez que a construção da identidade pessoal a partir do modelo narrativo de identidade se assenta na necessidade de um agente atribuir a si uma ação realizada, ou seja, se reconhecer em uma ação, com agência no mundo em que transita. Assim, “a identidade aparece assim como inseparável de uma estrutura normativa, graças a qual a compreensão de si é uma interpretação que se encontra no relato, entre outros símbolos e signos, uma mediação privile-

giada. . . [assim] Através do recito, a identidade é aquilo que é presumido de resistir à mudança” (Martuccelli, 2002, p. 369).

O testemunho catador significa o rompimento de barreiras importantes para alavancar lutas por reconhecimento, e acontece pela interface entre visibilidade, publicidade e prática epistêmica do testemunho. A visibilidade do grupo e de suas reivindicações parece, no entanto, ser uma dimensão fundamental, constitutiva da ação coletiva. Diferentes modalidades de ação e manifestação dão vida ao grupo, seja pela ocupação física do espaço, seja pela utilização de formatos simbólicos por meio de vídeos testemunhais online. Assim, a ação dos catadores se desdobra na interação face a face graças a uma ancoragem em espaços localizados, mas também se desenrola num palco mais amplo de visibilidade que envolve uma série de mediações. Se o grupo deve desenvolver práticas que o façam existir no espaço social brasileiro, ele também deve tornar-se visível e reconstruir constantemente uma identidade coletiva, inclusive performando a denúncia pública, mobilizando recursos simbólicos e até objetos materiais (Thompson, 2005).

Os testemunhos dos catadores, presenciais e registrados digitalmente, fazem justamente parte do processo por meio do qual se desenvolve um espaço interno dentro do movimento social em que se constituem e se renovam marcos normativos sobre o que os atores fazem e são, um espaço que permite ao grupo se recompor como entidade coletiva em uma situação de luta (Bleil, 2005). O ato de testemunhar o sofrimento social de forma mediatisada

corrobora para a mobilização que aspira reconhecimento do trabalho catador em meio à imundície formada pelos descartes não separados pela sociedade no aterro, a partir de uma política de visibilidade. “Assim, as ‘lutas pela visibilidade’ que exigem que seja dada maior atenção às práticas injustamente ignoradas podem resultar em transformações na “hierarquia da visão” (Voirol, 2005).

O aparato de análise dos vídeos cotejados é constituído pelo método da análise sociológica do discurso crítico, nos termos de Herzog (2016a, 2016b, 2018). Isso quer dizer que atentamos para a linguagem, verbal e não verbal, em uso pelos catadores no ato de seus testemunhos, observando o texto no contexto da situação que condiciona o discurso catador sobre o trabalho no lixão e suas perspectivas de vida fora dele. Levamos a sério o ponto de vista do sujeito, no sentido de uma hermenêutica de segunda ordem, cuja tarefa interpretativa incorpora a própria interpretação do outro, assim como a intersubjetividade social entre esses trabalhadores como objetivo da análise do discurso. Enfatizamos como o fechamento do Lixão da Estrutural e o dispositivo compensatório contradizem as expectativas normativas dos catadores. Assim, consideramos (1) as reivindicações desses trabalhadores, com o propósito de tornar visível a relação entre experiências laborais e expectativas normativas dos catadores no quadro do sofrimento social politizado por eles; e (3) as consequências da manutenção das incertezas em torno das condições do fechamento do lixão e seus

nexos com regimes de incapacidades tidas como fonte de sofrimento.

No Quadro 1, apresentamos falas dos catadores que tratam das causas de suas inquietações no contexto dos movimentos pelo fechamento do Lixão da Estrutural. Os testemunhos dizem muito sobre experiências de injustiça como forma refletida de um sofrimento anormal que leva à denúncia de uma situação problemática, com escassez de coleta seletiva e incerteza sobre os galpões de triagem, prometidos pelo governo distrital mas não instalados, mesmo com a iminência do fechamento do Aterro. Apresentamos um quadro em que vídeos publicados no Facebook fazem parte de uma estratégia de sensibilização do público, enquanto discurso provocado para ilustrar a cena de mobilização social, e alcançam, inclusive, o poder estatal, acerca de um sofrimento comum, capaz de associar distintas políticas da piedade e da justiça (Boltanski, 1993).

Procedemos à transcrição dos testemunhos dos catadores atuantes no Aterro do Jóquei, em duas colunas. Classificamos os conteúdos segundo as dimensões visual (cenário dos testemunhos) e verbal (expressões verbalizadas). A unidade de análise foi a fala desses trabalhadores e a escolha do material ocorreu em função do quadro teórico adotado, que se apoia em teorias sociais que atentam para a capacidade crítica de atores sociais em momentos críticos e suas possibilidades de oferecer um registro epistêmico e hermenêutico sobre as situações problemáticas em que estão enredados.

Quadro 1. Vídeos com catadores atuantes no Lixão da Estrutural no período anterior à desativação**Table 1.** Videos with waste pickers working at the dump in the period before deactivation

DIMENSÃO VISUAL	DIMENSÃO VERBAL
Catadora, Madalena, está na frente de casa dela e um colega catador a aborda sobre o fechamento do Lixão e grava seu testemunho com o celular (registro 16 de janeiro de 2017).	“Ei, governador, meu nome é Madalena, eu moro na Estrutural, desde o dia 11 de junho de 1970. Foi quando abriu o Lixão da Estrutural, onde eu trabalho. Eu vivo disso. Olha aqui as minhas latas [mostra uma bacia cheia de latas de alumínio de bebidas. Ela fala alto e se emociona]. E, se o senhor tirar o lixo, vai ter muita gente morrendo de fome e vai ter muito assalto na Estrutural, governador. Como o senhor faz uma coisa dessa com nós? Não pode fechar o Lixão, porque se o senhor fechar o Lixão a gente vai morrer tudo de fome. E a gente vai viver de quê, governador? Olha aqui as minhas latinhas. Pelo amor de Deus, governador, não tira o lixo. De que vou criar meus filhos? De que vou criar meus netos?
Catador, Anderson, faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmado por colega (registro feito em 10 de janeiro de 2017).	Governador, meu nome é Anderson. Vai prejudicar muitas pessoas que não têm trabalho aí.
Catador maduro, João, que faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmado por colega (registro feito em 19 de janeiro de 2017).	Quem fala é João. A gente trabalha aqui de dia para comer de noite. Agradeço ao governo. E tiraram nosso pão daqui de dentro. Tiraram tudinho. A gente tá aqui morrendo de fome. O Lixão não está dando mais nada. Não tenho mais um centavo no bolso. Meus filhos estão passando fome (o catador se refere à escassez de acesso a material reciclável no Lixão, antes de seu fechamento).
Catador, Daniel, que faz seu testemunho no Lixão e ele mesmo se filma (registro feito em 10 de janeiro de 2017).	Governador, nós, catadores de materiais recicláveis, conclamamos o senhor para que não feche o Lixão da Estrutural sem a inclusão dos catadores.
Catador, Daniel, faz entrevistas com catadores no Lixão, em horário de trabalho, e pede seus testemunhos sobre a coleta seletiva na	Catador 1: a gente vai morrer de fome!!! Catador 2: rapaz o governo vai ter que dar um jeito para essas famílias [que vivem do Lixão],

cidade e o fechamento do Lixão (registro feito em 10 de janeiro de 2017, na véspera da abertura do Aterro Sanitário de Samambaia).

porque do jeito que está não tem como ficar. Tinha prometido a construção de galpões e botar material para o povo? Catador 1: ele [governador] vai tirar o emprego de muita gente aqui. Catador 2: ele vai acabar com a cidade porque a cidade é movida por esse lixo aqui... se eles tirarem a gente daqui estamos ferrados todo mundo. Olha o que chega na coleta seletiva, é caco de vidro, resíduo hospitalar. Meu Deus do céu. Isso é a coleta seletiva!!!

Catadora, Maria, faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmada por colega (registro feito em 10 de janeiro de 2017).

Governador Rollemburg, meu nome é Maria. E moro na Chácara Santa Luzia, na Estrutural. Eu trabalho aqui há dez anos e eu lhe faço um apelo, eu lhe peço, não feche o Lixão sem primeiro a nossa inclusão. Eu tenho 7 filhos, de 14 anos a 0 ano. Tenha piedade da gente. Não faça isso com a gente, governador. Veja o nosso lado também e não só o lado do senhor. Suba aqui em cima do Lixão para o senhor ver o nosso trabalho, o nosso serviço, como é que a gente faz aqui. [a catadora se emociona e interrompe o depoimento]

Catador, Daniel, faz entrevistas com duas catadores no Lixão, em horário de trabalho, e pede seus testemunhos sobre a coleta seletiva na cidade e o fechamento do Lixão (registro feito em 13 de dezembro de 2016).

Catadora 1: Veja como é as coisas. Tamos aqui desde as 7h da manhã. Somente agora chegou o primeiro coletor, e ainda não é o nosso. E, às vezes, a gente nem pega a coleta aqui... e nós estamos aqui. O pátio está aí, sem nada e a coleta nada, desde 7h da manhã. Isso é justo? Não é. Catadora 2: aí nós fica aqui, sem material, sem fazer nada e não podemos ir embora porque a qualquer hora a coleta pode chegar. Cadê a coleta do DF? E a coleta quando vem. Não é coleta, mas muita lavagem, cocô, mato... essas coisas. Chega muito material hospitalar na coleta seletiva.

Fonte: Elaboração própria.

As falas que ressaltam a falta de trabalho, a possibilidade de aumento da miséria social e violência na cidade com o fechamento do Aterro e a insuficiência de coleta seletiva relacionada à renda diminuta resultante da catação no lixão são as mais recorrentes nos testemunhos dos coletores de resíduos sólidos no espaço público físico e nas gravações audiovisuais lançadas na internet, o que dialoga com entrevistas semiestruturadas realizadas com indivíduos dessa população.

O problema evocado pelo discurso catador não é tanto a racionalização da gestão de resíduos, mas a confiança excessiva na arquitetura de uma política pública, como se sua legitimidade racional/legal (de cunho técnico e científico) não se confrontasse localmente com condições objetivas desfavoráveis a sua implementação. Assim, a legitimidade dos protestos públicos dos catadores está na reivindicação do reconhecimento de sua humanidade e agência na coleta seletiva, o que forma sua identidade de agente da reciclagem popular, mediante a prática paradoxal de um “trabalho sujo” (Hughes, 1962). Trata-se de um tipo de atividade laboral marcada pela estigmatização de uma atividade insalubre e visibilizada a partir do registro moral do “nojo”, do “sujo”, mas que, ao mesmo tempo, é politizada como trabalho necessário à vida citadina, que somente o catador faz: “limpar a nossa sujeira”.

Os vídeos repertoriados mostram que o engajamento no espaço público não é da ordem da deliberação ou da argumentação, mas da emoção, simpatia e empatia.

Como atesta Boltanski (1993), o elemento da piedade pode influenciar na política, como também na emergência do espaço público democrático. Trata-se, sobretudo, de se mobilizar em torno de causas de sofrimento, às quais cidadãos e agentes públicos podem estar indiferentes e para as quais são alertados, não no sentido de atrair benfeitorias, mas justiça via políticas públicas. Assim, testemunhar sobre as causas do sofrimento em um vídeo permite que a partilha de um “processo desumanizante, por natureza” adquira uma “dimensão humana”, ultrapassando a barreira espacial, remetendo ao fenômeno do “sofrimento à distância” (Boltanski, 2015). Podemos dizer que os testemunhos dos catadores acima transcritos oferecem um incremento dramatúrgico à denúncia pública de injustiças ao veicular preoccupações (desemprego, falta de renda, aumento da criminalidade, fome) causadas pelo fechamento do lixão, sem a inclusão socioprodutiva da categoria em galpões de triagem. O efeito primário é o compartilhamento do que se quer denunciar, em imagens e sons, dirigindo mensagens protestatórias ao Estado, também visando a opinião pública.

De acordo com Boltanski (2015), quando o testemunho tira sua força do sofrimento, temos um apelo ao compromisso que, no caso empírico aqui discutido, significa a ênfase dada pelos catadores à responsabilização do governo distrital por sua situação, exigindo do poder público o comprometimento com sua causa: “Governador, nós, catadores de materiais recicláveis, conclamamos o senhor para

que não feche o Lixão da Estrutural sem a inclusão dos catadores".

Os testemunhos gravados em vídeo também tiram sua robustez da "verdade" do conteúdo de seu sofrimento a partir da prova existencial de suas condições duras e insalubres de trabalho no lixão, tal como testemunhamos nas imagens dos vídeos, embasando a crítica em "tom acusatório" (Misse & Werneck, 2012), também identificada na estrutura da denúncia pública (Boltanski, 2000) dos catadores ao poder público e em suas justificações. Esses atos testemunhais lembram aos catadores preocupados ou apreensivos de que não estão sós, mas conectados àqueles que sofrem no mesmo mundo social, formando uma experiência "comum" de injustiça.

Deduzimos que o conjunto de enunciação testemunhais do Quadro 1 se refere a tentativas dos catadores de transformar sua experiência de injustiça em dispositivos específicos de mudança de uma ordem social particular atravessada por um desrespeito: o não reconhecimento de suas atividades socioprofissionais como agentes da coleta seletiva e da reciclagem popular.

Tais testemunhos são desenvolvidos a partir de dois registros, adotados para a análise do discurso crítico dos catadores em seus esforços de comunicação e interações quando se posicionam contra o fechamento do Lixão, sem coleta seletiva adequada, sem galpões de triagem equipados para a atividade de reciclagem e em oposição ao dispositivo de compen-

sação: a) testemunhos normativo-afetivos: modos homogêneos de justificativa que expressam os objetivos políticos almejados pelos catadores que sofrem a injustiça social e b) testemunhos conceituais: identificação de conceitos que sustentam a lógica de sua gramática de protesto a partir da injustiça vivida, levando em conta suas demandas de reconhecimento do poder público e da sociedade (Renault, 2004).

A partir dos elementos afetivos (indignação), normativos (novas regras para acesso a resíduos sólidos) e conceituais (gramática do reconhecimento) percebidos nas falas dos catadores nos vídeos examinados, identificamos dois apoios experienciais fundamentais que constituem a força epistêmica dos testemunhos repertoriados: (1) os catadores verbalizam que convivem com precariedades em suas vidas, isso faz parte de sua trajetória laboral, mas, no caso da catação, as condições de trabalho no Lixão envolvem várias modalidades de risco (saúde, segurança, acesso a direitos). Esses trabalhadores, portanto, reconhecem as condições problemáticas de sua subsistência, mas estas se deteriorariam ainda mais no pós-fechamento do Lixão, mediante fome, desemprego, violências, conduzindo-os a um "sofrimento anormal". E (2) ao mesmo tempo, eles se dão conta que os movimentos pelo fechamento do Lixão significariam o fim de arranjos estabelecidos há décadas com o poder público para viabilizar a ilegalidade da prática da catação no Aterro do Jóquei, em condi-

ções insalubres. Logo, esses trabalhadores percebem que a adoção de medidas de compensação à situação de incertezas, com o fim da atividade econômica no Aterro, os levaria a um processo político de problematização da catação diante da insuficiência dos recursos materiais para compensar suas perdas em termos de rendimentos fora do Lixão.

Constrói-se, assim, uma crítica acusatória consistente de responsabilização do governo distrital pelo não cumprimento de condição fundamental para garantia de sua subsistência, antes e depois da desativação do Aterro, o déficit da coleta seletiva no Distrito Federal.

Diante de uma pauta robusta, em termos de problemas sociais, os catadores definem e fortalecem certos argumentos acionando dispositivos de dramatização de suas situações ao testemunharem por meio dos vídeos, deixando claro que as perturbações individuais alcançam um grau de generalidade, e tornando possível tratar de prioridades para resolução do problema público (Cefai, 2017a, 2017b; Gusfield, 2009) assentado no tripé inclusão social, inclusão socioprodutiva e resíduo reciclável para todos.

Podemos dizer que os testemunhos performam um problema público quando ganham publicidade dentro e fora dos grupos de catadores concernidos, tornando-se um assunto que precisa ser tratado pelo poder público, envolvendo também outros setores da sociedade, como a Defensoria Pública da União, os meios oficiais de comunicação e as mídias sociais

na internet (Gusfield, 2009).

Em relação aos dispositivos de mobilização engendrados pelos catadores, muitos foram construídos a partir do intento de postergar o fechamento do lixão enquanto todos os trabalhadores não fossem incluídos nas listas de benefícios sociais e nos galpões de reciclagem, por um lado, e, do outro, antes de haver avanço na coleta seletiva no DF. Nesses termos, o alcance ao estatuto da arena pública passa pelo acionamento de uma variedade de formas de engajamento com o problema, de participação na ação coletiva e envolvimento nos fóruns de negociação dos termos das medidas compensatórias (processo revelador da dimensão pedagógica desse aprender a estar junto, a se associar, para o exercício de práticas políticas). Tudo isso passa pelas simbolizações do ser catador enquanto identidade e agência na coleta seletiva, redundando, finalmente, num processo de luta por reconhecimento do papel desses agentes na vida cidadina no sentido, sobretudo, do trabalho socioambiental que realizam.

De maneira geral, os catadores entrevisados e observados em cenas de ação coletiva no Facebook testemunham seu sentimento de exclusão cultural em relação ao acesso e à forma como são retratados pela mídia: “A mídia não nos representa. Nós somos vistos como coitados”; “Nós não queremos que os meios de comunicação venham aqui nos filmar. Eles não são nossos aliados”. Nesse sentido, esses trabalhadores se referem a uma outra modalidade de injustiça que podemos chamar de

injustiça simbólica, cultural ou hermenêutica para tratar da ausência ou invisibilidade de minorias da sociedade no espaço público midiático como também a exclusão desses grupos da apropriação de meios de comunicação (Leal, 2017). Ao entenderem sua posição marginal na disputa discursiva em torno da legitimidade do “quem pode falar” na mídia oficial sobre políticas socioambientais, buscaram a autoria de um “pragmatismo epistemológico” (Santos, 2007) cuja justificação está no fato de suas experiências de vida lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. Isso porque, no mundo social em que vivem, as consequências, percebidas como ameaças de sobrevivência, vêm antes da identificação das causas.

As narrativas testemunhais coadunam com a perspectiva de uma “política catadora”, a qual reivindica uma economia circular de resíduos e da reciclagem a partir de condições mais justas para os atores que atuam nas margens da gestão de resíduos na cidade (Lima, 2023). Na perspectiva sociotécnica, os catadores equivalem a “elementos humanos” infraestruturais (infraestruturas pensantes) da limpeza e salubridade citadina com suas práticas da catação, cuja essencialidade torna-se visível, como todo aparato infraestrutural, em momentos críticos (Star, 2018). Disso decorre que os testemunhos autorais cotejados neste estudo são verdadeiras identidades narradas do “ser catador”, as quais revelam “pessoas como infraestruturas corporificadas” (Lima, 2023), ou como “infraestruturas vitais” (Fredericks, 2014) ou

“corpos laborais invisíveis” (Zhang, 2019), que tornam possível a política de tratamento de resíduos no Distrito Federal.

Considerações finais

O nosso objeto é discutido no âmbito do problema das formas segundo as quais catadores de materiais recicláveis, considerados “trabalhadores hipossuficientes”, inseridos num quadro comum de precariedades, atuam numa arena de publicização mobilizando-se para definir uma pauta de assuntos problemáticos decorrentes de questões sociais que começam com o funcionamento e se refletem no momento crítico da interdição do trabalho de catação no Lixão da Estrutural, utilizando a linguagem das lutas por reconhecimento para reverter os dispositivos compensatórios engendrados pelo governo e considerados injustos por esses atores. Em franco movimento de superação de suas desvantagens epistêmicas, esses trabalhadores acionam dispositivos próprios para lidar com as fragilidades dos vínculos associativos que engendram suas ações coletivas transitando entre regimes de capacidades de agir e de incapacidades diante da problematização formulada pelos atores concernidos pelos desdobramentos do fechamento do Lixão em sua vida socioprodutiva.

Os testemunhos dos catadores são índice de “autoconfiança epistêmica” (Flicker, 2007), tanto em reuniões em frente aos portões do Lixão da Estrutural, nos meses subsequentes ao fechamento do

aterro, como em momentos anteriores a esse acontecimento, em depoimentos gravados em seu lócus de trabalho, denunciando a insalubridade da triagem de materiais secos no Aterro. Trata-se, nos dois casos, de momentos de partilha coletiva e interpretação de suas próprias experiências com colegas de profissão, envolvendo, inclusive, no primeiro caso, agentes públicos de defesa dos direitos de cidadania, como defensores e promotores públicos. Aqui se constata o que Zamora (2017) chama de “clima hermenêutico inclusivo” enquanto ambiente comunicativo poderoso, inovador, que se concretiza em reuniões de conscientização do problema público, envolvendo um processo de aprendizagem de autoapropriação coletiva por meio da qual os grupos superam patologias culturais, evitando a incidência de violência física. Abre-se, assim, espaço para experimentos investigativos cujo testemunho se converte em prova do sofrimento social grupal. Testemunhar, nesse contexto, é gesto relevante de confiança epistêmica para criticar a situação problemática (pessoas em situação de insalubridade que passam pela incerteza sobre garantias de fonte de renda com a interdição da triagem catadora no lixão).

Apesar da ausência da palavra “catadora” na mídia oficial sobre problemas que envolvem o fechamento dos lixões no país, os catadores, com seus testemunhos, ao utilizarem as redes sociais online para ultrapassar uma das barreiras mais relevantes para processos de reconhecimento e enfrentamento de injustiças epis-

têmicas, realizam um trabalho simbólico inovador (Zamora, 2017) ao identificar o Facebook como local privilegiado para geração de significados socialmente legítimos sobre sua situação laboral.

Os testemunhos traduzem categorias pelas quais esses trabalhadores dão sentido à sua própria experiência de injustiça social e ambiental. Ao fazê-lo, tornam visíveis as experiências dos membros desse grupo social, que não têm representação adequada no lócus de reprodução simbólica privilegiado. O trabalho epistêmico dos catadores expõe publicamente o problema público de coleta seletiva e da relevância ambiental do trabalho sujo realizado por eles, indo além do espectro de recursos simbólicos acessíveis ao grande público, o qual é restrito aos significados que melhor descrevem a forma como membros dominantes vivenciam e interpretam medidas de mitigação da poluição ambiental, como o fechamento dos lixões. Isso porque o discurso ecológico e sanitário midiatisado nos meios oficiais não abarca as questões de justiça social que estão em jogo para os catadores que se veem sem compensação e/ou inclusão socioprodutiva segundo suas necessidades e expectativas quando lixões são desativados pelo país sem o devido fomento ao associativismo ou cooperativismo catador.

Entendemos que o testemunho não necessariamente resolve o problema, mas contribui para o enriquecimento da produção simbólico-discursiva sobre o déficit nacional do tratamento de resíduos sólidos, que esbarra em questões sociais

como escassez de saneamento básico, de coleta seletiva e de apoio ao socioambientalismo popular praticado pelos catadores de materiais recicláveis. Além disso, revela a capacidade dos catadores de materiais recicláveis de articular adequadamente suas experiências com catação no lixão a incertezas que pairam sobre a continuidade de suas atividades laborais no ramo da reciclagem catadora.

Por fim, reiteramos que os testemunhos veiculados na internet pelos catadores dizem respeito ao movimento de transformação de problemas sociais em problemas públicos, o que corresponde

em nossa análise à passagem de sofrimento social à experiência de injustiça social. A perda da atividade econômica e social como vetor de perturbação do curso normal de suas vidas e o descompasso entre compensação e inclusão social no quadro da política distrital de tratamento de resíduos recicláveis constituem duas situações problemáticas formuladas pelos catadores. Esse quadro conjuntivo de problemas aponta para os desafios da construção de um compromisso entre Estado e trabalhadores da reciclagem popular que dê conta da articulação entre justiça ambiental e social.



Referências Bibliográficas

- Allard, L., & Vandenberghe, F. (2003). Express yourself! Les pages perso: Entre légitimation technopolitique de l'individualisme expressif et authenticité réflexive peer to peer. *Réseaux*, (117), 191–219. <https://www.cairn.info/revue-reseaux-1-2003-1-page-191.htm>
- Bleil, S. (2005). Avoir un visage pour exister publiquement: L'action collective des sans terre au Brésil. *Réseaux*, (129-130), 123–153. <https://www.cairn.info/revue-reseaux-1-2005-1-page-123.htm>
- Blumer, H. (1939). Collective behavior. In R. Park (Ed.), *An outline of the principles of sociology* (pp. 221-280). Barnes and Noble.
- Boltanski, L. (2015). A presença das pessoas ausentes. *Parágrafo*, 2(3), 147–156. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/338/346>
- Boltanski, L. (1993). *La souffrance à distance: Morale humanitaire, médias et politique*. Métailié. <https://www.cairn.info/la-souffrance-a-distance--9782864241641.htm>
- Boltanski, L. (2000). *El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*. Amrrortu.
- Boltanski, L. (2009). *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*. Gallimard.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2020). *A justificação: Sobre as economias da grandeza*. Editora UFRJ.
- Breviglieri, M., (2008). Penser la dignité sans parler le langage de la capacité à agir. In J.-P. Payet & A. Battegay (Eds.), *La reconnaissance à l'épreuve: Explorations socio-anthropologiques* (pp. 83-92). Presses Universitaires du Septentrion. <https://doi.org/10.4000/books.septentrion.38592>

- Campos, L. A. (2016). Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. *Sociedade e Estado*, 31(3), 719–740. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6169>
- Cefaï, D. (2017a). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estudos Cebrap*, 36, 1, 187–213. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>
- Cefaï, D. (2017b). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estud. Cebrap*, 36, 129–142. <https://www.scielo.br/j/nec/a/cGMgGqgT94BFhsXst8Shp4L/?format=pdf>
- Cefai, D. (2019). Publicidades: Um argumento pragmatista. *Estudos de Sociologia*, 1(25), 9–44. <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2019.243753>
- Celikates, R. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da Teoria Crítica. *Novos Estudos*, 93. https://pdfs.semanticscholar.org/7ab0/7074308bb-f4f623e97d614afd9b2dcd9a19.pdf_403309.1183432678.1639334488-849970434.1639148900
- Dewey, J. (1894). The theory of emotion. (I) Emotional Attitudes. *Psychological Review* 1, 553–569.
- Diaz, P. (2012). D'une vérité à l'autre sur les crimes du passé. Le cas de Chili. In D. Cefaï, & C. Terzi (Eds.), *L'expérience des problèmes publics*. Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales. <https://doi.org/10.4000/books.edition-sehess.19617>
- Dodier, N., & Barbot, J. (2018). Testemunhar como vítima no tribunal: Estrutura normativa do uso da palavra no seio de um dispositivo. In D. S. Corrêa, L. Chartain, R. Cantu, & S. Leal (Orgs.), *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França* (pp. 23–56). Annablume.
- Fredericks, R. (2014). Vital infrastructures of trash in Dakar. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 34(3), 532–548. <https://doi.org/10.1215/1089201X-2826085>
- Fricker, M. (2017). *Injusticia epistémica: el poder y la ética del conocimiento*. Herder.
- Genard, J.-L. (2007). Capacités et capacitation: Une nouvelle orientation des politiques publiques? In F. Cantelli & J.-L. Genard (Orgs.), *Action publique et subjectivité* (pp. 41–64). Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.
- Genard, J.-L., & Cantelli, F. (2008). *Êtres capables et compétents: Lecture anthropologique et pistes pragmatiques*. SociologieS, Théories et recherches. <https://doi.org/10.4000/sociologies.1943>
- Gusfield, J. R. (2014). *La cultura de los problemas públicos: El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Sigloveintiuno.
- Herzog, B. (2016a). Discourse analysis as immanent critique: Possibilities and limits of normative critique in empirical discourse studies. *Discourse & Society*, 27(3), 278–292. <https://doi.org/10.1177/0957926516630897>
- Herzog, B. (2016b). *Discourse analysis as social critique: Discursive and non-discursive realities in critical social research*. Palgrave Macmillan.
- Herzog, B. (2018). Suffering as an anchor of critique: The place of critique in critical discourse studies, *Critical Discourse Studies*, 15(2), 111–122. <https://doi.org/10.1080/17405904.2017.1418402>
- Herzog, B. (2011). Exclusión discursiva: Hacia un nuevo concepto de la exclusión social. *Revista Internacional de Sociología*, 69(3), 607–626. <https://doi.org/10.3989/ris.2009.12.21>

- Honneth, A. (2007). Recognition as ideology. In B. Brink, & D. Owen (Orgs.), *Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical theory* (pp. 323-347). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511498732.013>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Honneth, A. (2018). A dinâmica social do desrespeito: Para a situação de uma teoria crítica da sociedade. *Política & Sociedade*, 17(40), 21–42. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p21>
- Honneth, A. (2013). *Ce que social veut dire*. Gallimard.
- Hughes, E. C. (1962). Good people and dirty work. *Social Problems*, 10(1), 3–11. <https://doi.org/10.2307/799402>
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- Leal, S. (2017). Diversidade cultural e reconhecimento no quadro de políticas de comunicação e cultura no Brasil: desafios e perspectivas para concretização da Convenção da Unesco de 2005. *Política e Sociedade*, 16(35), 94–131. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p94>
- Leal, S. (2019). Concepções de justiça acerca de um dispositivo de inclusão social: (in)capacidades e registros normativos segundo beneficiários do Programa Bolsa Família. In Cantu, R; Leal, S; Silva, D; Chartain, L. (Orgs.), *Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil* (pp. 225-264). Pontes.
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. (2010, 2 de agosto). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
- Lima, M. R. P. (2018). Paradoxos da formalização: A inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). *Horizontes Antropológicos*, 50, 145–180. <http://journals.openedition.org/horizontes/1898>
- Lima, M. R. P. (2023). Infraestruturas residuais: Colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. *Estudos Avançados*, 37(107), 63–82. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.005>
- Loizos, P. (2008). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (2a ed., pp. 137–155). Vozes. <https://tinyurl.com/3s4nb5ue>
- Martuccelli, D. (2002). *Grammaires de l'individu*. Gallimard.
- Medina, J. (2012). *The Epistemology of Resistance*. Oxford University Press.
- Misso, M., & Werneck, A. V. (2012). O interesse no conflito. In M. Misso & A. V. Werneck (Orgs.), *Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas* (pp. 7-25). Garamond/Faperj.
- Nachi, M. (2004). The morality in/of compromise: some theoretical reflections. *Social Science Information*, 43(2), 291–305. <https://doi.org/10.1177/0539018404042583>
- Paugam, S. (2017). Durkheim e o vínculo aos grupos: Uma teoria social inacabada. *Sociologias*, 19(44), 128–160. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- Paveau, M.-A. (2017). Le discours des vulnérables. Proposition théorique et politique. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 18(1), 135–157. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1571>
- Quéré, L. (2012). Le travail des émotions dans l'expérience publique: Marées vertes

en Bretagne. *Raisons pratiques*, 22, 135–162.

- Quéré, L. (2021). *La fabrique des émotions*. PUF.
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: Sociologie, psychologie et politique*. La Découverte.
- Renault, E. (2004). *L'expérience de l'injustice: Reconnaissance et clinique de l'injustice*. La Découverte.
- Ricoeur, P. (2014). *O si-mesmo como outro*. WMF Martins Fontes.
- Rose, D. (2008). Análise de imagens em movimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (2a ed., p. 343–364). Vozes. <https://tinyurl.com/3s4nb5ue>
- Ruiz, J. R. (2009). Análisis sociológico del discurso: Métodos y lógicas. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 10(2), 26.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3–46. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- Scott, J. C. (2003). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Txalaparta.
- Sen, A. (2008). Éléments d'une théorie des droits humains. In J. Munck, & B. Zimmermann (Eds.), *La liberté au prisme des capacités: Amartya Sen au-delà du libéralisme* (pp. 139-184). Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales. <https://doi.org/10.4000/traces.8455>
- Star, S. L. (2018). L'ethnographie des infrastructures. *Tracés*, 35, 187–206 <https://doi.org/10.4000/books.editionehess.11425>
- Thompson, J. (2005). La nouvelle visibilité. *Réseaux*, (129-130), 59–87.
- Tourette-Turgis, C., & Thievenaz, J. (2012).

La reconnaissance du pouvoir d'agir des sujets vulnérables: Un enjeu pour les sciences sociales, *Le sujet dans la cité*, 2(3), 139–151. <https://doi.org/10.3917/lscdlc.003.0139>

- Voirol, O. (2005). Les luttes pour la visibilité: Esquisse d'une problématique. *Réseaux*, 129-130, 89–121.
- Werneck, A., & Loretti, P. (2019). Forma-crítica, formas da crítica: As diferentes dimensões do discurso de descontentamento. In R. Cantu, S. Silva, & D. L. Chatain, (Orgs.), *Sociologia, crítica e pragmatismo: Diálogos entre França e Brasil* (pp. 349-386). Pontes.
- Zamora, J. S. (2015). La réappropriation de la démocratie: Vers de nouvelles formes de participation politique. *Participations*, 13(3), 205–218.
- Zamora, J. S. (2017a). Overcoming hermeneutical injustice: Cultural self-appropriation and the epistemic practices of the oppressed. *Journal of Speculative Philosophy*, 31(2), 299–310. <https://doi.org/10.5325/jspecphil.31.2.0299>
- Zamora, J. S. (2017b). La lógica de la movilización: Una aproximación a los movimientos por la emancipación desde John Dewey. In G. Caruso & J. S. Zamora (Dir.), *Las armas de la crítica* (pp. 113-142). Anthropos. <https://doi.org/10.18800/9788416421893.003>
- Zamora, J. S. (2019). Approfondir la démocratie avec John Dewey: Pratiques épistémiques et mouvements sociaux. *Pragmatia*, 2, 63–110.
- Zhang, A. (2019). Invisible labouring bodies: Waste work as infrastructure in China. *Made In China Journal*, 4(2), 98–102. <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n6864/pdf/book.pdf>

A luta por reconhecimento dos entregadores de aplicativo no Brasil

The struggle for recognition of app deliverers in Brazil

La lucha por el reconocimiento de los repartidores de apps en Brasil

**Pedro
NEIVA**

prneiva@gmail.com

Professor da Universidade de
Brasília - UnB

111

Analisamos neste artigo a luta por reconhecimento dos entregadores de aplicativo por motocicletas no Brasil. Especificamente, investigamos as agressões, humilhações, discriminações e assédios de todo tipo realizados pelos diversos atores com que lidam no dia a dia de seu trabalho, especialmente policiais, clientes e gerentes de restaurantes. A partir da análise de vídeos encontrados no YouTube, concluímos que, diferente do que acontece com questões de ordem material e distributiva – tais como remuneração e condições de trabalho – os entregadores reagem quando o que está em jogo são questões morais e identitárias. A despeito da alta concorrência pelas entregas, eles se mostraram capazes de exercer grande solidariedade e proteção a seus pares em momentos críticos, diante de acidentes, falhas mecânicas, falta de gasolina e, principalmente, de cenas públicas de não reconhecimento.

Palavras-Chave: *Sofrimento social, catadores de materiais recicláveis, testemunhos, rede social digital, lixão.*

In this article, we analyze the struggle for recognition on the part of platform deliverers in Brazil. Specifically, we investigate the aggression, humiliation, discrimination, and harassment of all kinds perpetrated by the various actors they deal with in their daily work, especially police officers, customers, and restaurant managers. Based on YouTube videos, we conclude that, unlike what happens in and distributive issues – such as income and working conditions – couriers react when moral and identity issues are at stake. Despite the high competition for deliveries, they proved capable of exercising great solidarity and protection to their peers at critical moments, such as an accident, a mechanical failure, lack of gasoline, and, above all, in the face of a public scene of non-recognition.

Keywords: *motorcycle couriers; motoboys; recognition; uberization; emotions; platform labor.*

En este artículo analizamos la lucha por el reconocimiento de los repartidores de apps en moto en Brasil. En concreto, investigamos las agresiones, humillaciones, discriminaciones y acosos de todo tipo llevados a cabo por los distintos actores con los que se relacionan en su día a día, especialmente policías, clientes y gerentes de restaurantes. Mediante el análisis de vídeos encontrados en YouTube, llegamos a la conclusión de que, a diferencia de las cuestiones materiales y distributivas -como el salario y las condiciones de trabajo-, los repartidores reaccionan cuando están en juego cuestiones morales y de identidad. A pesar de la elevada competencia por las entregas, han demostrado ser capaces de ejercer una gran solidaridad y proteger a sus compañeros en momentos críticos, ante accidentes, averías mecánicas, escasez de gasolina y, sobre todo, escenas públicas de no reconocimiento.

Palabras clave:repartidores de aplicaciones; motoboys; reconocimiento; uberización; emociones; trabajo de plataforma.

Introdução

Esta pesquisa procura mapear e avaliar a luta por reconhecimento e a capacidade de reação coletiva dos entregadores de aplicativo por motocicletas no Brasil, também conhecidos como “motoboys”, “motofretistas” ou simplesmente “entregadores”¹. Luta por reconhecimento é aqui entendida no sentido dado por Charles Taylor (2000, pp. 241, 247): “a compreensão de quem somos, de onde viemos... de quais são as nossas características definidoras fundamentais como seres humanos; é o pano de fundo contra o qual nossos gostos, desejos, opiniões e aspirações fazem sentido”.

Nos últimos anos, os estudos sobre os entregadores têm merecido a atenção de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, principalmente do direito e da socio-

logia. Tais pesquisas avançaram bastante, dedicando-se essencialmente às questões econômicas, objetivas, materiais e redistributivas relacionadas ao exercício laboral desses profissionais, porém avançaram muito pouco no que diz respeito aos aspectos subjetivos e afetivos que atravessam esse tipo de trabalho.

Nossa proposta é diferente. Estamos preocupados com as questões morais, relacionadas aos sentimentos, às emoções, aos afetos e à subjetividade dos motoboys. Pretendemos avaliar como eles se sentem ao fazer seu trabalho, quais são suas angústias e esperanças, como são tratados e considerados nas interações com os outros atores da cadeia de delivery (motofretistas, policiais, porteiros de condomínio,

¹ Embora existam entregadores que trabalham a pé ou que utilizam outros meios de transporte (automóvel, bicicleta, patinete), eles são mais comumente conhecidos como “entregadores”. A palavra “motoboy” também é bastante utilizada, mas vem perdendo força. Antes, estava relacionada aos trabalhadores contratados diretamente pelas próprias empresas fornecedoras dos serviços, que também eram donas das motocicletas. O termo “motofretistas” é mais preciso, mas pouco utilizado.

gerentes de restaurantes e clientes), como agem e reagem em suas demandas por reconhecimento. Estamos preocupados com as microinterações cotidianas, a experiência vivida, os constrangimentos nos momentos problemáticos.

Consideramos aqui o espaço laboral como lócus de violência e de solidariedade, no qual são despertados sentimentos de injustiça, raiva, angústia, inveja e ódio; mas também de esperança, satisfação e prazer. “Solidariedade” é aqui descrita como a atitude de um grupo desenvolvida no contexto do trabalho e enraizada nas relações entre os trabalhadores, envolvendo experiências compartilhadas, sentimento de dependência mútua e de identidade coletiva (Tassanari & Maccarrone, 2020). Em outras palavras, é uma condição em que os trabalhadores desenvolvem sentimentos coletivos de reciprocidade e de responsabilidade uns em relação aos outros, com base na consciência de seus interesses e propósitos. Ela é capaz de proporcionar uma coesão ao grupo e promover as atividades coletivas de defesa mútua e suporte recíproco.

O texto está dividido em cinco partes, além desta introdução. Na seção que segue, fazemos uma pequena retrospectiva da literatura que trata da mudança sofrida pelo capitalismo na transição do Fordismo/Taylorismo para o Toyotismo, desdobrando-se para o que hoje vem sendo chamado de “capitalismo de plataforma”. Discutimos também a precarização do trabalho nessa última fase e a dificuldade de mobilização dos trabalhadores com propósitos remunerativos, chamando a atenção para algumas

peculiaridades brasileiras. Na seção 3, argumentamos que, embora as mobilizações para tratar de questões relacionadas aos aspectos materiais e objetivos tenham tido baixa adesão no Brasil, o mesmo não pode ser dito com relação aos aspectos morais, subjetivos e emocionais dos entregadores. Na seção 4, apresentamos nossos dados, que mostram como esses trabalhadores chegam em seu limite de tolerância, gerando uma surpreendente capacidade de reação, individual ou coletiva. Por fim, apresentamos nossas conclusões.

Da rotina para a flexibilidade

O chamado “capitalismo de plataforma” apresenta-se, até certo ponto, como um desdobramento da mudança que vem ocorrendo desde os anos 70 do século passado nos países centrais. Desde então, o mundo do trabalho vem se desligando cada vez mais de um modelo burocrático, baseado em rotina, estabilidade, repetição, disciplina, horários rígidos, perspectivas de longo prazo, garantia no emprego, carreiras ascendentes, lineares e planejadas, e na impessoalidade (Boltanski & Chiapello, 2009; Sennett, 2012). As empresas tornaram-se enxutas, leves, inovadoras e capazes de se adaptar às transformações em um mundo globalizado e “fora dos trilhos” (Sennett, 2012). Do lado do trabalho, as mudanças também foram profundas. Quebraram-se as garantias, aposentadorias e as carreiras ascendentes, lineares, vitalícias ou de longo prazo. O trabalhador assalariado, de tempo integral, valorizado pela experiência, com estabilidade e certeza de reajustes

regulares, foi substituído pelo “colaborador” intermitente, remunerado de acordo com sua produção. As empresas passaram a vender a ideia de que o trabalhador ganhou autonomia e de que ele pode ser seu próprio chefe; obedecer ordens deixou de ser uma virtude. O horário de trabalho foi ficando cada vez menos rígido, tendência que se acentuou com o avanço das tecnologias de informação e de comunicação e com a possibilidade de trabalho a distância. Sabemos que essas mudanças não chegaram com tanta intensidade para os trabalhadores subordinados, de regiões e classes mais pobres; ainda assim boa parte deles assimilou esse discurso.

Não obstante, a grande mudança veio com a maneira com que o capital passou a mobilizar as emoções e os sentimentos do trabalhador, capturando sua subjetividade, agregando seu consentimento e sua própria disposição intelectual e afetiva (Antunes & Alves, 2004). No chamado “mundo conexionista”, a separação típica entre as vidas privada e profissional, ou da esfera pública, desprovida de afetos, e a esfera privada, saturada deles, tornou-se cada vez mais tênue (Boltanski & Chiapello, 2009). As duas mesclaram-se e tudo passou a ser administrado com a ótica empresarial: o trabalho, o consumo, o lazer (Dardot & Laval, 2017). Simultaneamente, os sentimentos, os afetos e a capacidade emocional passaram a ser valorizados. Estamos falando de um “novo espírito do capitalismo”, isto é, de uma ideologia que justifica, ancora e respalda o engajamento ao sistema. Tal espírito leva mais em conta os relacionamentos humanos, os elementos subjetivos e sutis, como o envolvimento integral, a adaptação,

a motivação, a inovação, a vontade, a alma (Boltanski & Chiapello, 2009), as emoções, os desejos, as paixões, as crenças, as atitudes, os pensamentos (Dardot & Laval, 2017; Gaulejac, 2007; Han, 2015, 2018) e até a culpa do indivíduo. Tais registros subjetivos e afetivos tornaram-se a chave para o bom desempenho das empresas.

A ideologia neoliberal reforçou tudo isso, provocando o aparecimento do “empreendedor de si mesmo”, que se responsabiliza por seu sucesso e seu fracasso (Dardot & Laval, 2017). O discurso é sedutor: muitos trabalhadores querem autonomia, liberdade, flexibilidade de horário, a possibilidade de não ter chefe, de não receber ordens, de ser um empreendedor. Isso parece ter um peso entre os entregadores motociclistas, cujo trabalho tem muito pouco de rotineiro. Eles experimentam diversas situações, correm riscos constantes de assaltos e de acidentes, lidam com muita gente diferente, movimentam-se rapidamente e quase não param. A ausência de sentimentos típica do mundo burocrático não tem espaço aqui. Essa é uma profissão carregada de sentimentos e emoções de diversos tipos.

No entanto, esses supostos ganhos emancipatórios podem ser ilusórios; as metas estabelecidas pelas empresas não são nada fáceis de serem cumpridas e os trabalhadores são obrigados a produzir mais do que a sua capacidade (Sennett, 2012). Ao incorporar o espírito do novo capitalismo, o trabalhador pensa estar se livrando da opressão, do horário rígido, das regras e das pressões do chefe. Pensa também que poderá se desenvolver de acordo com seus esforços e suas capaci-

dades. Mas isso não tem acontecido, como mostram diversos autores (Antunes, 2020; Dardot & Laval, 2017; Filgueiras & Antunes, 2020; Han, 2015, 2018; Sennett, 2012; Woodcock, 2020).

No caso dos entregadores de aplicativo brasileiros, o que se vê é uma situação cada vez mais precária, com baixa remuneração, alto risco e nenhuma garantia trabalhista (Abílio et al., 2020). A flexibilidade é apenas aparente; na prática, eles são obrigados a trabalhar mais para garantir sua sobrevivência e a manutenção de seus instrumentos de trabalho (Filgueiras & Antunes, 2020). Não passa de um “autogerenciamento subordinado”, que aparece não como uma forma de valorização do trabalhador, mas como uma terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para ele próprio (Abílio, 2019). Não se trata de empreendedores, como querem fazer acreditar as empresas que os gerenciam; eles não são os detentores do capital, não estão associados à inovação, não têm influência na gestão do negócio e não definem o próprio salário, além de trabalharem sob péssimas condições. O empreendedor, que se imaginava como proprietário de si mesmo, um quase burguês, converteu-se em um “proletário de si próprio” ou um “escravo digital” (Antunes, 2020). Afinal, essa autoexploração é muito mais eficiente e produtiva do que a exploração que vem de fora, uma vez que caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade.

Essa flexibilidade gera consequências importantes. Segundo Sennett (2012), ela abala o “caráter” e corrói tudo que tem de estável na personalidade: os laços duradouros, os

valores e as referências. Na visão do autor, o indivíduo que muda de empresa constantemente não estabelece vínculos sólidos em nenhum lugar, o que mina a solidariedade, a resistência, a organização de classe e a ação coletiva. Essa situação é ainda mais visível no capitalismo de plataforma, em que os trabalhadores são individualizados, dispersos, atomizados e fragmentados. Eles se tornaram desvinculados e dessincronizados uns dos outros, tanto física quanto temporal e administrativamente. Nos casos extremos, a coordenação de seus esforços é alcançada por meio de algoritmos, isto é, as decisões são tomadas a partir da automatização dos dados e das regras, deixando pouco espaço para a comunicação face a face. Consequentemente, espera-se baixo grau de solidariedade e baixa capacidade de ação coletiva por parte dos trabalhadores (Lehdonvirta, 2016; Tassinari & Maccarrone, 2020).

No contexto específico dos entregadores de aplicativo, a situação se complica em função de outros dois fatores. O primeiro deles refere-se à dificuldade para se enxergar qual é o centro da exploração do trabalho, seja porque não há a figura do chefe, supervisor ou gerente, seja porque a relação de emprego não está muito clara². No intuito de evitar demandas e processos trabalhistas, as empresas-aplicativo argumentam que não admitem entregadores e que são meras prestadoras de serviços, proporcionando um encontro mais eficiente entre a oferta e a procura, interligando o cliente com o fornecedor do serviço. Dizem ainda que elas não têm poder de decisão sobre quantas horas, quando e onde os entregadores devem tra-

balhar. Argumentam operar dentro de um esquema meramente colaborativo, flexível e modular de negócios (Altheman, 2021; Filgueiras & Antunes, 2020). Apesar de haver evidências claras de relação trabalhista³, o entendimento do Supremo Tribunal Federal não tem caminhado nesse sentido. São raras as decisões que reconhecem a relação trabalhista, como a que foi tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo em setembro de 2023.

A dificuldade de mobilização dos entregadores converge com a visão de Dardot e Laval (2017) de que “a normatividade neoliberal exerce uma vigilância e um controle cada vez mais densos sobre os espaços público e privado, uma rastreabilidade mais precisa dos movimentos dos indivíduos e uma avaliação mais minuciosa e mesquinha de suas atividades”. Isso fica muito claro a partir da assimetria de informações que existe entre eles e as empresas-aplicativo, a qual gera opacidade, incerteza e imprevisibilidade. O acesso a uma grande quantidade de dados⁴ permite a tais empresas agir estratégicamente a partir de modelos preditivos, com alto grau de precisão. De repente, podem parar de funcionar, mudar a forma de trabalho, reduzir ou eliminar chamadas, bloquear cadastrados sem lhes dar qualquer explicação ou explicitar critérios. Dado o domínio completo que têm sobre as informações, as empresas podem ainda punir eventuais adesões a movimentos paredistas, bem como ofertar prêmios e tarifas diferenciadas para os que não aderirem. O depoimento de Paulo Galo (2021), o mais conhecido líder dos entregadores, é muito sugestivo nesse sentido:

parece que estamos vivendo aquilo que acontece no livro 1984. Tem uma câmera para onde nós vai. Eu ligo meu aplicativo para trabalhar, eles sabem em que rua estou, onde vou, o que eu faço, o que eu não faço. Eles vê trezentas motos juntas na Praça da República, eles fala: ‘é greve’. Bloqueia esses cara. Um monte de motoboy recebeu multa de obstrução de via nos dias das greves dos dias 24 e 25. Uma multa de seis mil reais... [sic]

Por outro lado, alguns estudos mostram que as mudanças não foram totalmente desfavoráveis à mobilização social. Embora as tecnologias de informação e comunicação possam ter contribuído para a fragmentação e dispersão dos trabalhadores, elas também podem ajudar a uni-los. Alguns autores afirmam que elas vêm sendo usadas para mobilizar, para construir identidades coletivas e locais de resistência capazes de juntar pessoas que não podiam se organizar por meios convencionais (Ho et al., 2002; Lehdonvirta & Räsänen, 2011; Lehdonvirta, 2016). A internet desempenhou um papel decisivo nesse sentido. Ela permitiu a criação de um espaço onde os trabalhadores podem interagir, organizar-se, mobilizar-se e enfrentar o medo de forma coletiva (Castells, 2013; Pasquier & Wood, 2018).

No caso dos entregadores de aplicativo, especificamente, apesar de atomizados e de não dividirem o mesmo espaço de trabalho, há vários relatos de mobilização, especialmente em países europeus, tais como Reino Unido e Itália. Mas a mobilização não se limita à Europa. Na China, os entregadores conseguiram criar uma solidariedade grupal, agir coletivamente e fazer greves

(Chen, 2018; Lei, 2021). No Brasil, também observamos mobilizações reivindicatórias por melhores condições de trabalho e remuneração. Destaca-se a primeira greve nacional da categoria, realizada em 1 de julho de 2021, que ficou conhecida como “breque dos apps”. Duas outras foram realizadas no mesmo ano, com número menor de participantes e menos cobertura midiática. Recentemente, observamos uma greve no dia 15 de maio de 2023 e outras duas nos dias 26 e 31 de março de 2024. Trata-se, porém, de movimentos incipientes, com muitos desencontros entre os trabalhadores e adesão proporcionalmente baixa. O que se ressalta são rixas internas, a falta de unidade nacional e a descrença nas mobilizações (Weiss, 2022), nos partidos, nos sindicatos e nos políticos.

Consequentemente, os movimentos paradistas não tiveram tanta repercussão e causaram poucas conquistas para os entregadores. É o que mostram os depoimentos, em reunião virtual, da entregadora Lucy e do entregador Álvaro, respectivamente, duas lideranças ligadas ao grupo “Entregadores Antifascistas”: “quando a gente conversa com outros entregadores, a gente vê uma normalização da situação, tipo: eu tenho que rodar 12, 15 horas, mas é isso aí. Tipo assim, 80% das pessoas com quem eu falo na rua, quando a gente está esperando entrega, acha isso suave, entendeu?”; “os aplicativos não atenderam nenhuma pauta da greve. Se tivesse atendido, não seria necessário marcar uma segunda. A respeito do dia 25.07, aqui no Rio de Janeiro, foi um pouco fraco. Tinha mais apoiador do que

entregador em si. Mas a guerra continua. Que sirva de aprendizado, galera...”

Oliveira e Festi (2023) consideram que o movimento teve alguns méritos: pautou o tema dos direitos dos trabalhadores de plataforma; atingiu dimensão nacional; expôs o caráter contraditório do discurso da autonomia/liberdade versus o da subordinação às plataformas; desafiou o sindicalismo a assumir um compromisso mais enfático com a organização dos trabalhadores precários. No entanto, os dois autores também avaliam que não avançou em conquistas básicas para esses trabalhadores, dadas as dificuldades para se organizar e negociar com as empresas, a falta de apoio direto das centrais sindicais e as divergências internas quanto à proposta de regulamentação da profissão.

Diferente do que acontece na Europa, a literatura sobre a mobilização dos trabalhadores de plataforma no Brasil ainda é muito escassa e merece ser melhor explorada. Pretendemos dar uma pequena contribuição nesse sentido. Porém, nosso foco não é a precariedade material da profissão, que é o aspecto mais investigado. Estamos preocupados em identificar o limite de tolerância desses trabalhadores e as formas como se mobilizam em reação às agressões físicas e morais, discriminações e humilhações que sofrem cotidianamente. Aparentemente, há algo mais na atuação dos motofretistas além do aspecto material/redistributivo e da ânsia por performance e desempenho. Final, o trabalho não é somente meio de suprir necessidades, mas é também o lócus da integração do indivíduo com o todo social, re-

pleto de princípios morais (Honneth, 2008).

A luta por reconhecimento: a mobilização a partir das questões morais

Conforme mostram alguns dos autores citados, não temos dúvida quanto à precariedade do trabalho dos entregadores de aplicativo por motocicleta. Porém, ela não se limita aos aspectos materiais e distributivos, passa também por questões imateriais, morais e subjetivas. Muitas vezes, eles são humilhados, invisibilizados, menosprezados e desrespeitados, em situações como: serem proibidos de entrar nos restaurantes onde buscam os pedidos; não terem onde fazer necessidades fisiológicas; sofrerem abusos de autoridade policial; passarem fome, enquanto carregam comida nas costas; serem verbalmente ou fisicamente agredidos por clientes; não serem nem cumprimentados ou agradecidos por seu serviço.

Estamos falando do esforço de construção de uma identidade, e da luta por reconhecimento. Trata-se de uma forma de mobilização muito característica da sociedade pós-industrial (ou pós-fordista). Ela é a força moral que impulsiona o desenvolvimento social (Honneth, 2003) e tem se tornado a forma paradigmática de conflito político desde o final do século XX, quando a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como meio principal de mobilização política (Fraser, 1995). Na visão de Taylor (2000), sua ausência pode gerar danos reais a uma pessoa ou grupo, e ter papel fundamental na manutenção de sua subordinação e no impedimento de sua emancipação efetiva. Não se trata de mera cortesia que de-

vemos conceder às pessoas, mas de uma necessidade humana vital.

A chamada “virada afetiva” na sociologia, que tem a luta por reconhecimento como um de seus temas centrais, procura considerar aspectos pouco explorados pela disciplina, como as emoções na vida social, a forma como os indivíduos são afetados, o papel desempenhado pelas paixões, os sentimentos vividos, a constituição da subjetividade. Ela questiona a ênfase na justiça distributiva, de caráter essencialmente economicista, em detrimento das questões culturais e identitárias (Amadeo, 2017; Markell, 2006). De acordo com Honneth (2003), um dos principais autores dessa corrente, precisamos saber que alguém se preocupa conosco, e que somos aceitos como somos. Na infância precisamos de carinho, amor e amizade, e, quando adultos, também do reconhecimento, como cidadãos livres, da contribuição que damos para a reprodução da sociedade a partir do trabalho.

Na visão de Honneth (2003), para haver autonomia, autorrealização e justiça social, o que importa não são os mecanismos econômicos, os aspectos materiais e as normas de redistribuição, reduzidas exclusivamente às relações de produção, mas o consenso normativo em torno do reconhecimento das diferenças identitárias. Segundo o autor, a ordem social depende essencialmente das normas e regras não escritas e não formuladas explicitamente, que criam concordância entre os participantes sobre o valor de determinados bens. Para ele, há uma gramática moral que rege os conflitos sociais, levando os sujeitos a contestar significados, valores e padrões interativos desrespeitosos.

Segundo Honneth (2003, 2008), a luta por reconhecimento envolve três esferas principais. A primeira delas diz respeito às relações íntimas, incluindo amor, amizade e relações eróticas. Pressupõe a presença física, emocional e afetiva de pessoas próximas, especialmente durante a infância. A segunda esfera refere-se ao reconhecimento da autonomia e da independência dos indivíduos como cidadãos, portadores de direitos legais, sociais e políticos. O terceiro padrão de reconhecimento refere-se à avaliação, positiva ou negativa, feita pelos outros a respeito de traços e habilidades pessoais, à divisão do trabalho e à meritocracia.

O reconhecimento no trabalho é decisivo para a formação da personalidade e para a construção da identidade do indivíduo e do grupo; quando falta, as consequências são sofrimento, desapontamento e desânimo (Dejours, 1999; Honneth, 2008). Mas gera também reações, que se manifestam a partir de conflitos, momentos críticos e experiências traumáticas, que promovem rupturas do cotidiano e da normalidade. São eles que impulsionam a reflexão e a ação; são os motores das mudanças e da evolução social. Nas palavras de Honneth (2003, p. 224), “a tensão afetiva e o sofrimento de humilhações só podem ser dissolvidos na medida em que o indivíduo reencontra a possibilidade de ação”.

No caso dos entregadores brasileiros, há vários relatos referentes à falta de respeito e de reconhecimento de seu trabalho. O depoimento de um entregador de Cachoeirinha (RS) ilustra bem isso: “a gente anda debaixo de um sol de 40 graus para o conforto do cliente, sempre buscando o melhor entendimento.

E o pessoal vem tratar a gente que nem lixo, que nem o cliente falou ‘um lixo da sociedade’. Eu gostaria que as pessoas enxergassem isso. Está na hora de mudar...”. Outro exemplo vem do depoimento da entregadora Tirza Ferreira, 21 anos, estudante de psicologia, captado por Peres (2020, p. 22): “acho que existe muito a noção de que o prestador de serviço é um ser inferior. Às vezes a gente vai fazer uma entrega e não recebe nem um ‘boa tarde!’, um ‘boa noite!’ ou um ‘muito obrigada!’. Ou seja, não recebe o mínimo”. Ainda a esse respeito, vale citar a observação de Diniz, Assunção e Lima (2005, p. 906):

a opinião pública em relação aos motociclistas profissionais revela uma verdadeira hipocrisia social: avaliamos positivamente o seu trabalho, mas negativamente o seu comportamento, como se um e o outro existissem separadamente. Todos odeiam os motoboys, exceto quando precisam de um. Quando ele está levando às pressas um documento pela cidade, ele se torna um herói, e você adora o sujeito.

Nessa pesquisa, procuramos dar uma contribuição não apenas apresentando conflitos, mas também apresentando e analisando eventuais resistências. O que chama a atenção é que, ao contrário do que acontece com reivindicações de caráter material e distributivo, os entregadores costumam mostrar impressionante capacidade de reação e de mobilização quando estão em jogo questões morais, subjetivas e emocionais. Tal capacidade parece aumentar quando são agredidos ou humilhados por atores com que lidam no dia a dia, especialmente clientes e donos ou gerentes de restaurantes.

As reações individuais envolvem a filma-

gem e distribuição do vídeo para parceiros de profissão e, frequentemente, a busca de reparação na justiça. Coletivamente, reagem em poucas horas, juntando dezenas ou centenas de pares em frente à residência ou ao estabelecimento do agressor, em busca de retratação. Fazem carreatas, andam em círculos ou ficam parados, buzinam, aceleram seus motores e gritam palavras de ordem como “justiça” e “respeito”. Eventualmente podem soltar fogos.

Os eventos são filmados e viralizados nas redes sociais, que tem sido o principal local de socialização desses trabalhadores. Eles tornaram-se frequentes e fazem parte do dia a dia, a ponto de ganharem um jargão, criado por eles próprios: os “bololôs”. Não é propósito específico deste artigo analisar a dinâmica dessa nova forma de mobilização social, típica desses profissionais; nem temos espaço para isso. Mas, certamente, pretendemos fazê-lo em trabalhos futuros.

Apresentação dos dados e aspectos metodológicos

Nosso intuito é apresentar os diversos tipos de agressão sofridas pelos entregadores, bem como suas reações, em busca de reconhecimento. Faremos isso descrevendo e interpretando 54 vídeos coletados na plataforma YouTube no período de janeiro de 2022 a março de 2024. Os vídeos foram selecionados a partir de pesquisa realizada naquela plataforma, com as seguintes palavras-chave, alternadamente ou combinadas: motoboy(s), entregador(es), aplicativo, agressão(ões), agredido, conflito, discrimi-

nação, racismo, briga, iFood, trânsito, acidente, restaurante, cliente, violência, discussão. No intuito de ampliar os resultados e obter uma amostra mais representativa do que ocorre em todo o país, combinamos também essas palavras com os nomes de cada uma das capitais brasileiras.

Organizamos tais vídeos em uma lista de reprodução, ordenada por data descendente de publicação (do mais recente para o mais antigo). Faremos menções específicas a alguns desses eventos, que podem ser acessados a partir do link respectivo. Convidamos o(a) leitor(a) a observar os vídeos, paralelamente à leitura do texto, de forma que possa ter melhor percepção da situação, até porque o tom da voz e o sentimento nem sempre podem ser expressos pela escrita. Podemos ver isso claramente no tom emocionado dos depoimentos prestados nesses dois eventos: [Porto Velho \(RO\)](#) e [Maceió \(AL\)](#).

Para proporcionar ao leitor uma visão geral das agressões, da indignação e das reações dos entregadores, sugerimos que o leitor assista ao resumo que fizemos a partir da compilação e edição de aproximadamente metade dos vídeos coletados, com duração aproximada de 29 minutos. Acreditamos que ela pode melhorar bastante a compreensão do texto. Na seção que segue, fazemos nossa avaliação.

Interpretando as demandas por reconhecimento e a capacidade de reação dos entregadores

Em cada uma das controvérsias, costuma haver vários tópicos a serem observados, e

diferentes tipos de conflito, latentes e manifestos. Mais da metade envolve agressão física ou ameaça contra o entregador ou seus pertences (a mochila térmica, o telefone celular e a motocicleta, principalmente). Focaremos em seis aspectos que nos parecem cruciais: a oposição entre trabalhador versus bandido/vagabundo; a importância da família; a família motoboy; o cuidado com os instrumentos de trabalho; a demanda por visibilidade; a violação dos direitos humanos; e a violência urbana. Cabe esclarecer que os temas não são estanques. Pelo contrário, quase sempre se misturam em uma mesma cena, ou se repetem em vídeos diferentes, o que impede que a análise seja sempre pontual. Assim, por exemplo, um vídeo que está no item “violação de direitos humanos”, também poderia estar no item referente à “demanda por visibilidade”.

1 – A oposição “vagabundo”/“bandido” versus “trabalhador”, e a luta pela família

Uma das reclamações dos entregadores é a de serem considerados irresponsáveis, especialmente no trânsito. É o que vemos na entrevista dada por um deles quando acompanhava o cortejo de um colega morto por falha na sinalização de trânsito de Londrina (PR): “como todos julgam, motoqueiro é louco, só faz trapalhada, faz zigue-zague... A gente não sai de casa para morrer. A gente sai de casa para trabalhar e ganhar o pão de cada dia”.

Uma reação mais firme e incisiva costuma aparecer quando são confundidos com vagabundos, bandidos ou marginais. Esse

foi o motivo de terem bloqueado parte da Avenida Paulista em maio de 2022 em repúdio ao aumento das abordagens policiais que passaram a sofrer, dado o aumento de assaltos cometidos por motociclistas. Alguns exibiam faixas com a frase: “motoboy não é ladrão” e “não somos ladrões, somos trabalhadores”. Em suas reações, eles costumam enfatizar seu esforço, empenho e dedicação ao trabalho, bem como a correção de suas ações. Encontramos vários exemplos desse tipo, juntamente com a exigência de respeito pela classe.

Um segundo aspecto, relacionado ao primeiro, refere-se à luta pela família. É frequente usarem termos como “ganhar o pão de cada dia”, pão esse que é ganho com muito suor e que serve para “sustentar a família”, como aparece no vídeo referente a Londrina (PR). Nos depoimentos que seguem, podemos ver esses tópicos, mais ou menos relacionados.

- Cascavel (PR): “aquele senhor chamou a gente de lixo e de vagabundo. Isso aqui é tudo trabalhador. A gente tem carteira, a gente tem moto certinha. Com a minha moto tá tudo certo, IPVA pago, placa do Mercosul, não devo nada para ninguém. Tudo que a gente quer é respeito”.
- Joinville (SC): ao ser entrevistado quando participava de uma manifestação contra a morte de um colega, um entregador afirmou: “A nossa intenção com esse protesto é mostrar a nossa indignação com o que aconteceu. O que a gente quer é que a justiça seja feita nesse caso. Não foi um acidente. Ele passou por cima de um rapaz que esta-

va exercendo a sua função, o seu trabalho”. No mesmo evento, outro entregador disse: “Guri muito esforçado, muito trabalhador. Estava fazendo um extra porque estava querendo tirar carteira de caminhão, queria mudar de profissão”.

- Aracaju (SE): um entregador agredido durante uma abordagem policial fez a seguinte afirmação: “Foi uma situação muito humilhante para um trabalhador, pai de família (...) Nós somos trabalhadores, não somos marginais, nós só estamos defendendo o pão para levar para casa. Estou sem trabalhar. Fiquei com medo porque eles me ameaçaram. Estou com medo de trabalhar. Eu quero justiça (...) Sou trabalhador, pai de família, tenho duas meninas: uma de 14 e outra de 4 anos. Preciso levar o pão para casa”.

Com frequência, o repúdio a esse tipo de estigmatização esteve muito associado à afirmação da família, seja pelo aspecto do pertencimento, seja pelo da manutenção ou do sustento. Ele aparece em dois depoimentos coletados pelo jornalista que cobriu o incidente ocorrido em Cascavel (PR), relatado acima. No primeiro, o entregador disse o seguinte: “estamos trabalhando, unindo com meus parceiros aqui, para mostrar para esse senhor que aqui só tem trabalhador, pai de família; aqui não tem vadio, nenhum vagabundo; todos estão buscando o pão para comer”. Um outro entregador afirmou: “tenho habilitação, trabalho certinho, não preciso roubar de ninguém; trabalho para levar meu sustento para casa. A gente trabalha para sustentar a família. O que eu

quero é que esse cidadão venha aqui e retire o que ele falou sobre os motoboys”.

2 – A família motoboy

A referência à família aparece também de outra forma, chamando a atenção para a solidariedade e a união que há entre eles. Apesar de muitos terem consciência de que boa parte da precariedade se explica pelo excesso de entregadores e da consequente concorrência por serviços, não observamos nos eventos analisados nenhum conflito entre os próprios entregadores. Pelo contrário, o que predomina é uma grande solidariedade entre os membros do grupo, que pode ser percebida em situações críticas, tais como: falta de gasolina, quebra da motocicleta, acidentes de trânsito e em conflitos com os atores com que lidam diariamente. Em suas falas, é comum encontrarmos expressões como “família”, “irmão”, “cuidado”.

Esse sentimento pode ser observado no depoimento que o entregador Francisco Mello fez em solidariedade ao companheiro agredido no Garvey Hotel em Brasília no dia 28 de dezembro de 2020: “queremos mostrar para o agressor que somos uma família, somos irmãos, cuidamos uns dos outros; a gente não aceita.” Na mesma linha, o entregador que se envolveu em disputa no trânsito de Cascavel (PR) fez a seguinte afirmação: “motoboy não é uma classe. Motoboy é tudo família, é tudo unido. E o senhor que nos agrediu não denegriu só a mim. Tem pai de família, tem mãe de família. Para ele nunca mais falar essas palavras, porque moto-

queiro é tudo unido, a gente é tudo família”. É interessante que o entregador separa claramente classe e família em lógicas exclu-
entes, reforçando a ideia de que o debate sobre a redistribuição – vinculado à classe – se enfraquece, em favor da luta por reconhe-
cimento (Fraser, 1995; Honneth, 2003).

Às vezes, a família biológica (associada ao sustento) e a “família motoboy” (associada à solidariedade) se misturam. Isso está muito claro no depoimento anterior. Aparece também no cortejo fúnebre do entregador [David Wendell](#), que foi atropelado por um caminhão enquanto trabalhava. Na ocasião, o primo da vítima declarou-se surpreso com a grande quantidade de pessoas presentes, como se fossem parentes ou amigos: “eu nunca imaginei isso aqui para o meu primo, dentro de um caixão e mais de 200 motoqueiros acompanhando. Isso aqui é para ele...”. A mistura da profissão com a família aparece ainda no depoimento de um entregador que participou da manifestação ocorrida em [Americana \(SP\)](#):

o objetivo da nossa manifestação é mostrar, cada vez mais, o amor, o afeto pela família. A gente sai para ganhar o pão de cada dia e, às vezes, acontece um acidente desse, que acaba deixando uma família chorando. A gente quer chamar a atenção de todos para o cuidado no trânsito. Esse nosso irmão morreu por causa de alguém que bateu bêbado. Estamos aqui para dar nosso apoio e procurar justiça.

Nas duas vezes em que se usou o termo “família”, ele pode servir às duas acepções. No primeiro uso, ficamos sem saber se o amor e o afeto a ser demonstrado dirigem-se aos familiares do entregador ou aos seus co-

legas de profissão. Provavelmente, aos dois. No segundo uso, também não fica explícito se a “família que chora” é a primeira ou a se-
gunda. Mas também serve para as duas. A expressão “ganhar o pão de cada dia” está claramente vinculada ao sustento da família biológica. Já o cuidado, termo utilizado no contexto familiar para expressar a dedica-
ção a alguém, é utilizado aqui com vínculo ao local onde se exerce a profissão: no trânsito. A palavra “irmão”, que originalmente remete à mesma paternidade ou maternidade, es-
tende-se para o sentido do objetivo comum, à ajuda mútua ou mesmo a seu caráter reli-
gioso. O depoimento está repleto, portanto, de sentimentos de semelhança, de pertenci-
mento, de ligação, de lealdade, de proteção e de dedicação mútua.

Tais sentimentos aparecem em outras situações. Por exemplo, quando os entre-
gadores se reúnem para fazer uma vaqui-
nha para socorrer um colega que fraturou a
perna, em decorrência de uma agressão re-
alizada por um dono de restaurante em [Ca-
choeira do Sul \(RS\)](#). Ou quando fazem um
protesto em [Maceió \(AL\)](#) na frente do condo-
mínio de uma cliente que agrediu uma entre-
gadora, conforme podemos ver no seguinte
depoimento: “estamos aqui para fazer esse
protesto em favor de uma parceira nossa.
Ela foi agredida verbalmente, e quase fisica-
mente, por um cliente. A gente jamais vai su-
portar essa situação e sempre vamos fazer
isso. Nós merecemos respeito. Nós somos
unidos e jamais seremos vencidos”.

Essa percepção converge com a reflexão de Paugam (2017) sobre as vinculações e os laços sociais, sobre como as pessoas se ligam entre si e se mantêm ligadas à so-

ciéidade. O vínculo à família, aqui estendido para o grupo profissional, torna-se uma forma de proteção e de suporte, que o indivíduo pode mobilizar diante dos riscos do cotidiano. Isso é ainda mais necessário em uma situação em que o Estado está quase totalmente ausente. É curioso que tal vínculo se estabelece em uma sociedade de indivíduos autônomos – ou que se pensam enquanto tal – que precisam apresentar-se como “empreendedores de si mesmos”, assumindo responsabilidade pelo próprio sucesso e, principalmente, pelo fracasso (Dardot & Laval, 2017; Guimarães, Paugam, & Prates, 2020)

3 – O cuidado com os instrumentos de trabalho

Chama a atenção também o cuidado dos entregadores com seus instrumentos de trabalho: a motocicleta, o telefone celular, o capacete, a roupa que vestem contra a chuva, a mochila térmica que levam nas costas (a bag). São elementos que promovem identidade entre eles. Na visão deles, precisam ser preservados e respeitados; não se pode mexer. A transgressão dessa regra leva a conflitos frequentes. Aconteceu em dois eventos no Distrito Federal, um no [Garvey Park](#) e outro na cidade satélite de [Taguatinga \(DF\)](#), quando o dono de um hotel e o morador de um condomínio quiseram determinar o local de estacionamento da motocicleta. Foi mais visível ainda na cidade de [Dourados \(MS\)](#), quando um portoирo retirou uma motocicleta por conta própria, aumentando a ira da entregadora. Em um incidente que aconteceu em [Belo Horizonte \(MG\)](#), além de agredir fisicamente o

trabalhador, o vizinho de um cliente derrubou sua motocicleta no chão. A propósito, o medo de ter a motocicleta roubada tem sido um dos argumentos usados pelos entregadores para não levarem a encomenda até a porta do cliente, recusa essa que gera constantes conflitos entre as partes.

No caso do telefone celular, vale a pena citar novamente o episódio do Garvey Park em Brasília (DF), em que o agressor o danifica. Como bem explica o entregador Antônio Melo, que grava o vídeo em apoio ao colega agredido: “o celular não é um objeto de luxo, mas sim uma ferramenta de trabalho. Temos que ter um celular bom para aguentar 2 ou 3 aplicativos ligados, com sinal de GPS, tem que ser um celular bom, para não perder corrida, para não perder chamada”.

Mesmo a mochila térmica (a bag), um acessório de menor valor, tem seu valor simbólico. Talvez seja o apetrecho mais característico do entregador, que o identifica de imediato, seja pilotando a motocicleta, seja quando transita pelos corredores de shopping centers na coleta de pedidos, seja quando acessam os elevadores de condomínios para a entrega. Temos três cenas envolvendo tais mochilas, que mostram a invasão e o desprezo pelo trabalho e pelo sentimento do outro, sendo duas na cidade de Manaus. Na [primeira](#), diante da recusa de entregar um pedido que não estava pago, o entregador foi violentamente agredido e teve sua bag tomada; na [segunda](#), a cena do seu lançamento na rua é forte. O depoimento, carregado de emoção, de um entregador solidário à vítima expressa sua indignação: “pega sua fer-

ramento de trabalho e simplesmente joga, como se não valesse nada. A gente tem que acabar com esse preconceito de que a categoria é discriminada, que tem vagabundo, ladrão..." [Na terceira](#), um cliente chuta repetidamente a bag do entregador, o que gera uma reação imediata do grupo, por meio de um "bololô".

Ainda sobre as vestimentas, vale a pena citar o depoimento da entregadora entrevistada durante a manifestação em frente ao Park Shopping em [Brasília \(DF\)](#): "com certeza que um ponto de apoio facilitaria para a gente. Evitaria que passássemos vergonha dentro de um shopping, onde as pessoas te olham com um olhar estranho, como se você fosse coisa de outro mundo".

4 – Invisibilizados e indesejados

Uma reclamação frequente dos entregadores diz respeito à forma como são tratados, percebidos, desprezados e invisibilizados. Isso aparece claramente no [depoimento anterior](#) quando a entrevistada afirma que, quando eles entram em um shopping center, são vistos como se fossem uma "coisa do outro mundo". Apesar de ser inusitado, as pessoas preferem fingir que não veem, ignoram, apagam do cenário.

Situações curiosas aconteceram durante o período de pandemia do coronavírus. Nos depoimentos coletados por Vidigal (2021), alguns entregadores relataram que se sentiram diminuídos com as instruções das empresas para que colcassem a comida no chão, na porta do cliente, "como se fosse mais limpo do que eles". Outros queixaram-se de que, ao invés de serem reconhecidos pela contribui-

ção social que deram durante a pandemia, assumindo o risco de serem contaminados, foram vistos como vetores de transmissão do vírus. A esse respeito, vale citar o depoimento de um entregador em [Cascavel \(PR\)](#):

nós fomos a peça chave para enfrentamento da pandemia para que o comércio continuasse funcionando; mesmo assim, não tivemos prioridade na vacinação. O entregador é uma pessoa, um ser humano, trabalhador, que tem filho, tem esposa, tem contas a pagar, paga imposto como qualquer outro e tem a necessidade dessa prioridade de vacinação porque foi sempre linha de frente.

Um relato parecido foi expresso por um entregador da cidade de [Maceió \(AL\)](#), ao se pronunciar sobre o apoio que estava dando para uma entregadora, agredida por um cliente porque ela não quis subir até seu apartamento:

durante a pandemia a gente levava remédio e comida, enquanto você estava na proteção do seu lar. Hoje, recebemos como pagamento o destrato, a humilhação. Peço à população que se conscientize, porque somos pai de família, trabalhamos no sol, no vento, na chuva e na poeira, para levar o teu alimento. Espero que isso não se repita. É chato, é constrangedor. A entregadora está abalada psicologicamente. Não é fácil para uma mulher...

O tratamento dispensado pelo morador de um condomínio em Santo André (SP) mostra raiva e desprezo pela profissão. O agressor humilha e xinga cruelmente o entregador com frases como "você é um bosta, um fudido, um babaca, um idiota" e outras, mais obscenas. Como se não bastasse, ainda o ameaça dizendo que "se ele

voltasse ali, ele iria ganhar um ‘presentinho’. Toda essa encrenca foi desencadeada pelo simples fato de que o entregador teria pisado no gramado do condomínio.

A demanda por visibilidade aparece também de outras formas. Não parece ser por acaso que, em manifestações contra a morte de entregadores no trânsito, eles costumam expor o nome do colega morto, como se quisessem torná-lo visível, estendendo-se a visibilidade para toda a classe. Entre nossos exemplos, podemos citar os seguintes eventos, com os respectivos nomes dos entregadores que faleceram: Jonnathan, David Wendel, Fhran.

A invisibilidade aparece na citação de Diniz, Assunção e Lima (2005, p. 906), que fizemos acima: “eles só são lembrados quando precisamos deles”. Muitas vezes, não são cumprimentados, não recebem um agradecimento e nem são olhados nos olhos. O depoimento de um entregador, em um dos vídeos coletados, resume bem a situação:

a questão é a seguinte: nós passamos por isso cotidianamente. Nós sofremos tantos preconceitos por parte do estabelecimento, por parte do cliente e por parte da empresa. Quantos restaurantes pedem para a gente aguardar lá fora. De uma certa forma, a gente até entende, mas tem restaurante que fala de uma forma muito rebaixadora, te rebaixa, coloca lá pra baixo, olha assim, fala num tom agressivo, como se fôssemos um qualquer. E nós não somos um qualquer, somos pessoas dignas e honradas, temos o nosso trabalho, não merecemos ser tratados de tal forma. Se eu for citar os nomes dos restaurantes onde já passamos por problemas... São vários, são vários, são muitos que nos discriminam,

por causa da cor, do jeito de se vestir, por causa da unha... Nós somos cidadões [sic] e nós merecemos uma valorização do nosso trabalho. Fiquem com Deus.

Grande parte dos conflitos ocorre com donos e gerentes de restaurantes, que preferem tê-los distantes e invisíveis para os clientes que os frequentam. Alguns disponibilizam área própria para entrega dos pedidos, de forma que não sejam vistos. Outros não contam com tal área, o que tem gerado muita controvérsia, já que os entregadores chegam suados, com capacete, roupa de chuva e as bags. Os entregadores costumam reclamar da insensibilidade dos estabelecimentos quanto à necessidade que eles têm de utilizar instalações sanitária e elétrica, para recarregamento dos celulares. O problema ocorrido no restaurante Abbraccio, em [Brasília](#), mostra isso. A indignação do gerente com o entregador que colocou o telefone para recarregar em frente ao seu restaurante é muito visível e extremada, como podemos ver nas suas palavras:

na minha loja você não pisa mais, garotão. Se eu te ver aqui de novo, vou te tirar do iFood, beleza? Só isso que eu tenho pra te falar. E tu não folga [sic], não. Tu não está na tua casa [sic], não. Eu estou nesse shopping tem 15 anos. Não vai chegar um motoboy aqui e achar que manda. Vocês não deviam deixar o cara pôr isso aqui para carregar (virando-se para o segurança do shopping). Isso aqui é do shopping, entendeu? Vou ligar para o gerente do shopping (já teclando o telefone) porque isso aqui não pode acontecer. Não tem condições. Pago 140 mil de aluguel pro motoboy sentar aqui e colocar o celular dele para

carregar. Mas não vou mesmo, nem a pau (irritadíssimo).

O incidente talvez não tivesse acontecido se a lei local que prevê a construção de pontos de apoio para os entregadores já tivesse sido implementada. A esse respeito, o depoimento de uma [entregadora](#) revela o problema, ainda pior para as mulheres: “com certeza, ajudaria. Homens já têm as suas dificuldades, mas mulher tem o dobro... Querendo ou não, a gente precisa de um lugar para fazer nossas necessidades fisiológicas, um espaço para a gente”.

O problema não se limita aos restaurantes. Acontece também com porteiros de condomínio, vizinhos e clientes. Com esses últimos, na maioria das vezes, o conflito aparece porque os entregadores se recusam a entregar na porta do cliente. Cabe dizer que, além de não serem obrigados a fazê-lo, eles correm o risco de terem seus pertences roubados, já que o condomínio não permite a entrada da motocicleta nem garante sua segurança. Há vários exemplos de controvérsias por esse motivo. Em [Manaus \(AM\)](#), um entregador, de 49 anos, levou socos na boca por se recusar a subir. Na entrevista que concedeu, deixou seu protesto em forma de pergunta: “até quando vai isso? Até acontecer algo? Até alguém matar alguém?” Em [Vila Valqueire](#), na zona oeste do Rio de Janeiro, isso quase aconteceu, quando um entregador foi baleado por um policial, pelo mesmo motivo fútil: recusar-se a entregar o pedido na porta do cliente.

Em [São Luís \(MA\)](#), Mateus sofreu ameaças e foi severamente agredido, com uma

cadeirada na cabeça, porque se recusou a colocar as cervejas na geladeira do cliente, apesar de ter concordado em levá-las até a mesa dele. Vale citar seu desabafo: “por mais que as pessoas digam que é normal, não é. A gente começa às 10h, trabalha debaixo de sol e chuva, corre risco de acidentes, para ganhar 8, 10, 12 reais. Isso não dá o direito da pessoa fazer o que der na telha. Eu fico preocupado com o depois, de eu estar na rua e acontecer a mesma situação”. O advogado do entregador disse que era “um jovem pai, que sustentava a sua família e que estava sem trabalhar e que buscava recuperar a sua integridade física e psíquica”. Acrescentou que ele e Mateus repudiavam a reação dos outros entregadores, que apedrejaram a casa do cliente agressor, mas que entendia que eles fizeram isso porque se sentiram violentados.

Em [Porto Velho \(RO\)](#), a entrevista concedida por uma entregadora mostra bem a situação:

o morador do condomínio me deu três tapas no capacete. Isso é muito chato. A gente está aqui para reivindicar nossos direitos. Porque nós não é vagabundo. É nós que leva o lanche, é nós que entrega. A gente recebe uma mixaria para entregar coisa em condomínio. A gente tem que subir para entregar na mão do cara ainda. Isso é uma palhaçada que faz com a gente. A gente só quer respeito por nós, pela nossa classe. É só isso que a gente quer [emocionada].

Em [Aracaju \(SE\)](#), um entregador foi humilhado pelo cliente, que o retirou à força do condomínio, esfregou a pizza no seu rosto e derramou um litro de re-

frigerante na sua cabeça. Como se não bastasse, ainda disse que se “ele ficasse lorotando, iria pegar a pistola e dar quatro tiros na sua cabeça”. Tudo isso porque o entregador não estava com a máquina de cobrança por cartão de crédito, já que o próprio cliente havia optado por pagar em dinheiro. Na mesma [cidade](#), um entregador foi humilhado, fisicamente agredido e ameaçado, por se recusar a subir até o apartamento. Ao justificar que não subiu porque trabalhava 18 horas por dia e estava cansado, o cliente respondeu, de forma desumana, que ele não tinha nada a ver com isso e que ele fosse roubar, então.

Nos dois casos acima, a reação não tardou: rapidamente os entregadores fizeram o seu “bololô”. Ela veio também dos próprios repórteres que cobriram a matéria. Muitas vezes, ela vem também das pessoas que presenciam o conflito, como vimos no caso do entregador negro que foi algemado à força em Porto Alegre (RS), enquanto o homem que lhe desferiu a facada ficou solto. É o caso também do que aconteceu em Goiânia, em que uma delegada apontou uma arma para o entregador, por conta de um simples erro na informação do código de recebimento.

5 – Luta por direitos humanos

Uma das palavras mais citadas nas reclamações dos entregadores é “respeito”. A reivindicação parece fazer sentido, já que, além da precariedade, são

frequentes as transgressões de direitos humanos. Isso acontece, por exemplo, quando são proibidos de usarem as instalações sanitárias dos restaurantes nos quais buscam os pedidos, ou quando são obrigados a carregar comida, enquanto estão com fome e não têm recursos suficientes para comer.

Muitas vezes, transgressões a direitos humanos ocorrem na relação com a polícia. É o que aconteceu em abordagem realizada por policiais em [Aracaju \(SE\)](#) com um entregador que retirava uma encomenda no restaurante. As imagens mostram ele sendo atingido nas partes sexuais pelo policial que fazia a revista, enquanto outro lhe golpeava no peito e no rosto. De acordo com a reportagem, um dos policiais já tinha um caso anterior de agressão contra entregador. Os motoboys reagiram exigindo do comando geral da Polícia Militar punição aos policiais e reparação da agressão. Em [Porto Alegre \(RS\)](#), os policiais algemaram um motoboy negro e o colocaram no compartimento fechado do camburão, depois de o mesmo ter sido agredido por um homem branco, deixado livre, apesar dos protestos dos presentes. Há várias outras ocorrências envolvendo policiais em serviço, conforme aconteceu nas cidades de [Campinas \(SP\)](#), [Rio de Janeiro \(RJ\)](#), [São Paulo \(SP\)](#), [Campina Grande \(PB\)](#), [Florianópolis \(SC\)](#), [Jacareí \(SP\)](#) e [Osasco \(SP\)](#).

Também acontecem agressões por parte de policiais quando eles estão à paisana, que são ainda mais absurdas.

Na [zona sul](#) do Rio de Janeiro (RJ), um delegado colocou uma arma na boca de um entregador porque queria que ele tirasse a motocicleta para ele poder estacionar. Na [zona oeste](#) da mesma cidade, um agente penitenciário bateu no rosto do motoboy pelo simples fato de ele não ter subido para fazer a entrega. Seus colegas entregadores fizeram um protesto em frente ao condomínio do cliente até a noite. Na ocasião, um deles deixou seu protesto na entrevista que deu ao repórter: “Toda vez é isso. A gente está cansado disso. A gente veio protestar pacificamente. O cara está lá, não pediu desculpa e falou que é isso e isso mesmo...”

No [Distrito Federal](#), ao sair de seu condomínio, um coronel da Polícia Militar agrediu fisicamente um entregador e quebrou sua motocicleta, por um desentendimento sobre quem tinha a preferência para passar na portaria. Na mesma unidade federativa, mais especificamente na cidade satélite de [Taguatinga](#), outro policial militar puxou a arma contra um entregador, em decorrência de um desentendimento pelo fato de esse último ter estacionado a motocicleta em frente ao prédio em que foi deixar o pedido.

Há registros de vários casos de racismo. Em Goiânia aconteceram dois, em datas muito próximas. No [primeiro](#) deles, um jovem avaliou mal o estabelecimento, colocando como justificativa o fato de o “entregador ser negro”. No [outro](#), o cliente mandou a seguinte mensagem para a lanchonete em que encomendou o pedido: “esse preto não

vai entrar no meu condomínio. Eu não vou permitir esse macaco. Mande outro motoboy que seja branco”. Em [Taquaritinga \(SP\)](#), duas adolescentes publicaram um vídeo na internet dizendo que receberam um pedido de “um motoqueiro preto, macaco, fedido, filho da puta”. As ofensas racistas não costumam ficar sem respostas. Nas três situações, os entregadores não tardaram a reagir organizando seus “bololôs”.

Em [Manaus \(AM\)](#), uma servidora pública postou ofensas aos entregadores dizendo que eles eram pobres, feios e ridículos. O organizador da manifestação contra essa atitude deu o seguinte depoimento: “a gente vai pra rua todos os dias, chega tarde em casa, e a gente quer respeito da população. Esperamos uma resposta dessa senhora, um pedido de desculpas pelo que ela falou, desfazendo discurso de ódio contra a nossa classe trabalhadora. Ou entraremos com uma ação judicial”.

Também há relatos de agressões físicas, por diversos motivos. Em [Manaus \(AM\)](#), um cliente bateu em um motoboy e rasgou a sua bag. Em [Belo Horizonte \(MG\)](#), o vizinho (armado) de um cliente agrediu fisicamente um motoboy e jogou sua motocicleta no chão por ele ter buzinado. Nas duas situações, a reação não tardou. Dezenas ou centenas de entregadores dirigiram-se aos locais das agressões e exigiram retratação.

No bairro de [São Conrado](#), no Rio de Janeiro, uma mulher branca agrediu um entregador negro com socos e chicota-

das. As imagens mostram que ele apenas se protege, para não perder a razão. Em entrevista à imprensa, o trabalhador deu o seguinte depoimento: “ela me tratou como se eu fosse escravo. Só que ela está esquecendo que a escravidão já acabou há muitos anos. E isso não pode acontecer. É inadmissível. Não tem como aceitar uma situação como essa”. Perto dali, no [Leblon](#), uma outra cliente humilhou o entregador retirando o pedido da mão dele e recusando-se a passar o código de entrega, em retaliação à recusa dele em subir até o apartamento dela.

Em [Arujá \(SP\)](#), um cliente xingou várias vezes a entregadora, lançou seu capacete na rua e derrubou sua motocicleta. Isso aconteceu depois de um desentendimento pelo fato de a trabalhadora ter buzinado para chamar o cliente. No dia seguinte, um grupo de entregadores reagiu com um buzinaço no condomínio do cliente. Em entrevista à imprensa, posteriormente, a entregadora disse ter se sentido “triste, humilhada, revoltada e inconformada, pois estava trabalhando”.

Algumas das agressões acontecem sem motivo algum. Em [Cuiabá \(MT\)](#), por exemplo, um shopping center determinou a revista física dos entregadores e a proibição de que usassem bermudas, diferente do que era feito com outros frequentadores. Um entregador da Paraíba postou um [vídeo](#) em que mostra as diversas informações solicitadas pelo condomínio para permitir sua entrada, além de exigir que andasse nas ruas internas

sem capacete, ferindo claramente a legislação de trânsito. Em [Jacarepaguá](#), no Rio de Janeiro (RJ), um entregador denunciou uma moradora de um condomínio por injúria racial, ao não permitir que ele utilizasse o elevador social.

Por falta de espaço e para não entediarmos o leitor, não esgotamos os relatos que encontramos. Focamos naqueles mais expressivos para sustentar nossos argumentos. Não obstante, reforçamos a sugestão de que se observe o [resumo dos vídeos](#) que acompanham este texto. Além dos pontos que relatamos, eles revelam com mais propriedade as emoções, as queixas e a indignação dos entregadores.

6 – Considerações adicionais

Por mais que tentemos adotar uma neutralidade axiológica, é difícil não nos sensibilizarmos com a precariedade e discriminação a que estão submetidos os entregadores de aplicativo no país. Nesse sentido, queremos fazer algumas ponderações que ajudam a justificar a indignação desses trabalhadores, que parece até pequena diante das situações que vivenciam. Quando são criticados e agredidos por causa de seus atrasos, por exemplo, há que se considerar que quase sempre a culpa não está com eles. O atraso pode ser dos próprios restaurantes que demoram para entregar a comida, pode estar no trânsito que nem sempre é previsível: por mais que os entregadores sejam

peritos em encontrar caminhos e rotas alternativas e que sejam habilidosos na pilotagem de suas motocicletas, muitas vezes não há como escapar de uma blitz, de uma enchente, de um acidente ou de engarrafamento. Às vezes atrasam porque o cliente anterior atrasa para buscar seu pedido na portaria, porque não tinha o dinheiro trocado, porque não achou o cartão de crédito ou porque exigiu que o pedido fosse entregue na sua porta. Podem atrasar porque o endereço está errado, é difícil de encontrar ou porque o sinal de internet está ruim. Enfim, há vários motivos para um atraso, mas os clientes não pensam nisso; geralmente, a culpa fica com o trabalhador, o que gera inúmeros conflitos.

Muitos motoristas criticam os motoboys por sua audácia e irresponsabilidade no trânsito. Porém, seu diferencial em relação a outros meios de transporte deve-se fundamentalmente ao menor custo e à maior agilidade da motocicleta.

Outra ponderação que gostaríamos de fazer diz respeito ao uso da buzina. De fato, ela pode incomodar. Porém, temos que considerar que é uma forma de os motoboys diminuírem o risco de colisão com motoristas desatentos. São frequentes as reclamações sobre motoristas que usam celular quando estão dirigindo e invadem o “corredor”. A buzina pode ser usada também como forma de agilizar o serviço de entrega, já que eles ganham por tarefa e os clientes geralmente não esperam no portão, e, para que possam sobreviver com um

mínimo de condições, eles precisam ser rápidos. Os entregadores andam no limite do esgotamento. Muitos trabalham 10, 12 ou mais horas por dia, 6 ou 7 dias por semana, sem direito a férias ou descanso. Não há como trabalharem mais do que já fazem para aumentar a renda. O que tentam é não deixá-la cair muito, procurando ser cada vez mais rápidos, o que só aumenta a tensão, o stress, a precariedade e o risco do seu trabalho.

Em sua grande maioria, os motoboys mostram-se corajosos, calmos, sensatos e equilibrados, mesmo em situações estressantes. Alguns vídeos mostram casos de violência, tais como [jogar pedras](#), [soltar rojões](#), [depredação de veículo e de portões](#); geralmente são de natureza física, contra o patrimônio e raramente contra pessoas. No entanto, quase todas as reações são pacíficas, ainda que firmes, assertivas e barulhentas. Eles usam como arma as câmeras de seus celulares, as redes sociais, suas buzinas, o ronco de seus motores e a capacidade de chegar rapidamente em qualquer lugar. Apesar da heterogeneidade do grupo e das inevitáveis exceções, se portam de modo profissional, mesmo quando submetidos a humilhações.

Considerações finais

Apesar das pesquisas sobre entregadores de aplicativo terem avançado bastante nos últimos anos, pouco tem-se investigado sobre questões de ordem moral, imaterial e subjetivas, relacionadas

ao seu trabalho. Este estudo procurou dar uma contribuição nesse sentido, focando temas que têm provocado sua luta por reconhecimento. Nossos dados não nos permitem chegar a conclusões taxativas, mas conseguimos observar algumas repetições e achados interessantes.

Inicialmente, identificamos uma surpreendente convergência identitária entre os entregadores, que passa pelo uso de roupa característica, da bag, pelo sofrimento comum da precariedade de seu trabalho, pela solidariedade diante de dificuldades. Aparentemente existe um sentimento de grupo, eles chamam-se de “família” e de “irmãos”.

Chama a atenção o fato de que, a despeito de toda a precariedade da profissão, os entregadores motociclistas brasileiros pouco se mobilizam para reivindicar questões materiais, vinculadas a condições de trabalho e à remuneração. Desde o “Breque dos Apps” em 2021, nenhuma outra paralisação relevante aconteceu, incluindo a última realizada no dia 31 de março de 2024. No entanto, quando estão em jogo questões imateriais, morais e subjetivas, a situação muda substancialmente. Mostraram-se bastante ativos na articulação e na reação a agressões, de cunho racial e contra mulheres entregadoras, quando são humilhados por gerentes de restaurante e clientes ou quando são desrespeitados em relação a seu tra-

lho. Nesse caso, as questões individuais tornam-se coletivas e passam a ser um problema do grupo. Esses achados reforçam a sugestão de Honneth (2003) de que os conflitos sociais da contemporaneidade estão muito mais relacionados a questões identitárias do que a questões redistributivas.

Identificamos também que, em sua luta por reconhecimento, eles privilegiam duas das três esferas propostas por Axel Honneth (2003): as do direito e da solidariedade. No exercício da primeira, eles clamam por seus direitos e por justiça, exigem o cumprimento da lei, registram ocorrências, denunciam a atuação da polícia, não admitem discriminação e movem processos judiciais. Por vezes, dizem que cumprem as regras, pagam suas contas e impostos. Na esfera da solidariedade, mais vinculada às questões do trabalho, exigem respeito, não admitem serem confundidos com bandidos ou vagabundos. Pelo contrário, insistem em sua condição de “batalhadores”, que trabalham arduamente para “levar o pão para a família”. Indagam também pela valorização de seu trabalho, algumas vezes lembrando de quão requisitados foram durante a pandemia do coronavírus ou ressaltando as dificuldades que passam, trabalhando debaixo de sol e chuva, correndo riscos de vida e passando fome.



Referências Bibliográficas

- Abílio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3). <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abílio, L. C. (2020a). Uberização: Gerenciamento e controle do trabalhador just in time. In R. Antunes (Ed.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 111-124). Boitempo
- Abílio, L. C. (2020b). Uberização: A era do trabalhador just-in-time? *Estudos avançados*, 34(98), 111-126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorim, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca, V. P., Kalil, R. B., & Machado, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Altheman, E. (2021). Empreendedorismo de si no capitalismo de plataforma: Um estudo com entregadores ciclistas em São Paulo. *Desafio: Estudos por mobilidade de bicicleta*, 4, 69–119.
- Amadeo, J. (2017). Identidade, reconhecimento e redistribuição: Uma análise crítica do pensamento de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. *Política & Sociedade*, 16(35), 242–270. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p242>
- Antunes, R. (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335–351. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes.
- Castells, M. (2013). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edt020>
- Chen, J. Y. (2018). Thrown under the bus and outrunning it! The logic of Didi and taxi drivers' labour and activism in the on-demand economy. *New Media & Society*, 20(8), 2691–2711. <https://doi.org/10.1177/1461444817729149>
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. FGV Editora.
- Diniz, E. P. H., Assunção, A. Á., & Lima, F. P. A. (2005). Prevenção de acidentes: O reconhecimento das estratégias operatórias dos motociclistas profissionais como base para a negociação de acordo coletivo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 905–916. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400014>
- Filgueiras, V., & Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, 39(1). <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Fraser, N. (1995). From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age. *New Left Review*, 212, 68–93.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias e Letras.
- Guimarães, N. A., Paugam, S., & Prates, I. (2020). Laços à brasileira: Desigualdades e vínculos sociais. *Tempo Social*, 32(3), 265–301.
- Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço. Vozes*.
- Han, B.-C. (2018). *Psicopolítica: O neoli-*

beralismo e as novas técnicas de poder. Âyiné.

- Ho, K. C., Baber, Z., & Khondker, H. (2002). 'Sites' of resistance: Alternative websites and state-society relations. *The British journal of sociology*, 53(1), 127-148.
- Honneth, A. (2003). *A luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Honneth, A. (2008). Trabalho e reconhecimento: Tentativa de uma redefinição. Civitas: Revista de Ciências Sociais, 8(1), 46-67. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4321>
- Lehdonvirta, V. (2016). Algorithms that divide and unite: Delocalisation, identity and collective action in "microwork". In J. Flecker (Ed.), *Space, Place and Global Digital Work*, (pp. 53-80). Palgrave Macmillan https://doi.org/10.1057/978-1-137-48087-3_4
- Lehdonvirta, V., & Räsänen, P. (2011). How do young people identify with online and offline peer groups? A comparison between UK, Spain and Japan. *Journal of Youth Studies*, 14(1), 91-108.
- Lei, Y.-W. (2021). Delivering solidarity: Platform architecture and collective contention in China's platform economy. *American Sociological Review*, 86(2), 279-309. <https://doi.org/10.1177/0003122420979980>
- Markell, P. (2006). Recognition and redistribution. In J. S. Dryzek, B. Honig, & A. Phillips (Eds.), *The Oxford handbook of political theory* (pp. 450-469). Oxford University Press. <https://tinyurl.com/4ftaad2w>
- Oliveira, R. V., & Festi, R. C. (2023). Entregadores de aplicativos no Brasil: Entre a subordinação e a "autonomia". *Contemporânea*, 13(1), 55-80.
- Pasquier, V., & Wood, A. J. (2018). The power of social media as a labour campaigning tool: Lessons from OUR Wal-

mart and the Fight for 15. In ETUI Policy Brief, *European Economic, Employment and Social Policy*, 10. ETUI. <https://ssrn.com/abstract=3219307>

- Paugam, S. (2017). Durkheim e o vínculo aos grupos: Uma teoria social inacabada. *Sociologias*, 19(44), 128-160.
- Peres, A. C. (2020). Olha o breque!: Movimento dos entregadores vem chamando atenção para a precariedade das relações de trabalho nas plataformas digitais. *RADIS: Comunicação e Saúde*, 215, 16-24.
- Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter: O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Best Bolso.
- Tassinari, A., & Maccarrone, V. (2020). Riders on the Storm: Workplace solidarity among gig economy couriers in Italy and the UK. *Work, Employment and Society*, 34(1), 35-54. <https://doi.org/10.1177/0950017019862954>
- Taylor, C. (2000). A política do reconhecimento. In C. Taylor, *Argumentos Filosóficos* (pp. 241-274). Loyola.
- Vidigal, V. (2021). Circulando entre o Neoliberalismo e a Necropolítica: O caso dos entregadores via plataformas na pandemia COVID-19. *Política e Sociedade*, 20(48), 123-152.
- Weber, M. (2012). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva* (4a ed., vol. 2). Editora da Universidade de Brasília.
- Weiss, H. C. (2022). *Quem é que vai correr por nós? A luta por reconhecimento dos entregadores-ciclistas na sociedade das plataformas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239843>
- Woodcock, J. (2020). O panóptico algorítmico da Deliveroo: Mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In R. Antunes (Ed.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 23-46). Boitempo.

A migração venezuelana no Brasil: redes sociais, relações territoriais e construção de lugar

Venezuelan migration in Brazil: social networks, territorial relations and place construction

Migración venezolana en Brasil: redes sociales, relaciones territoriales y construcción de lugares

**Emerson
SANTOS**

emerson.ss@ufrj.br

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Coordenador assistente do Grupo de Estudos Migrar Não é Delito

**Tamires Maria
ALVES**

tamiresmalves@gmail.com

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/RJ. Coordenadora do Grupo de Estudos Migrar Não é Delito

**Camilla
JUSTO**

camilla.justo@outlook.com

Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Membro do Migrar Não é Delito

**Julia
FREIRE**

freirecjulia@gmail.com

Graduanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Membro do Migrar Não é Delito

Nos últimos anos, houve um aumento notável na mobilidade entre os povos da América do Sul, principalmente após 2015, devido à crise humanitária na Venezuela. Este estudo foca no fluxo migratório de cidadãos venezuelanos pelo continente, especialmente aqueles que escolheram o Brasil como destino. Analisando o período de 2010 a 2022, quando ocorreu a maior intensificação no deslocamento, o objetivo principal é compreender essa dinâmica de mobilidade, considerando conceitos como redes sociais, relações interpessoais e uma tentativa junto ao conceito geográfico de lugar. Esses conceitos guiarão a abordagem das questões de adaptação e permanência dos migrantes venezuelanos no Brasil. Ao final, pretende-se apresentar um perfil detalhado desses migrantes, baseado em relatórios do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) e do Sistema de Tráfego Internacional (STI-MAR). A análise também explora os contextos subjacentes à percepção dos cidadãos brasileiros em relação aos novos habitantes do país. Além disso, o estudo inclui quadros explicativos e mapas comparativos que destacam a migração e o refúgio de venezuelanos no Brasil em comparação com outros países latino-americanos. Isso contribui para uma compreensão mais ampla e contextualizada da situação migratória na região.

Palavras-Chave: *crise humanitária; lugar e redes sociais; migração venezuelana; refugiados.*

In recent years, there has been a notable increase in mobility among the peoples of South America, particularly after 2015, due to the humanitarian crisis in Venezuela. This study focuses on the migratory flow of Venezuelan citizens across the continent, especially those who chose Brazil as their destination. Analyzing the period from 2010 to 2022, when the displacement intensified the most, the main objective is to understand this mobility dynamic, considering concepts such as social networks, interpersonal relationships, and an attempt to apply the geographical concept of place. These concepts will guide the approach to issues of adaptation and permanence of Venezuelan migrants in Brazil. In the end, the aim is to present a detailed profile of these migrants, based on reports from the National Migration Registration System (Sismigra) and the International Traffic System (STI-MAR). The analysis also explores the underlying contexts of Brazilian citizens' perceptions of the new inhabitants of the country. Additionally, the study includes explanatory charts and comparative maps that highlight the migration and refuge of Venezuelans in Brazil compared to other Latin American countries. This contributes to a broader and more contextualized understanding of the migratory situation in the region.

Keywords: *humanitarian crisis; place and social networks; Venezuelan migration; refugees.*

En los últimos años, ha habido un notable aumento en la movilidad entre los pueblos de América del Sur, especialmente después de 2015, debido a la crisis humanitaria en Venezuela. Este estudio se centra en el flujo migratorio de ciudadanos venezolanos por el continente, especialmente aquellos que eligieron Brasil como destino. Analizando el período de 2010 a 2022, cuando ocurrió la mayor intensificación del desplazamiento, el objetivo principal es comprender esta dinámica de movilidad, considerando conceptos como redes sociales, relaciones interpersonales y una tentativa junto al concepto geográfico de lugar. Estos conceptos guiarán el enfoque de las cuestiones de adaptación y permanencia de los migrantes venezolanos en Brasil. Al final, se pretende presentar un perfil detallado de estos migrantes, basado en informes del Sistema de Registro Nacional Migratorio (Sismigra) y del Sistema de Tráfico Internacional (STI-MAR). El análisis también explora los contextos subyacentes a la percepción de los ciudadanos brasileños en relación con los nuevos habitantes del país. Además, el estudio incluye cuadros explicativos y mapas comparativos que destacan la migración y el refugio de venezolanos en Brasil en comparación con otros países latinoamericanos. Esto contribuye a una comprensión más amplia y contextualizada de la situación migratoria en la región.

Palabras clave: *crisis humanitaria; lugar y redes sociales; migración venezolana; refugiados.*

Introdução

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre os deslocamentos de migrantes e refugiados venezolanos em direção ao Brasil, devido à crise humanitária enfrentada pelo país, principalmente, a partir de 2015, quando os fluxos se intensificaram (Acosta, Blouin, & Freier, 2019). Além disso, tem-se por proposta analisar a inserção desses cidadãos no território brasileiro, a partir de uma

perspectiva voltada ao conceito de lugar e das relações sociais entre eles.

Por isso, este trabalho está dividido em seis seções, a primeira sendo esta introdução. A segunda tem a finalidade de apresentar aspectos que contribuem para a crise humanitária na Venezuela. Vale destacar que são múltiplos os fatores que mantêm a delicada situação vivenciada no país,

são eles: econômicos, políticos e sociais. Segundo Milesi, Coury e Rovery (2018), a população tem enfrentado uma série de violações de seus direitos fundamentais. Além disso, a situação interna do Estado foi reconhecida pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)¹, em junho de 2019, como um caso de grave e generalizada violação dos direitos humanos (ACNUR, 2019), segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR),

A aprovação dos casos foi possível após o reconhecimento formal feito pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no último dia 14 de junho, de que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Este critério é inspirado na Declaração de Cartagena e foi incorporado pela lei brasileira de proteção para os refugiados (Lei 9.474, de 1997), no inciso III do seu artigo 1º. A Declaração foi adotada em 1984 pelo Brasil e outros 14 países da América Latina e Caribe, sendo internalizada na legislação nacional em 1997 (por meio da Lei 9.474/1997) (ACNUR, 2019b, s/n).

Num terceiro momento, este artigo busca contextualizar o conceito geográfico de lugar e aplicá-lo ao fluxo migratório de venezuelanos, em virtude do pressuposto de que um dos maiores desafios enfrentados por migrantes é a devida inserção na sociedade (Silva & Fernandes, 2017). Para isso, o trabalho se atém à abordagem dada pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (1979), pois

para ele os lugares são criados e compostos por significados que partem das experiências humanas com o espaço. Dessa forma, o lugar será pensado de forma a tentar entender as narrativas que circundam a integração do migrante no território brasileiro, e, dentro desse espectro, adiantamos que as relações sociais são fatores fundamentais para o êxito nessa mobilidade.

Dessa maneira, o quarto tópico dedica-se a abordar as redes e relações sociais que compõem o cenário migratório, com ênfase para a situação dos venezuelanos. Nesta seção busca-se descrever a conjuntura desse processo e salientar que a Venezuela, até o advento da crise, não era um país de emigração, na verdade, era um dos países que mais recebia imigrantes na América do Sul (Serrano, Salazar, & Franco, 2019). Por não ter um histórico migratório recorrente, a população emigrante desse país precisa construir uma rede de informações e de relações a fim de facilitar sua entrada e estadia no território de destino, sobretudo no Brasil.

Na quinta seção, ao analisar relatórios que abordam a temática da migração a partir dos dados retirados da plataforma da Polícia Federal, como o Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) e o Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR), buscou-se traçar o perfil do migrante e refugiado que se desloca para o Brasil, identificando seus locais de entrada

¹ Reconhecimento foi parabenizado pelo ACNUR. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>

e elaborando dados de maneira comparativa com os países vizinhos. Na sexta e última parte, tem-se o objetivo de discorrer criticamente sobre os fluxos migratórios de venezuelanos para a América do Sul. Ademais, será abordado mais especificamente o estado de Roraima, que exerce protagonismo no recebimento desses cidadãos.

Neste artigo, adotamos inicialmente uma abordagem que se baseia em revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Reconhecemos, porém, que para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno em estudo, é imperativo realizar uma investigação empírica mais detalhada, que não nos foi possível realizar nesse momento. Como parte dos nossos planos para desdobramentos futuros, pretendemos conduzir entrevistas com migrantes. Essa etapa adicional visará não apenas complementar, mas também validar e enriquecer as descobertas preliminares obtidas por meio da revisão bibliográfica e análise de dados secundários.

Os aspectos econômicos, sociais e políticos na crise humanitária venezuelana

A República Bolivariana da Venezuela na contemporaneidade enfrenta uma crise de dimensões econômicas, sociais e políticas (Milesi, Coury, & Rovery, 2018). A população local tem sofrido com a ausência de alimentos e medicamentos (Carvalho, 2019). Além disso, tanto os índices de desemprego (Hebenbrock, 2018) quanto os de violência são notáveis (Milesi, Coury,

& Rovery, 2018). Tais fatores têm proporcionado um expressivo deslocamento de venezuelanos, sobretudo a partir de 2015, para outros Estados, visto que a sobrevivência no país de origem tornou-se difícil.

Diante da crise econômica, um fator que pode ser considerado como agravante é a dependência venezuelana em relação à exportação do petróleo. Sabe-se que a exploração, refino e exportação dessa reserva é a principal fonte econômica do país (Carvalho, 2019), vide que 96% de sua receita procede desse recurso (Hebenbrock, 2018). Diante do exposto, entende-se que a economia venezuelana é suscetível e dependente do mercado externo e, consequentemente, de suas oscilações (Carvalho, 2019). Por essa razão, em 2014, quando houve a queda do preço do barril de petróleo, a Venezuela foi consideravelmente afetada. Arielle Carvalho (2019) reitera que,

A aprovação dos casos foi possível após o reconhecimento formal feito pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no último dia 14 de junho, de que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Este critério é inspirado na Declaração de Cartagena e foi incorporado pela lei brasileira de proteção para os refugiados (Lei 9.474, de 1997), no inciso III do seu artigo 1º. A Declaração foi adotada em 1984 pelo Brasil e outros 14 países da América Latina e Caribe, sendo internalizada na legislação nacional em 1997 (por meio da Lei 9.474/1997) (ACNUR, 2019b, s/n).

Além da conjuntura econômica, outro promotor da crise no país está relacionado com sanções impostas pelos Estados Unidos da América. O posicionamento norte-ame-

ricano fomentou a expulsão da Venezuela dos mercados financeiros internacionais, e a impediu de recorrer ao mercado de crédito (CELAG, 2019). Isso foi determinante para a derrocada do mercado financeiro do país. Os boicotes foram intensificados por meio do bloqueio financeiro imposto pelos Estados Unidos em agosto de 2017, por meio da Ordem Executiva 13.808, e se ampliaram entre fevereiro e maio de 2018. Entre as medidas restritivas impostas, cita-se como exemplo a “proibição do Governo venezuelano de adquirir novas dívidas com vencimento superior a 30 dias”; “a proibição de nova obtenção de ações pelo Governo da Venezuela”; “a proibição de credores internacionais renegociarem a dívida emitida antes de agosto de 2017”; “a proibição total de fazer investimentos em ativos venezuelanos para cidadãos americanos e em solo americano” (CELAG, 2019, s/n, tradução nossa) entre outras.

É válido ressaltar que a argumentação norte-americana com relação às sanções está baseada em premissas que alegam manter a ordem democrática e as razões humanitárias (Justo, 2020). Contudo, a prática de impor boicotes econômicos é uma estratégia utilizada há décadas pelo país a fim de intimidar nações que não se submetem às suas diretrizes (CELAG, 2019, s/n, tradução nossa). Nesse contexto, reitera-se que a Venezuela se posicionou por anos contrariamente à hegemonia norte-americana, como destaca CELAG (2019),

Por meio de seu Relatório “Institucionalidade Democrática, Estado de Direito e Direitos Humanos na Venezuela”, a Comissão Interamericana de

Direitos Humanos (adiante “CIDH”) evidenciou a grave crise política, econômica e social que vem sofrendo a Venezuela durante os últimos anos, assim como as múltiplas e massivas violações de direitos humanos em detrimento da maior parte da população venezuelana, tendo impactos particulares em direitos como a vida, a integridade pessoal, a liberdade pessoal, a liberdade de expressão, a liberdade de circulação, a proteção judicial, a saúde, a alimentação, o trabalho, entre outros (CIDH, 2018, p. 1).

Dessa maneira, pode-se entender que não há somente um fator que explique o êxodo venezuelano, todavia, são múltiplas razões que permeiam os âmbitos econômico e político e afetam a esfera social (Justo, 2020). Por conseguinte, segundo dados do ACNUR, entre 2014 e 2018, foram registrados 393.985 pedidos de asilo de sujeitos venezuelanos em diferentes países (Acosta, Blouin, & Freier, 2019). A delicada realidade tem sido reconhecida como crise humanitária pela esfera internacional (Milesi, Coury, & Rovery, 2018), a ponto de, em 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconhecer, por meio da Resolução nº2/2018, a grave conjuntura do país:

A aprovação dos casos foi possível após o reconhecimento formal feito pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no último dia 14 de junho, de que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Este critério é inspirado na Declaração de Cartagena e foi incorporado pela lei brasileira de proteção para os refugiados (Lei 9.474, de 1997), no inciso III do seu artigo 1º. A Declaração foi adotada em 1984 pelo Brasil e outros 14

países da América Latina e Caribe, sendo internalizada na legislação nacional em 1997 (por meio da Lei 9.474/1997) (ACNUR, 2019b, s/n).

Em junho de 2019, o CONARE admitiu a situação da Venezuela como uma condição de grave e generalizada violação aos direitos humanos, tendo por base a Declaração de Cartagena de 1984 (ACNUR, 2020a). Como resultado da medida aplicada, o Brasil passou a acolher mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados. Diante disso, pode-se entender que a crise humanitária enfrentada pela população venezuelana é grave, e seus cidadãos têm vivenciado violações de direitos fundamentais (Milesi, Coury, & Rovery, 2018). Por isso, o deslocamento para um novo lugar se tornou uma realidade para muitos.

140

As dificuldades da construção do lugar no contexto migratório

A decisão de emigrar de um país de origem com o intuito de buscar refúgio ou melhora nas condições de vida em um território distinto é, sem dúvida, um processo complexo. As preocupações e apreensões ligadas à migração geralmente estão vinculadas aos desafios de adaptação e integração em um novo ambiente, especialmente devido às barreiras linguísticas e culturais (Silva & Fernandes, 2017; Santos, 2021). De acordo com Suzanne Romaine (2009), tanto imigrantes quanto refugiados frequentemente enfrentam desvantagens sociais consideráveis no destino escolhido devido à discrepância linguística. Com

o objetivo de compreender a perspectiva do migrante ao estabelecer-se em um novo território, conduzimos uma análise fundamentada no conceito geográfico de lugar.

O lugar, para além do seu sentido de localização, tem uma conceitualização fundamental na geografia. Para Yi-Fu Tuan “o lugar não é só fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado” (1979, p. 387, tradução nossa). Portanto, a concepção de lugar está ligada diretamente ao emocional dos indivíduos e dos significados que adquirem. Trata-se de uma construção social a partir das experiências de cada um. O geógrafo ainda afirma que “para seus cidadãos, a nação é certamente um lugar, um centro de significado, um foco de lealdade e de apego profundo. A nação, ao contrário da região, é comumente referida como lar, a terra natal” (Tuan, 1975, p. 10).

Esse centro de significado mencionado por Tuan, da relação dos cidadãos com o lugar de origem, deriva das experiências humanas e das relações sociais traçadas a partir da vivência cotidiana, pois estão ligados à cultura, aos modos de vida e à língua do indivíduo migrante. Dessa forma, pode-se fazer o seguinte questionamento: As experiências vivenciadas durante o processo migratório para o Brasil têm o potencial de influenciar a decisão de permanência do migrante no país, uma vez que essas experiências e relações podem converter um espaço desprovido de significado em um lugar?

Sobre essa questão, há relatos e estudos baseados em entrevistas com mi-

grantes venezuelanos que apresentam uma perspectiva de permanência em território brasileiro, quando bem inseridos na sociedade (ACNUR, 2019; Barbosa, Tonhati, & Herrera, 2020). Portanto, em um processo migratório exitoso, um novo lugar pode ser construído pelos venezuelanos: o Brasil.

Para este trabalho nos aproximamos à definição de lugar de Tuan (1979) porque entendemos que as relações entre os indivíduos em uma rede de circulação proporcionam um sentimento de acolhimento que, por vezes, supre a ineficácia do Estado. Nesse sentido, Werther Holzer (1999), pensando as relações sociais a partir da análise das definições de lugar, conclui que “o conteúdo dos lugares é o mesmo conteúdo do ‘mundo’: ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e com os outros”. Logo, a partir da perspectiva da geografia humanista, consideramos “o lugar enquanto uma experiência que se refere, essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados” (Holzer, 1999, p. 70).

A construção de lugares e redes sociais é necessária para que o migrante se insira na sociedade de destino. Dhione Figueiredo e Adriane Veiga (2018) percebem, em seu artigo intitulado Migração e significado do lugar: Um estudo de caso, que as informações sobre a cidade destino chegam a outros futuros migrantes a partir de uma rede migratória já existente. Dessa forma, as autoras discorrem que parentes, amigos e conhecidos trazem informações àqueles que pretendem migrar, e isso pode auxiliar a entrada do migrante em seu lugar

de destino, e mesmo a inserção de forma prática e adequada àquela sociedade. Nessa perspectiva, Ralfo Matos e Fernando Braga (2009) relatam que

As redes sociais são fundamentalmente o meio pelo qual os sistemas migratórios se processam. As análises devem considerar o migrante não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, mas sim como uma entidade dotada de relações que se conectam a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento e trabalho. Nesta perspectiva, os movimentos populacionais são, também, a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações nas quais o indivíduo se insere (Matos e Braga, 2009, p. 29-30).

Reforçado por Gislene Santos (2021),

Ao deslocar-se para outro país, o migrante defronta-se com outra cultura, com uma língua desconhecida, e seus referenciais simbólicos (gestados no seu lugar de origem) apresentam-se limitados para interpretar regras, hábitos e comportamentos de uma sociedade diferente da sua. As redes se tornam portadoras de uma identidade construída entre dois lugares, e é pertencendo à rede que o migrante encontra um espaço criativo, no qual essa identidade pode ser compartida entre os demais membros (Santos, 2021, p. 59).

Entre os fatores determinantes para uma migração, as mesmas autoras retratam que a violência, o desemprego e a falta de perspectiva futura em seu local de origem são motivos que levam uma população a se direcionar a uma localidade cujo cenário econômico seja

mais atrativo (Figueredo & Veiga, 2018). Desse modo, haja vista a situação econômica na Venezuela, entre outros motivos, podemos dizer que o momento financeiro dos residentes desse país impulsiona a migração ao Brasil, por acreditarem que a situação econômica brasileira seja melhor. Isso ocorre possivelmente por conta de o Brasil ainda ser uma das maiores economias da América Latina (FMI, 2020). E, nesse momento, a moeda brasileira é valiosa na Venezuela, o que possibilita o envio de remessas a fim de reunir a família no Brasil. A partir da investigação migratória em estudos de caso, Figueredo e Veiga (2018) fazem uma observação sobre o apego ao lugar de origem e ao lugar de destino, e ressaltam que,

A aprovação dos casos foi possível após o reconhecimento formal feito pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no último dia 14 de junho, de que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Este critério é inspirado na Declaração de Cartagena e foi incorporado pela lei brasileira de proteção para os refugiados (Lei 9.474, de 1997), no inciso III do seu artigo 1º. A Declaração foi adotada em 1984 pelo Brasil e outros 14 países da América Latina e Caribe, sendo internalizada na legislação nacional em 1997 (por meio da Lei 9.474/1997) (ACNUR, 2019b, s/n).

Nesse contexto de pertencimento, uma hipótese que levantamos é a de que, na migração venezuelana, a formação identitária em território brasileiro – ou seja, a criação de vínculos e a permanência no país – pode ser mais fácil quando o sujeito está acompanhado pelos familiares ou amigos. Essa hipótese é construída em vista do pressuposto de que o retorno para o país de origem, nesse caso a Venezuela,

ocorre principalmente por conta da família, dos laços afetivos pessoais e da construção social e emocional com o lugar. Parece-nos com o que Marandola Junior e dal Gallo (2010) chamam de “território de migrantes”: “esses lugares se configuram como base e fundamento das redes sociais estabelecidas por eles” (Marandola Junior & dal Gallo, p. 412). Dessa forma, o estabelecimento em novo local tem relação com os laços deixados e os que acompanharam a mudança. Nesse sentido, percebe-se que parte do fluxo migratório de venezuelanos se compõe de migração familiar, pois aproximadamente 10% dos solicitantes de refúgio são casados, 35% são crianças e há muitos casos de mães e pais solo que vêm com seus filhos (Sismigra, 2022; STI-MAR, 2019).

Ainda, em relação do lugar no “território de migrantes”, proposto por Marandola Junior e dal Gallo, “a necessidade de preservar sua personalidade, sua identidade e voltar a ter a sensação do pertencimento leva a um gradual e contínuo processo de edificação dos ‘lugares próprios’, os quais permitem ao migrante enraizar-se” (Marandola Junior & dal Gallo, 2010, p. 412). É possível entender isso como uma grande dificuldade no processo migratório, sobretudo para migrantes desacompanhados, de modo que esses tendem a não possuir uma rede social estabelecida e, consequentemente, precisam de apoio minucioso do Estado. E por conta da demora e ineficácia deste em suprir a demanda, a constituição de redes de apoio entre os migrantes e refugiados é de suma importância, pois aqueles que têm laços familiares com o Brasil, como parentes que já vivem em território brasileiro, são interiorizados² mais rapidamente.

Ainda em relação ao lugar, vale ressaltar que por vezes os migrantes são vistos como meros números, fluxos que se direcionam a determinado país, o que representa a desumanização da pessoa deslocada. No entanto, Madison García (2021) reforça que “existem diversas formas de análises para os processos migratórios, algumas focadas nas causas de migração, outras nas consequências, mas realmente poucas consideram o indivíduo desde sua vida cotidiana, desde sua experiência local” (García, 2021, p. 110, tradução nossa). Por isso o conceito de lugar é interessante para abordar o tema da migração, pois traz as experiências vividas pelos atores para o debate de um processo que por vezes pode ser doloroso.

Nesta seção, buscamos uma definição de lugar com base no entendimento de Yi-Fu Tuan, enfatizando a relevância dos laços com o destino para uma possível integração. Refletiremos adiante sobre os fluxos de migrantes venezuelanos para o Brasil, motivados por melhores condições de vida ou violações dos direitos humanos na Venezuela, e exploraremos sua relação com o conceito de lugar.

As redes e as relações sociais na migração venezuelana

Dentro do contexto das redes e das relações sociais da migração venezuelana, é importante mencionar o histórico fluxo migratório com a Colômbia, país fronteiri-

riço, de maneira que a migração entre os dois países é constante (Serrano, Salazar, & Franco, 2019). Em território colombiano, existe a construção de redes de venezuelanos, e, atualmente, esse é o principal destino da população que emigra da Venezuela em busca de asilo. Contudo, o fluxo entre esses dois países era tido como bilateral e de retorno, sobretudo pela mobilidade em busca de melhores condições de vida e da sazonalidade de empregos.

A migração de retorno entre Colômbia e Venezuela era marcada pelo fluxo das famílias colombo-venezuelanas. A presença das famílias tem importante papel dentro do contexto de fluxo da mobilidade entre os dois países, já que a construção social de um lugar se torna menos custosa quando se está cercado por parentes e amigos. No contexto migratório, é notório que as redes sociais também são ferramentas importantes para conseguir informações, auxílios e mesmo facilitar a entrada no país de destino (Vendrame, 2011; Santos, 2021). Diante disso, possuir uma rede social consolidada parece tornar o processo migratório menos burocrático.

É importante salientar que a Venezuela, antes de sua crise humanitária, não era um país de emigração, pelo contrário, tinha um histórico significativo de recebimento de imigrantes. As autoras Serrano, Salazar e Franco mostram que,

² A interiorização é o processo de deslocamento do refugiado ou imigrante devidamente regularizado que é disposto a seguir para outro estado brasileiro por parte das autoridades nacionais.

[...] Os dois países foram fortemente influenciados pelos fluxos migratórios, principalmente de colombianos que se mudaram para o país vizinho. De acordo com os censos de população venezuelana, historicamente [...] os colombianos representavam cerca de 60% do total de população estrangeira na Venezuela. Essa migração de colombianos para a Venezuela era, em princípio, relacionada ao trabalho orientado por razões econômicas, inspirado pelo boom econômico que o país vizinho estava experimentando. Os colombianos buscavam ingressar no mercado de trabalho venezuelano e assim obter melhores condições de vida (p. 62-64, tradução nossa).

Ao retornarmos para o debate sobre o fluxo de venezuelanos em direção ao Brasil, destacamos que as redes sociais possuem suma importância para casos como o da interiorização. Isso se deve ao fato de que ter algum parente já estabelecido e regularizado no Brasil torna possível utilizar as normativas de reunião familiar previstas pela Lei de Migração. Como podemos examinar na seção V, art. 37:

Visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante: I – cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II – filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou

que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III – ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV – que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda (Lei 13.445, 2017).

No que tange ao estado de Roraima, recebeu, em 2022, cerca de 66% dos venezuelanos solicitantes de refúgio no Brasil e, em 2019, 62% dos que solicitaram diferentes categorias de visto³ (Sismigra, 2022; STI-MAR, 2019). Consequentemente, é o local em que os núcleos sociais estão mais presentes. No município de Pacaraima, onde fica a principal rota de entrada de venezuelanos, ocorre também a migração pendular⁴, visto que muitos migrantes vêm ao Brasil para adquirir alimentos e itens de higiene, retornando, posteriormente, à Venezuela. Por conta disso, mesmo quando pretendem, a posteriori, se estabelecer em território brasileiro, muitos deles tendem a ficar próximos à fronteira enquanto não são capazes de trazer família e amigos. Isso porque, dessa maneira, é mais fácil realizar o movimento pendular de ida e volta para ajudar seus entes venezuelanos (Justo, 2020). Contudo, quando o migrante entra com o pedido de solicitação de refúgio,

³ Em 2019, esse percentual foi ainda maior, com 96% das solicitações de refúgio iniciadas em Roraima. Ainda foi não possível verificar dados para vistos nos Estados em 2022, pois a informação foi removida do banco de dados da Polícia Federal.

⁴ Migração ou movimento pendular pode ser explicado como um deslocamento cotidiano ou recorrente no qual os indivíduos saem do seu local de residência a fim de exercer determinada função em locais distintos daquele onde vivem.

ele não pode retornar⁵ à Venezuela, caso contrário perderá o status de refugiado ou terá seu trâmite indeferido.

Os vínculos com o país de origem não necessariamente implicam em retorno, mas em formas de manter a relação com aquilo que foi deixado para trás, como vínculos familiares e formas de vida (Vendrame, 2010). Nesse caso, é perceptível, na migração venezuelana, que o agravamento da crise humanitária na Venezuela é um fator que impulsiona a manutenção das relações sociais, até que seja possível trazer as pessoas que ficaram na Venezuela para o Brasil ou outro país em que sejam acolhidas. O ACNUR aponta, em seu relatório intitulado *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: subsídios para elaboração de políticas*, que

Os laços financeiros com o país de origem (remessas enviadas e recebidas, dentre outras formas) compõem o conjunto de indicadores que, a um só tempo, revela a vulnerabilidade econômica (imigrante econômico, refugiado, etc.) e seu grau de integração na sociedade de destino. Do mesmo modo, demonstra a existência de redes, famílias transnacionais e outros laços sociais passados e presentes para com grupos (familiares e amigos) residentes no país de origem e também no país de destino (ACNUR, 2019, p. 11)

Como apontado anteriormente, a emigração não era comum para os venezue-

lanos, e seu país acolhia diversos povos da América do Sul. Por conta disso, com exceção da Colômbia, pode-se dizer que não há uma rede migratória consolidada no movimento de venezuelanos nessa região, sobretudo no Brasil (García, 2021). Segundo Madison García (2021) é notório que nesse fluxo de pessoas as dificuldades são acentuadas, pois não há vínculos históricos na migração para o território brasileiro, de forma que, no país, as relações sociais e a constituição de uma rede ainda estão em construção. Na reflexão de Santos (2021), a partir de Charles Tilly,

O que define a participação na rede é o pertencimento a uma dada organização social. Mesmo que uma pessoa migre sozinha, ela faz parte de um processo social que, fundado primeiramente no seu local de origem, reconstrói-se tanto na própria sociedade de origem quanto na de destino (Santos, 2021, p. 57).

Por isso, ainda que a formação de uma rede esteja em andamento, a adaptação dos que pretendem se estabelecer no Brasil não é trivial, visto que as informações e acolhimento existentes dentro de uma teia migratória consolidada até então não se apresentam de forma consistente. Consequentemente, embora haja tentativas de adaptação e fixação no país, por vezes, a falta de sucesso no Brasil faz do país um território temporário ou de passagem.

⁵ É possível fazer o retorno para o país de origem somente em casos de extrema urgência, a partir de uma comprovação prévia e válida do motivo para o qual se fará o breve o movimento pendular.

O perfil do refugiado e migrante venezuelanos

Conforme citado, o Estado brasileiro que mais tem recebido cidadãos venezuelanos é Roraima. Segundo dados do Refuge For Venezuelans (R4V)⁶ publicado em 2022, desde 2015 existe um quantitativo de mais de 405 mil venezuelanos que procuraram a Polícia Federal para solicitar refúgio ou residência no Brasil (R4V, 2022). Além disso, pode-se notar o aumento expressivo no número de venezuelanos que têm entrado pela fronteira norte do país, na cidade de Pacaraima. Segundo dados de Simões, “o número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 829, em 2015, para 3.368, em 2016, e 7.600 venezuelanos pediram refúgio no país até junho de 2017” (2017, p. 9).

Diante de tais informações, busca-se neste tópico traçar e entender o perfil do migrante e refugiado venezuelano que tem entrado no Brasil. Para isso, será necessário expor a análise realizada a partir do relatório do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), juntamente com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de

Roraima (UFRR), intitulado *Perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos*, publicado no ano de 2017.

O relatório demonstra que parte significativa da população venezuelana que migra é de jovens com idade entre 20 e 39 anos, sendo 73,3% dos homens e 69,7% das mulheres nessa faixa etária (Simões, 2017). Quanto ao estado civil, as maiores parcelas dos sujeitos que se deslocam são solteiros, com um percentual de 56,4% entre homens e 49,4% entre mulheres (Simões, 2017). Em relação aos índices de escolaridade, é uma migração com um quantitativo expressivo de cidadãos com educação formal, segundo dados do relatório mencionado:

Os migrantes venezuelanos em Boa Vista apresentam altos índices de educação formal. 28,4% do total possuem ensino superior completo, somados aos 3,5% que possuem pós-graduação, esse percentual sobe para 31,9% os migrantes que possuem, pelo menos, ensino superior completo. 30,5% do total possuem pelo menos ensino médio completo, o que totaliza 78% do total dos migrantes venezuelanos em Boa Vista com pelo menos ensino médio completo. As porcentagens de ensino médio incompleto, ensino fundamental (completo e incompleto) e analfabetos somam o restante, ou seja, 22% (Simões, 2017, p. 24).

Vale ressaltar que tentou-se verificar os dados referentes à escolaridade entre os

⁶ Os dados do R4V são disponibilizados de forma contínua, por isso é importante destacar que os dados aqui dispostos foram coletados em agosto de 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/423/>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

⁷ É importante ressaltar as lacunas encontradas nos dados dispostos pelos órgãos competentes, visto a falta de categorias importantes em alguns anos enquanto em outros anos estão disponíveis. Em nossa análise, por muitas vezes foi necessário solicitar dados, que outrora estavam disponíveis, por meio da Lei de Acesso à Informação.

anos de 2018 a 2022, no entanto, eles não foram disponibilizados pelo Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra)⁷. Por essa razão, não foi possível realizar uma pesquisa mais detalhada sobre a temática. Com relação às informações observadas, nota-se a existência de um quantitativo significativo de migrantes e refugiados que entram no país com educação formal qualificada. Nesse ponto, vale ressaltar que o Estado receptor desses sujeitos não precisará investir massivamente em verbas para a educação desses indivíduos, visto que grande parte deles já a possui (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020). Isso poderia ser um incentivo ao acolhimento desses migrantes e refugiados, pois ingressam no país já formados e aptos para compor mão de obra trabalhadora especializada.

Ao analisar a situação laboral no Brasil, uma divulgação feita pela Confederação Nacional de Indústria (CNI, 2020), denominada Sondagem Especial 76 – Falta de Trabalhador Qualificado, revela que faltam trabalhadores qualificados para operar nos setores de biocombustíveis (70%), móveis (64%), vestuário (62%), produtos de borracha (62%), têxtil (60%) e máquinas de equipamentos (60%). Ou seja, a qualificação já obtida pelos venezuelanos poderia ser benéfica ao país e utilizada nesses setores defasados. Também durante a pandemia

os problemas com mão de obra formada se agravaram nas regiões mais carentes do Brasil. Sobretudo na região Norte, é baixo o número de médicos e enfermeiros contratados por mil habitantes. Se no país a média é de 2,1 médicos por mil habitantes, na região Norte esse número cai para menos de um médico por mil habitantes. Um levantamento realizado em março de 2020 pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e publicado pelo Jornal Nacional⁸, expôs que faltam cerca de 17 mil enfermeiros no país.

Além da exposição e análise dos dados dos relatórios supracitados, ao examinar as informações obtidas pela base de dados do Sismigra referentes aos anos de 2018, 2019 e 2022 – que são os anos de pico em relação ao contingente de pessoas –, percebe-se que o perfil do venezuelano permanece similar, sendo composto majoritariamente por jovens-adultos e solteiros. Segundo dados do Sismigra de 2018, em relação à faixa etária, do total de 32,4 mil migrantes venezuelanos, têm-se 27 mil com idade entre 18 e 59 anos. Com relação ao estado civil, tem-se 27,7 mil migrantes solteiros, o que corresponde a 85,43% do total (Sismigra, 2018). No ano de 2019, o perfil de sujeitos que entram no país permanece o mesmo, composto por uma maioria de jovens-adultos. De acordo com dados do Sismigra referentes ao ano de 2019, mais de 60 mil, do total de 90,1 mil venezuelanos, têm ida-

⁸ Reportagem sobre a ausência de 17 mil enfermeiros no Brasil. Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/28/levantamento-revela-deficit-de-17-mil-enfermeiros-e-tecnicos-de-enfermagem-no-pais.ghtml>.

de entre 18 e 59 anos e mais de 79 mil são solteiros, valor correspondente a 88,58% do total. Em 2022, observa-se que, dos 145 mil totais, 63,8 mil têm idade entre 25 e 40 anos, e 134 mil são solteiros.

Quanto à caracterização por sexo dos migrantes venezuelanos, os dados fornecidos pelo Sismigra revelam uma proximidade quantitativa entre os anos de 2019 e 2022, como evidenciado nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1. Classificação por sexo e faixa etária dos pedidos de vistos por venezuelanos em 2019:

	TOTAL	0-15	15-25	25-40	40-65	65+	N/E
Feminino	44.304	8813	10771	14525	9252	899	44
Masculino	45.883	9093	11225	16040	8821	633	71
N/E	7	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sismigra, Polícia Federal, 2018. Elaborado pelos autores.

148

Tabela 2. Classificação por sexo e faixa etária dos pedidos de vistos por venezuelanos em 2022:

	TOTAL	0-15	15-25	25-40	40-65	65+	N/E
Feminino	70816	19202	14613	15195	11627	1620	8559
Masculino	74261	19925	16183	17808	10344	1129	8872
N/E	29	1	10	6	3	-	2

Fonte: Sismigra, Polícia Federal, 2018. Elaborado pelos autores.

⁹ Para 2022, não foi possível filtrar a faixa etária 18-59 anos, uma vez que a Polícia Federal estabeleceu faixas etárias fixas – em que o pesquisador não consegue modificar, como é observado nos quadros 1 e 2.

O quantitativo de crianças e adolescentes é significativo, representando 20% do total de migrantes venezuelanos em 2019 e 27% em 2022. Neste momento não será possível inserir uma discussão sobre esse tema, sobretudo por falta de arcabouço teórico. Contudo, é possível refletir sobre a situação desses menores de idade: Qual é a porcentagem que chega desacompanhada? Quais são os procedimentos realizados na chegada? Quem fica com a tutela? São alguns questionamentos. Sabe-se que há uma parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Governo Federal para que os menores desacompanhados sejam observados, cuidados e orientados, mas essas informações ainda são pouco divulgadas.

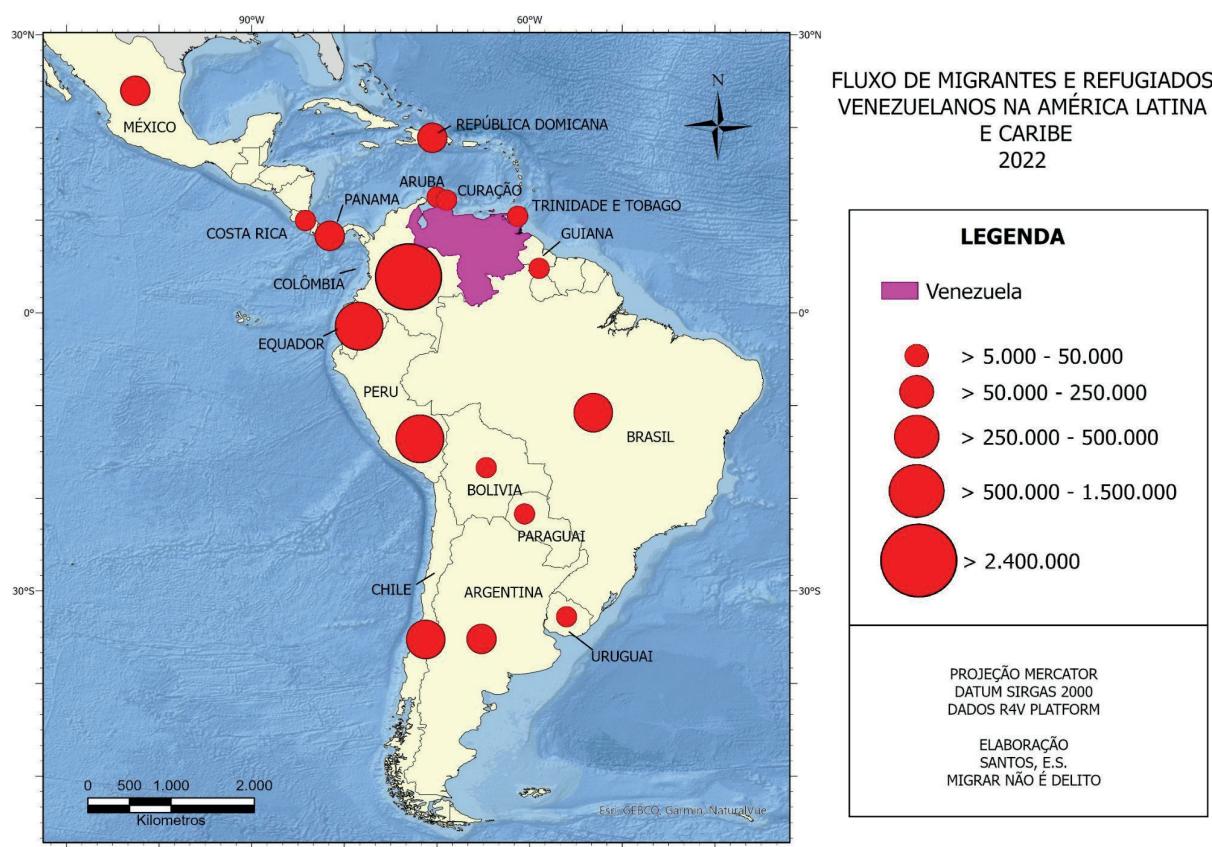
No que tange ao gênero, notou-se maior participação feminina nas faixas etárias acima de 40 anos, tanto em 2019 quanto em 2022. A presença feminina na migração é maior na contemporaneidade, sobretudo por um reordenamento familiar e social em que a participação da mulher tem destaque.

Portanto, a partir da análise dos relatórios e dados apresentados, entende-se que o perfil do migrante e refugiado venezuelano que se desloca para o Brasil é composto, em grande parte, por pessoas com idade e condições para se inserir no mercado de trabalho e, consequentemente, contribuir ativamente para o desenvolvimento do país. Todos esses levantamentos corroboram com a defesa de que o tratamento aos migrantes e refugiados venezuelanos poderia ser outro, e vínculos benéficos poderiam ser criados com a vinda desses su-

jeitos ao Brasil. Isso tanto a partir de uma perspectiva econômica quanto social, uma vez que, se implementadas, as condições adequadas de inserção poderiam resultar na permanência dessa população no país, bem como facilitar sua relação com seu novo lugar de residência. Com isso, não se pretende apoiar máximas utilitaristas de que apenas pessoas formadas e que possam exercer suas profissões devam migrar para o Brasil. Pelo contrário, salienta-se que, com um bom mapeamento dos indivíduos pelos órgãos competentes, a guarda e realocação dessas pessoas poderia ser mais simples e funcional.

Fluxos migratórios de venezuelanos na América do Sul

O atual fluxo migratório de venezuelanos se encaixa na dinâmica migratória entre países Sul-Sul, isto é, são migrações que ocorrem entre e em direção a países do sul global (Baeninger et al., 2018). Segundo dados da Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), para até dezembro de 2022, a Colômbia recebeu 2,4 milhão de cidadãos venezuelanos, configurando-se como o país de destaque no acolhimento. Peru, Equador e Chile receberam, respectivamente, 1,5 milhão, 502 mil e 444 mil. O Brasil, entre os países da América do Sul, é o quinto no ranking de recebimento, uma vez que acolheu 414 mil venezuelanos (R4V, 2022). O Mapa 1 mostra o quantitativo recebido por outros países¹⁰ que compõem a região da América do Sul.

Mapa 1. Fluxo de Migrantes e Refugiados venezuelanos na América Latina e Caribe.

Fonte: R4V Platform. Elaboração dos autores.

Com base na representação cartográfica, fica evidente a discrepância na distribuição dos cidadãos venezuelanos entre distintos territórios, em especial o Brasil. Destaca-se que, considerando vastidão territorial e proximidade geográfica com a Venezuela, o Brasil poderia se apresentar como o principal receptor. No entanto, conforme destacado por Justo (2020), tal não é o caso, uma vez que outros destinos são mais procurados por migrantes e refugiados. Adicionalmente, salienta-se que, apesar da distância geográfica mais subs-

tancial, na comparação com o Brasil, Peru e Chile recebem quantidades significativamente maiores de venezuelanos.

Por isso, a apuração e análise quantitativa da entrada de sujeitos venezuelanos nos países da América do Sul reitera que a participação do Brasil é diminuta. Contudo, não é o que se reproduz internamente, uma vez que muitos brasileiros enxergam as entradas sob a ótica da crise migratória, por uma política denominada Política dos Números, que, segundo Carolina Moulin (2018),

O discurso da crise migratória depende de uma determinada concepção sobre a dinâmica e dimensão dos fluxos internacionais contemporâneos. Dimensão inescapável desse processo reside na produção quantitativa do fenômeno, aqui referida como política dos números. Por um lado, a política dos números evoca a percepção de um volume massivo de pessoas circulando através de fronteiras internacionais e buscando outros países de residência que não os seus de origem e/ou nacionalidade (Moulin, 2018, p. 4).

Portanto, especificamente para o caso do Brasil, o discurso de recebimento em massa não condiz com a realidade, isto é, os dados quantitativos demonstram o reduzido número de acolhida, principalmente ao comparar com outros países da região – embora o imaginário coletivo e as mídias locais publicizem o oposto.

Ao averiguar os dados do STI-MAR

oferecidos pelo portal da Polícia Federal, foi possível fragmentar as informações disponíveis e elaborar uma concepção analítica acerca do tópico. Comparando os pedidos de refúgio registrados no Brasil durante os anos de 2011 e 2022, é possível observar que o protagonismo, anteriormente haitiano – devido às catástrofes ambientais que ocorreram no país em 2010 –, passou a ser dos venezuelanos. Principalmente a partir de 2016, devido à instabilidade política e financeira enfrentada até hoje pela Venezuela.

A fim de aprofundar a análise, foram apurados não somente os dados dos pedidos feitos por venezuelanos, mas também das dez nacionalidades que mais solicitaram refúgio no Brasil, como é possível perceber na Tabela 3:

151

Tabela 3. As dez principais nacionalidades das pessoas solicitantes de refúgio no Brasil (2011-2022)

As dez principais nacionalidades das pessoas solicitantes de refúgio no Brasil (2011-2022)		
1	VENEZUELA	211.402
2	HAITI	82.500
3	CUBA	18.660
4	ANGOLA	11.750
5	SENEGAL	9.924
6	BANGLADESH	6.755
7	CHINA	6.626
8	SÍRIA	5.585
9	NIGÉRIA	5.753
10	COLÔMBIA	2.746

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal e OBMigra (2022). Elaborado pelos autores.

A tabela¹¹ mostra os países que mais solicitaram refúgio em território brasileiro entre os anos de 2011 e 2022, são eles: Venezuela, Haiti, Cuba, Angola, Senegal, Bangladesh, China, Síria, Nigéria e Colômbia (STI-MAR, 2019). A partir disso é possível perceber que, apesar da migração em massa venezuelana ser considerada recente, essa atingiu números superiores aos do Haiti, cujo fluxo migratório ocorre até a atualidade. Isso parece ocorrer porque, em situação de urgência, os venezuelanos fugiram para países vizinhos com algum tipo de proximidade internacional, linguística ou geográfica.

As solicitações de refúgio venezuelanas se mantiveram crescentes. Enquanto no ano de 2014 foram registradas 208 solicitações de refúgio, três anos depois, em 2017, atingiu-se o número de 17.876 pedidos. Posteriormente, em 2018, foram realizados 61.391 pedidos por parte de venezuelanos em território brasileiro, do total de 79.831 solicitações (STI-MAR, 2019). Isso representa 77% de todos os requerimentos registrados no ano. Para os anos subsequentes, os venezuelanos foram responsáveis por 64%, 60%, 75% e 66% do total de solicitações. O súbito aumento da população venezuelana no país representou uma adversidade para parte da população brasileira.

A discussão sobre leis e decretos a respeito da migração no Brasil ocorria há algu-

mas décadas, porém apenas em 2017 essas foram promulgadas. A principal delas é a Lei 13.445/2017, que prevê “os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (Lei 13.445, 2017). Ela substitui o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), aplicado durante o período da ditadura militar, que era restrito apenas ao migrante, o qual enxergava como ameaça. O projeto da Lei de Migração passou pelo Congresso Nacional e foi encaminhado para o então presidente da república, Michel Temer, que vetou 18 trechos do texto, entre eles um que permitia o migrante exercer cargo público em território brasileiro e outro que concedia direito ao voto. Ademais, o processo de concessão de vistos ainda levava muito tempo para ser registrado,

Para quem pede refúgio o maior problema tem sido o tempo de espera para ser atendido pela Polícia Federal local, cerca de 90 dias, fato que enseja apreensão entre eles, pois o protocolo de agendamento não lhes favorece direitos como tirar a carteira de trabalho e de ter acesso a serviços públicos. Outro desafio é esperar a decisão final do CONARE sobre a análise do pedido de refúgio, a qual pode demorar até dois anos (Silva, 2018, p. 301).

Além disso, devido à falta de documentos, é impraticável que o migrante exerça trabalho formal em território nacional, e também

¹¹Para obter esses valores, foi preciso analisar o plano tabular anual tanto no STI-MAR quanto para o OBMigra. Foi necessário esse modelo analítico pela ausência de dados abrangentes nos relatórios do OBMigra, sendo que o último ano disponível era 2018. No entanto, essa limitação não atendia nossa intenção, que era de realizar uma análise desde o início da década passada.

que retorna a seu país de origem durante a tramitação do processo. Por conta disso, foi oferecido o visto humanitário¹², previamente existente, para os venezuelanos. Ele também é constatado na Lei de Migração como concessão de visto para acolhida nas razões dispostas no artigo 4, parágrafo 3:

Em primeiro lugar, é inegável que a economia de Roraima não possui uma estrutura adequada para lidar, sozinha, com todo o fluxo venezuelano. Não há possibilidade de alocação de todos os refugiados e imigrantes no mercado de trabalho local, tendo em vista que a economia é fracamente diversificada. Por essa razão, as ações de interiorização precisam ser intensificadas para acompanhar o ritmo da entrada de venezuelanos no país. Mas não só isso: é necessário promover o monitoramento dessa população depois da reemigração, levantando informações que permitam monitorar, acompanhar e avaliar sua situação socioeconômica (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020, p. 122).

Um fluxo significativo é o de jovens venezuelanos, principalmente estudantes, para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Isso se deve à Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), a qual possui sede no município de Foz do Iguaçu e recebe diversos estudantes latinoamericanos (Vieira, 2018). Contudo, a entrada para o Brasil ocorre majoritariamente de modo terrestre e pelo município de Pacaraima (RR), mesmo que o lugar de destino seja as

regiões Sul ou Sudeste do país. No ano de 2019, dos 53.815 pedidos de refúgio por esse grupo no Brasil, cerca de 52.021 (ou 96,6%) foram feitos em Roraima (STI-MAR, 2019). Logo, o fluxo de pessoas circulando e se estabelecendo em Pacaraima merece atenção, sobretudo por ter uma população de 19.305, de acordo com o censo de 2022. A cidade não tem estrutura para tal concentração (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020).

Embora não se justifique o comportamento xenófobo de parte da população de Pacaraima, sobretudo daqueles que expulsaram os venezuelanos de uma praça da cidade esbravejando o hino nacional¹³, é válido ressaltar que Roraima, como um todo, é um Estado precarizado há anos pelo Governo Federal (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020), e a infraestrutura de Pacaraima também é deficiente, e, por conta disso, a cidade não consegue receber de maneira adequada muitos dos que atravessam a fronteira. O relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), juntamente com a ACNUR (2020), denominado A economia de Roraima e o fluxo de venezuelanos, conclui que,

Em primeiro lugar, é inegável que

¹² Visto humanitário é a concessão do visto para além da definição do refugiado, como as populações que sofrem por crises ambientais e econômicas.

¹³ O episódio foi filmado e publicado pelos jornais brasileiros. Fonte: <https://g1.globo.com/rr/ororaima/video/brasileiros-ex-pulsam-imigrantes-venezuelanos-de-pacaraima-norte-de-ororaima-6955019.ghtml>.

a economia de Roraima não possui uma estrutura adequada para lidar, sozinha, com todo o fluxo venezuelano. Não há possibilidade de alocação de todos os refugiados e imigrantes no mercado de trabalho local, tendo em vista que a economia é fraca-mente diversificada. Por essa razão, as ações de interiorização precisam ser intensificadas para acompanhar o ritmo da entrada de venezuelanos no país. Mas não só isso: é nec-es-sário promover o monitoramento dessa população depois da reemi-gração, levantando informações que permitam monitorar, acompanhar e avaliar sua situação socioeconô-mica (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020, p. 122).

Também García (2021) diz que,

Em Boa Vista e Pacaraima, as cida-des onde se concentram os migran tes e refugiados venezuelanos, o mer-cado laboral é insuficiente para absorver a todos os recém-chega-dos, especialmente se o número de migrantes segue crescendo, como mostram as estatísticas dos úl-tímos anos (Baeninger et al., 2018). A vez que, a dinâmica da vida dos vene-zuelanos têm sido precarizada, car-regada de xenofobia e preconceitos (Milesi, Coury, & Rovery, 2018) o que impos-sibili-ta que as pessoas possam se estabelecer e situações que reque-reem a intervenção do Estado (Gar-cía, 2021, p. 66-67, tradução nossa).

Apesar de as formas de se chegar ao destino serem difíceis e desgastantes para a população que deixa seu país em busca de refúgio, isso não impede que se arris-quem para fugir do perigo de seu território de origem. No mais, além de serem expos-to-s às ameaças citadas, os venezuelanos ainda são aterrorizados pela xenofobia em Roraima (Milesi, Coury, & Rovery, 2018). Há relatos de expulsões e maus tratos dos moradores locais contra os refugiados, principalmente próximo à fronteira, como em Pacaraima. Em síntese, o fluxo de pessoas nessa região não pode ser me-nosprezado no cenário político brasileiro,

principalmente se queremos pensar uma política de fixação e integração dessa po-pulação na sociedade brasileira.

Considerações finais

Devido à relevância do tema das migrações na atualidade, este artigo bus-cou tratar dos fluxos migratórios entre Brasil e Venezuela, sobretudo a partir de 2015, devido à crise humanitária que as-sola a República Bolivariana da Venezuela. Pode-se entender que o movimento de êxodo dos venezuelanos ocorre por uma questão de sobrevivência, segundo dados da Resolução 2/8 da Comissão Interame-ricana de Direitos Humanos,

A CIDH considera as violações mas-sivas aos direitos humanos, assim com a grave crise alimentar e sani-tária que vem enfrentando a Vene-zuela como conseqüência da escas-sez de alimentos e medicamentos, vem causando o crescimento expo-nencial de cento de milhares de pes-soas venezuelanas que se viram forçadas a migrar a outros países da re-gião nos úl-tímos anos, como uma estratégia de sobrevivência que lhes per-mita, a elas e suas famílias, pre-servar direitos como a vida, a inte-gridade pessoal, a liberdade pessoal, a saú-de, a alimentação, entre outros (CIDH, 2018, p. 1).

Diante disso, é necessário entender o deslocamento não como uma crise migra-tória, mas enfatizar que é uma crise huma-nitária, de acordo com o relatório do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Migra Mundo e Fundo Internacional Socio-ambiental (FICAS) com apoio do Alto Co-missariado das Nações Unidas (ACNUR), intitulado de Migrações, Refúgio e Apatri-dia – Guia para Comunicadores,

É importante ter presente que não se trata de crise migratória ou de re-fugiados, mas, sim, de alguma crise polí-tica, econô-mica ou humanitária no paÍs de origem, que provoca um

deslocamento migratório significativo dos nacionais daquele país, impelidos a buscarem lugares onde possam salvar suas vidas ou encontrar condições de emprego, de sobrevivência, de realização de seus sonhos e aspirações (IMDH, 2019, p. 11).

Para além de discorrer sobre os deslocamentos, buscou-se entender o conceito de lugar, utilizado na geografia, para pensar sobre os reflexos da migração dessas pessoas para um local em que não têm relações sociais diretas. Nessa perspectiva, utilizou-se o conceito de lugar a partir do entendimento de Yi-Fu Tuan (1979), visto que o autor se aproxima da perspectiva de experiências humanas que parece atender a migração de venezuelanos.

Após compreender a questão do lugar, é notório que no deslocamento para o Brasil as dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos são significativas, especialmente devido à falta de histórico de mobilidade internacional dessa população. Não somente isso, a ausência de uma rede migratória consolidada inibe a fixação do migrante no país, pois as informações e o auxílio dispostos numa rede não estão presentes ou são escassas e, consequentemente, uma série de entraves precisam ser superados por conta própria. Dentro desse espectro do lugar, não há, em muitos Estados brasileiros, uma organização em rede consolidada dos venezuelanos já estabelecidos ou em processo de interiorização, pois é um fenômeno novo para essa população, que não estava acostumada a se deslocar, sobretudo em direção ao Brasil (García, 2021). Um dos motivos para a dificuldade de fixação e adaptação é a língua. O que ocorre de maneira mais significativa é a construção de apoio entre os venezuelanos em Roraima, sobretudo no município de Pacaraima, muito voltado numa rede solidária de envio de recursos para familiares na Venezuela (García, 2021).

Ademais, por meio da análise de informações retiradas do Sismigra, demonstrou-se também que o perfil do migrante

e refugiado que se desloca para o Brasil é majoritariamente composto por jovens-adultos com educação formal qualificada, o que poderia contribuir para o desenvolvimento do país, se eles fossem inseridos no mercado de trabalho. Além disso, vê-se, por meio dos dados disponibilizados, que não há discrepância quanto ao gênero que migra, isto é, os números de migrantes do sexo masculino e feminino são próximos.

Procurou-se esclarecer que o Brasil não desempenha papel de protagonismo no recebimento dos venezuelanos, uma vez que, em comparação com os vizinhos da América do Sul, o país ocupa o quinto lugar no ranking de acolhimento (R4V, 2022). Para mais, vale ressaltar que, apesar dos fatores de atração, como o fato de ser país fronteiriço com a Venezuela e o maior da América do Sul, os migrantes e refugiados não têm o Brasil como primeira opção de deslocamento (Justo, 2020). Por fim, discorreu-se sobre o Estado de Roraima, sobretudo, o município de Pacaraima, que desempenha papel de destaque na acolhida de venezuelanos, segundo dados da UNICEF (2019),

Entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. A maioria dos migrantes entra no País pela fronteira norte do Brasil, no Estado de Roraima, e se concentra nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado (UNICEF, 2019, s/n).

Entende-se que a temática das migrações é uma realidade na contemporaneidade, logo, é necessário que haja a inserção dos migrantes e refugiados na sociedade, de modo que se sintam pertencentes a um lugar. Para isso são necessárias políticas de integração eficazes, que permitam que os venezuelanos e demais migrantes e refugiados consigam estabelecer relações sociais concretas com o território, quiçá dessa forma o Brasil deixe de ser somente um local temporário ou de passagem.



Referências Bibliográficas

- Acosta, D., Blouin, C., & Freier, L. F. (2019). La emigración venezolana: Respuestas latinoamericanas. *Documento de Trabajo*, (3). <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.33921.71523>
- ACNUR. (2020a). *Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados*. <https://rb.gy/0cvzc>
- ACNUR. (2019). *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas*. <https://rb.gy/iq8at>
- ACNUR. (2019b) ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena. <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>
- Baeninger, R., et al. (Orgs.) (2018). *Migrações sul-sul* (2a ed). Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp.
- Barbosa, L., Tonhati, T., & Herrera, M. (2020) *Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil*. ACNUR https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/empreendedorismo_de_refugiados_completa.pdf
- *Lei nº 13.445*, de 24 de maio de 2017. (2017, 24 de maio). Institui a Lei de Migração. Presidência da República. <https://rb.gy/gpofh>
- Celag. (2019). *Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela*. CELAG Data. <https://www.celag.org/las-conse-cuencias-economicas-del-boicot-venezuela>
- CIDH. (2018). *Resolução 2/18*. Migração forçada de pessoas venezuelanas. <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>
- CNI. (2020). *Falta de trabalhador qualificado continua afetando a indústria, apesar do desemprego elevado*. <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-76-falta-de-trabalhador-qualificado/>
- Carvalho, A. A. (2019). Crise Humanitária na Venezuela: Refúgio no Brasil e Atuação do Estado Brasileiro na Efetivação dos Direitos Sociais In J. L. S. Almeida (Org.), *Direito Constitucional Comparado na América Latina* (pp. 27–46). Lumen Juris.
- Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2020). *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: Evidências e subsídios para políticas públicas*. FGV DAPP.
- Figueredo, D. A., & Veiga, A. C. (2018). *Migração e significado do lugar: Um estudo de caso*. In ANAIS do XIX Encontro Nacional de Geógrafos. https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1530047350_ARQUIVO_Artigo-ENG.pdf
- Fundo Monetário Internacional (FMI). *GDP, current prices*. <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>
- García, M. G. (2021). *Migración Venezolana en Curitiba: Una visión de los procesos cotidianos de integración local* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. <https://rb.gy/4m093>

- Hebenbrock, M. (2018). Imigração venezuelana no Brasil: Xenofobia e racismo como pano de fundo. *Coletiva*. <https://www.coletiva.org/artigo-mariano-hebenbrock>
- Holzer, W. (1999). O lugar na geografia humanista. *Território*, 4(7), 67–78.
- IMDH; Migra Mundo; FICAS. (2019). *Migrações, refúgio e apatridia: Guia para comunicadores*. <https://rb.gy/hp7un>
- Justo, C. (2020). *Migrações venezuelanas e a xenofobia: temáticas da realidade brasileira contemporânea* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Marandola Junior, E., & dal Gallo, P. M. (2010). Ser migrante: Implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista brasileira de Estudos de População*, 27(2), 407–424. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010>
- Matos, R., & Braga, F. (2009). Redes sociais, redes territoriais e migrações. *Cadernos do Leste*, 9(9), 26–40. <https://doi.org/10.29327/249218.9.9-2>
- Milesi, R., Coury, P., & Rovery, J. (2018). Migração venezuelana ao Brasil: Discurso político e xenofobia no contexto atual. *Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*, 10(22), 53–70. <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376/49791>
- Moulin, C. (2019). Entre a crise e a crítica: Migrações e refúgio em perspectiva global. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8(16), 21–41. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i16.9802>
- R4V (2022). *Refuge for Venezuelans*. <https://www.r4v.info/pt/node/423/>
- Romaine, S. (2009). Language, culture and identity issues across nations. In J. A. Banks (Ed.), *Routledge International Companion to Multicultural Education* (pp. 373–384). Routledge.
- Santos, G. (2021). Redes e território: Reflexões sobre a migração. In L. C. Dias, & R. L. L. Silveira (Orgs.), *Redes, sociedades e territórios* (3a ed, pp. 53–80). EDUNISC.
- Senado Federal. (2017). *Nova Lei de Migração é sancionada com vetos*. Agência Senado. <https://rb.gy/na6aj>
- Serrano, D. C. C., Salazar, G. M. C., & Franco, A. C. (2019). Procesos recientes de movilidad humana entre Venezuela y Colombia: 2016-2018. In L. Gandini, F. L. Ascencio, & V. Prieto (Coords.), *Crisis y migración de población venezolana: Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica* (pp. 59–94). Universidad Nacional Autónoma de México. https://sudimer.juridicas.unam.mx/sites/default/files/SUDIMER-CyMdPV_pdf.pdf
- Silva, F. R., & Fernandes, D. (2017). Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, 13(18), 50–64. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/16249/12788>
- Silva, S. (2018). A fronteira norte do Brasil: Notas de pesquisa. In R. Baeninger, A. Canales (Coords.), *Migrações Fronteiriças* (pp. 300–303). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdf
- Simões, G. F. (Org.) (2017). *Perfil socio-demográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. CRV.
- Sismigra. *Sistema de Registro Nacional Migratório*. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados>
- STI-MAR (2019). *Sistema de Tráfego Internacional – Modo de Alerta e Restrições*. <https://portaldeimigracao.mj.gov>.

[br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401293-sti](http://pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401293-sti)

- TUAN, Yi-Fu. (2018). Lugar: uma perspectiva experiencial. *The Geographical Review*, 8(1), 4–15. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2018.81.a27150>
- Tuan, Y. (1979). Space and place: Humanistic perspective. In S. Gale, & G. Olsson (Orgs.), *Philosophy in Geography* (pp. 387–427). Springer Dordrecht.
- Unicef. (2019). Crise migratória venezuelana no Brasil. UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>
- Vendrame, M. (2010). Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor: Redes sociais, família e estratégias mi-
gratórias. *Revista MÉTIS*, 9(17), 69–82. http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/nos_partimos_pelo_mundo_vendrame.pdf
- Vieira, G. O. (2018). Segurança transfronteiriça e direitos humanos: Desafio das migrações na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu. In R. Baeninger, & A. Canales (Coords.), *Migrações Fronteiriças* (pp. 475–484). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp . https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdfciamento e controle do trabalhador just in time. In R. Antunes (Ed.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 111-124). Boitempo

Limites da democracia: crise e reconfiguração da democracia brasileira

Limits of democracy: crisis and reconfiguration of Brazilian democracy

Límites de la democracia: crisis y reconfiguración de la democracia brasileña

**Álex
KÁLIL**

alex.kalil@outlook.com

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap

159

*Esta resenha tem por objetivo apresentar o livro de Marcos Nobre *Limites da Democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*, lançado em 2022. Nesta resenha, são expostas as principais propostas analíticas do autor para analisar os eventos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Brasil nos últimos anos, mais especificamente as manifestações de junho de 2013, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a crise da democracia brasileira. O livro contém quatro capítulos, que são explorados nesta resenha de modo a colocar o leitor em contato com os principais conceitos e discussões realizadas pelo autor em sua obra. Por fim, esta resenha explora como a publicação do livro de Nobre é uma referência indispensável, que apresenta um panorama crítico dos recentes acontecimentos no contexto político brasileiro.*

Palavras-Chave: *Democracia, Limites, Pemedebismo, Junho de 2013.*

This review aims to present Marcos Nobre's book *Limites da Democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (*Limits of Democracy: From June 2013 to the Bolsonaro government*) released in 2022. In this review, the author's main analytical proposals are presented to analyze the political, economic, and social events that occurred in Brazil in recent years, more specifically, the demonstrations of June 2013, the election of Jair Bolsonaro in 2018 and the crisis of Brazilian democracy. The book has four chapters that are explored in this review, allowing the reader to have a first contact with the main concepts and discussions carried out by the author in his work. Finally, this review explores how the publication of Nobre's book is an indispensable reference that provides a critical overview of recent events in the Brazilian political context.

Keywords: Democracy, Limits, Pemedebism, June 2013.

Esta reseña tiene como objetivo presentar el libro de Marcos Nobre *Limites da Democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (*Los Límites de la Democracia: De junio de 2013 al gobierno de Bolsonaro*), lanzado en 2022. En esta reseña, se exponen las principales propuestas analíticas del autor para analizar los eventos políticos, económicos y sociales ocurridos en Brasil en los últimos años, más específicamente las manifestaciones de junio de 2013, la elección de Jair Bolsonaro en 2018 y la crisis de la democracia brasileña. El libro consta de cuatro capítulos, que se exploran en esta reseña con el fin de poner al lector en contacto con los principales conceptos y discusiones realizados por el autor en su obra. Finalmente, esta reseña explora cómo la publicación del libro de Nobre es una referencia indispensable que presenta un panorama crítico de los recientes acontecimientos en el contexto político brasileño.

Palabras clave: crisis humanitaria; lugar y redes sociales; migración venezolana; refugiados.

Introdução

Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro é o livro mais recente de Marcos Nobre e tem sido uma das principais referências para se compreender o cenário político brasileiro contemporâneo. A obra tem como

foco analisar de forma crítica e detalhada os eventos que se desdobram das manifestações de junho de 2013¹ até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Na análise de Nobre, para compreendermos as manifestações de junho de 2013 de forma profunda

¹ As manifestações de junho de 2013 representaram um marco significativo na política nacional brasileira. Inicialmente motivadas pelo aumento da passagem de ônibus em São Paulo, rapidamente elas se expandiram por todo o país, incorporando outras insatisfações políticas e sociais e desencadeando uma série de crises na política brasileira nos anos seguintes aos protestos, entre eles o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. As manifestações também foram parte de um processo de entrada de novos atores na cena política brasileira, entre eles, setores das chamadas “novas direitas”, que se mobilizaram em torno da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018.

e multifacetada, é necessário “desfazer as amalgamas” que simplificam as análises sobre junho de 2013. Para cumprir tal proposta, o autor situa junho de 2013 como o ponto de referência de sua análise, ao invés de tomá-la como ponto de “chegada” ou de “partida”. Essa proposta de Nobre, exposta ao longo dos quatro capítulos de seu livro, torna a obra indispensável para todo o público interessado em compreender de maneira profunda as crises e reconfigurações da democracia brasileira contemporânea.

Antes de iniciar a análise do livro, cabe uma breve apresentação do autor e da importância desse livro no conjunto de suas obras recentes. Marcos Nobre tem contribuído com suas análises e debates em diversos meios que transcendem os limites da produção acadêmica. Participante de análises e debates em diversos meios de comunicação, suas pesquisas têm fornecido importantes contribuições e insights no debate público.

O autor é professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Suas pesquisas têm resultado em uma ampla produção de obras cruciais para o entendimento da política contemporânea brasileira. O livro desta resenha se insere nesse conjunto, que inclui *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma* (2013), em que o autor introduziu o conceito de “pemedebismo” como um “modus operandi” da política brasileira, em que a governabilidade é mantida por amplas coalizões partidárias. Em *Choque de democracia* (2015),

Nobre analisa a inflexão ocorrida na política brasileira em consequência das manifestações de junho de 2013, e a crescente crise de representatividade do sistema político. E Ponto final: *A Guerra de Bolsonaro contra a democracia* (2020), em que o autor analisa o governo de Jair Bolsonaro e como a ascensão do autoritarismo desafia as instituições democráticas brasileiras.

O livro é dividido em uma introdução e quatro capítulos, finalizando com uma conclusão. Na Introdução, Nobre situa sua obra como um esforço intelectual que tem por objetivo analisar as recentes reconfigurações da democracia nos cenários nacional e global. Para tal, propõe uma análise que considere não apenas a simples descrição linear dos fatos, mas também uma reflexão empírica e teórica que o autor articula em todos os capítulos do livro, oferecendo um amplo leque de conceitos para abordar a situação política brasileira que se desenvolveu antes, durante e após esses eventos.

Para cumprir com sua proposta de “desfazer as amalgamas” mais simplistas sobre junho de 2013, o autor realoca o eixo analítico sobre esse evento, tratando-o não como um ponto de “chegada” ou “partida”, mas como de referência para a análise da política brasileira contemporânea. Com isso, Nobre oferece uma compreensão mais ampla sobre os eventos de 2013, não relacionando esse período de forma direta com a eleição de Jair Bolsonaro e a crise da democracia brasileira, evitando estabelecer uma relação de causa e consequência entre os acontecimentos. Sua proposta é realizar um mergulho crítico na análise dos eventos, tomando

junho de 2013 como um ponto de referência analítico, ou seja, explorando a complexidade das mudanças estruturais e as tensões sociais, políticas e econômicas no contexto global e na sociedade brasileira.

Ainda na introdução, Nobre reflete sobre a noção de “limites” no título do livro. Referindo-se a Marx, o autor considera as crises como momentos privilegiados para analisar a “normalidade” da sociedade capitalista. Ele recorre à inspiração do filósofo em Hegel para pensar a natureza dos “limites”: “Para estabelecer um limite, deve-se já tê-lo ultrapassado de alguma maneira, ou seja, já estar além dele” (NOBRE, 2022, p.37). Com isso, a proposta de Nobre é explorar como os limites da democracia brasileira foram desafiados e redefinidos em resposta a eventos sociais e políticos, como os protestos de 2013 e a ascensão de Bolsonaro. Tais eventos são tratados em toda a obra como pontos de referência analíticos que auxiliam em uma compreensão mais profunda e multifacetada das recentes transformações e crises que influenciaram o cenário democrático brasileiro nos últimos anos.

No primeiro capítulo, *Pemedebismo, presidencialismo de coalizão e crise da democracia*, Nobre analisa o complexo contexto do sistema político brasileiro. O autor propõe o conceito de “pemedebismo” como uma metáfora para a dinâmica da política brasileira, uma espécie de “modus operandi” da política nacional. Essa dinâmica é caracterizada por uma extensa coalizão de interesses, frequentemente centrada em torno do PMDB – daí a noção

de “pemedebismo” –, que tem suas raízes na Constituinte de 1988. Seu argumento entende o contexto em que se erigiu a Constituinte como de estabelecimento na política brasileira de um sistema que favorece negociações entre partidos e promove uma estabilidade superficial que, paradoxalmente, contribui para a erosão da legitimidade democrática. Isso ocorre porque nesse momento se promoveu um ambiente institucional em que os partidos políticos ficam mais focados em negociar poder e influência do que em representar genuinamente os interesses do eleitorado

Assim, o Executivo do poder federal fica refém das demandas de múltiplos partidos e lobbies estabelecidos no Congresso para garantir a governabilidade. Nesse sentido, o movimento elencado pelo que o autor denomina de “pemedebismo” leva a um ciclo de concessões políticas e barganhas entre os partidos, afetando não apenas a eficácia do sistema político, mas também a representatividade dos interesses públicos. Essa prática do “pemedebismo” contribuiu para a erosão da confiança pública no sistema político e nas instituições democráticas ao longo dos anos após a Constituinte de 1988. Mais adiante, o autor analisa como essa fragmentação entre “sistema político” e população, unida à ineficácia política exacerbada pelo “pemedebismo”, pode ter levado à percepção de que o sistema político é incapaz de atender às necessidades da população, alimentando um sentimento de revolta contra o “sistema” e culminando em posições antidemocráticas que alimentaram a eleição e governo de Jair Bolsonaro.

No segundo capítulo, *Métricas, analíticas e partidos na democracia digital*, Nobre reflete sobre as recentes e sofisticadas mudanças introduzidas pelo “digital” na política, e como essas alterações impactam a forma como os partidos políticos operam e se comunicam com seu eleitorado. O argumento central do capítulo destaca a forma como os novos espaços digitais proporcionaram uma nova maneira de os partidos olharem para as eleições. As ferramentas de análise de dados das redes sociais, por exemplo, permitem compreender as complexas redes segmentadas que são constituídas nos espaços digitais por meio de algoritmos. Esses segmentos permitem identificar grupos e subgrupos com base em dados de geolocalização, idade, histórico de navegação, interesses, comportamento e tendências de consumo.

Esse processo de segmentação permite que os partidos produzam campanhas segmentadas, direcionadas para públicos específicos, produzindo uma comunicação política mais eficaz e assertiva. O autor argumenta que, embora essa prática possa melhorar a comunicação entre os políticos e seu eleitorado, ela possibilita o aparecimento de “bolhas” de informação, que estão mais vulneráveis à disseminação de desinformação. Outro aspecto transformador do digital é seu poder de enfraquecer o debate público amplo, uma vez que essas “bolhas” também são permeadas de conteúdos que promovem a diferenciação e o confronto com grupos opositores, desse modo criando um ambiente político polarizado. Por fim, o capítulo destaca as

complexas dinâmicas e transformações tecnológicas da era digital que mudaram as práticas políticas e eleitorais no Brasil.

No terceiro capítulo, *Das novas direitas à eleição de Bolsonaro*, Nobre analisa como as transformações digitais detalhadas no capítulo anterior funcionaram como catalisadores para a ascensão das “novas direitas” e, consequentemente, para a eleição de Jair Bolsonaro. Nobre, reconhecendo a relevância e a atualidade desse capítulo, sugere, já na introdução, que os leitores podem optar por iniciar a leitura por ele, e proporciona uma base contextual para a apreciação dos capítulos anteriores. Com efeito, o capítulo proporciona uma análise detalhada do atual cenário político brasileiro, começando por explorar uma crescente divisão dentro da paisagem política do país, em que o Estado de direito, segundo o autor, já não constitui base comum para a disputa política.

Nobre descreve como partidos e movimentos associados às “novas direitas” obtiveram sucesso, distinguindo-se da direita tradicional brasileira, especialmente por meio do uso estratégico das mídias sociais digitais. Esses movimentos capitalizaram o descontentamento popular e as insatisfações com o sistema político estabelecido, e passaram a adotar uma retórica nacionalista, conservadora e antiestablishment, marcando assim uma redefinição significativa das normas políticas no país. Nobre detalha nessa seção como a candidatura de Jair Bolsonaro soube dirigir suas críticas à democracia brasileira, defendendo que ela falhava em atender aos ideais demo-

cráticos de igualdade, representatividade e justiça. Ao mesmo tempo, sua candidatura soube articular uma série de ideias que defendiam uma “verdadeira democracia”.

Toda essa complexa operação envolvendo a opinião pública foi possível, segundo Nobre, graças à coalizão da campanha de Jair Bolsonaro com uma rede complexa de atores políticos, entre eles as Forças Armadas e as forças de segurança, a movimentos emergentes da “nova direita”, à articulação com grupos ilegais como milícias policiais e digitais, ao papel do eleitorado evangélico e a uma presença digital significativa, com uma campanha organizada digitalmente e táticas da extrema direita global.

Ao final do capítulo, o autor argumenta como toda a reconfiguração delimitada entre o período de 2015 e 2018 representou uma crise do “pemedebismo” em seus moldes tradicionais, ou seja, do modus operandi político de amplas coalizões que evitam confrontos. Os sinais dessa crise se manifestaram, primeiro, no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e, posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Essas duas etapas confluíram, conclui Nobre, para a crise do “pemedebismo”, uma cisão entre o sistema político estabelecido e novas forças sociais, culminando na reconfiguração do cenário político brasileiro.

No quarto e último capítulo, *O governo Bolsonaro como forma limite do pemedebismo*, Nobre analisa como a noção de “pemedebismo” pode ser compreendida a partir das novas configurações estabelecidas pela eleição e pelo governo de Jair Bolsonaro. Nessa seção, o autor inicia definindo o “pe-

medebismo” como uma forma de “super coalizão” governamental que visa construir maioria legislativa. Essa forma é caracterizada pela fragmentação e pelo incentivo institucional, por parte do sistema político brasileiro, para a criação de novos partidos. Esses incentivos podem incluir financiamento público, tempo de transmissão em mídias públicas, entre outros. Isso leva a um cenário político com muitos partidos, cada um buscando maximizar seus próprios benefícios dentro do sistema. Além disso, os próprios políticos têm a tendência ao desvio partidário, ou seja, se afastam com frequência dos alinhamentos e arranjos de seus partidos iniciais, mudando de partido a partir da conveniência individual e não obedecendo a compromissos ideológicos ou éticos.

O “pemedebismo” não deve ser entendido como um déficit ou desvio em relação a outros sistemas democráticos, mas como uma expressão única da realidade política brasileira. O capítulo também questiona a necessidade de supermaiorias para a governabilidade, especialmente entre 1994 e 2013, e por que a maioria dos partidos tendia a apoiar o governo, independentemente dos resultados eleitorais. Essa análise do “pemedebismo” em governos anteriores estabelece um contexto fundamental para entender sua evolução sob o governo Bolsonaro.

No contexto desse último, o autor observa que as práticas e tendências do “pemedebismo” foram amplificadas e transformadas, resultando numa forma extrema ou “limite” do fenômeno, aproximando-se do que Nobre descreve como “protoautoritarismo”. Bolsonaro é retratado como o produto de uma

“coalizão de conveniência”, representando grupos marginalizados do poder estabelecido nos governos brasileiros anteriores. Essa escalada do “pemedebismo” sob Bolsonaro ilustra não apenas a continuidade de padrões políticos preexistentes, mas também sua intensificação e a subsequente erosão das normas democráticas.

Por fim, as Considerações Finais retomam os temas introduzidos nos demais capítulos e as discussões do livro, e pondera sobre os futuros possíveis para a democracia no Brasil, considerando a crise do neoliberalismo e a ascensão da nova extrema direita.

O livro *Os limites da Democracia* é uma obra essencial cuja proposta é instigar novas orientações acerca das manifestações de junho de 2013, a eleição e o governo de

Jair Bolsonaro. Ao situar conceitualmente junho de 2013 não como “ponto de partida” ou “ponto de chegada”, mas como referência, a obra insere esses eventos dentro de uma contextualização política ampla, e não como fenômenos isolados. Isso inclui considerar as complexas redes de atores sociais e sua inserção no contexto de transformações econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, como a influência da nova sociabilidade digital. A abordagem apresentada pela obra é vital para entender que essas novas tendências políticas não são caracterizadas por “reações”, mas um fenômeno que apresenta suas próprias dinâmicas e motivações, ultrapassando limites e estabelecendo novas regras que desafiam os limites da democracia brasileira.



Referências Bibliográficas

- Nobre, M. (2022). *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.